

Programa de Desenvolvimento Rural



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2010

Índice

0. INTRODUÇÃO	20
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	21
1.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	21
1.2 O MODELO DE GOVERNAÇÃO.....	33
1.3 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA.....	33
1.4 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA	37
2.1 BALANÇO GLOBAL DO PROGRAMA.....	37
2.1.1 LEGISLAÇÃO PUBLICADA	37
2.1.2 CONCURSOS ABERTOS	38
2.1.3 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	39
2.1.4 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATADAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	40
2.1.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA	42
2.1.6 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	48
2.2 BALANÇO DETALHADO POR ACÇÃO PRODER	52
2.2.1 SUBPROGRAMA 1 – PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	52
2.2.1.1 ACÇÃO 1.1.1 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS.....	52
2.2.1.2 ACÇÃO 1.1.2 – INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO.....	81
2.2.1.3 ACÇÃO 1.1.3 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES	91
2.2.1.4 MEDIDA 1.2 – REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	104
2.2.1.5 ACÇÃO 1.3.1 – MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS	109
2.2.1.6 ACÇÃO 1.3.2 – GESTÃO MULTIFUNCIONAL.....	117
2.2.1.7 ACÇÃO 1.3.3 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS.....	124
2.2.1.8 ACÇÃO 1.4.1 – APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE	133
2.2.1.9 ACÇÃO 1.4.2 – INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE	137
2.2.1.10 MEDIDA 1.5 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO.....	143
2.2.1.11 ACÇÃO 1.6.1 – DESENVOLVIMENTO DO REGADIO	148
2.2.1.12 ACÇÃO 1.6.2 – REGADIO DE ALQUEVA.....	153
2.2.1.13 ACÇÃO 1.6.3 – SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS	159
2.2.1.14 ACÇÃO 1.6.4 – MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLECTIVOS TRADICIONAIS	164
2.2.1.15 ACÇÃO 1.6.5 – PROJECTOS ESTRUTURANTES	166
2.2.1.16 MEDIDA 1.7 – CUMPRIMENTO DE NOVAS NORMAS OBRIGATÓRIAS	171
2.2.2 SUBPROGRAMA 4 – PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	173
2.2.2.1 MEDIDA 4.1 – COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	173
2.2.2.2 ACÇÃO 4.2.1 – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA.....	180
2.2.2.3 ACÇÃO 4.2.2 – REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	183
2.2.2.4 ACÇÃO 4.3.1 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA	188
2.2.2.5 ACÇÃO 4.3.2 – SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS	192
2.2.3 SUBPROGRAMA 2 – GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL.....	196
2.2.3.1 MEDIDA 2.1 – MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS.....	196
2.2.3.2 MEDIDA 2.2 – VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO	202
2.2.3.2.1 ACÇÃO 2.2.1 – ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	203
2.2.3.2.2 ACÇÃO 2.2.2 – PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA.....	213

2.2.3.2.3	ACÇÃO 2.2.3 CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS / SUBACÇÕES 2.2.3.1 E	
2.2.3.2	219
2.2.3.2.4	ACÇÃO 2.2.4 – CONSERVAÇÃO DO SOLO	225
2.2.3.3	ACÇÃO 2.3.1 – MINIMIZAÇÃO DE RISCOS / SUBACÇÕES 2.3.1.1 E 2.3.1.2.....	230
2.2.3.4	ACÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS	239
2.2.3.5	ACÇÃO 2.3.3 – VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	248
2.2.3.6	ACÇÃO 2.4.1 – APOIO À GESTÃO DAS ITI.....	257
2.2.3.7	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - PAGAMENTOS AGRO E SILVO AMBIENTAIS	261
2.2.3.8	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS.....	277
2.2.4	SUBPROGRAMA 3 – ABORDAGEM LEADER.....	282
2.2.4.1	ACÇÃO 3.1.1 – DIVERSIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	283
2.2.4.2	ACÇÃO 3.1.2 – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS.....	288
2.2.4.3	ACÇÃO 3.1.3 – DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER	293
2.2.4.4	ACÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL	298
2.2.4.5	ACÇÃO 3.2.2 – SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL.....	303
2.2.4.6	MEDIDA 3.4 – COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO.....	308
2.2.4.7	ACÇÃO 3.4.1 – COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	312
2.2.4.8	ACÇÃO 3.4.2 – COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	316
2.2.4.9	MEDIDA 3.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	319
2.2.4.10	MEDIDA 3.5 – FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO.....	326
2.2.4.11	MEDIDA 3.6 – IMPLANTAÇÃO DE REDES DE BANDA LARGA DE NOVA GERAÇÃO, EM ZONAS RURAIS.....	331
2.2.5	MEDIDAS TRANSITADAS DO QUADRO DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR	332
2.2.6	OPERAÇÕES LIGADAS ÀS PRIORIDADES “HEALTH CHECK” (ALÍNEA A) DO Nº3 DO ART. 16).....	338
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	344
3.1	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR REGIÃO ELEGÍVEL AO ABRIGO DO OBJECTIVO DE CONVERGÊNCIA..	344
3.2	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	354
4.	RESUMO DAS ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO	355
4.1	INTRODUÇÃO	355
4.2	ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO INTERCALAR REALIZADA.....	355
4.3	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR.....	356
4.4	OUTRAS ACTIVIDADES DA AVALIAÇÃO CONTÍNUA.....	363
5.	MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO..	365
5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	365
5.1.1	ARTICULAÇÃO COM O ORGANISMO PAGADOR	365
5.1.1.1	ACREDITAÇÃO.....	365
5.1.1.2	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	365
5.1.2	RELACIONAMENTO COM OS GAL	369
5.1.2.1	PROTOCOLO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	369
5.1.2.2	SISTEMA DE SUPERVISÃO LEADER	370
5.1.3	SISTEMAS DE CONTROLO.....	372
5.1.3.1	CONTROLOS EFECTUADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO	372
5.1.3.2	CONTROLOS EFECTUADOS PELO IFAP E PELA IGAP	375
5.1.4	ALTERAÇÕES A PORTARIAS.....	375

5.2	SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA E MEDIDAS TOMADAS	377
5.2.1	SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - SIMPLEX.....	377
5.2.2	RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DE CADA SUBPROGRAMA E MEDIDAS TOMADAS	379
5.2.2.1	SUBPROGRAMA 1	379
5.2.2.2	SUBPROGRAMA 2	383
5.2.2.3	SUBPROGRAMA 3	386
5.2.2.4	SUBPROGRAMA 4	388
5.3	EXAME ANUAL DO PRODER.....	390
5.4	REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO – RESULTADOS.....	393
5.5	UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	398
5.6	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJECTO DE PUBLICIDADE	401
5.6.1	AUTORIDADE DE GESTÃO.....	401
5.6.1	GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL	414
6.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	416
6.1	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	416
6.2	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	416
6.3	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTECÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	417
6.4	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	417
7.	REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005.....	419
	ANEXO I	420
	ANEXO II	422
	ANEXO III	423

Índice de quadros

QUADRO 1:	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	21
QUADRO 2:	PIB E COMPONENTES.....	22
QUADRO 3:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO PIB (%)	23
QUADRO 4:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO EMPREGO (%)	24
QUADRO 5:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (%)	25
QUADRO 6:	INDICADORES RELATIVOS À ACTIVIDADE AGRÍCOLA (%)	26
QUADRO 7:	TAXAS DE VARIAÇÃO NO PERÍODO 2000-2009 E 2010-2009 (%)	27
QUADRO 8:	REPARTIÇÃO DE ALGUNS INDICADORES POR CLASSES DE 2007.....	28
QUADRO 9:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO	29
QUADRO 10:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO	30
QUADRO 11:	TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (%)	31
QUADRO 12:	RELAÇÃO ENTRE AS EXPORTAÇÕES E O VAB.....	32
QUADRO 13:	CONCURSOS EM VIGOR NO ANO DE 2010 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU).....	39
QUADRO 14:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2010 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU)	40
QUADRO 15:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2010 (ENQUADRADAS NO PU).....	40
QUADRO 16:	COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATOS ENVIADOS (EXCLUI MEDIDAS SIGC)	42
QUADRO 17:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2010 (POR SUBPROGRAMA)	44
QUADRO 18:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2010 (POR SUBPROGRAMA)	45
QUADRO 19:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2010 (POR EIXO).....	46
QUADRO 20:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2010 (POR EIXO)	47
QUADRO 21:	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	48
QUADRO 22:	INDICADORES DE RESULTADO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	49
QUADRO 23:	ACÇÃO 1.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	53
QUADRO 24:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (NO ANO)	54
QUADRO 25:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	54
QUADRO 26:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA – PIR ENTRADOS POR COMPONENTE E SECTOR (ACUMULADO)	55
QUADRO 27:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	56
QUADRO 28:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	56
QUADRO 29:	ACÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	57
QUADRO 30:	ACÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	58
QUADRO 31:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	58
QUADRO 32:	ACÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	59
QUADRO 33:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO).....	60
QUADRO 34:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	60
QUADRO 35:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	61
QUADRO 36:	ACÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR TIPO DE PROMOTOR (ACUMULADO) ...	62
QUADRO 37:	ACÇÃO 1.1.1 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ACTIVIDADE (ACUMULADO)	63

QUADRO 38:	ACÇÃO 1.1.1 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ACTIVIDADE (ACUMULADO).	63
QUADRO 39:	ACÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO EM FORMAÇÃO POR COMPONENTE (NO ANO E ACUMULADO).	63
QUADRO 40:	ACÇÃO 1.1.1 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO).....	64
QUADRO 41:	ACÇÃO 1.1.1 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR SEXO E IDADE (ACUMULADO).....	64
QUADRO 42:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO)	65
QUADRO 43:	ACÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ACTIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	66
QUADRO 44:	ACÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ACTIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	67
QUADRO 45:	ACÇÃO 1.1.1 - COMPONENTE 1 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS (MODO DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL)	68
QUADRO 46:	ACÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO (POR ACTIVIDADE AGRÍCOLA E RUBRICA DE INVESTIMENTO)	70
QUADRO 47:	ACÇÃO 1.1.1 – AGRICULTORES SINGULARES - % DO RENDIMENTO OBTIDO DA EXPLORAÇÃO E TEMPO DEDICADO À AGRICULTURA.....	70
QUADRO 48:	ACÇÃO 1.1.1 – COMPOSIÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES CONTRATADAS (COMPONENTE 1).....	71
QUADRO 49:	ACÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO).....	72
QUADRO 50:	ACÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	72
QUADRO 51:	ACÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	73
QUADRO 52:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	74
QUADRO 53:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO) ...	74
QUADRO 54:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO)	75
QUADRO 55:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO).....	75
QUADRO 56:	ACÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	76
QUADRO 57:	ACÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	76
QUADRO 58:	ACÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA PAGOS DA COMPONENTE 2 POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	77
QUADRO 59:	ACÇÃO 1.1.1 – REPARTIÇÃO REGIONAL E SECTORIAL DO INVESTIMENTO CONTRATADO DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	77
QUADRO 60:	ACÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS E PAGAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA).....	78
QUADRO 61:	ACÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA E SECTOR)	79
QUADRO 62:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADO ACUMULADO).....	79
QUADRO 63:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (PAGO ACUMULADO).....	80
QUADRO 64:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADOS ACUMULADO)	80
QUADRO 65:	ACÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (PAGOS ACUMULADO).....	80
QUADRO 66:	ACÇÃO 1.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	82
QUADRO 67:	ACÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (2º CONCURSO)	82
QUADRO 68:	ACÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	83
QUADRO 69:	ACÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	83
QUADRO 70:	ACÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	83
QUADRO 71:	ACÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	84

QUADRO 72:	ACÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO).....	84
QUADRO 73:	ACÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	85
QUADRO 74:	ACÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÕES DE INVESTIMENTO (ACUMULADO) .	86
QUADRO 75:	ACÇÃO 1.1.2 – PA CONTRATADOS QUE CONCORRERAM À ACÇÃO 1.1.1 E VALORES DE INVESTIMENTO DAS ACÇÕES 1.1.2 E 1.1.1 ASSOCIADOS (ACUMULADO).....	86
QUADRO 76:	ACÇÃO 1.1.2 - COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIMENTOS DAS ACÇÕES 1.1.2 E 1.1.1, COMPONENTE 1.....	87
QUADRO 77:	ACÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	88
QUADRO 78:	ACÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	89
QUADRO 79:	ACÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	89
QUADRO 80:	ACÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	90
QUADRO 81:	ACÇÃO 1.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	90
QUADRO 82:	ACÇÃO 1.1.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	92
QUADRO 83:	ACÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	92
QUADRO 84:	ACÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	93
QUADRO 85:	ACÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS COM E SEM CANDIDATURAS À ACÇÃO 1.1.1 (ACUMULADO)	93
QUADRO 86:	ACÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	94
QUADRO 87:	ACÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	95
QUADRO 88:	ACÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	95
QUADRO 89:	ACÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO E ACUMULADO)	96
QUADRO 90:	ACÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS	97
QUADRO 91:	ACÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS COM CANDIDATURAS, EM SIMULTÂNEO, À ACÇÃO 1.1.1	98
QUADRO 92:	ACÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	99
QUADRO 93:	ACÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS COM PROJECTOS DE INVESTIMENTO APRESENTADOS NO ÂMBITO DA ACÇÃO 1.1.1 (ACUMULADO)	100
QUADRO 94:	ACÇÃO 1.1.3 – PA CONTRATADOS COM PROJECTOS DE INVESTIMENTO APRESENTADOS NO ÂMBITO DA ACÇÃO 1.1.1, POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (ACUMULADO)	100
QUADRO 95:	ACÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO	101
QUADRO 96:	ACÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	101
QUADRO 97:	ACÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	102
QUADRO 98:	ACÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS (NO ANO) ...	102
QUADRO 99:	ACÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	103
QUADRO 100:	ACÇÃO 1.1.3 – ACRÉSCIMO DE VAB (ACUMULADO)	103
QUADRO 101:	MEDIDA 1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	105
QUADRO 102:	MEDIDA 1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	105
QUADRO 103:	MEDIDA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO).....	106
QUADRO 104:	MEDIDA 1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR SECTOR DE ACTIVIDADE).....	106

QUADRO 105:	MEDIDA 1.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPO DE EMPRESA E SECTOR)	107
QUADRO 106:	MEDIDA 1.2 - INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO CONTRATADAS	107
QUADRO 107:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADOS)	108
QUADRO 108:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (PAGOS).....	108
QUADRO 109:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO ESPECÍFICO	108
QUADRO 110:	ACÇÃO 1.3.1 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	109
QUADRO 111:	ACÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (2º CONCURSO)	110
QUADRO 112:	ACÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	110
QUADRO 113:	ACÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (2º CONCURSO)	111
QUADRO 114:	ACÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ACUMULADO)	111
QUADRO 115:	ACÇÃO 1.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	112
QUADRO 116:	ACÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	112
QUADRO 117:	ACÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	113
QUADRO 118:	ACÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	113
QUADRO 119:	ACÇÃO 1.3.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO - ÁREA INTERVENCIÓNADA (ACUMULADO)....	114
QUADRO 120:	ACÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	115
QUADRO 121:	ACÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	115
QUADRO 122:	ACÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	116
QUADRO 123:	ACÇÃO 1.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	118
QUADRO 124:	ACÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR CONCURSOS (ACUMULADO)	118
QUADRO 125:	ACÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	118
QUADRO 126:	ACÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	119
QUADRO 127:	ACÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	120
QUADRO 128:	ACÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO (ACUMULADO)...	120
QUADRO 129:	ACÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	121
QUADRO 130:	ACÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	121
QUADRO 131:	ACÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)	122
QUADRO 132:	ACÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (PAGO ACUMULADO)	122
QUADRO 133:	ACÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – TIPOLOGIA DE EMPRESAS (ACUMULADO)	123
QUADRO 134:	ACÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	123
QUADRO 135:	ACÇÃO 1.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	125
QUADRO 136:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO).....	125
QUADRO 137:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	126
QUADRO 138:	ACÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	126
QUADRO 139:	ACÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	127
QUADRO 140:	ACÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTORES (ACUMULADO)	127
QUADRO 141:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	128
QUADRO 142:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS DA MEDIDA 123 COM POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	128

QUADRO 143:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS DA MEDIDA 123 COM POR SECTOR DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	129
QUADRO 144:	ACÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E PAGOS POR DIMENSÃO DE EMPRESA (ACUMULADO)	129
QUADRO 145:	ACÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPO DE ACTIVIDADE (ACUMULADO)	130
QUADRO 146:	ACÇÃO 1.3.3 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE EMPRESA (ACUMULADO)	130
QUADRO 147:	ACÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA CONTRATADOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ACTIVIDADE)	131
QUADRO 148:	ACÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA PAGOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ACTIVIDADE)	131
QUADRO 149:	ACÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - AUMENTO DO VAB ACUMULADO (ACUMULADO)	132
QUADRO 150:	ACÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - PA CONTRATADOS E PAGOS QUE INTRODUIRAM NOVOS PRODUTOS/TÉCNICAS (ACUMULADO)	132
QUADRO 151:	ACÇÃO 1.4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	134
QUADRO 152:	ACÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS APROVADOS (POR ANO DE APROVAÇÃO)	134
QUADRO 153:	ACÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS APROVADOS (POR REGIME DE QUALIDADE)	135
QUADRO 154:	ACÇÃO 1.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	136
QUADRO 155:	ACÇÃO 1.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	136
QUADRO 156:	ACÇÃO 1.4.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	138
QUADRO 157:	ACÇÃO 1.4.2 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	138
QUADRO 158:	ACÇÃO 1.4.2 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	139
QUADRO 159:	ACÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	139
QUADRO 160:	ACÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA CONTRATADOS)	140
QUADRO 161:	ACÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA PAGOS)	140
QUADRO 162:	ACÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – VALOR DA PRODUÇÃO (POR CATEGORIA DE PRODUTO)	141
QUADRO 163:	ACÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – ACRÉSCIMO DO VALOR DA PRODUÇÃO	142
QUADRO 164:	MEDIDA 1.5 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	144
QUADRO 165:	MEDIDA 1.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	144
QUADRO 166:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR RUBRICA (NO ANO)	145
QUADRO 167:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	146
QUADRO 168:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (NO ANO)	146
QUADRO 169:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE ACÇÃO E DE DANO	147
QUADRO 170:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA CONTRATADA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE ACÇÃO E DE DANO	147
QUADRO 171:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA PAGA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE ACÇÃO E DE DANO	147
QUADRO 172:	ACÇÃO 1.6.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	149
QUADRO 173:	ACÇÃO 1.6.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	149
QUADRO 174:	ACÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	150
QUADRO 175:	ACÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	150
QUADRO 176:	ACÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (CONTRATADO ACUMULADO)	151

QUADRO 177:	ACÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (PAGO ACUMULADO) .151	151
QUADRO 178:	ACÇÃO 1.6.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	152
QUADRO 179:	ACÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	152
QUADRO 180:	ACÇÃO 1.6.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	154
QUADRO 181:	ACÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (NO ANO)	154
QUADRO 182:	ACÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	155
QUADRO 183:	ACÇÃO 1.6.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	155
QUADRO 184:	ACÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO).....	156
QUADRO 185:	ACÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (POR TIPO DE OPERAÇÃO)	157
QUADRO 186:	ACÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	157
QUADRO 187:	ACÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE RESULTADO.....	158
QUADRO 188:	ACÇÃO 1.6.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	160
QUADRO 189:	ACÇÃO 1.6.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	160
QUADRO 190:	ACÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	161
QUADRO 191:	ACÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	161
QUADRO 192:	ACÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	162
QUADRO 193:	ACÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	162
QUADRO 194:	ACÇÃO 1.6.3 – ÁREA BENEFICIADA (POR CONCURSO)	163
QUADRO 195:	ACÇÃO 1.6.4 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	164
QUADRO 196:	ACÇÃO 1.6.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	165
QUADRO 197:	ACÇÃO 1.6.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	165
QUADRO 198:	ACÇÃO 1.6.5 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	167
QUADRO 199:	ACÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “CAMINHOS AGRÍCOLAS ” (ACUMULADO)	167
QUADRO 200:	ACÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “ELECTRIFICAÇÃO RURAL” (ACUMULADO)	168
QUADRO 201:	ACÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL” (ACUMULADO)	168
QUADRO 202:	ACÇÃO 1.6.5 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	169
QUADRO 203:	ACÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (CAMINHOS AGRÍCOLAS)	169
QUADRO 204:	ACÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ELECTRIFICAÇÃO RURAL).....	170
QUADRO 205:	MEDIDA 4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	174
QUADRO 206:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS NO SEGUNDO CONCURSO (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR E ESCALÃO DE INVESTIMENTO)	174
QUADRO 207:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR E ESCALÃO DE INVESTIMENTO - ACUMULADO).....	175
QUADRO 208:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	176
QUADRO 209:	INVESTIMENTO CONTRATADO (POR RUBRICAS).....	176
QUADRO 210:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	177
QUADRO 211:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO	177
QUADRO 212:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO).....	178
QUADRO 213:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO).....	178
QUADRO 214:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE RESULTADO	179
QUADRO 215:	ACÇÃO 4.2.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	180

QUADRO 216:	ACÇÃO 4.2.1 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	181
QUADRO 217:	ACÇÃO 4.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	181
QUADRO 218:	ACÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	182
QUADRO 219:	ACÇÃO 4.2.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	184
QUADRO 220:	ACÇÃO 4.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	184
QUADRO 221:	ACÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	185
QUADRO 222:	ACÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	185
QUADRO 223:	ACÇÃO 4.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS E PAGOS)	186
QUADRO 224:	ACÇÃO 4.2.2 – INVESTIMENTO EM REDES TEMÁTICAS POR SECTOR E PRODUTOS	187
QUADRO 225:	ACÇÃO 4.2.2 – INDICADOR ESPECÍFICO DE RESULTADO.....	187
QUADRO 226:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	189
QUADRO 227:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	189
QUADRO 228:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	190
QUADRO 229:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	190
QUADRO 230:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	191
QUADRO 231:	SUBACÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO	191
QUADRO 232:	ACÇÃO 4.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	193
QUADRO 233:	ACÇÃO 4.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	193
QUADRO 234:	ACÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	193
QUADRO 235:	ACÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	194
QUADRO 236:	ACÇÃO 4.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	195
QUADRO 237:	ACÇÃO 4.3.2 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO	195
QUADRO 238:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS POR ACÇÃO	197
QUADRO 239:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS (POR ACÇÃO E ANO CANDIDATURA).....	198
QUADRO 240:	MEDIDA 2.1 – ÁREAS CANDIDATAS (POR ACÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	198
QUADRO 241:	MEDIDA 2.1 – MONTANTE DO APOIO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS (POR ACÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	198
QUADRO 242:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (NO ANO)	199
QUADRO 243:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (ACUMULADO)	199
QUADRO 244:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	201
QUADRO 245:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	201
QUADRO 246:	ACÇÃO 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2010	204
QUADRO 247:	ACÇÃO 2.2.1 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR MODO DE PRODUÇÃO E ANO DE INÍCIO DE APOIO) - PU 2010	205
QUADRO 248:	ACÇÃO 2.2.1 – ÁREA MÉDIA DETERMINADA PARA APOIO - HA/CANDIDATURA (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2010	205
QUADRO 249:	ACÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADAS PARA APOIO EM 2010 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2010	206
QUADRO 250:	ACÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2010 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2010	207
QUADRO 251:	ACÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS PAS 2011 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO)	207
QUADRO 252:	ACÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS PAS 2011 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO)	208
QUADRO 253:	ACÇÃO 2.2.1 – ÁREA APOIADA EM 2010 (PU 2010) E ÁREA PAS 2011 A APOIAR EM 2011 (POR ANO DE INÍCIO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO).....	208
QUADRO 254:	ACÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO).....	209

QUADRO 255:	ACÇÃO 2.2.1 – VARIACÃO DAS CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO)	209
QUADRO 256:	ACÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO)	210
QUADRO 257:	ACÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR ANO E POR REGIÃO)	210
QUADRO 258:	ACÇÃO 2.2.1 – VALORES MÉDIOS PAGOS POR CANDIDATURA	210
QUADRO 259:	ACÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	212
QUADRO 260:	ACÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	212
QUADRO 261:	ACÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (CANDIDATURAS E CN) – PU 2010	214
QUADRO 262:	ACÇÃO 2.2.2 – NÚMERO MÉDIO DE CN (POR CANDIDATURAS APOIADAS E REGIÃO) – PU 2010	214
QUADRO 263:	ACÇÃO 2.2.2 – APOIOS POR ESPÉCIE – PU 2010	215
QUADRO 264:	ACÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR ESPÉCIE E RAÇA E POR ANO DE PA) - PU 2010	216
QUADRO 265:	ACÇÃO 2.2.2 – PEDIDOS DE APOIO PAS 2011	217
QUADRO 266:	ACÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS	217
QUADRO 267:	ACÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	218
QUADRO 268:	ACÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO	218
QUADRO 269:	SUBACÇÃO 2.2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	220
QUADRO 270:	SUBACÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO)	221
QUADRO 271:	SUBACÇÃO 2.2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	221
QUADRO 272:	SUBACÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	222
QUADRO 273:	SUBACÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS)	223
QUADRO 274:	SUBACÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADOS)	223
QUADRO 275:	SUBACÇÃO 2.2.3.2 – METAS (ACUMULADO)	224
QUADRO 276:	ACÇÃO 2.2.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO – PU 2010	226
QUADRO 277:	ACÇÃO 2.2.4 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO EM 2010 (POR GRUPO DE CULTURA) - PU 2010	227
QUADRO 278:	ACÇÃO 2.2.4 – ÁREAS CANDIDATADAS AO PAS 2011 (POR GRUPO DE CULTURA)	227
QUADRO 279:	ACÇÃO 2.2.4 – ÁREA APOIADA EM 2010 E ÁREA PAS 2011	228
QUADRO 280:	ACÇÃO 2.2.4 – MONTANTES PAGOS (POR ANO)	228
QUADRO 281:	ACÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	229
QUADRO 282:	ACÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE RESULTADO	229
QUADRO 283:	ACÇÃO 2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBACÇÃO (NO ANO E ACUMULADO)	231
QUADRO 284:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO)	231
QUADRO 285:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	232
QUADRO 286:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (NO ANO)	232
QUADRO 287:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	233
QUADRO 288:	ACÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	233
QUADRO 289:	ACÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	234
QUADRO 290:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	234
QUADRO 291:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	235
QUADRO 292:	ACÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	235
QUADRO 293:	ACÇÃO 2.3.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	236
QUADRO 294:	ACÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO)	237

QUADRO 295:	ACÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (PAGO)	237
QUADRO 296:	ACÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE ACÇÃO (CONTRATADO)	237
QUADRO 297:	ACÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE ACÇÃO (PAGO)	237
QUADRO 298:	ACÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO	238
QUADRO 299:	ACÇÃO 2.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO (POR SUBACÇÃO)	240
QUADRO 300:	ACÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ANO)	241
QUADRO 301:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBACÇÃO 2.3.2.1 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	241
QUADRO 302:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBACÇÃO 2.3.2.2 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	242
QUADRO 303:	ACÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	242
QUADRO 304:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	243
QUADRO 305:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	244
QUADRO 306:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBACÇÃO E TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	244
QUADRO 307:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBACÇÃO 2.3.2.1 (POR ESPÉCIE E DRAP)	245
QUADRO 308:	ACÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBACÇÃO 2.3.2.2 (POR ESPÉCIE E DRAP)	246
QUADRO 309:	ACÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS POR TIPO DE APOIO (ACUMULADO)	247
QUADRO 310:	ACÇÃO 2.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBACÇÃO	249
QUADRO 311:	ACÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBACÇÃO 2.3.3.1	250
QUADRO 312:	ACÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBACÇÃO 2.3.3.2	250
QUADRO 313:	ACÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBACÇÃO 2.3.3.3	251
QUADRO 314:	ACÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA DO 2º CONCURSO (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	251
QUADRO 315:	ACÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO DO 2º CONCURSO (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	252
QUADRO 316:	ACÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	253
QUADRO 317:	ACÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	253
QUADRO 318:	ACÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBACÇÃO 2.3.3.1 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	254
QUADRO 319:	ACÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBACÇÃO 2.3.3.3 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	255
QUADRO 320:	ACÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBACÇÃO E POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	255
QUADRO 321:	ACÇÃO 2.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	258
QUADRO 322:	ACÇÃO 2.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	258
QUADRO 323:	ACÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	259
QUADRO 324:	ACÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO E ACUMULADO) ...	259
QUADRO 325:	ACÇÃO 2.4.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	260
QUADRO 326:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PP AGRO E SILVO-AMBIENTAIS	263
QUADRO 327:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR OBJECTIVO DA ITI)	263
QUADRO 328:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	264
QUADRO 329:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPOLOGIA DE NATUREZA DE APOIO)	264
QUADRO 330:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO POR ITI	265
QUADRO 331:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - SAU APOIADA POR ITI	265
QUADRO 332:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - DESPESA PÚBLICA POR ITI	265
QUADRO 333:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO AGRO-AMBIENTAL)	266
QUADRO 334:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO SILVO-AMBIENTAL)	267

QUADRO 335:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO AGRO-AMBIENTAIS – PAS 2011 (POR ITI)	271
QUADRO 336:	ACÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO SILVO-AMBIENTAIS – PAS 2011 (POR ITI).....	272
QUADRO 337:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE AGRO-AMBIENTAL (POR ITI)	273
QUADRO 338:	ACÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE SILVO-AMBIENTAL (POR ITI)	274
QUADRO 339:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	275
QUADRO 340:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE RESULTADO.....	275
QUADRO 341:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	278
QUADRO 342:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO).....	279
QUADRO 343:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	279
QUADRO 344:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	280
QUADRO 345:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INP (ACUMULADO).....	280
QUADRO 346:	ACÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ITI (ACUMULADO)	281
QUADRO 347:	ACÇÃO 3.1.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	283
QUADRO 348:	ACÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	284
QUADRO 349:	ACÇÃO 3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	284
QUADRO 350:	ACÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	285
QUADRO 351:	ACÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	285
QUADRO 352:	ACÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	286
QUADRO 353:	ACÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	286
QUADRO 354:	ACÇÃO 3.1.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	287
QUADRO 355:	ACÇÃO 3.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO	287
QUADRO 356:	ACÇÃO 3.1.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	288
QUADRO 357:	ACÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	289
QUADRO 358:	ACÇÃO 3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	289
QUADRO 359:	ACÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	290
QUADRO 360:	ACÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	290
QUADRO 361:	ACÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	291
QUADRO 362:	ACÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	291
QUADRO 363:	ACÇÃO 3.1.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	292
QUADRO 364:	ACÇÃO 3.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADO)	292
QUADRO 365:	ACÇÃO 3.1.3 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	294
QUADRO 366:	ACÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	294
QUADRO 367:	ACÇÃO 3.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	294
QUADRO 368:	ACÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	295
QUADRO 369:	ACÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	295
QUADRO 370:	ACÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	296
QUADRO 371:	ACÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	296
QUADRO 372:	ACÇÃO 3.1.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	297
QUADRO 373:	ACÇÃO 3.1.3 – INDICADORES DE RESULTADO	297
QUADRO 374:	ACÇÃO 3.2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	298
QUADRO 375:	ACÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	299
QUADRO 376:	ACÇÃO 3.2.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ..	299

QUADRO 377:	ACÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	300
QUADRO 378:	ACÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	300
QUADRO 379:	ACÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	301
QUADRO 380:	ACÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	302
QUADRO 381:	ACÇÃO 3.2.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	302
QUADRO 382:	ACÇÃO 3.2.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	303
QUADRO 383:	ACÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	304
QUADRO 384:	ACÇÃO 3.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	304
QUADRO 385:	ACÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	305
QUADRO 386:	ACÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	305
QUADRO 387:	ACÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	306
QUADRO 388:	ACÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	306
QUADRO 389:	ACÇÃO 3.2.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	307
QUADRO 390:	MEDIDA 3.4 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	309
QUADRO 391:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS	310
QUADRO 392:	MEDIDA 3.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR ACÇÃO (ACUMULADO) ..	310
QUADRO 393:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	311
QUADRO 394:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	311
QUADRO 395:	ACÇÃO 3.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	312
QUADRO 396:	ACÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (NO ANO)	313
QUADRO 397:	ACÇÃO 3.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	313
QUADRO 398:	ACÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	314
QUADRO 399:	ACÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS	314
QUADRO 400:	ACÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	315
QUADRO 401:	ACÇÃO 3.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	315
QUADRO 402:	ACÇÃO 3.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	316
QUADRO 403:	ACÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (NO ANO)	317
QUADRO 404:	ACÇÃO 3.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)..	317
QUADRO 405:	ACÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	318
QUADRO 406:	ACÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS	318
QUADRO 407:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD (POR GAL).....	320
QUADRO 408:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – ACÇÃO 3.1.1 (POR GAL)	321
QUADRO 409:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – ACÇÃO 3.1.2 (POR GAL)	322
QUADRO 410:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – ACÇÃO 3.1.3 (POR GAL)	323
QUADRO 411:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – ACÇÃO 3.2.1 (POR GAL)	324
QUADRO 412:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – ACÇÃO 3.2.2 (POR GAL)	325
QUADRO 413:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO	325
QUADRO 414:	MEDIDA 3.5 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	327
QUADRO 415:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	328
QUADRO 416:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	328
QUADRO 417:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	329
QUADRO 418:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	329

QUADRO 419:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO).....	330
QUADRO 420:	MEDIDA 3.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	330
QUADRO 421:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	332
QUADRO 422:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	333
QUADRO 423:	MEDIDAS TRANSITADAS (EA) – EXECUÇÃO (NO ANO)	333
QUADRO 424:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	334
QUADRO 425:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	334
QUADRO 426:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	335
QUADRO 427:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – EXECUÇÃO (NO ANO).....	336
QUADRO 428:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	336
QUADRO 429:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	337
QUADRO 430:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) – EXECUÇÃO (ACUMULADO)	337
QUADRO 431:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	339
QUADRO 432:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	340
QUADRO 433:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1C1) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	340
QUADRO 434:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1 C2) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	341
QUADRO 435:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1 C1 E C2) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS FACE AOS CONTRATADOS	341
QUADRO 436:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 121)	342
QUADRO 437:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 121)	342
QUADRO 438:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 121) ..	343
QUADRO 439:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 123)	343
QUADRO 440:	HEALTH CHECK (ACÇÃO 1.1.1) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDA COM 123).....	343
QUADRO 441:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DO FEADER	345
QUADRO 442:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE NÃO CONVERGÊNCIA	346
QUADRO 443:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA.....	346
QUADRO 444:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ADICIONAIS DO N.º 5 A DO ARTIGO 69º DO REG. (CE) Nº 1698/2005 - REGIÕES DO OBJECTIVO CONVERGÊNCIA	347
QUADRO 445:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO TOTAL.....	347
QUADRO 446:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – GLOBAL	348
QUADRO 447:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	349
QUADRO 448:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – HEALTH CHECK.....	350
QUADRO 449:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRODER.....	351
QUADRO 450:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM (ACUMULADO)	354
QUADRO 451:	CUMPRIMENTO DA “REGRA N+2”	354
QUADRO 452:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS (ACUMULADO).....	354
QUADRO 453:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – MÓDULOS DO SI PRODER	368
QUADRO 454:	CONTROLO DE QUALIDADE – RESULTADOS (NO ANO)	373
QUADRO 455:	CONTROLO DE QUALIDADE – DISTRIBUIÇÃO POR DRAP DOS PA DEVOLVIDOS (NO ANO).....	373
QUADRO 456:	CONTROLO DE QUALIDADE – RESULTADOS DAS EQUIPAS REGIONAIS DAS DRAP (NO ANO)	374
QUADRO 457:	ASSISTÊNCIA TÉCNICA – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	399
QUADRO 458:	ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	399

QUADRO 459:	ASSISTÊNCIA TÉCNICA – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (NO ANO)	400
QUADRO 460:	ASSISTÊNCIA TÉCNICA – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS (NO ANO)	400
QUADRO 461:	ASSISTÊNCIA TÉCNICA – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	401
QUADRO 462:	PUBLICIDADE – DADOS QUANTITATIVOS RELATIVOS AO <i>WEBSITE</i> PRODeR (NO ANO)	404
QUADRO 463:	PUBLICIDADE – DADOS QUANTITATIVOS RELATIVOS AO <i>WEBSITE</i> PRODeR (NO ANO)	405
QUADRO 464:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS AO ENDEREÇO ELECTRÓNICO GERAL DO PRODeR	407
QUADRO 465:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS AO ENDEREÇO ELECTRÓNICO EXCLUSIVO DAS DRAP	407
QUADRO 466:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS À LINHA TELEFÓNICA DE ATENDIMENTO PRODeR	408
QUADRO 467:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS ÀS INSERÇÕES PUBLICITÁRIAS EM JORNAIS (NO ANO)	412
QUADRO 468:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS ÀS INSERÇÕES PUBLICITÁRIAS EM REVISTAS (NO ANO)	412
QUADRO 469:	PUBLICIDADE – DADOS RELATIVOS ÀS INSERÇÕES PUBLICITÁRIAS EM RÁDIOS (NO ANO)	412
QUADRO 470:	PUBLICIDADE – FOLHETOS DISTRIBUÍDOS (NO ANO)	413

Índice de figuras

FIGURA 1:	EVOLUÇÃO DO VABPM (2000=100)	26
FIGURA 2:	EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E RESPECTIVAS COMPONENTES	27
FIGURA 3:	RENDIMENTO AGRÍCOLA 2000-2010	29
FIGURA 4:	ESFORÇO DE INVESTIMENTO (%)	29
FIGURA 5:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2010 (ACUMULADO)	41
FIGURA 6:	ACÇÃO 1.6.2 – PROGRESSO DAS OBRAS DO ALQUEVA	156
FIGURA 7:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ARQUITECTURA FUNCIONAL	366
FIGURA 8:	PUBLICIDADE – DESTAQUES DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	403
FIGURA 9:	PUBLICIDADE – ACESSO À VERSÃO EM INGLÉS DO <i>WEBSITE</i> PRODeR	403
FIGURA 10:	PUBLICIDADE – CRIAÇÃO DE NOVO MENU NO <i>WEBSITE</i> PRODeR	404
FIGURA 11:	PUBLICIDADE – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS AO <i>WEBSITE</i> DO PRODeR (NO ANO)	406
FIGURA 12:	PUBLICIDADE – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE TELEFONEMAS DO <i>CONTACT CENTER</i> PRODeR (NO ANO)	408
FIGURA 13:	PUBLICIDADE – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE QUESTÕES COLOCADAS POR TELEFONE POR SUBPROGRAMA (NO ANO)	408
FIGURA 14:	PUBLICIDADE – DISTRIBUIÇÃO DOS TELEFONEMAS POR TIPOLOGIA DE UTILIZADOR (NO ANO)	409
FIGURA 15:	PUBLICIDADE – EVENTO DE ASSINATURA DE CONTRATOS (APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA COVA DA BEIRA)	410
FIGURA 16:	PUBLICIDADE – PAINÉIS PRODeR EXPOSTOS NA OVIBEJA	411
FIGURA 17:	PUBLICIDADE – INSERÇÃO PUBLICITÁRIA	413
FIGURA 18:	PUBLICIDADE – FOLHETO “DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS”	414

Siglas

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

DGADR: DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIRECÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DRAP: DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP

IGAP: INSPECÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E PESCAS

IGF: INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OP: ORGANISMO PAGADOR

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO-AMBIENTAL

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

PIR: PROJECTO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

ProDeR: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO

SiProDeR: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

ST: SECRETARIADO TÉCNICO

STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO

UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS

UE: UNIÃO EUROPEIA

UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL

VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO

VABPB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE

VAL: VALOR ACTUAL LÍQUIDO

VALcf: RENDIMENTO DOS FACTORES

ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES

CANDIDATURAS VÁLIDAS: TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS REPETIDAS, DAS DESISTIDAS, DOS PEDIDOS DE APOIO EM VALIDAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRODER E DAS CANCELADAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: AQUELAS QUE FORAM OBJECTO DE DECISÃO DA GESTORA, APÓS AUDIÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO.

CANDIDATURAS CONTRATADAS: AQUELAS QUE FORAM ENVIADAS POR *WEBSERVICE* DE CONTRATAÇÃO PARA O IFAP.

0. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual do ProDeR concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), conforme previsto no Artigo 82.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro, seguindo a estrutura e os conteúdos aí definidos.

O presente Relatório visa facultar uma visão global do Programa, procurando-se:

- ⇒ Contextualizar a implementação do ProDeR no quadro da evolução dos principais indicadores socioeconómicos;
- ⇒ Caracterizar a situação relativa à concretização e consolidação do modelo de governação;
- ⇒ Efectuar um balanço da operacionalização física e financeira do ProDeR;
- ⇒ Apresentar os principais factores críticos que condicionaram a implementação do ProDeR e as medidas adoptadas.

1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Enquadramento socioeconómico

A – Quadro macroeconómico

A actividade agrícola, como as outras actividades económicas inseridas no mercado global, está sujeita à influência do ambiente macroeconómico.

O comportamento da procura é influenciado por factores como o rendimento das famílias e a taxa de desemprego, quer em termos nacionais quer mundiais, dada a crescente importância da procura externa directa e sobretudo indirecta (através de bens agrícolas transformados). Embora exista alguma rigidez (inelasticidade) na procura de bens alimentares, a evolução das variáveis referidas poderá implicar reajustamentos, nomeadamente na estrutura dessa procura.

Do lado da oferta, o preço dos consumos intermédios, como o petróleo ou os alimentos para animais, e o valor das taxas de juro repercutem-se nos custos de produção.

Quadro 1: Enquadramento internacional

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de variação anual real PIB (%)							
EUA	4,1	3,1	2,7	1,9	0,0	-2,6	2,7
Zona euro	4,0	1,8	3,1	2,8	0,3	-4,1	1,7
OCDE	4,2	2,8	3,1	2,7	0,3	-3,4	2,8
PT	3,9	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,5	1,5
Taxa de Desemprego (%)							
EUA	4,0	5,1	4,6	4,6	5,8	9,3	9,7
Zona euro	8,3	8,9	8,2	7,4	7,4	9,3	9,9
OCDE	6,0	6,6	6,1	5,7	6,0	8,1	8,3
PT	4,0	7,7	7,7	8,0	7,6	9,5	10,7
Taxa de Variação anual real do Consumo privado (%)							
EUA	5,1	3,4	2,9	2,4	-0,3	-1,2	1,7
Zona euro	3,1	1,8	2,1	1,7	0,3	-1,1	0,6
OCDE	4,2	2,9	2,8	2,6	0,3	-1,3	1,9
PT	3,8	1,7	1,8	2,5	1,3	-1,0	2,2
Taxa de juro de curto prazo (%)							
EUA	6,5	3,5	5,2	5,3	3,2	0,9	0,5
Zona euro	4,4	2,2	3,1	4,3	4,6	1,2	0,8
Índice de preços							
Petroleo	52,2	100,0	119,8	133,4	178,4	113,1	143,2
Matérias primas agrícolas	86,6	100,0	111,8	135,3	130,2	108,5	145,6

Fonte: OCDE e Contas Nacionais, INE

Em 2010, o PIB das economias desenvolvidas (que constituem os principais destinos das exportações portuguesas, incluindo as agro-alimentares) voltou a crescer, após a crise de 2008/2009. Tal não se reflectiu ainda no desemprego, que continuou a aumentar, o que não impediu o aumento do Consumo Privado. As taxas de juro desceram para níveis historicamente baixos, o que cria um ambiente favorável ao investimento mas, em contrapartida, o preço do petróleo e o das matérias-primas agrícolas registaram uma subida assinalável, atingindo máximos históricos neste último caso.

Quadro 2: PIB e componentes

	2005	2006	2007	2008	2009 ^P	2010 ^P
<i>Taxa de variação real (%)</i>						
PIB	0,80	1,40	2,40	0,00	-2,50	1,30
Consumo privado	1,70	1,80	2,50	1,30	-1,10	2,20
Consumo público	3,30	-0,60	0,50	0,50	3,70	1,80
Investimento	-0,90	-0,60	2,00	-0,10	-13,70	-5,50
Procura interna	1,40	0,80	2,00	0,90	-2,90	0,70
Exportações	0,20	11,60	7,60	-0,10	-11,60	8,80
Importações	2,30	7,20	5,50	2,30	-10,60	5,20

Fonte: Contas Nacionais, INE

Em Portugal, o ano de 2010 foi marcado também por um crescimento do PIB, embora moderado, para o que contribuiu a boa recuperação das exportações. Verificou-se um aumento muito significativo do desemprego, que atinge proporções não conhecidas nas últimas décadas. Apesar disso, o Consumo Privado registou uma subida mais acentuada que a do PIB e que é muito superior à observada na zona euro e na generalidade dos países desenvolvidos. Também as importações voltaram a registar um grande crescimento, cuja causa não será o investimento, que continuou a diminuir. Em termos nominais, as consequências negativas do aumento das importações são ainda agravadas pelo aumento já mencionado dos preços do petróleo e das matérias-primas agrícolas, duas das principais dependências estruturais do nosso país.

Em síntese, do lado da procura, quer interna quer externa, o ano de 2010 proporcionou um ambiente macroeconómico favorável. Já do lado da oferta, os sinais são mais complexos: as taxas de juro do euro registaram níveis muito baixos mas os prémios de risco nacionais poderão ter contrariado esse impacto, o que juntamente com as expectativas dos agentes (sobre a sustentabilidade da procura interna) explicarão a continuação da queda do investimento. O aumento dos preços do petróleo e o das matérias-primas agrícolas são outros factores negativos.

B – Complexo Agro Florestal na Economia

O complexo agro-florestal tem um peso importante na economia nacional e no emprego, gerando aproximadamente 4,8% do PIB a preços de mercado e representando 15% do emprego.

Quadro 3: Importância do complexo agro-florestal no PIB (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009 ^P	2010 ^P
<i>preços base</i>							
Agricultura	2,2	1,7	1,7	1,4	1,4	1,4	1,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	1,7
Silvicultura	0,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Florestais	1,9	1,5	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2
Complexo Agro Florestal	6,6	5,4	5,4	5,0	4,8	4,8	4,7
<i>custo de factores</i>							
Agricultura	2,6	2,7	2,6	2,5	2,5	nd	nd
Complexo Agro Florestal	<i>nd</i>	<i>nd</i>	5,6	5,3	<i>nd</i>	<i>nd</i>	<i>nd</i>

Fonte: GPP a partir de INE

Se medirmos a importância do produto agrícola na economia valorizando-os ao custo de factores (isto é, somando todos os subsídios líquidos de impostos), a sua importância é maior e mais estável. É pertinente tomar esta medida em consideração pois parte dos subsídios agrícolas destinam-se a pagar bens públicos não remunerados pelo mercado. Para além disso, em

termos de análise da evolução permite atenuar os efeitos que se devem às alterações de forma da política¹.

Quadro 4: Importância do complexo agro-florestal no emprego (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009 ^P	2010 ^P
Agricultura	11,5	10,9	10,9	10,7	10,5	10,7	10,5
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,1	2,1
Silvicultura	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ind. Florestais	2,0	1,8	1,8	1,7	1,6	1,9	1,8
Complexo Agro Florestal	16,1	15,2	15,1	14,9	14,7	15,0	14,7

Fonte: GPP a partir de INE

O sector é composto por sectores transaccionáveis e fortemente internacionalizados, o que lhe confere um papel importante no comércio internacional representando, actualmente, cerca de 20% e 14%, respectivamente, das exportações e das importações de bens da Economia.

O saldo da balança comercial é negativo, contribuindo para o défice comercial da Economia Portuguesa, em cerca de 22%. Este contributo negativo para o saldo comercial nacional terá dificuldades em diminuir aos baixos níveis de auto-provisionamento de cereais e alimentação animal, entre outros, cujos preços poderão manter-se elevados.

¹ O apoio dado através da protecção na fronteira fica reflectido nos preços de mercado; os apoios a produtos específicos reflectem-se nos preços base; os apoios desligados reflectem-se no custo de factores. Assim, como o produto medido ao custo de factores incorpora o produto medido a preços de mercado mais os subsídios ligados mais os desligados, torna-se uma medida mais adequada para estudar a evolução numa década com sucessivas alterações da forma de dar apoios.

Quadro 5: Importância do complexo agro-florestal no comércio internacional (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009 ^p	2010 ^p
Complexo agroalimentar no total da Economia (Bens)							
Exportações	6,6	8,1	8,1	8,8	10,6	11,8	10,8
Importações	12,1	12,2	12,1	12,9	13,1	15,0	14,1
Defice comercial	22,4	20,1	20,8	21,7	17,3	21,5	21,7
Complexo Florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	9,4	8,4	8,1	8,0	8,0	6,2	7,3
Importações	3,9	3,5	3,3	3,5	3,2	3,4	3,3
Defice comercial	-6,3	-5,7	-7,0	-6,5	-4,6	-2,1	-5,6
Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	16,0	16,5	16,2	16,8	18,6	17,9	18,0
Importações	16,0	15,7	15,4	16,3	16,3	18,4	17,4
Defice comercial	16,1	14,4	13,8	15,3	12,7	19,4	16,2
Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens e Serviços)							
Exportações	12,6	12,6	12,2	12,4	13,0	12,8	13,1
Importações	14,0	13,7	13,4	14,1	14,1	15,6	14,8
Defice comercial	17,9	16,9	17,3	20,7	17,7	25,6	22,1

Fonte: GPP a partir de INE

C – Economia Agrícola

O INE publicou a primeira estimativa 2010 para as Contas Económicas da Agricultura – Base 2000, a partir da qual foram feitas as primeiras estimativas² para a nova base (Base 2006). Devido ao seu carácter muito preliminar, procura-se analisar, sobretudo, a tendência 2000-2009 retirando, sempre que possível, conclusões relativas ao ano 2010.

² Há que ter alguma prudência, na análise destes indicadores, devido ao seu carácter preliminar, não se encontrando em alguns casos explicação para algumas variações (é o caso da variação negativa de 58% dos juros a pagar).

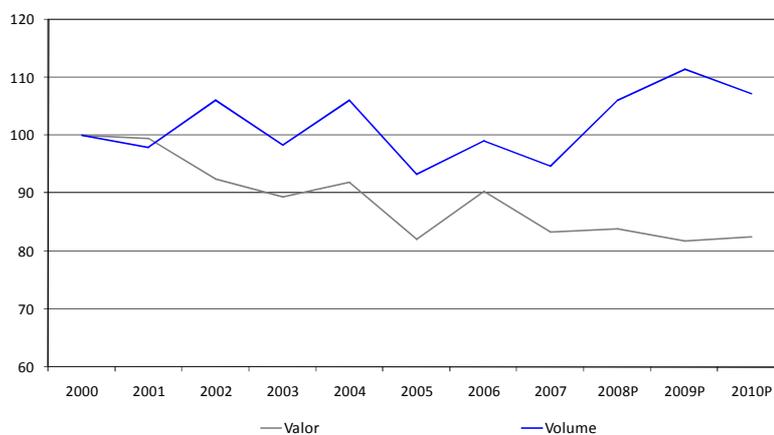
Quadro 6: Indicadores relativos à actividade agrícola (%)

	Taxa de variação anual						Taxa de crescimento média anual ^P (2000-2009)
	2005	2006	2007	2008 ^P	2009 ^P	2010 ^P	
VABpm							
Preços correntes	-10,7	10,1	-7,8	0,8	-2,5	0,8	-2,2
Preços constantes	-12,0	6,0	-4,3	12,0	5,0	-3,8	1,2
VABcf (preços correntes)	-5,6	-1,1	-1,1	4,5	-9,1	4,2	-1,2
Emprego (UTA)	-2,1	-2,6	-2,3	-1,2	-2,5	-1,9	-2,4
Produtividade	-10,1	8,9	-2,1	13,4	7,8	-1,9	3,7
Rendimento							
VALcf/UTA real	-5,0	3,4	5,3	-0,8	-5,1	7,8	-0,4
VALcf - rendas e juros / UTA	-7,1	3,5	2,5	-3,1	-2,9	16,6	-1,1
Juros a pagar	17,7	-3,7	23,2	24,4	-25,5	-58,4	5,5
Subsídios	7,9	-24,5	20,4	13,8	-22,0	12,8	2,5

Fonte: GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE

O produto agrícola tem crescido a uma média anual de 1,2% nos últimos 10 anos. O contraste observado entre as evoluções do produto agrícola a preços correntes (em valor) e constantes (em volume) deve-se à variação negativa dos preços implícitos no produto (-26,5%), traduzindo o **crescimento acentuado do preço dos consumos intermédios** (23,2%) em simultâneo com a diminuição dos preços da produção agrícola.

Figura 1: Evolução do VABpm (2000=100)



Fonte: GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE

Quadro 7: Taxas de variação no período 2000-2009 e 2010-2009 (%)

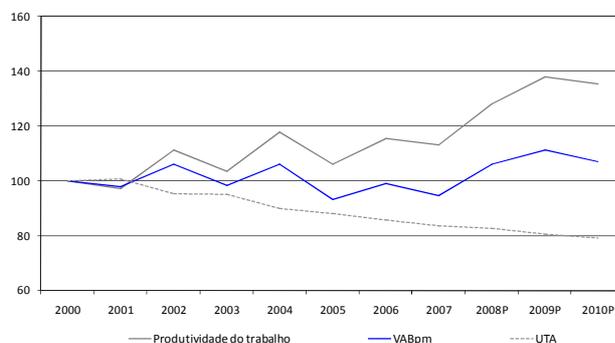
	2000-2009			2010/2009		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
VABpm Agricultura	11,4	-26,5	-18,2	-3,8	4,8	0,8
Produção agrícola pm	4,4	-1,0	3,3	-1,5	5,1	3,5
Consumos intermédios	-0,8	23,2	22,2	0,4	4,6	5,0
PIB pm	5,5	25,5	32,3	1,4	1,4	2,8

Fonte: Resultados Preliminares GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE

O **emprego na agricultura** tem vindo continuamente a diminuir (19% de 2000 a 2009, medido em volume de trabalho). Contudo, verificou-se um crescimento do Produto, o que significa um acréscimo da produtividade parcial do trabalho de 34% (3,7% em média anual), que se deve quer ao efeito do desaparecimento de explorações mais pequenas (RA09) quer ao aumento da produtividade dos que permaneceram, reflexo de melhorias tecnológicas e de alterações da ocupação cultural resultantes da capacidade de inovação e de adaptação dos agricultores.

O **crescimento da produtividade tem sido substancialmente superior no sector agrícola**, relativamente ao conjunto da economia, embora os valores médios de produtividade agrícola sejam bastante inferiores ao total da economia (6,8 face aos 28,5 mil euros/unidade de trabalho). No entanto, quando se analisam os valores das grandes explorações agrícolas, estes, são próximos dos da Economia (a margem bruta, conceito próximo de VAB, era 25,2 mil euros por unidade de trabalho, em 2007) revelador da coexistência **de realidades muito distintas**.

Figura 2: Evolução da produtividade agrícola e respectivas componentes



Fonte: GPP a partir de CEA (Base 2006), INE

A representatividade dos vários estratos de agricultura é distinta consoante a abordagem: as **explorações de pequena dimensão**, com um papel social importante, representam **¾ das explorações agrícolas**, mas apenas **11% da SAU** enquanto as explorações de grande dimensão (3% das explorações agrícolas) detêm 65% da SAU, como revelam os resultados preliminares do RA09.

Quadro 8: Repartição de alguns indicadores por classes de 2007

	Nº Expl.	UTA	SAU	MB	SAU/Expl	MB/SAU	MB/UTA
	%				ha	euros/ha	euros
MP	77,7	60,6	18,2	16,0	3,2	512	1.616
P	16,6	20,0	20,4	19,6	16,8	560	6.021
M	3,9	7,7	17,7	16,6	62,0	548	13.208
G	1,8	11,7	43,7	47,8	325,9	639	25.174
Total	100	100	100	100	13,3	583,5	6.136

Fonte: GPP a partir de IEA, INE

A forte **degradação dos preços implícitos no produto agrícola** relativamente aos preços implícitos no PIB exerceu uma **influência muito negativa sobre o rendimento da actividade agrícola**. Assim, o poder aquisitivo do rendimento unitário gerado pela actividade agrícola conheceu um decréscimo (em média anual 2000-2009, VAL_{cf} real³ por UTA: **-0,4%**; rendimento unitário dos agricultores⁴: **-1,1%**). Outro factor que contribuiu para esta variação negativa foi o aumento de endividamento do sector (os encargos com juros representavam 4,7% do VAB_{cf}, média 99-01, actualmente representam 9,4% média 07-09).

Os subsídios cresceram, em média anual 2000-09, 2,5% em termos nominais, ou seja, 1,7%⁵ em termos reais. O seu peso no VAB_{cf} tem aumentado, representando actualmente, 29,5% (média 2007-09).

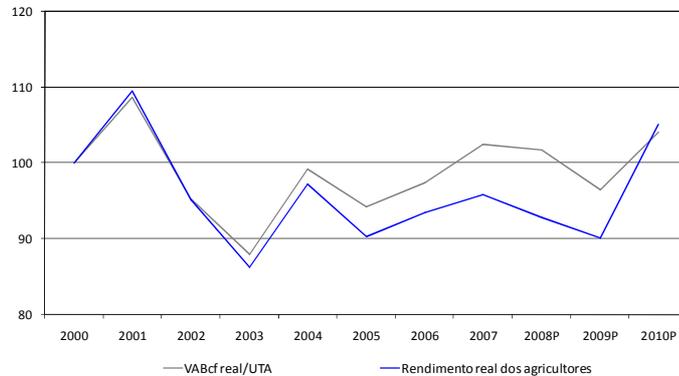
A tendência decrescente da evolução do rendimento da actividade agrícola portuguesa também se observou na UE27.

³ Recorrendo ao deflador do PIB (CN, INE).

⁴ Rendimento unitário dos agricultores = (VAL_{cf} - rendas pagas - juros pagos) real /UTA.

⁵ Recorrendo ao deflador do PIB (CN, INE).

Figura 3: Rendimento agrícola 2000-2010



Fonte: GPP a partir de CEA (Base 2006), INE
Rendimento real dos agricultores = (VAIcf-rendas-juros a pagar) real/UTA

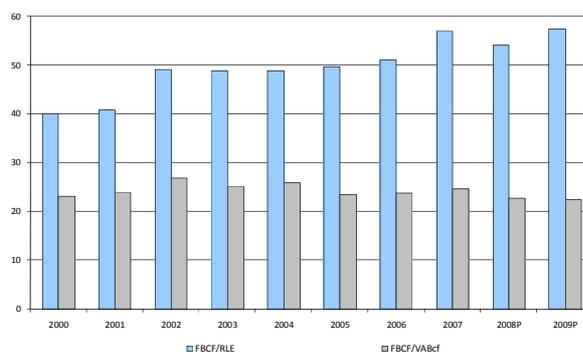
O **investimento na** actividade agrícola, à semelhança da economia, apresentou uma **tendência de variação negativa**, particularmente evidente em 2009. Ainda assim, o esforço de investimento efectuado pelo agricultor, medido pela proporção do rendimento que é investida, tem vindo a aumentar em cerca de 4% ao ano (assumindo em 2009, 57,5% face aos 40% de 2000). Tal justificar-se-á pela necessidade de repor o stock de capital num contexto de perda de rendimento auferido pelo agricultor.

Quadro 9: Estrutura da produção agrícola e respectiva variação

	Taxa de variação anual					Taxa de crescimento média anual ^P (2000-2009)
	2005	2006	2007	2008 ^P	2009 ^P	
FBCF	-14,2	-0,2	2,5	-3,1	-10,9	-1,6

Fonte: GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE

Figura 4: Esforço de investimento (%)



Fonte: GPP a partir de CEA (Base 2006), INE

Em particular, no ano 2010 os indicadores de rendimento apresentaram um comportamento muito positivo face à tendência verificada, em virtude de um aumento dos subsídios 12,8%, mas também de uma diminuição dos juros pagos (-58%). Já no que se relativamente à produtividade do trabalho estima-se uma diminuição de cerca de 1,9%, face ao ano anterior, em resultado da diminuição do produto agrícola.

No que se refere à produção agrícola, destaca-se o seu crescimento (0,7%, média anual) no período 2000-2009 com sinais de desaceleração no ano 2010 (em volume) fruto de condições climatéricas adversas, já em termos nominais, a produção subiu 3,5% devido à subida dos preços.

Quadro 10: Estrutura da produção agrícola e respectiva variação

	Estrutura em 2009	Variação 2000-2009 (em volume)	Variação 2010/2009		
			Volume	Preço	Valor
Cereais	2,4	-44,1	-6,4	28,0	19,8
Plantas industriais	0,9	-30,1	-5,7	0,5	-5,2
Plantas forrageiras	3,5	-14,8	-5,5	7,7	1,8
Vegetais e Produtos hortícolas	19,7	10,6	-2,4	10,5	7,9
Batatas	1,2	-15,7	-12,1	47,8	29,9
Frutos	13,5	6,0	-9,2	2,9	-6,6
Vinho	12,9	-10,1	8,4	2,5	11,2
Azeite	2,0	7,9	13,2	-2,5	10,4
Outros produtos vegetais	0,1	-5,0	0,0	-3,1	-3,1
PRODUÇÃO VEGETAL	56,3	-4,9	-1,6	7,4	5,6
Bovinos	7,6	19,3	-11,9	6,3	-6,3
Suínos	8,4	14,7	3,2	3,3	6,6
Aves de capoeira	5,9	13,4	3,0	2,1	5,2
Leite	11,0	-2,2	-2,5	-6,7	-9,1
PRODUÇÃO ANIMAL	38,4	6,6	-1,4	1,3	-0,2
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGR	4,8	22,5	-1,3	5,6	4,3
PRODUÇÃO	100,0				

Fonte: GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE

A sustentabilidade do crescimento do Produto está assente, em grande parte, em sectores fortemente consumidores de consumos intermédios, em particular energia e alimentação animal. A continuação deste crescimento será, pois, condicionado pelas fortes repercussões ao nível dos custos de produção no contexto recente de subida de preços de algumas matérias-primas agrícolas, particularmente nos sectores do leite e da pecuária (representam 11% e 25%, respectivamente, da produção agrícola nacional). Note-se que no caso da suinicultura e avicultura o custo com a alimentação animal chega a ultrapassar os 80% dos custos totais.

Para além disto, a actividade é, também, influenciada pelo lado da procura, uma vez que as repercussões do ambiente macroeconómico no comportamento no consumo poderão implicar reajustamentos substanciais com implicações na respectiva composição, que poderá afectar os produtos de qualidade com preços mais elevados.

As repercussões do ambiente macroeconómico no **consumo mundial** não se repercutiram no **consumo interno de bens alimentares** que registou um crescimento médio anual, no período 2000-2010 de 1,7%, e na **procura externa** apresentando o sector um **crecente dinamismo exportador**, com taxas de crescimento das exportações superiores ao resto da economia. A taxa de crescimento anual das exportações agro-alimentares entre 2000 e 2009, a preços de 2006, foi de cerca de 8,5%, taxa esta superior ao total dos bens que apenas cresceu 1,3% nesse período. Já o complexo florestal, tradicionalmente o sector exportador mais importante, tem vindo a diminuir a sua importância, com repercussões negativas no saldo da balança comercial nacional.

Quadro 11: Taxas de variação anual do complexo agro-florestal no comércio internacional (%)

	2005	2006	2007	2008 ^P	2009 ^P	2010 ^P
Exportações						
Complexo Agro-Alimentar	8,9	14,8	17,0	16,0	-4,1	5,7
Agricultura	5,5	9,3	8,9	27,8	11,6	-1,3
Ind.alim, bebidas e tabaco	9,4	15,7	18,2	14,2	-6,6	7,0
Complexo Florestal	0,1	10,9	6,0	-2,6	-33,7	35,6
Silvicultura	-1,4	7,4	18,6	12,0	-56,6	26,9
Ind.Florestais	0,2	11,1	5,4	-3,4	-32,3	35,9
Importações						
Complexo Agro-Alimentar	-0,2	9,7	13,1	9,9	-8,4	4,3
Agricultura	-1,6	2,5	22,3	11,5	-16,6	8,9
Ind.alim, bebidas e tabaco	0,5	12,9	9,4	9,2	-4,7	2,4
Complexo Florestal	0,8	3,6	11,5	-0,4	-14,9	7,7
Silvicultura	-10,6	-7,7	34,6	3,3	-40,9	31,7
Ind.Florestais	2,1	4,8	9,4	-0,8	-12,0	5,9

Fonte: 2005-2008 dados definitivos a partir de CN, INE (com excepção de agricultura e silvicultura em 2008)
2009-2010 dados provisórios GPP, a partir de CAE, INE (com excepção de agricultura e silvicultura em 2008)

A orientação sectorial para o mercado externo tem aumentado, acompanhando a tendência global da economia mas de modo ainda mais acentuado. A agricultura, apesar de um crescimento acentuado, tem os

valores mais baixos dos sectores em análise, as exportações representam apenas 10% da produção nacional. Tal deve-se, em certa medida, à especificidade de parte dos produtos agrícolas que requerem algum grau de transformação para poderem ser exportados. De facto 65% da produção de produtos agrícolas é incorporada nas indústrias alimentares, bebidas e tabaco cujas exportações⁶ representam 25% da produção.

Quadro 12: Relação entre as exportações e o VAB

	2000	2005	2006	2007	2008	2009 ^P	2010 ^P
Agricultura	7,1	14,6	15,3	18,4	23,5	26,6	26,4
Ind. alimentares, bebidas e tabaco	74,0	80,8	91,9	109,2	119,0	111,6	119,0
Silvicultura	8,8	18,9	20,4	24,3	27,6	12,2	13,9
Ind. Florestais	108,0	115,8	123,3	125,2	135,8	99,0	128,9
Transacionáveis (Economia)	53,9	54,5	60,8	62,2	<i>nd</i>	<i>nd</i>	<i>nd</i>

Fonte: GPP, a partir do INE

Esta performance resultou de uma dinâmica do sector que conseguiu responder a uma crescente abertura dos mercados e a um assinalável aumento do consumo de bens alimentares. Esta constatação também é assinalada nos Indicadores de especialização do complexo Agro-alimentar, em que a capacidade de cobertura das necessidades internas manteve ao longo da década um nível próximo dos 70%.

⁶ Em 2006, segundo estimativas do GPP, as exportações das IABT incorporam 20% de bens agrícolas nacionais, o que corresponde a cerca de 8% da produção agrícola. O que significa que, em 2006, a orientação exportadora directa e indirecta seria de, aproximadamente, 14%, o que compara com os 6% deste indicador em sentido estrito. A substituição de importações agrícolas por produção nacional é, portanto, uma maneira de aumentar a orientação exportadora da agricultura, em sentido lato.

1.2 O modelo de governação

O Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 de Junho, alterou o Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 8 de Março, procedendo a alguns ajustamentos nas regras transversais de funcionamento do Programa, com o objectivo de clarificar e articular as responsabilidades dos organismos intervenientes, e assim simplificar os procedimentos adoptados e tornar mais célere e eficaz a execução do Programa.

Destas alterações destacam-se a previsão da modalidade de submissão dos PA em contínuo, a redução de dois dos elementos da decisão de aprovação, cuja alteração obrigava à emissão de nova decisão e a transferência da competência de decisão de aplicação das reduções e exclusões, previstas no Regulamento (CE) n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro, anteriormente cometida à AG, pertencer agora ao IFAP, na qualidade de entidade contratante e organismo pagador, sendo ouvida a AG, por se tratar de vicissitudes que se verificam em sede de execução contratual.

1.3 Alterações ao Programa

Tal como já tinha acontecido no ano de 2009, em 2010 foram efectuadas alterações ao Programa.

Na primeira alteração, submetida em Janeiro, foram efectuados alguns ajustamentos ao Programa, nomeadamente com a alteração/criação de algumas Medidas/Acções como sejam:

- ⇒ Medida 1.7 “Cumprimento de novas normas obrigatórias” – criação da Medida por forma a agilizar a aplicação das novas normas comunitárias, através da concessão de ajudas que compensem de forma temporária e degressiva o acréscimo de custos que implicam;
- ⇒ Acção 1.5.2 “Restabelecimento do potencial produtivo” – alteração do nível máximo de apoio de 50% para 75%.

Para além destas, efectuaram-se alterações de carácter horizontal como seja o pagamento de adiantamentos das medidas de apoio ao investimento, do Capítulo 5 – Informação sobre os eixos e medidas, em que se elimina a referência ao limite de 20%, tendo, assim, ficado claro que as condições do adiantamento são as que decorrem do artigo 56.º do Regulamento (CE) n.º 1974 modificado pelo Regulamento (CE) n.º 363/2009.

Desta forma, os beneficiários das medidas de investimento do ProDeR passaram a dispor da possibilidade de solicitar um adiantamento no valor máximo de 50% do apoio concedido, até ao final de 2010.

Em Março de 2010, foi apresentado outro pedido de alterações ao ProDeR, aprovado pela Comissão através da Decisão C(2010) 9360 de 27.12.2010. O âmbito destas alterações é o seguinte:

I- Alteração no Subprograma 1 *“Promoção da competitividade”* – Eixo 1 *“Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal”*:

- a) Acção 1.1.1 *“Modernização e capacitação das empresas - Alteração dos pontos 4 “Descrição” e 8 “Tipologia e nível de apoio”*;
- b) Acção 1.1.2 – *“Investimentos de pequena dimensão”* - Alteração do ponto 7 *“Tipologia e nível de apoio”* (passa a valor máximo);
- c) Acção 1.4.2 *“Informação e promoção de produtos de qualidade”* - Alteração do ponto 5 *“Tipologia e nível de apoio”*;
- d) Medida 1.5 – *“Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises”* – Eliminação da Acção 1.5.1 – *“Instrumentos financeiros”*;
- e) Medida 1.5 *“Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises”* – Reforço financeiro da Acção 1.5.2 *“Restabelecimento do potencial produtivo”*;
- f) Medida 1.6 – Alteração das dotações do financiamento de cada uma das Acções (1.6.1 a 1.6.5).

II- Alteração do Subprograma 2 *“Gestão sustentável do espaço rural”* – Eixo 2 *“Melhoria do ambiente e da paisagem rural”*:

- a) Informações comuns a certas Medidas – “Boas condições agrícolas e ambientais” (pág. 175);
- b) Informações comuns a certas Medidas – “Encabeçamento máximo em pastoreio” (pág. 180);
- c) Medida 2.2 “Valorização de Modos de produção” - Reforço financeiro da Acção “Conservação e melhoramento de recursos genéticos”;
- d) Medida 2.4 – Intervenções territoriais Integradas - Alteração das Acções 2.4.3 a 2.4.12 (ITI existentes);
- e) Medida 2.4 – Intervenções territoriais Integradas – Criação da Acção 2.4.13 – ITI Zonas Rede Natura do Alentejo.

III- Alteração do Subprograma 3 *“Dinamização das zonas rurais”* - Eixo 3 *“Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural”*;

- a) Medida 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” – Alteração do ponto “Tipologia e nível de apoio” das Acções 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 (diferença grandes e pequenos projectos);
- b) Medida 3.3 “Implementação de estratégias de desenvolvimento local” - Alteração do ponto “Critérios de demarcação com outros Fundos Estruturais”;
- c) Medida 3.4 “Cooperação LEADER para o desenvolvimento” - Alteração do ponto “Procedimento e calendarização”.

IV- Alteração no Subprograma 4 *“Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências”* – Eixo 1 *“Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal”*:

- a) Acção 4.3.1 “Serviços de aconselhamento agrícola” (modo de degressividade) e Acção 4.3.2 “Serviços de apoio às empresas” (nível de apoio e Modo de degressividade).

V- Alteração dos pontos 11 “Designação das autoridades competentes e órgãos responsáveis rurais” (11.1 Autoridade de Gestão) e 12 “Sistema de

acompanhamento e avaliação e composição do Comité de Acompanhamento” (12.2 Composição do Comité de Acompanhamento).

1.4 Complementaridade com outros instrumentos financeiros

Nesta matéria mantêm-se a situação e os procedimentos instituídos e descritos no relatório de execução de 2009.

Adicionalmente, no quadro da operacionalização da Medida 3.6 – Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais, foi celebrado um protocolo de articulação entre o ProDeR e os P.O. Regionais do QREN que delimitou, de forma objectiva, as áreas de intervenção a cargo do FEADER - ProDeR e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Regionais.

A demarcação dos investimentos financiados pelo FEDER e pelo FEADER foi definida a nível territorial. Depois de identificados os territórios (Municípios) a intervir, que se localizam exclusivamente em zonas rurais, as zonas de intervenção de cada um dos fundos foram estabelecidas na assunção de que o FEADER estará mais vocacionado para a intervenção em zonas de mais baixa densidade populacional e com a preocupação de assegurar a continuidade geográfica de cada uma das zonas e, com isso, assegurar que não ocorre qualquer sobreposição.

Tendo por referência o valor médio da densidade populacional apurado para os concelhos em que a intervenção em causa terá lugar, determinou-se que o FEADER intervirá na área dos Municípios da Região NUT II Alentejo e da Região NUT II Algarve, uma vez que se trata das áreas de intervenção que, globalmente, registam as mais baixas densidades populacionais de entre as áreas a intervencionar.

Adicionalmente, o FEADER intervirá nos concelhos das NUTS III da Região Centro, que apresentam densidades populacionais mais baixas, que são Beira Interior Sul (8,6 hab/km²) e Beira Interior Norte (20,19 hab/km²) e nos concelhos de Fornos de Algodres, Aguiar da Beira, Sátão e Penalva do Castelo que têm continuidade geográfica com a restante zona de intervenção deste Fundo.

O restante território, da Região Centro e da Região Norte, será da responsabilidade do FEDER.

2. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do ProDeR, até ao final de 2010, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efectuados.

2.1 Balanço global do Programa

Em 2010, a actuação da Autoridade de Gestão (AG) centrou-se essencialmente na análise, decisão e contratação de candidaturas.

Após o esforço desenvolvido no final de 2009, no sentido de, por um lado, regulamentar e acreditar todas as acções e, por outro, agilizar o processo de decisão, o ano de 2010 teve como tónica simplificar os procedimentos administrativos, analisar, decidir e contratar os Pedidos de Apoio (PA) das Acções cujo concurso já se encontrava fechado e efectuar novos concursos.

2.1.1 Legislação publicada

Durante o ano de 2010, no âmbito do processo de simplificação administrativa e incorporação do novo modelo de governação que o Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de Março e o Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 de Junho introduziram nos Decretos-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro e n.º 37-A/2008, de 5 de Março, bem como todas as alterações aprovadas em Comité de Acompanhamento e pela Comissão Europeia, foram publicadas 8 portarias.

Destas oito portarias uma, a Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, alterou 30 das Portarias ProDeR, duas regulamentaram pela primeira vez

duas acções (Acção 1.7 e Acção 3.6) e as restantes alteraram cinco portarias já existentes.

2.1.2 Concursos abertos

Os regulamentos específicos de cada Acção estabelecem as modalidades de apresentação das candidaturas. Enquanto no ano de 2009 para a maioria das acções tinha sido privilegiada a modalidade de concurso, em 2010, e no enquadramento da flexibilização e simplificação do programa, optou-se em algumas acções pela modalidade de candidaturas em contínuo nomeadamente em acções destinadas aos promotores florestais e sempre que a tipologia da operação o permitia.

Assim, em 2010, foram abertos 27 novos concursos, dos quais 4 com a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo: Acção 1.1.3 "Instalação de Jovens Agricultores", Acção 1.6.2 "Regadio do Alqueva", Acção 1.3.2 "Gestão multifuncional" e Acção 1.3.3 "Modernização e capacitação das empresas florestais". Quanto aos Projectos de Impacto Relevante (PIR) manteve-se até Maio a hipótese de candidaturas em contínuo, altura em que, por motivos de gestão financeira da Acção 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", a recepção de candidaturas foi suspensa.

Relativamente às Medidas/Acções enquadradas no PU, decorreu entre Fevereiro e Maio o período de candidaturas (PAS 2011).

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por Medida e Subprograma.

Quadro 13: Concursos em vigor no ano de 2010 (exclui medidas enquadradas no PU)

Subprograma / Medida / Acção (Exclui medidas PU)		Nº concursos (abertos em 2010)	Nº concursos (abertos em 2009 e fechados em 2010)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1		10	4	190.500
111	Modernização e capacitação das empresas	1		50.000
112	Investimentos de pequena dimensão	1		15.000
113	Instalação de jovens agricultores	1		
12	Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização	1		20.000
131	Melhoria produtiva dos povoamentos		1	20.000
132	Gestão multifuncional	1		
133	Modernização e capacitação das empresas florestais	1		
142	Informação e promoção de produtos de qualidade	1		6.000
152	Restabelecimento do potencial produtivo	2		23.000
161	Desenvolvimento do regadio		1	8.500
162	Regadio de Alqueva	1		
163	Sustentabilidade dos regadios públicos			
164	Modernização dos regadios colectivos tradicionais			
165	Projectos estruturantes			48.000
Subprograma 2		5	7	76.450
223	Conservação e melhoramento de recursos genéticos	2		24.300
231	Minimização dos riscos		2	14.000
232	Ordenamento e reconversão dos povoamentos	1	2	12.000
233	Valorização ambiental dos espaços florestais		3	16.000
24	ITI - Apoio à gestão das ITI	1		150
	ITI - Investimentos não produtivos	1		10.000
Subprograma 3		8	2	14.634
311	Diversificação de actividades na exploração agrícola	1		146
312	Criação e desenvolvimento de microempresas	1		292
313	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	1		292
321	Conservação e valorização do património rural	1		294
322	Serviços básicos para a população rural	1		882
341	Cooperação interterritorial	1	1	7.803
342	Cooperação transnacional	1	1	3.937
35	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação	1		988
36	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais			
Subprograma 4		3	0	40.000
41	Cooperação para a inovação	1		15000
421	Formação especializada	1		10.000
422	Redes temáticas de informação e divulgação			
431	Serviços de aconselhamento agrícola			
432	Serviços de apoio às empresas	1		15000
Assistência Técnica		1	0	11.496
	Assistência Técnica	1		11496
TOTAL		27	13	333.080

2.1.3 Candidaturas entradas e investimento proposto

Foram apresentados mais de 147 mil processos de candidatura, sendo que as medidas SIGC (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam cerca de 94% do total.

O custo total envolvido (investimento apresentado no caso das medidas não SIGC) atinge o valor de 1.655.690 mil euros.

Nas medidas não SIGC, o Subprograma 1 “Promoção da competitividade”, cujas candidaturas representam 80% do número total de candidaturas apresentadas nas medidas de investimento, tem particular expressão.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por Subprograma, do número de candidaturas e do investimento apresentado/custo total.

Quadro 14: Candidaturas apresentadas até 31-12-2010 (exclui Medidas enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Exclui Medidas / Acções enquadradas no PU)	2010		Acumulado a 31-12-2010	
	Nº de candidaturas	Investimento apresentado	Nº de candidaturas	Investimento apresentado
Subprograma 1	7.341	1.351.994	17.629	5.368.839
Subprograma 2	696	62.990	1.528	143.651
Subprograma 3	142	12.069	2.232	375.231
Subprograma 4	103	20.827	595	111.246
Assistência Técnica	17	29.223	26	39.659
TOTAL	8.299	1.477.104	22.010	6.038.625

Nota: Foram excluídas as candidaturas desistidas

Quadro 15: Candidaturas apresentadas até 31-12-2010 (enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Medidas / Acções enquadradas no PU)	2010		Acumulado a 31-12-2010	
	Nº de candidaturas	Custo total	Nº de candidaturas	Custo total
Subprograma 1	9.751	9.266	15.546	16.130
Subprograma 2	129.860	169.321	512.372	604.572
Subprograma 3				
Subprograma 4				
TOTAL	139.611	178.587	527.918	620.702

Nota: dados referentes a pedidos de pagamento

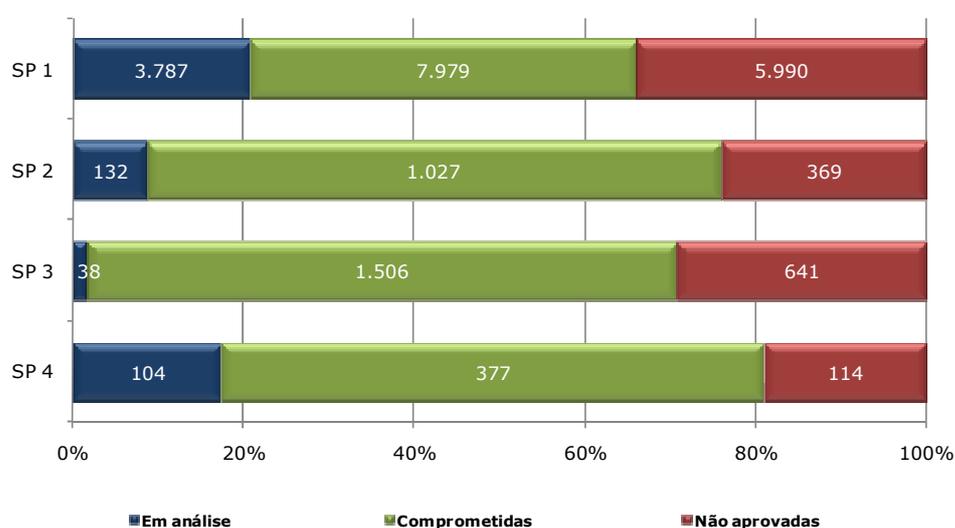
2.1.4 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

No ano de 2010, a aposta foi no sentido de analisar e decidir o máximo de candidaturas, facto que fica patente no gráfico que se apresenta em seguida.

Fazendo um ponto de situação do processo de selecção dos PA (excepto Medidas SIGC) apresentado em cada Subprograma, verifica-se que, apenas cerca de 18,5% das candidaturas se encontram em análise no final de 2010.

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas atingiu os 39%.

Figura 5: Situação das candidaturas a 31-12-2010 (acumulado)



Até ao final de 2010 foram aprovadas⁷ 10,9 mil candidaturas, que envolveram 3.152.921 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 1.495.537 mil euros com um co-financiamento médio aproximado de 75%, pelo FEADER.

Destas candidaturas analisadas foram enviados para contratação 9.791 PA com um valor de despesa pública que ascende a 1.375.530 mil euros e uma comparticipação FEADER de 1.037.259 mil euros.

⁷ Candidaturas, objecto de análise, com parecer favorável para decisão final.

Quadro 16: Compromissos assumidos e contratos enviados (exclui Medidas SIGC)

Un.: mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos				Contratações		
		Nº	Custo total elegível	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER
SP 1	Promoção da competitividade	7.979	2.709.141	1.180.689	871.666	7.199	1.088.920	808.437
SP 2	Gestão sustentável do espaço rural	1.027	98.974	79.018	62.986	839	64.610	50.678
SP 3	Dinamização das zonas rurais	1.506	241.537	170.444	135.643	1.351	156.466	124.382
SP 4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	377	67.511	33.056	24.363	377	33.030	23.156
	Assistência Técnica	26	35.758	32.330	24.248	25	32.504	30.606
TOTAL ProDeR		10.915	3.152.921	1.495.537	1.118.906	9.791	1.375.530	1.037.259

Se considerarmos o universo total das Acções o volume de candidaturas aprovadas (pedidos de pagamento no caso das medidas de natureza plurianual) traduz-se numa taxa de compromisso global do ProDeR (relação entre o fundo aprovado e o programado) no final de 2010 de 50% dos fundos programados para o período 2007-2013.

A taxa de contratação global (relação entre o fundo contratado e o programado) no final de 2010 representava cerca de 48% dos fundos programados para o período 2007-2013.

De notar que, se fizermos uma projecção para 5 anos dos compromissos plurianuais do subprograma 2, a taxa de compromisso é superior.

2.1.5 Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos efectuados no ProDeR era de 1.201.252 mil euros de despesa pública e 1.003.549 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a taxa de execução do Programa foi de 28% (relação entre o fundo pago e o programado) tendo as acções transitadas (72%) e as do Subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" (37%) contribuído em grande parte para esta execução. É de realçar a subida da

taxa de execução do Subprograma 1 face a 2009, que passou de 1% para 18%.

A taxa de realização (relação entre o fundo pago e o aprovado) era, em termos globais, de 48%, com valores mais elevados (85%) no Subprograma 2 “Gestão sustentável do espaço rural” dadas as particularidades da maioria das suas acções.

Em 2010, o montante total de pagamentos efectuados foi de 572.266 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 440.914 mil euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se, para o período 2007-2010 e para o ano de 2010, os dados relativos a compromissos assumidos, contratos celebrados e pagamentos aos beneficiários, por Subprograma do ProDeR e por Eixo da Regulamentação comunitária.

Quadro 17: Indicadores de monitorização: 2007-2010 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, contratação e pagamentos)

Dados reportados a 31 Dezembro 2010

Código	SUBPROGRAMA / MEDIDA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]				COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]				CONTRATOS [c]				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				INDICADORES (FUNDO)			
			Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [e]	Taxa de execução 2007-2013 %	Taxa de realização % [d]		
			1	2	3	4		5	6	7	8		9	10	11=5/2	12=8/2					13=10/2	14=10/8
ProDer	4.568.527	3.573.777	538.661	2.116.239	1.611.839	1.996.232	1.530.193	1.201.252	1.003.549	50%	48%	48%	28%	48%								
SP 1	1.876.493	1.413.800	23.353	1.196.819	883.703	22.573	1.105.050	820.474	253.955	63%	59%	18%	31%									
SP 2	1.485.585	1.209.098	513.399	683.590	543.883	513.211	669.182	531.794	452.663	45%	130%	37%	85%									
SP 3	486.267	390.607	1.506	170.444	135.643	1.351	156.466	124.382	18.210	35%	32%	5%	15%									
SP 4	116.800	88.000	377	33.056	24.363	377	33.030	23.156	602	28%	26%	0,5%	2%									
TR	466.803	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	271.367	n.a.	n.a.	7,2%	n.a.									
AT	126.580	94.935	26	32.330	24.248	25	32.504	30.606	6.929	26%	32%	7%	23%									

Notes:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação financeira alterada com base na proposta apresentada em 22-03-2010 e aceite pela COM em 04-11-2010.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Acções enquadradas no Pedido Único (PU), a Pedidos de Pagamento aprovados.

[c] - Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de webservice para o IFAP.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

Quadro 18: Indicadores de monitorização: 2010 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, contratação e pagamentos)

Dados reportados a 31 Dezembro 2010

Código	SUBPROGRAMA / MEDIDA	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]				COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]				CONTRATOS [c]				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				INDICADORES (FUNDO)			
		Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [e]	Taxa de execução 2007-2013 % [f]	Taxa de realização % [g]		
		1	2	3	4		5	6	7	8		9	10	11=5/2	12=8/2					13=10/2	14=10/8
ProDeR		4.568.527	3.573.777	255.223	1.257.708	925.282	1.194.786	875.737	572.266	440.914	29%	27%	12%	46%							
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.876.493	1.413.800	15.031	716.994	529.749	684.020	506.177	289.795	216.285	37%	36%	15%	43%							
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.485.585	1.209.098	238.408	377.632	268.590	363.673	256.649	209.981	167.314	22%	63%	14%	65%							
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	486.267	390.607	1.390	109.376	87.092	93.893	74.627	18.698	14.792	22%	19%	4%	20%							
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	116.800	88.000	377	33.056	24.363	33.030	23.156	602	424	28%	26%	0,5%	2%							
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	466.803	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50.537	40.109	n.a.	n.a.	11%	n.a.							
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	17	20.650	15.488	20.170	15.128	2.654	1.991	16%	16%	2%	13%							

Notes:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação financeira alterada com base na proposta apresentada em 22-03-2010 e aceite pela COM em 04-11-2010.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Acções enquadradas no Pedido Único (PU), a Pedidos de Pagamento aprovados.

[c] - Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de [webservice para o IFAP](#).

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

Quadro 19: Indicadores de monitorização: 2007-2010 (por Eixo)

Execução financeira (programação, contratação e pagamentos)

Dados reportados a: 31 Dezembro 2010

EIXO / MEDIDA	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]				COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]				CONTRATOS [c]				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				INDICADORES (FUNDO)			
	Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Nº	Despesa pública		FEADER		Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 % [d]	Taxa de contratação % [d]	Taxa de execução 2007-2013 %	Taxa de realização % [d]
	1	2	3	4		5	6	7	8		9	10	11=5/2	12=8/2						
ProDer	4.558.527	3.573.777	538.661	2.116.239	1.611.839	537.537	1.996.232	1.530.193	1.204.252	1.003.549	50%	48%	48%	28%	48%					
EIXO 1	2.037.842	1.535.365	23.730	1.229.875	908.066	22.950	1.138.080	843.630	356.782	267.895	60%	56%	17%	30%						
EIXO 2	1.901.151	1.547.804	513.373	682.307	542.921	513.185	667.899	530.613	811.934	710.299	45%	44%	46%	85%						
EIXO 3	40.020	35.067	26	1.283	962	26	1.283	962	287	215	3%	3%	1%	22%						
EIXO 4	452.934	360.607	1.506	170.444	135.643	1.351	156.466	124.382	23.010	18.210	38%	34%	5%	15%						
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	26	32.330	24.248	25	32.504	30.606	9.239	6.929	26%	32%	7%	23%						

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação financeira alterada com base na proposta apresentada em 22-03-2010 e aceite pela COM em 04-11-2010.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Acções enquadradas no Pedido Único (PU), a Pedidos de Pagamento aprovados.

[c] - Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de webservice para o IFAP.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transilizados.

Quadro 20: Indicadores de monitorização: 2010 (por Eixo)

Execução financeira (programação, contratação e pagamentos)

Dados reportados a: 31 Dezembro 2010

EIXO / MEDIDA	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]				COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]				CONTRATOS [c]				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				INDICADORES (FUNDO)					
	Despesa pública		FEADER		Despesa pública		FEADER		Despesa pública		FEADER		Despesa pública		FEADER		Taxa de execução 2007-2013 %		Taxa de contratação %		Taxa de realização %	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=5/2	12=8/2	13=10/2	14=10/8								
Código	mil euros		Nº	mil euros		Nº	mil euros		mil euros		mil euros		mil euros		[d]	[d]	[d]					
ProDeR	4.558.527	3.573.777	255.223	1.257.708	925.282	254.662	1.194.786	875.737	572.266	440.814	29%	27%	12%	46%								
EIXO 1	2.037.842	1.535.365	15.408	750.050	554.112	15.210	717.051	529.332	293.687	219.171	37%	35%	14%	39%								
EIXO 2	1.901.151	1.547.804	238.400	377.198	268.264	238.219	363.239	256.323	257.013	204.800	22%	21%	13%	-21%								
EIXO 3	40.020	35.067	8	434	326	8	434	326	214	161	1%	1%	0%	49%								
EIXO 4	452.934	360.607	1.390	109.376	87.092	1.209	93.893	74.627	18.698	14.792	24%	21%	4%	20%								
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	126.580	94.935	17	20.650	15.488	16	20.170	15.128	2.654	1.991	16%	16%	2%	13%								

NOTES:

n. a. - não aplicável

[a] - Programação financeira alterada com base na proposta apresentada em 22-03-2010 e aceite pela COM em 04-11-2010.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Acções enquadradas no Pedido Único (PU), a Pedidos de Pagamento aprovados.

[c] - Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de webservice para o IFAP.

[d] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

2.1.6 Indicadores de realização e de resultado

Apresenta-se em seguida o conjunto de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2007 e 2010, ou seja com base nos PA em execução, e são apresentados por medidas da Comissão.

Quadro 21: Indicadores de realização (medidas da Comissão)

Código da Medida	Descrição da Medida	Indicadores de realização	Efectuado em 2010	Acumulado 2007-2010	Objectivos 2007-2013	Taxa de Execução
111	Formação profissional e acções de divulgação	Número de participantes em acções de formação	1.721	3.681	14.240	26%
		Número de dias de formação recebidos	2.419	3.843	110.200	3%
112	Instalação de jovens agricultores	Número de jovens agricultores apoiados	1.197	1.444	4.200	34%
		Volume total do investimento (em milhares de euros)	114.689	145.712	140.000	104%
113	Reforma antecipada (1)	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Número de hectares libertados	NP	NP	NP	NP
114	Utilização serviços aconselhamento	Número de agricultores apoiados	NI	NI	15.000	NI
		Número de detentores de áreas forestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
115	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	Número de serviços recentemente criados	4	4	200	2%
		Número de explorações agrícolas apoiadas	391	798	18.000	4%
121	Modernização de explorações agrícolas	Volume total do investimento (milhares de euros)	69.494	397.355	769.000	52%
		Número de explorações forestais apoiadas	65	65	1.000	7%
122	Melhoria do valor económico florestas	Volume total do investimento (milhares de euros)	9.261	9.261	200.000	5%
		Número de empresas apoiadas	40	206	940	22%
123	Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais	Volume total do investimento (milhares de euros)	63.499	408.296	994.000	41%
		Número de iniciativas de cooperação apoiadas	1	1	250	0%
124	Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	Número de operações apoiadas	3	11	290	4%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	41.752	255.516	800.000	32%
125	Melhoria e desenvolvimento de Infra-estruturas	Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	646	646	20.000	3%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	17.760	17.760	45.000	39%
126	Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção	Número de beneficiários	NI	NI	30.000	NI
		Número de explorações agrícolas apoiadas	5.311	5.311	14.000	38%
131	Cumprimento de normas baseadas na legislação comunitária	Número de beneficiários	NI	NI	30.000	NI
		Número de explorações agrícolas apoiadas	5.311	5.311	14.000	38%
132	Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos	Número de explorações agrícolas apoiadas	5.311	5.311	14.000	38%
		Número de acções apoiadas	1	1	18	6%
Eixo 2						
211	Compensação de desvantagens em zonas de montanha	Número de explorações apoiadas	5.935	108.586	75.000	145%
		SAU apoiada (ha)	49.906	638.669	500.000	128%
212	Pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as de montanha	Número de explorações apoiadas	1.827	24.878	15.000	166%
		SAU apoiada (ha)	39.117	407.531	300.000	136%
213	Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE	Número de explorações apoiadas	NP	NP	NP	NP
		SAU apoiada (ha)	NP	NP	NP	NP
214	Pagamentos agro-ambientais	Número de explorações apoiadas	3.707	19.534	50.875	38%
		Superfície total apoiada (ha)	246.203	506.259	620.000	82%
215	Pagamentos relacionados com o bem-estar animal	Superfície líquida apoiada (ha)	232.154	476.757	603.000	79%
		Número de contratos	4.232	21.535	54.890	39%
216	Investimentos não produtivos (sector agrícola)	Número de explorações agrícolas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de contratos	NP	NP	NP	NP
221	Primeira florestação de terras agrícolas	Número de explorações apoiadas	NI	NI	1.824	NI
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NI	NI	16.503	NI
222	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	NI	NI	750	NI
		Número de hectares de terras florestadas	NI	NI	25.000	NI
223	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	NI	NI	565	NI
		SAU apoiada (ha)	NI	NI	15.000	NI
224	Pagamentos Natura 2000	Número de beneficiários	NI	NI	600	NI
		Número de hectares de terras florestadas	NI	NI	20.000	NI
225	Pagamentos silvo-ambientais	Número de explorações florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Terras florestais apoiadas (ha)	NP	NP	NP	NP
226	Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Número de explorações florestais apoiadas	56	93	750	12%
		Superfície florestal total apoiada (ha)	2.157	4.432	14.000	32%
227	Investimentos não produtivos (sector florestal)	Superfície florestal líquida apoiada (ha)	621	2.896	14.000	21%
		Número de contratos	56	93	1.375	7%
311	Diversificação para actividades não agrícolas	Número de acções apoiadas	1	1	1.380	0%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NI	NI	3.250	3.250
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de detentores de áreas forestais apoiadas	NI	NI	86.564	86.564
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NI	NI	86.564	86.564
Eixo 3						
311	Diversificação para actividades não agrícolas	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de microempresas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de novas actividades turísticas apoiadas	NP	NP	NP	NP
313	Incentivo a actividades turísticas	Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
		Número de acções apoiadas	NP	NP	NP	NP
321	Serviços básicos para a economia e população rurais	Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
		Número de aldeias em que as acções tiveram lugar	NP	NP	NP	NP
322	Renovação e desenvolvimento das aldeias	Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
		Número de acções apoiadas	8	26	1.000	3%
323	Cons. Valor. Do património rural	Volume total do investimento (milhares de euros)	113	962	67.975	1%
		Número de agentes económicos apoiados	NP	NP	NP	NP
331	Formação e informação dois agentes económicos que exerçam a sua actividade nos domínios abrangidos pelo eixo 3	Número de dias de formação recebidos	NP	NP	NP	NP
		Número de acções apoiadas	0	NP	NP	NP
341	Aquisição de competências, animação e execução	Número de acções apoiadas	0	NP	NP	NP
		Número de acções apoiadas	0	NP	NP	NP
Eixo 4						
41	Execução de estratégias locais de desenvolvimento	Número de GAL	3	47	46	102%
		Superfície total das zonas dos GAL (km ²)	2.991	80.473	76.828	105%
421	Execução de projectos de cooperação	População total das zonas dos GAL	199.869	3.734.564	NA	NA
		Número de projectos financiados pelos GAL	164	164	9.900	2%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de beneficiários	164	164	NP	NP
		Número de projectos de cooperação apoiados	5	5	170	3%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de GAL participantes na cooperação	9	9	4	225%
		Número de acções apoiadas	1.387	2.021	3.500	58%

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Quadro 22: Indicadores de resultado (medidas da Comissão)

**INDICADORES COMUNS DE RESULTADO DO PRODER
EIXO 1 - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL**

(2007 - 2010)

INDICADOR	N.º de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou a silvicultura		Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de €)		N.º de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas		Valor da produção agrícola com marcas/normas de qualidade reconhecidas (milhões de €)		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER									
111 - Acções de formação profissional e informação	NI	11.032	0,0						
112 - Instalação de jovens agricultores				67	420	16,0			
113 - Reforma antecipada ⁽¹⁾				NP	NP	NP			
114 - Utilização de serviços de aconselhamento				NI	32	0,0			
115 - Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento				NI	80	0,0			
121 - Modernização das explorações agrícolas				172	1.900	9,1	564	1.700	33,2
122 - Melhoria do valor económico da floresta				0	550	0,0	46	250	18,4
123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais				230	3.000	7,7	165	400	41,3
124 - Coop. p/ elab. de novos produtos, processos e tecnolog. nos sect. agríc., allim. e florestal				NI	130	0,0	1	250	0,0
125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas				60	2.000	3,0			
126 - Rest. pot. prod. agr. afec. por catás. nat. e intr. de med. prev. adequadas				NA	NP	NA			
132 - Participação de agricultores em sistemas de qualidade alimentar									
133 - Actividades de informação e de promoção							NI	298	0,0
Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER							9	120	7,2

NOTAS:

Os valores de VAB apresentados para as diferentes medidas não são adicionais. Por exemplo, o aumento de VAB de um beneficiário da 112 e da 121 está a ser contabilizado na sua totalidade em cada uma das medidas.

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

**INDICADORES COMUNS DE RESULTADO DO PRODER
EIXO 2 – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA GESTÃO DO ESPAÇO RURAL
(2007 – 2010)**

INDICADOR	Superfície (ha) em que a gestão do respectivo espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural, a qualidade da água, o combate às alterações climáticas, a qualidade dos solos e o combate à marginalização e ao abandono da terra						Combate à marginalização e ao abandono da terra					
	Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural		Qualidade da água		Combate às alterações climáticas		Qualidade dos solos		Combate à marginalização e ao abandono da terra			
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
211/212 - Pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha/outras zonas com desvantagens	215.956	220.000	98,2	215.956	220.000	98	215.956	220.000	98	215.956	220.000	98
213 - Pagamentos Natura 2000	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP
TOTAL sem PBD	476.757	560.000	85	476.757	560.000	85	137.715	247.000	56	476.757	490.000	97
Alteração dos modos de produção agrícola (AMPA)	408.589	400.000	102	408.589	400.000	102	119.247	200.000	60	408.589	400.000	102
AMPA e Conservação do solo												
Proteção da biodiversidade doméstica (PBD) (CN)	44.316	40.000	111				16.912	40.000	42	16.912	40.000	42
ITI	67.182	160.000	42	74.131	160.000	46	1.556	7.000	22	59.035	50.000	118
216 - Apoio a investimentos não produtivos (sector agrícola)	NI	Não relevante	NI	NI	Não relevante	NI	NI	Não relevante	NI	NI	Não relevante	NI
221 - Primeira florestação de terras agrícolas	NI	Melhoria	NI	NI	25.000	NI	NI	25.000	NI	NI	25.000	NI
222 - Apoio à primeira implementação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas	NI	Melhoria	NI	NI	15.000	NI	NI	15.000	NI	NI	15.000	NI
223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	NI	Melhoria	NI	NI	20.000	NI	NI	20.000	NI	NI	20.000	NI
224 - Pagamentos Natura 2000	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP
225 - Pagamentos silvo-ambientais	2.896	14.000	21	2.896	14.000	21	2.896	14.000	21	2.896	14.000	21
226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvo-ambiental através da introdução de medidas de prevenção	NI	Melhoria	NI	NI	170.000	NI	NI	170.000	NI	NI	170.000	NI
227 - Apoio a investimentos não produtivos (sector florestal)	NI	Melhoria	NI	NI	Melhoria	NI	NI	Melhoria	NI	NI	Melhoria	NI

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTA:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável



EIXOS 3 E 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
(2007- 2010)

INDICADOR	Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das actividades apoiadas		Número bruto de empregos criados		Número adicional de turistas		População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados		Aumento da implantação da internet nas zonas rurais		Número de participantes que terminaram com sucesso uma actividade de formação	
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
Diversificação para actividades não agrícolas												
311	NI	0,16%	0,0	20	1500	0,0						
312 Criação e desenvolvimento de empresas	NI	0,56%	0,0	144	4000	0,0						
313 Incentivo a actividades turísticas	NI	0,20%	0,0	43	2500	0,0	NI	10%	0,0			
Serviços básicos para a economia e 321 população rurais												
323 património rural							NI	5% da população área GAL	0,0	NI	Aumento de 50% sobre a situação inicial	0,0
413 Qualidade de vida/diversificação							NI	3% da população área GAL	0,0			
421 interterritorial												
Estratégias locais de desenvolvimento - 413 Qualidade de vida/diversificação				207	9500	0,0						
Cooperação transnacional e 421 interterritorial				NI	300	0,0					NI	1350
												0,0

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

* Indicador: n.º de acções de formação bem sucedidas
NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável



2.2 Balanço detalhado por Acção ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Acção 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) i), b) i), iii); Artigo 21º; Artigo 26º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 17º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1; 5.3.1.2.1 e 5.3.1.2.3;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 121, 123;
- ⇒ Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover o processo de modernização e capacitação das empresas do sector agro-alimentar através do aumento da eficiência das actividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- ⇒ Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, privilegiando as estratégicas, nomeadamente pela introdução da inovação;
- ⇒ Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de segurança.

A Acção integra duas componentes:

- ⇒ Componente 1: investimentos nas explorações agrícolas;
- ⇒ Componente 2: transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto apenas um concurso para esta Acção, a 30 de Novembro com encerramento a 28 de Fevereiro de 2011, com uma dotação de 50.000 mil euros. Em Maio de 2010, foi suprimida a possibilidade de apresentação de candidaturas de Projectos de Impacto Relevante (PIR), mantendo-se, ao longo de todo o ano, a possibilidade de serem submetidas candidaturas de Jovens Agricultores (JA) associadas à primeira instalação.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas, por concurso, até 31 de Dezembro de 2010.

Quadro 23: Acção 1.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	636.425	100.000			1.379	938.020
Segundo		250.000			1.611	1.035.884
Terceiro		126.000			680	496.776
Quarto - Leite		30.000			51	27.383
Quinto - Olival		20.000			4	440
Sexto		50.000				
Fora concurso - JA		-	898	124.754	2.698	479.517
Fora concurso - PIR		-	3	46.052	39	401.241
TOTAL		576.000	901	170.806	6.462	3.379.261

Face ao ano de 2009, verificou-se apenas a entrada de PA ao nível de Jovens Agricultores e dos PIR. O sexto concurso que se iniciou no último mês do ano, apenas, teve 3 candidaturas entradas mas ainda não validadas pelo sistema.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA entrados, por componente, no ano.

Quadro 24: Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (no ano)

Un.: mil euros

Região	Ano 2010							
	Componente 1		Componentes 1+2		Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	480	63.501					480	63.501
Centro	177	33.401					177	33.401
LVT	97	14.250			1	38.527	98	52.778
Alentejo	87	15.443					87	15.443
Algarve	59	5.683					59	5.683
TOTAL	900	132.279			1	38.527	901	170.806

Analisando a distribuição do investimento e dos PA entrados no período 2007-2010, por região e por componente, verifica-se, a nível do Continente, um equilíbrio entre as duas componentes (51% componente 1, 49% componente 2). Analisando por região, é de notar que na região LVT existe um maior peso, em termos de investimento, da componente 2, enquanto no Norte, no Alentejo e no Algarve a componente 1 é dominante.

Quadro 25: Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2010								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	1.967	401.081	79	15.322	119.774	276	358.074	2.322	894.250
Centro	817	191.231	41	104.349	66.319	184	193.317	1.042	555.216
LVT	1.163	303.845	47	30.379	73.338	196	507.331	1.406	914.893
Alentejo	1.190	562.535	57	36.230	68.140	136	263.869	1.383	930.775
Algarve	287	61.687	5	1.687	1.327	17	19.426	309	84.126
TOTAL	5.424	1.520.381	229	187.966	328.898	809	1.342.017	6.462	3.379.261

Analisando a Acção 1.1.1 globalmente, verifica-se que 42% das candidaturas entradas foram de “jovens agricultores” (2.698 PA) e mais de 83% (5.424) foram PA que se candidataram à componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”.

Em termos de investimento verifica-se que 45% do investimento (1.520.381 mil euros) diz respeito a investimentos exclusivamente na componente 1 e 40% na componente 2 (1.342.017 mil euros). Relativamente aos PA que integraram as duas componentes não se verificaram novas candidaturas no ano de 2010.

Os PIR, apesar de constituírem apenas 1% do total de PA representaram 12% do investimento total proposto, maioritariamente na componente 1 e na componente 1+2.

Relativamente à distribuição regional dos PA apresentados com estatuto de PIR, que se apresenta no quadro seguinte, destaca-se:

- ⇒ No Norte, os investimentos centraram-se sobretudo na componente 1, (*"outras culturas"*, que neste caso é a *"produção de cogumelos"*), mas houve ainda um investimento significativo na componente 2 (16% do total, igualmente na *"produção de cogumelos"*);
- ⇒ No Centro, os investimentos mais significativos foram de candidaturas às componentes 1+2 do sector *"ovos e aves de capoeira"* com projectos com um investimento médio elevado (44.408 mil euros). O grosso do investimento foi feito na actividade *"frangos de engorda"*;
- ⇒ Os PIR apresentados na região do Alentejo são exclusivamente da componente 1, resultando daí a sua menor importância relativa, em termos de investimento (em média 5.000 mil euros). Na sua larga maioria (18 PA) são candidaturas de *"olival"* e duas de *"vinha para uva de mesa"*.

Quadro 26: Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e sector (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Sector	Acumulado 2007-2010								
		Componente 1		Componente 1+2			Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Outras culturas agrícolas	7	63.551				1	33.874	8	97.425
Centro	Flores	1	2.041						1	2.041
	Ovos e aves de capoeira			3	97.605	35.619	2	12.730	5	145.954
LVT	Ovos e aves de capoeira	1	11.822	1	7.004	4.838			2	23.664
	Hortícolas forçagem	2	9.102						2	9.102
	Leite						1	38.527	1	38.527
Alentejo	Vinho	2	9.764						2	9.764
	Olival	18	74.765						18	74.765
TOTAL		31	171.044	4	104.609	40.457	4	85.130	39	401.241

Analisando a distribuição por tipologia dos promotores verifica-se que, em termos de investimento, se destacaram as formas societárias (78% do total) embora, em termos de número de PA, os produtores individuais sejam mais representativos.

Quadro 27: Acção 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2010			Acumulado 2007-2010		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	753	81.333	48%	3.568	564.736	17%
Sociedades	148	89.473	52%	2.737	2.625.686	78%
Outras				157	188.838	6%
TOTAL	901	170.806	100%	6.462	3.379.261	100%

Analisando as candidaturas à Acção 1.1.1, por escalão de investimento, verifica-se que as candidaturas entradas em 2010 se concentram nos escalões de investimento entre 25 mil euros e os 500 mil euros, o mesmo acontecendo quando analisamos a totalidade das candidaturas entradas.

Quadro 28: Acção 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2010				Acumulado 2007-2010			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	1	0,1%	22	0,01%	165	3%	1.789	0,1%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	521	58%	30.753	18%	2.057	32%	121.124	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	233	26%	32.847	19%	1.560	24%	219.480	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	112	12%	32.652	19%	1.404	22%	448.030	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	25	3%	18.149	11%	587	9%	419.302	12%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	5	1%	6.368	4%	366	6%	505.586	15%
≥ 2.000 mil euros	4	0,4%	50.016	29%	323	5%	1.663.949	49%
TOTAL	901	100%	170.806	100%	6.462	100%	3.379.261	100%

Em termos acumulados, aos investimentos de maior dimensão, mais de 2 milhões de euros, (5% do total de PA apresentados) correspondeu cerca de metade do investimento proposto (49%). Aos investimentos de menor

dimensão, menos de 100 mil euros (1/3 do total de PA) correspondeu apenas 4% do investimento total proposto. Verifica-se, ainda, que a quase totalidade do investimento apresentado (90% do total) correspondeu a investimentos superiores a 200 mil euros.

Constata-se, em 2010, uma inversão do peso das candidaturas de maior e de menor dimensão. Se até 2010 as candidaturas com investimento inferior a 500 mil euros representavam, apenas, 23% do investimento total, em 2010 correspondiam a cerca de 56%.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 a actividade desenvolvida centrou-se no processo de análise e decisão das candidaturas, de que resultou a evolução patenteada nos quadros seguintes.

Foram analisadas 6.003 candidaturas, das quais 99% foram decididas. Destas, foram aprovadas 57% (3.407 PA). Apenas se encontram em análise 7% do total das candidaturas, quase exclusivamente candidaturas de Jovens Agricultores entradas já no decorrer do segundo semestre de 2010.

Quadro 29: Acção 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro			2	550			2	765	118	63.764	20.813
Segundo			838	533.513	133	101.680	704	516.433	993	641.549	198.466
Terceiro			676	491.641	189	128.978	481	367.320	423	280.857	86.611
Quarto - Leite			51	27.383	16	5.032	35	20.050	25	8.891	3.320
Quinto - Olival			4	440	1	125	3	315	3	315	130
Sexto			0	0							
Fora concurso - JA	898	124.754	1.334	207.575	398	58.072	871	139.302	1.047	174.212	67.952
Fora concurso - PIR	3	46.052	9	66.820	2	39.094	6	20.998	9	28.661	10.628
TOTAL	901	170.806	2.914	1.327.922	739	332.980	2.102	1.065.183	2.618	1.198.248	387.920

Quadro 30: Acção 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1.379	938.020	1.379	938.020	1.006	673.850	373	271.866	370	262.788	85.734
Segundo	1.611	1.035.884	1.609	1.035.328	470	249.840	1.140	936.383	1.096	767.075	238.182
Terceiro	680	496.776	677	490.435	189	128.978	481	367.320	423	280.857	86.611
Quarto - Leite	51	27.383	51	27.383	16	5.032	35	20.050	25	8.891	3.320
Quinto - Olival	4	440	4	440	1	125	3	315	3	315	130
Sexto			0	0							
Fora concurso - JA	2.698	479.517	2.244	417.035	843	136.774	1.340	225.460	1.192	199.277	77.658
Fora concurso - PIR	39	401.241	39	401.241	3	50.916	35	488.664	34	336.640	97.141
TOTAL	6.462	3.379.261	6.003	3.309.881	2.528	1.245.514	3.407	2.310.058	3.143	1.855.843	588.778

Verifica-se que os PA analisados em 2010 correspondem a cerca de 50% do total de PA analisados.

Quanto à contratação, em 2010, verificou-se um aumento de mais de 490% no número de PA contratados e um aumento de mais de 180%, relativamente ao investimento contratado.

O valor médio do investimento e da despesa pública foi de 590 mil euros e 148 mil euros, respectivamente, enquanto, em 2009, estes valores eram de 1.240 mil euros e 378 mil euros.

Quadro 31: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	662	163.939	59.227	44.537	140	217.942	61.617	46.010
Centro	505	212.439	68.105	51.234	125	179.486	47.755	36.198
LVT	665	195.577	60.194	42.334	110	263.471	80.883	58.036
Alentejo	719	331.642	116.477	87.597	111	238.280	75.100	56.350
Algarve	175	39.515	14.244	10.683	13	13.551	5.176	3.882
TOTAL	2.726	943.112	318.246	236.385	499	912.730	270.532	200.476

Nota: Foram contratados 82 PA que têm a componente 1 e 2

Analisando os PA contratados, por escalão de investimento, verifica-se que o escalão com maior concentração de PA contratados, quer em termos

anuais quer em termos acumulados, foi o escalão de investimentos entre os 25 mil euros e os 100 mil euros, com 32% do total. Comparando com os dados relatados, no ano de 2009, constata-se que, nos escalões entre 25 mil euros e 500 mil euros, se verificou um aumento de 10 pontos percentuais dos PA contratados em 2010

Quadro 32: Acção 1.1.1 - Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2010				Acumulado 2007-2010			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	45	2%	505	0,04%	46	1%	524	0,0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	850	32%	50.367	4%	982	31%	58.103	3%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	641	24%	90.186	8%	761	24%	106.954	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	569	22%	182.586	15%	676	22%	217.078	12%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	154	6%	210.213	18%	205	7%	282.077	15%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	240	9%	173.423	14%	285	9%	205.715	11%
≥ 2.000 mil euros	119	5%	490.971	41%	188	6%	985.392	53%
TOTAL	2.618	100%	1.198.248	100%	3.143	100%	1.855.843	100%

Em termos acumulados, foram contratados⁸ 3.143 PA, dos quais 2.618 no ano de 2010, num total de 588.778 mil euros de despesa pública, representando 436.862 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados, 97% eram localizados em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 91%.

c. Execução financeira

Para esta Acção foram contratados 2.618 PA no ano de 2010, num total de 387.920 mil euros de despesa pública representando 287.678 mil euros de comparticipação FEADER. Destas operações contratadas, 97% eram localizadas em região de convergência.

Relativamente ao processo de contratação nas diferentes regiões, verificou-se um aumento muito significativo em todas as regiões, com particular destaque para o Alentejo, quer em termos de número de PA,

⁸ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *webservice* para o IFAP.

quer em termos de despesa pública passando a região LVT a ser a segunda mais importante, em termos de valores contratados, e a região Norte com pouco mais de ¼ do número de PA.

A evolução registada, ao nível dos processos remetidos para contratação, reflectiu-se também nos pagamentos efectuados.

No final do ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 132.765 mil euros de despesa pública e 98.288 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 92% foi pago no decorrer de 2010 (121.956 mil euros de despesa pública e 90.676 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 20% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 23% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 33: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	682	79.023	59.181	115	22.631	16.989
Centro	452	51.327	39.032	189	21.569	16.177
LVT	654	108.023	77.039	207	29.756	21.510
Alentejo	679	137.375	103.296	241	43.161	32.370
Algarve	151	12.172	9.129	68	4.839	3.630
TOTAL	2.618	387.920	287.678	820	121.956	90.676

Quadro 34: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	781	120.844	90.546	115	22.630	16.988
Centro	615	115.860	87.432	198	27.892	20.919
LVT	759	141.077	100.370	211	32.586	23.138
Alentejo	803	191.577	143.947	247	44.628	33.471
Algarve	185	19.420	14.565	69	5.028	3.771
TOTAL	3.143	588.778	436.862	840	132.765	98.288

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, representou 51% da execução total da Acção, dos quais 98% em região de convergência.

Quadro 35: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pago					
	Componente 1			Componente 2		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	86	9.891	7.434	33	12.739	9.554
Centro	154	15.624	11.718	51	12.268	9.201
LVT	173	12.253	8.483	43	20.333	14.655
Alentejo	220	28.052	21.039	33	16.576	12.432
Algarve	64	4.159	3.119	7	869	652
TOTAL	697	69.979	51.794	167	62.786	46.494

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta Acção apresenta investimentos que se enquadram em 3 Medidas da Comissão: Medida 111 “Formação profissional e acções de informação”; Medida 121 “Modernização de explorações agrícolas” e Medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Análise global da Acção 1.1.1

Analisando a distribuição, por componente, do número de PA enviados para contratação, verifica-se um aumento do predomínio da componente 1, em termos de número de PA contratados, com 84% do total, face ao que se verificava a 31 de Dezembro de 2009 (74%).

Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 também aumentou, passando para 47% do investimento (33% em 2009) e 48% da despesa pública (37% em 2009). Se se considerar a componente 1 (isolada) juntamente com a componente 1 dos PA (1+2), verifica-se que esta componente passou a representar 56% do investimento total e 61% da despesa pública comprometida.

Em termos de investimento médio por PA, verificou-se, em termos globais uma redução para quase metade. De uma dimensão média de 1.240 mil euros, em 2009, passou-se para uma dimensão média de 590 mil euros. Esta redução ocorreu sobretudo na componente 1, menos 45%, e nos PA (1+2), com uma redução de 85% no investimento médio.

Quadro 36: Acção 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

Promotor		Componente			TOTAL
		1	1+2	2	
Nº PA	Jovens	1.192	-	-	1.192
	PIR	27	4	3	34
	Outros	1.425	78	414	1.917
	Σ	2.644	82	417	3.143
Investimento (mil euros)	Jovens	199.277	-	-	199.277
	PIR	144.970	145.066	46.603	336.640
	Outros	458.148	165.908	695.869	1.319.925
	Σ	802.396	310.974	742.472	1.855.843
Desp. pública (mil euros)	Total	281.786	78.695	228.297	588.778

Formação (Medida 111 da Comissão)

- ⇒ Na componente 1 "Investimentos nas explorações agrícolas", 554 dos PA enviados para contratação (20% do total de 2.726 PA contratados) contemplavam acções de formação envolvendo 6.339 participantes.
- ⇒ Na componente 2 "Transformação e comercialização de produtos agrícolas", 89 do PA enviados para contratação (18% do total de 499 PA contratados) contemplavam acções de formação, com um número total de participantes de 3.372.
- ⇒ No total das duas componentes foram apoiados 643 PA com acções de formação (20% do total de 3.143 PA contratados).

Relativamente às metas, e tendo em conta que se esperavam 3.200 PA com formação num total de 8.640 PA (37% de PA com *formação*), a

percentagem dos PA contratados com *formação* situa-se abaixo da meta esperada.

Nos quadros seguintes apresenta-se o investimento proposto em formação nos PA contratados e pagos, em cada uma das Componentes, cujo montante contratado é de cerca de 2.400 mil euros, representando cerca de 32% da meta estabelecida. Este montante representa cerca de 0,02% do investimento total contratado, o que corresponde a apenas um décimo do valor programado.

Quadro 37: Acção 1.1.1 – Acções de formação contratadas das componentes 1 e 2 por actividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	6.339			6.339	9.286	645	482
Componente 2		3.372		3.372	3.865	879	642
TOTAL	6.339	3.372		9.711	13.151	1.525	1.124

Quadro 38: Acção 1.1.1 – Acções de formação pagas das componentes 1 e 2 por actividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	1.348			1.348	2.082	26	19
Componente 2		2.231		2.231	1.713	105	79
TOTAL	1.348	2.231		3.579	3.795	131	98

Quadro 39: Acção 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

	Ano 2010		Acumulado 2007-2010	
	Nº PA	Investimento proposto em formação (Un.: mil euros)	Nº PA	Investimento proposto em formação (Un.: mil euros)
Componente 1	478	731	554	900
Componente 2	62	1.281	89	1.499
TOTAL	540	2.012	643	2.399
Meta			3.200	7.400
% da Meta			20%	32%

O conteúdo das acções contratadas centrou-se sobretudo nos temas: “qualidade dos produtos” (3.186 participantes) e “novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras” (2.441 participantes). A formação contratada equivale a 13.151 dias de formação.

Quadro 40: Acção 1.1.1 – Acções de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Conteúdo das Acções de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	1.025	1.796	287	388
Manutenção e melhoria da paisagem e protecção do ambiente	698	516	262	188
Novos padrões	172	106	76	25
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	2.441	4.922	610	1.194
Outros	1.718	2.068	723	585
Qualidade do produto	3.186	3.275	1.436	1.205
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	471	468	185	211
Total	9.711	13.151	3.579	3.795

Em termos gerais, os participantes nas acções de formação são maioritariamente do sexo masculino e com idade inferior a 40 anos. Analisando por componentes, verifica-se uma distribuição, por género, relativamente semelhante nas duas componentes com 44% e 46% de participantes do sexo feminino, respectivamente na componente 1 e 2. Quanto à idade, verifica-se uma maior expressão de participantes com menos de 40 anos na agricultura (71%) comparativamente com a indústria alimentar (53%).

Quadro 41: Acção 1.1.1 – Acções de formação contratadas e pagas das componentes 1 e 2 por sexo e idade (acumulado)

Sexo	Contratadas			Pagas		
	Idade		TOTAL	Idade		TOTAL
	<40	>=40		<40	>=40	
Feminino	30%	15%	45%	20%	22%	47%
Masculino	34%	22%	55%	28%	30%	53%
TOTAL	63%	37%	100%	61%	39%	100%

Apoio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2010 foram contratados 2.319 PA relativos à componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, desta Acção.

O Alentejo e a LVT foram as regiões onde foram contratados a maioria dos PA enquanto em termos de investimento, são as regiões do Alentejo e Centro que apresentam maior peso. A dimensão média elevada, de investimento e de apoio, na região Centro, deve-se ao peso significativo dos PIR na região Centro. No Alentejo isto deve-se tanto à dimensão média elevada dos PA como à contratação de um número significativo de PIR.

Quadro 42: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	662	163.939	59.227	44.537
Centro	505	212.439	68.105	51.234
LVT	665	195.577	60.194	42.334
Alentejo	719	331.642	116.477	87.597
Algarve	175	39.515	14.244	10.683
TOTAL	2.726	943.112	318.246	236.385
Metas	8.200	669.000	284.009	213.980
% da meta	33%	141%	112%	110%

O número de PA contratados registou um crescimento substancial correspondendo, actualmente, a 33% da meta estabelecida para o número de contratações (8.200 PA) previstas para o período 2007-2013.

No que diz respeito ao investimento proposto, os PA contratados ultrapassaram a meta prevista (141%). Assim, as explorações apoiadas tiveram uma dimensão de investimento bastante superior ao previsto.

Em termos de despesa pública e de FEADER, os valores contratados também ultrapassaram as metas previstas em cerca de 12% e 10%, respectivamente.

No quadro seguinte apresentam-se os PA contratados, que apresentam uma forte especialização produtiva, sobretudo, nas fileiras estratégicas.

Quadro 43: Acção 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA contratados (por actividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	26	40	66	3.005	4.189	12.552
	Máquinas	2	107	109	4.420	6.117	20.322
	Edifícios	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	4	4	217	289	945
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	76	8	84	5.740	8.339	24.385
	Máquinas	18	191	209	25.591	34.721	100.619
	Edifícios	9	199	208	22.890	31.652	91.773
	Outros	5	2	7	789	1.173	3.204
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	-	57	57	5.931	8.018	23.787
	Máquinas	5	175	180	5.141	7.053	21.481
	Edifícios	2	3	5	605	881	2.879
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	-	12	12	290	387	1.936
	Melhoria fundiária	71	625	696	71.930	96.034	256.021
	Máquinas	21	284	305	17.642	23.532	62.363
	Edifícios	2	18	20	1.298	1.731	5.461
Produção de leite	Outros	1	12	13	623	830	2.815
	Melhoria fundiária	-	2	2	432	538	1.584
	Máquinas	1	49	50	4.127	5.290	16.043
	Edifícios	-	27	27	3.990	5.023	14.512
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Outros	-	2	2	81	109	471
	Melhoria fundiária	19	43	62	2.565	3.420	11.750
	Máquinas	17	86	103	3.279	4.382	15.104
	Edifícios	7	33	40	1.525	2.008	6.849
Suínos	Outros	10	11	21	546	728	3.240
	Melhoria fundiária	-	2	2	134	178	827
	Máquinas	-	15	15	2.021	2.793	9.591
	Edifícios	-	14	14	2.070	2.760	8.979
Aves de capoeira	Outros	-	2	2	96	128	1.030
	Melhoria fundiária	1	2	3	362	482	1.805
	Máquinas	3	31	34	23.584	31.446	112.714
	Edifícios	2	57	59	7.319	9.785	38.748
Misto (culturas + animais)	Outros	-	-	-	-	-	-
	Melhoria fundiária	42	7	49	5.119	6.825	19.724
	Máquinas	14	83	97	3.181	4.241	12.663
	Edifícios	2	11	13	665	887	2.413
Outros	Outros	6	4	10	239	318	1.196
	Melhoria fundiária	10	50	60	4.727	6.303	17.423
	Máquinas	3	61	64	2.551	3.401	10.195
	Edifícios	2	15	17	1.134	1.548	4.162
TOTAL		379	2.347	2.726	235.981	317.704	942.212
Nota: exclui a rubrica da formação da componente 1 da acção 111			Metas	8.200	213.980	284.009	669.000
			% da Meta	33%	110%	112%	141%

Os ramos agrícolas com mais representação são a "hortofruticultura", com cerca de 20% do investimento e das explorações e cerca de 30% das explorações com MPB, onde as rubricas de investimento mais significativas são as de "máquinas" e de "edifícios" e o ramo das "outras culturas permanentes", que representam mais de 1/3 do investimento total, cerca de 40% das explorações e 1/4 das explorações com MPB, sobretudo com investimentos na rubrica de "melhoria fundiária". A actividade "Aves de

Capoeira” representa 16% do investimento mas apenas 4% das explorações. Quanto aos modos de produção é de assinalar que 14% das explorações apresentam o investimento em MPB.

A análise é semelhante quando se trata de valores pagos conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 44: Acção 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA pagos (por actividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	-	7	7	190	262	1.039
	Máquinas	31	1	32	806	1.074	5.306
	Edifícios	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	1	1	20	27	220
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	2	13	15	837	1.116	6.391
	Máquinas	2	70	72	6.791	9.081	52.418
	Edifícios	2	82	84	8.265	11.784	53.197
	Outros	0	1	1	80	107	571
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	14	14	1.085	1.487	13.765
	Máquinas	2	36	38	661	920	4.441
	Edifícios	-	-	0	-	-	-
	Outros	0	3	3	41	54	222
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	10	137	147	15.211	20.312	94.786
	Máquinas	2	93	95	4.279	5.722	27.691
	Edifícios	0	2	2	43	57	1.438
	Outros	1	3	4	113	151	776
Produção de leite	Melhoria fundiária	-	-	0	-	-	-
	Máquinas	-	14	14	699	912	4.804
	Edifícios	-	4	4	252	335	1.453
	Outros	-	-	0	-	-	-
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	7	11	18	402	536	3.605
	Máquinas	6	23	29	345	470	3.484
	Edifícios	2	5	7	165	220	1.490
	Outros	1	2	3	39	52	554
Suínos	Melhoria fundiária	0	1	1	48	64	624
	Máquinas	0	2	2	100	134	1.744
	Edifícios	0	6	6	521	694	4.951
	Outros	0	0	0	-	-	0
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	0	2	2	283	378	1.691
	Máquinas	2	10	12	6.592	8.790	77.108
	Edifícios	0	20	20	1.239	1.658	14.403
	Outros	-	-	-	-	-	-
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	1	9	10	959	1.278	7.172
	Máquinas	1	17	18	359	479	2.271
	Edifícios	0	1	1	6	8	129
	Outros	1	0	1	10	14	54
Outros	Melhoria fundiária	0	12	12	816	1.088	4.215
	Máquinas	0	17	17	305	406	2.364
	Edifícios	1	3	4	205	274	1.035
	Outros	0	1	1	8	10	101
TOTAL		74	623	697	51.773	69.952	395.511

Nota: exclui a rubrica da formação da componente 1 da acção 111

Metas	8.200	213.980	279.969	669.000
% da Meta	9%	24%	25%	59%

No que se refere às Orientações Técnico-Económicas (OTE) das explorações com produção convencional, verifica-se uma concentração em

13 OTE, com cerca de 70% do número de PA e de 75% do investimento proposto, FEADER e incentivo.

A "olivicultura especializada" continua a ser a actividade agrícola dominante no investimento, com mais de 20% do investimento e 10% das explorações. Já a actividade agrícola "Explorações especializadas na produção de frutos frescos (excepto citrinos)" passou a ter um peso muito significativo, sendo a actividade com maior número de PA, 18%, e a segunda mais importante ao nível do investimento com 9% do investimento total. O sector avícola, no seu conjunto, continua a ter um peso muito significativo, com 13% do investimento.

Quadro 45: Acção 1.1.1 - Componente 1 - Principais OTE dos PA contratados (modo de produção convencional)

Actividade agrícola	PA (%)	Invest. (%)	Tipo de investimento	Nº PA	FEADER (euros)	Despesa Pública (euros)	Investimento (euros)
Explorações olivícolas especializadas	10%	21%	Edifícios	1	0,2	0,3	1
			Máquinas	108	9.975	13.275	33.907
			Melhoria fundiária	173	44.798	59.731	163.551
			Outros	2	207	275	649
Explorações especializadas na produção de frutos frescos (excepto citrinos)	18%	9%	Edifícios	8	743	991	3.091
			Máquinas	123	4.762	6.364	18.024
			Melhoria fundiária	353	17.727	23.761	59.482
			Outros	8	77	103	314
Expl. especializadas em horticultura em estufa	6%	8%	Edifícios	118	13.180	18.556	55.523
			Máquinas	33	3.363	4.531	12.531
			Melhoria fundiária	3	725	967	3.819
			Outros	4	560	747	2.300
Explorações combinadas de galinhas poedeiras e frangos de engorda	0%	8%	Edifícios	1	563	750	11.818
			Máquinas	1	10.459	13.945	59.668
Explorações especializadas de frangos de engorda	3%	5%	Edifícios	57	6.489	8.679	26.215
			Máquinas	25	4.518	6.023	19.348
			Melhoria fundiária	3	362	482	1.805
			Outros	1	2.014	2.685	8.273
Explorações especializadas em cultura dos cogumelos	1%	5%	Máquinas	8	10.297	13.729	42.627
			Melhoria fundiária	5	211	282	787
			Outros	1	41	55	118
			Edifícios	4	65	87	295
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	8%	4%	Máquinas	162	4.842	6.654	20.135
			Melhoria fundiária	50	3.048	4.126	13.017
			Outros	11	283	377	1.897
			Edifícios	42	3.601	4.857	12.645
Explorações especializadas em floricultura e em cultura de plantas ornamentais em estufa	3%	4%	Máquinas	32	5.049	6.851	18.249
			Melhoria fundiária	14	1.213	1.935	5.266
			Outros	1	181	362	732
			Edifícios	14	967	1.290	3.376
Explorações especializadas em horticola ao ar livre	6%	3%	Máquinas	109	5.187	7.334	20.963
			Melhoria fundiária	43	1.914	2.733	8.152
			Outros	1	7	9	54
			Edifícios	7	484	645	1.930
Explorações com diversas combinações de culturas permanentes	5%	3%	Máquinas	48	1.581	2.109	5.953
			Melhoria fundiária	79	4.356	5.810	14.851
			Outros	2	216	287	1.158
			Edifícios	27	3.890	5.023	14.512
Explorações leiteiras especializadas	3%	3%	Máquinas	50	4.127	5.290	16.043
			Melhoria fundiária	2	432	536	1.584
			Outros	2	81	109	471
			Edifícios	14	445	593	2.293
Explorações bovinas especializadas - orientação criação de gado	3%	2%	Máquinas	44	1.296	1.751	6.523
			Melhoria fundiária	25	1.198	1.597	5.577
			Outros	11	237	316	1.530
			Edifícios	6	240	320	837
Apícolas	3%	1%	Máquinas	61	947	1.262	3.610
			Melhoria fundiária	2	23	31	89
			Outros	7	92	123	321
			(...)
TOTAL	100%	100%	Edifícios	403	41.495	56.275	175.777
			Máquinas	1166	91.537	122.976	381.095
			Melhoria fundiária	1081	99.945	134.327	369.858
			Outros	78	3.003	4.126	15.484

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por sector de actividade e por rubrica de investimento, verificou-se:

- ⇒ Um acréscimo muito significativo no “*olival*”, de mais 8 pontos percentuais face a 2009, passando este a ser a actividade com maior importância, à semelhança do que acontece na SAU, representando ¼ do investimento total contratado;
- ⇒ As “*frutas*” tiveram o acréscimo também significativo, de 7 pontos percentuais face a 2009, passando a representar 13% do investimento total;
- ⇒ A “*hortícola em forçagem*” continuou a ser um dos sectores com mais importância, representando 15% do investimento total contratado;
- ⇒ O investimento em “*máquinas e equipamentos*” é o predominante (35%);
- ⇒ Os investimentos em “*plantações*” representam ainda 17% do investimento total, concentrando-se grande parte no sector “*olival*” e nos “*frutos*” que em conjunto representam 15% do total;
- ⇒ Os “*bovinos de carne*”, apesar de representarem 19% da SAU detêm apenas 2% do investimento, indicando a natureza extensiva desta actividade nos PA candidatos a esta Acção.

Quadro 46: Acção 1.1.1 - Investimento contratado (por actividade agrícola e rubrica de investimento)

Rubrica / Actividade agrícola	Captação de água	Compra de terrenos	Cumprimento de novas normas	Edifícios e outras construções	Electrificação	Energias renováveis	Estufas ou outras estruturas de fabricação	Instalações animais	Investimentos ambientais	Máquinas e equipamentos	Melhoramentos fundiários	Plantações	Rede de rega	Outros investimentos	TOTAL por actividade agrícola
Apicultura				0,1%				0,02%	0,01%	1%	0,01%	0,01%		0,1%	1%
Bovinos de carne	0,02%	0,01%	0,01%	0,1%	0,02%	0,03%		0,2%		1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	2%
Bovinos de leite	0,01%	0,01%	1%	0,3%	0,03%	0,1%		2%	0,1%	2%	0,1%		0,01%	0,2%	5%
Caprinos			0,01%	0,02%	0,01%	0,01%		0,3%		0,2%	0,01%	0,01%	0,01%	0,1%	1%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	0,1%			0,1%	0,1%	0,01%				1%	0,2%	0,02%	0,2%	0,1%	2%
Culturas forrageiras	0,1%	0,01%	0,02%	0,04%	0,04%	0,01%		0,1%	0,01%	1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	1%
Flores	0,03%	0,01%		0,1%	0,1%	0,2%	1%		0,1%	1%	0,2%	1%	0,2%	0,5%	5%
Frangos (engorda)	0,01%	0,01%	1%	0,1%	0,1%	0,04%		3%	0,02%	3%	0,03%			0,5%	7%
Frutos	0,2%	0,1%	0,01%	0,3%	0,1%	0,05%	0,2%		0,03%	3%	1%	6%	2%	1%	13%
Hortícolas ar livre	0,1%	0,04%		0,1%	0,1%	0,01%	0,2%		0,02%	3%	0,3%	0,02%	0,4%	0,3%	5%
Hortícolas forçagem	0,02%	0,1%	0,03%	2%	0,04%	0,1%	6%		0,1%	4%	1%	0,03%	0,3%	2%	15%
Olival	0,4%	0,1%		0,3%	0,2%	0,01%			0,01%	8%	2%	9%	4%	1%	25%
Outras culturas	0,01%			0,1%	0,01%	0,01%	0,01%		0,01%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	1%
Outras permanentes		0,01%		0,1%		0,01%	0,05%			0,2%	0,1%	0,04%	0,02%	0,05%	1%
Outros animais	0,01%	0,01%	0,2%	0,2%	0,01%	1%	0,04%	1%		0,5%	0,02%	0,01%	0,01%	0,3%	3%
Ovinos de carne				0,01%				0,01%		0,04%	0,02%	0,02%		0,02%	0%
Ovinos de leite			0,01%	0,03%		0,01%		0,1%	0,01%	0,1%	0,02%			0,02%	0%
Ovos		0,1%	1%	0,2%	0,1%	1%		2%	0,02%	2%	0,1%			0,2%	6%
Suínos	0,02%		0,3%	0,1%	0,01%	0,05%		1%	0,02%	1%	0,04%	0,04%		0,2%	2%
Vinha	0,1%	0,02%	0,1%	0,3%	0,03%	0,01%			0,02%	3%	0,2%	0,1%	1%	1%	5%
TOTAL por rubrica	1%	0%	3%	4%	1%	2%	8%	9%	1%	35%	5%	17%	7%	7%	100%

Relativamente ao tempo dedicado à agricultura, verifica-se que mais de ¾ dos agricultores o são a tempo inteiro, detendo estes mais de 80% do investimento.

Quadro 47: Acção 1.1.1 – Agricultores singulares - % do rendimento obtido da exploração e tempo dedicado à agricultura

Pedidos de apoio à acção 1.1.1	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo parcial, tanto do rendimento como do tempo (< 50% rend. e do tempo)	206	13%	23.868	9%
Tempo parcial, a nível do rendimento (< 50% rend. e >= 50% do tempo)	102	6%	12.006	5%
Tempo parcial, a nível do tempo (>= 50% rend. e < 50% do tempo)	83	5%	7.648	3%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	1.191	75%	212.717	83%
TOTAL	1.582	100%	256.239	100%

Em termos de composição da SAU das explorações contratadas na Acção 1.1.1, componente 1, verifica-se que a actividade agrícola dominante é o "olival", com cerca de 1/3 da área e, mais distanciada, a actividade "bovinos de carne", com cerca de 1/5 da área total.

Quadro 48: Acção 1.1.1 – Composição da SAU das explorações contratadas (componente 1)

Actividade agrícola	SAU	
	Ha	% do total
Apicultura	760	0,5%
Bovinos de carne	31.254	19%
Bovinos de leite	3.540	2%
Caprinos	847	1%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	15.303	9%
Culturas forrageiras	11.138	7%
Flores	515	0,3%
Frangos (engorda)	244	0,1%
Frutos	11.124	7%
Hortícolas ar livre	8.422	5%
Hortícolas forçagem	1.044	1%
Olival	51.784	32%
Outras culturas	1.024	1%
Outras permanentes	308	0,2%
Outros animais	1.091	1%
Ovinos de carne	1.875	1%
Ovinos de leite	1.518	1%
Ovos	357	0,2%
Suínos	5.651	3%
Vinho	16.573	10%
TOTAL	164.374	100%

Quanto ao tipo de beneficiários e seu escalão etário, relativo aos PA contratados, verifica-se que a maioria dos PA diz respeito a "pessoas singulares" (58%), sobretudo do sexo masculino (67%). Em termos de faixa etária, os promotores com menos de 40 anos de idade representaram 68% do total de "pessoas singulares" das quais 33% são do sexo feminino.

Quadro 49: Acção 1.1.1 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas	
			Contratadas	Pagas
Pessoas singulares	Masculino	<40	673	166
		≥ 40	393	101
	Feminino	<40	397	65
		≥ 40	119	32
	TOTAL			1582
Pessoas colectivas			1144	333
TOTAL			2726	697

No que diz respeito à localização do investimento contratado verifica-se um peso maior nas "zonas com desvantagens que não as zonas de montanha" (33% do investimento total), face às "zonas de montanha" (21% do investimento total) e às "zonas mistas" (com 11% do investimento total). No cômputo geral as "zonas desfavorecidas" representaram 65% do investimento apoiado, aumentando assim o seu peso face ao ano de 2009.

Quadro 50: Acção 1.1.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	83	1747	1830	162.609	216.777	614.068
Zonas de montanha	60	754	814	53.564	71.412	196.994
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	12	698	710	81.345	108.388	312.387
Zonas mistas	11	295	306	27.699	36.977	104.687
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	28	868	896	73.372	100.928	328.144
Zonas Natura 2000	1	106	107	9.175	14.186	54.544
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	28	28	3.281	4.485	15.048
Zonas mistas	0	14	14	1.314	1.902	6.205
Outros	27	720	747	59.602	80.354	252.346
TOTAL	111	2615	2726	235.981	317.704	942.212

Quadro 51: Acção 1.1.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	38	392	430	32.444	43.321	241.301
Zonas de montanha	12	134	146	8.810	11.746	67.294
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	19	208	227	19.865	26.550	144.492
Zonas mistas	7	50	57	3.769	5.025	29.516
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	6	261	267	19.330	26.631	154.210
Zonas Natura 2000	4	25	29	2.009	3.404	15.351
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	5	5	173	234	1.527
Zonas mistas	0	2	2	70	102	1.316
Outros	2	229	231	17.077	22.891	136.015
TOTAL	44	653	697	51.773	69.952	395.511

Relativamente aos indicadores específicos de realização, realça-se o seguinte:

- ⇒ As candidaturas com projectos agrupados têm sido inferiores aos valores esperados. No entanto, em termos relativos, tem-se uma % superior à esperada, já que a 12% da meta dos PA contratados correspondem 29% de candidaturas com projectos agrupados;
- ⇒ Em termos dos investimentos em factores ambientais verificou-se uma correcção no apuramento destas rubricas, face ao apresentado no relatório de 2009, apresentando agora resultados abaixo da meta;
- ⇒ Os resultados da inovação superam largamente os objectivos, com cerca de 76% dos PA contratados investindo em inovação (definida como sendo a introdução de produtos ou técnicas que a empresa não utilizava anteriormente);

Quadro 52: Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (contratados acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	321	26.903	27.321	717.067	23.574
% do total da componente	12%	3%	3%	76%	3%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	29%	-	-	+++	--

Quadro 53: Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (pagos acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	80	15.777	6.735	285.514	8.735
% do total da componente	11%	4%	2%	72%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	7%	-	-	+++	--

No que se refere aos indicadores relativos aos resultados esperados sobre os promotores contratados, verifica-se que dos 2.726 PA contratados:

- ⇒ 54% Pretendem introduzir novos produtos;
- ⇒ 68% Pretendem introduzir novas técnicas;
- ⇒ 76% Pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas;
- ⇒ 22% Da meta de acréscimo do VAB foi atingida. Deste acréscimo, 80% foi da responsabilidade de quatro actividades agrícolas (“culturas permanentes”, “hortofruticultura”, “aves de capoeira” e “viticultura”) bem como de 84% do acréscimo do emprego.

Quadro 54: Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
8.550	421.599	1.473	1.861	2.082
% do total de explorações		54%	68%	76%
Metas	1.900.000	18%	55%	1.700
% da meta	22%	+++	+	122%

Quadro 55: Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (pagos acumulado)

Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Número de explorações			
	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas	
172.191	40	173	304	
% do total de explorações	6%	25%	44%	
Metas	1.900.000	18%	55%	1.700
% da meta	9%	-	-	18%

Apoio às empresas de transformação e comercialização (Medida 123 da Comissão)

A componente 2 desta Acção teve, até ao final de 2010, 499 PA contratados. A distribuição regional dos PA contratados é muito equilibrada com excepção da região do Algarve.

A dimensão média elevada, de investimento e de apoio, na região Centro, deve-se, mais uma vez, ao peso significativo dos PIR nesta região.

Quadro 56: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	140	217.942	61.617	46.010
Centro	125	179.486	47.755	36.198
LVT	110	263.471	80.883	58.036
Alentejo	111	238.280	75.100	56.350
Algarve	13	13.551	5.176	3.882
TOTAL	499	912.730	270.532	200.476
Metas	440	819.000	346.716	261.225
% da meta	113%	111%	78%	77%

Até ao final de 2010 foram contratados 499 PA (13% acima da meta) da componente 2 desta Acção. A estes PA estão associados 270.532 mil euros de apoio e 200.476 mil euros de FEADER (78% e 77%, respectivamente, das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto este ascendeu a 912.730 mil euros, tendo ultrapassado a meta proposta (111%).

Quadro 57: Acção 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Número			Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas	TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	499	499	270.532	200.476	912.730
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	499	499	270.532	200.476	912.730
		Meta	440	346.716	261.225	819.000
		% da meta	113%	78%	77%	111%

Analisando os mesmos indicadores relativamente aos valores pagos, constata-se que foram apoiadas empresas (38%) que representam 47% e 18%, respectivamente do investimento e do apoio previsto.

Quadro 58: Acção 1.1.1 – Número de PA pagos da componente 2 por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Número			Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas	TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	167	167	62.786	46.494	385.222
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	167	167	62.786	46.494	385.222
		Meta	440	346.716	261.225	819.000
		% da meta	38%	18%	18%	47%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional e sectorial do investimento contratado.

Quadro 59: Acção 1.1.1 – Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	1%	1%	1%	14%	0,04%	17%
Carne	3%	3%	3%	1%		9%
Frutas frescas	2%	1%	5%	1%	1%	10%
Frutas transformadas	1%	1%	1%	0,2%		4%
Leite e produtos lácteos	0,1%	2%	1%	0,4%		3%
Ovos e aves de capoeira		6%	2%	0,1%		8%
Produtos diversos	0,2%	0,1%	1%	0,2%	1%	2%
Produtos hortícolas frescos	0%	1%	3%	1%	0,03%	4%
Produtos hortícolas transformados	4%	1%	5%	1%		11%
Vinho	13%	3%	6%	9%	0,2%	31%
TOTAL regional (%)	24%	20%	28%	28%	2%	100%
TOTAL regional (invest.)	215.106	179.466	252.154	251.848	14.156	912.730
TOTAL regional (apoio)	60.933	47.520	77.422	79.350	5.307	270.532

O investimento contratado concentrou-se sobretudo nas regiões LVT e Alentejo (ambas com 28% do total). Face ao ano de 2009, verifica-se que a região Centro perdeu peso relativo, passando de primeiro para quarto lugar. Na região do Algarve foi contratado apenas 2% do investimento.

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se:

- ⇒ O “vinho” continua a ser o principal sector de investimento, na componente 2, com 31% do total, tendo registado um aumento de 5 pontos percentuais na sua importância a nível do investimento total, face ao ano de 2009;
- ⇒ O “azeite” reforçou a sua importância a nível do investimento, com 17% do investimento total;
- ⇒ Os “produtos hortícolas transformados” baixaram 9 pontos percentuais representando agora o terceiro sector com mais investimento;
- ⇒ As “frutas frescas” tiveram um aumento muito significativo, com um acréscimo de 6 pontos percentuais, passando a ser o quarto sector mais importante, com 10% do investimento total.

Estes 4 sectores constituem, actualmente, cerca de 70% do investimento total da componente 2.

A larga maioria das 499 empresas apoiadas são PME (94% do total) sendo o sector do “vinho” o mais representativo com 36% de PA.

Relativamente às não PME, o sector “vinho” detém o maior número de PA (14). Os sectores “produtos hortícolas transformados” e “carne” embora com 4 PA cada um, em termos de investimento, representam 21% e 8% respectivamente.

Quadro 60: Acção 1.1.1 – Número de empresas contratadas e pagas da componente 2 (por tipo de empresa)

Tipo de Empresa	Empresas Apoiadas				Investimento			
	Contratadas		Pagas		Contratadas		Pagas	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Mil euros	% do Total	Mil euros	% do Total
Micro/pequenas	409	82%	134	80%	558.795	61%	214.996	56%
Médias	60	12%	27	16%	226.481	25%	134.252	35%
Não PME	30	6%	6	4%	125.955	14%	35.974	9%
TOTAL	499	100%	167	100%	911.231	100%	385.222	100%

Nota: inclui o investimento em “formação” (Medida COM 111) relativo à componente 2

Quadro 61: Acção 1.1.1 – Número de empresas contratadas da componente 2 (por tipo de empresa e sector)

Sector	Micro/Pequenas		Médias		Não PME	
	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)
Azeite	75	140.763	5	13.309	2	2.419
Carne	41	39.208	11	37.161	4	9.655
Cereais	1	749	2	658	2	3.510
Diversos animais	2	361	0	0	0	0
Diversos vegetais	2	5.327	0	0	0	0
Flores e plantas	1	2.457	1	257	0	0
Frutas frescas	43	68.980	6	18.366	0	0
Frutas transformadas	11	21.542	3	10.398	0	0
Leite e produtos lácteos	33	23.130	2	6.771	0	0
Ovos e aves de capoeira	5	8.423	6	39.686	3	23.139
Produtos diversos	7	7.392	1	347	0	0
Produtos hortícolas frescos	18	27.601	6	10.729	1	1.941
Produtos hortícolas transformados	11	24.780	5	51.187	4	26.608
Vinho	159	188.081	12	37.610	14	58.683
TOTAL	409	558.795	60	226.481	30	125.955

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verificou-se um forte aumento na taxa de cumprimento da meta relativa ao número de candidaturas contratadas com projectos agrupados, 80% do total e um valor do investimento em inovação bastante superior à meta. O investimento em factores ambientais e imateriais está abaixo das metas.

Quadro 62: Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	60	34.748	642.156	110.646
% do total da componente	12%	4%	70%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	80%	-	+++	-

Quadro 63: Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	41	19.686	291.349	49.093
% do total da componente	25%	5%	76%	13%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	55%	-	+++	-

Quanto aos indicadores de resultado, os PA já contratados apresentam valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, foi cumprido 20% da meta. Os sectores "vinho", "azeite", "frutas frescas", "produtos hortícolas frescos e transformados", "carne" e "ovos e aves de capoeira" representam a quase totalidade do acréscimo do VAB e do emprego:

Quadro 64: Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (contratados acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
1.763	470.457	239	324	350
% do total de explorações		48%	65%	70%
Metas	2.400.000	18%	55%	160
% da meta	20%	++	++	219%

Quadro 65: Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (pagos acumulado)

Acréscimo de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Número de explorações			
	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas	
217.830	11	41	67	
% do total de explorações	2%	8%	13%	
Metas	2.400.000	18%	55%	160
% da meta	9%	++	++	42%

2.2.1.2 Acção 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) i) e Artigo 26º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 17º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 121;
- ⇒ Portaria n.º 482/2009, de 6 de Maio, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

A Acção tem como objectivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção e contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do sector.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto um novo concurso que decorreu entre 15 de Setembro e 15 de Dezembro. Mais uma vez a área geográfica do concurso foi todo o território do Continente e a dotação inicialmente prevista foi de 15.000 mil euros. Devido à forte adesão ao concurso por parte dos promotores, 2.217 PA, foi decidido o reforço da dotação do mesmo em 7.000 mil euros.

O número de PA do concurso que decorreu em 2009 diminuiu (de 744 candidaturas válidas para 698) devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 66: Acção 1.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	59.727	15.000	0	0	698	13.904
Segundo		22.000	2.217	46.974	2.217	46.974
TOTAL		37.000	2.217	46.974	2.915	60.878

Quanto à distribuição regional do segundo concurso, reforçou-se a tendência verificada no primeiro com a região Norte a representar, quer em termos de número de PA, quer em termos de investimento, 50% do total.

Quadro 67: Acção 1.1.2 – Distribuição regional dos PA entrados (2º concurso)

Região	PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%
Norte	1.108	50%	23.428	50%
Centro	531	24%	11.239	24%
LVT	168	8%	3.549	8%
Alentejo	343	15%	7.316	16%
Algarve	67	3%	1.442	3%
TOTAL	2.217	100%	46.974	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2010, encontravam-se analisadas e decididas, as 698 candidaturas do primeiro concurso desta Acção. Destas candidaturas, 77% tiveram um parecer favorável e foram aprovadas. Nesta data apenas se encontravam em análise as candidaturas do segundo concurso que tinha terminado a 15 de Dezembro.

Do total das 698 candidaturas analisadas cerca de 94% (653) foram analisadas no decorrer do ano de 2010.

Quadro 68: Acção 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	698	13.904	653	12.907	127	2.451	531	10.561	524	10.450	4.288
Segundo	2.217	46.974									
TOTAL	2.915	60.878	653	12.907	127	2.451	531	10.561	524	10.450	4.288

Quadro 69: Acção 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	698	13.904	698	13.904	162	3.216	535	10.660	524	10.450	4.288
Segundo	2.217	46.974									
TOTAL	2.915	60.878	698	13.904	162	3.216	535	10.660	524	10.450	4.288

Em termos acumulados, foram contratados 524 PA, todos no ano de 2010, num total de 4.288 mil euros de despesa pública, representando 3.201 mil euros de participação FEADER. Destes PA contratados 98,6% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 7%.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados e pagos, verifica-se que a região Norte representa 39% do total dos PA contratados, logo seguida da região Centro.

Quadro 70: Acção 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	203	4.075	1.585	1.189
Centro	183	3.567	1.523	1.143
LVT	29	622	245	168
Alentejo	99	1.971	853	640
Algarve	10	215	81	61
TOTAL	524	10.450	4.288	3.201

Quanto ao tipo de promotores dos PA contratados, verifica-se que a tipologia "produtor individual" representa 77% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 71: Acção 1.1.2 - PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia	Número de PA	Investimento	
		(mil euros)	%
Produtor individual	416	8.052	77%
Sociedades	106	2.363	23%
Outras	2	35	0%
TOTAL	524	10.450	100%

A maioria dos promotores é da tipologia de pessoas singulares (80%), do género masculino (71%) e com mais de 40 anos (3/4 do total). Em termos de faixa etária, o género masculino e feminino têm uma estrutura muito semelhante. Comparando com a Acção 1.1.1, verifica-se que as pessoas singulares têm um peso substancialmente maior (79% - 58%), o género masculino maior peso (71% - 67%) e os promotores são bastante mais idosos (75% > =40 contra 32% na 1.1.1).

Quadro 72: Acção 1.1.2 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas	
			Contratadas	Pagas
Pessoas singulares	Masculino	<40	74	14
		≥ 40	222	38
	Feminino	<40	31	6
		≥ 40	89	12
	TOTAL			416
Pessoas colectivas			108	31
TOTAL			524	101

Analisando o investimento contratado, por DRAP e por tipologia, verifica-se que mais de metade foi em "equipamentos e máquinas agrícolas", que é a

tipologia com maior peso em todas as regiões. Verifica-se também que a tipologia “construções e equipamentos para melhoramento ambiental e eficiência energética” é a que tem menor representatividade, apenas 2%, no investimento total candidatado.

- ⇒ Relativamente à rubrica “equipamentos e máquinas agrícolas”, o Algarve apresenta mais de 70% do investimento nesta rubrica, enquanto no Centro e LVT esta rubrica representa mais de 60% do investimento;
- ⇒ Relativamente à rubrica “pequenas construções”, o Norte e a região LVT são as regiões com maior peso no investimento total, 21 e 18% respectivamente;
- ⇒ Quanto às “Pequenas plantações plurianuais”, estas representam cerca de ¼ do investimento total no Alentejo e Algarve. No Norte, este tipo de investimento representa ainda 16% do investimento total.

Quadro 73: Acção 1.1.2 - Distribuição regional e por tipologia do investimento dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	1a Construções e equipamentos para melhoramento ambiental e eficiência energética		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	119	3%	1.981	49%	855	21%	655	16%	466	11%	4.075
Centro	32	1%	2.289	64%	546	15%	280	8%	420	12%	3.567
LVT	0	0%	411	66%	112	18%	43	7%	56	9%	622
Alentejo	28	1%	1.068	54%	280	14%	464	24%	131	7%	1.971
Algarve	0	0%	153	71%	1	0%	53	25%	7	3%	215
TOTAL	179	2%	5.902	56%	1.793	17%	1.495	14%	1.081	10%	10.450

Analisando os PA contratados da Acção 1.1.2, por escalão de investimento, o maior peso verifica-se no escalão de mais de 20 mil euros de investimento, quer em termos de número de PA quer em termos de investimento.

Quadro 74: Acção 1.1.2 - Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
≥ 5 mil e < 10 mil euros	59	11%	446	4%
≥ 10 mil e < 15 mil euros	65	12%	808	8%
≥ 15 mil e < 20 mil euros	79	15%	1.395	13%
≥ 20 mil euros	321	61%	7.801	75%
TOTAL	524	100%	10.450	100%

Relativamente à SAU por actividade agrícola, os PA contratados concentram-se, essencialmente, nos "bovinos de carne" (60% da área total). Os "ovinos de leite", "vinho", "cereais, oleaginosas e proteaginosas" e "olival" são as actividades com maior importância, depois dos "bovinos de carne", representando entre 5 a 8% da área.

Dos PA contratados na Acção 1.1.2, 8% (41/524 PA) concorreram também à Acção 1.1.1. O investimento aprovado correspondeu, em termos globais, a 11% do investimento candidatado à Acção 1.1.1. No entanto, em certas regiões o investimento na Acção 1.1.2 constituiu um complemento muito significativo à Acção 1.1.1, correspondendo na LVT a 23% e no Norte a 14% do investimento.

Quadro 75: Acção 1.1.2 – PA contratados que concorreram à Acção 1.1.1 e valores de investimento das Acções 1.1.2 e 1.1.1 associados (acumulado)

Região	Acção 1.1.2			Invest. candidatado à Acção 1.1.1 (mil euros)
	Nº PA	Invest. contratado		
		Mil euros	(em % do invest. da 1.1.1)	
Norte	13	291	14%	2.078
Centro	8	187	12%	1.560
LVT	6	142	23%	615
Alentejo	14	320	7%	4.378
Algarve				
TOTAL	41	941	11%	8.631

Comparando a estrutura do investimento na Acção 1.1.2 com a da Acção 1.1.1, componente 1, verifica-se um maior peso dos “equipamentos e máquinas agrícolas” na Acção 1.1.2, enquanto os restantes investimentos têm um maior peso na Acção 1.1.1, componente 1.

Pese embora estas diferenças, a estrutura dos projectos é relativamente idêntica nas Acções 1.1.1 e 1.1.2, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 76: Acção 1.1.2 - Comparação das estruturas de investimentos das Acções 1.1.2 e 1.1.1, componente 1

Concursos	Acção 1.1.2	Acção 1.1.1 Componente 1
Equipamentos e Máquinas Agrícolas	56%	43%
Construções	17%	22%
Plantações	14%	17%
Melhoramento Ambiental e Eficiência Energética	2%	3%
Outros	10%	15%
TOTAL	100%	100%

Comparando esta Acção, em termos de SAU, com a Acção 1.1.1 - componente 1 verifica-se uma diferença muito significativa na sua estrutura, tendo a actividade “olival”, na Acção 1.1.1 - componente 1, uma importância muito maior, representando cerca de 1/3 da área total, bem como o “vinho” e os “cereais, oleaginosas e proteaginosas” representando, respectivamente, 10 e 9% da área. Os “bovinos de carne” apresentam, como já se viu, um peso muito menor, constituindo 19% da área total.

Quadro 77: Acção 1.1.2 - Distribuição da área dos PA contratados por sector de actividade (acumulado)

Un.: ha

Actividade Agrícola	Superfície Agrícola Util			
	Acção 1.1.2		Acção 1.1.1 Componente 1	
	Área	%	Área	%
Vinho	1.437	6%	16.573	10%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	1.338	6%	15.303	9%
Olival	1.096	5%	51.784	32%
Frutos	588	3%	11.124	7%
Culturas forrageiras	241	1%	11.138	7%
Hortícolas ar livre	105	0%	8.422	5%
Hortícolas forçagem	2	0%	1.044	1%
Flores	4	0%	515	0%
Outras Permanerntes			308	0%
Outras culturas	384	2%	1.024	1%
Apicultura	75	0%	760	0%
Bovinos de carne	13.318	60%	31.254	19%
Bovinos de leite	814	4%	3.540	2%
Caprinos	132	1%	847	1%
Frangos (engorda)	4	0%	244	0%
Ovinos de carne	558	2%	1.875	1%
Ovinos de leite	1.711	8%	1.518	1%
Ovos			357	0%
Suínos	242	1%	5.651	3%
Outros animais	313	1%	1.091	1%
TOTAL	22.361	100%	164.372	100%

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 736 mil euros de despesa pública e 552 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) residual de 1% face ao programado e de 17% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Analisando a distribuição regional, dos PA pagos, verifica-se que cerca de metade dos pagamentos se referem a PA da região Centro. A região do Alentejo é a segunda região com mais pagamentos, representando 30% do total dos PA pagos.

Quadro 78: Acção 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	203	1.585	1.189	2	15	11
Centro	183	1.523	1.143	52	364	273
LVT	29	245	168	12	103	78
Alentejo	99	853	640	30	223	167
Algarve	10	81	61	5	31	23
TOTAL	524	4.288	3.201	101	736	552
Meta	9.800	59.727	45.000			
% da meta	5%	7%	7%			

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 5% do número de PA e 7% da despesa apoiada, conforme quadro anterior.

No que diz respeito à localização do investimento, a maioria dos PA contratados e pagos encontra-se em regiões desfavorecidas (89%) com particular ênfase para as "zonas de montanha" que representam 52% e 38% do investimento total, respectivamente dos PA contratados e dos PA pagos.

Quadro 79: Acção 1.1.2 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	35	430	465	2.839	3.799	9.147
Zonas de montanha	18	263	281	1.671	2.228	5.471
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	4	81	85	578	783	1.782
Zonas mistas	13	86	99	590	788	1.894
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	1	58	59	362	489	1.303
Zonas Natura 2000	0	9	9	58	80	231
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	2	2	8	11	27
Zonas mistas	0	0	0	0	0	0
Outros	1	47	48	296	398	1.045
TOTAL	36	488	524	3.201	4.288	10.450

Quadro 80: Acção 1.1.2 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total do investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	10	79	89	481	641	1.752
Zonas de montanha	3	40	43	207	277	770
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	2	31	33	202	269	708
Zonas mistas	5	8	13	71	95	274
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	0	12	12	71	95	292
Zonas Natura 2000	0	6	6	37	50	168
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	-	-	0	-	-	-
Zonas mistas	-	-	0	-	-	-
Outros	0	6	6	34	45	124
TOTAL	10	91	101	552	736	2.044

Quanto aos indicadores de resultado, as empresas contratadas apresentam uma taxa superior à esperada, no que diz respeito à “introdução de novos produtos” (23% das explorações contra um valor da meta de 18%) ao contrário do que se esperava com a e à “introdução de novas técnicas” (46% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 81: Acção 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

		Número de explorações contratadas		Número de explorações pagas	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	66	122	2	15
	Feminino	30	59	1	9
Pessoas colectivas		27	58	2	18
TOTAL		123	239	5	42
% do total de PA		23%	46%	5%	42%
Meta		18%	55%	18%	55%
% da meta		-	--	-	--

2.2.1.3 Acção 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) ii) e artigo 22º (1) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 13º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 112;
- ⇒ Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- ⇒ Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- ⇒ Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na actividade;
- ⇒ Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- ⇒ Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o oitavo período de candidaturas que decorreu até ao final do ano. Foram recepcionadas 1.775 candidaturas consideradas válidas.

Quadro 82: Acção 1.1.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	Primeiro aviso	381
	Segundo aviso	441
	Terceiro aviso	339
2009	Quarto aviso	461
	Quinto aviso	520
	Sexto aviso	594
	Sétimo aviso	271
2010	Oitavo aviso	1.775
TOTAL		4.782

Verifica-se que o número de candidaturas, por período de candidatura, se tem mantido sempre elevado o que traduz o interesse nesta Acção.

A distribuição regional destas candidaturas segue a verificada nos anos anteriores e é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 83: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos			
	Ano 2010		2007-10	
	Nº	%	Nº	%
Norte	1.118	63%	2.840	59%
Centro	241	14%	646	14%
LVT	140	8%	581	12%
Alentejo	200	11%	500	10%
Algarve	76	4%	215	4%
TOTAL	1.775	100%	4.782	100%

A região Norte acentuou a sua dominância representando $\frac{2}{3}$ dos PA válidos apresentados no ano. O número de PA entrados válidos no ano de 2010 constitui 37% de todos os PA entrados e válidos no período de programação.

Quadro 84: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	2010		Acumulado		2010		Acumulado	
	Nº PA	% do valor regional	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	1.051	94%	2.639	93%	67	6%	201	7%
Centro	190	79%	505	78%	51	21%	141	22%
LVT	118	84%	477	82%	22	16%	104	18%
Alentejo	148	74%	375	75%	52	26%	125	25%
Algarve	69	91%	193	90%	7	9%	22	10%
TOTAL	1.576	89%	4.189	88%	199	11%	593	12%

Analisando a distribuição dos PA entrados no ano, por tipologia de promotor, verifica-se que a mesma segue a tendência já verificada em relatórios anteriores, ou seja, o predomínio global dos “produtores individuais” (quase 89%). Analisando a distribuição, por tipologia e por região, verifica-se que a região do Alentejo se destaca pela importância das “sociedades por quotas” contrastando com a região Norte, onde esta tipologia representa apenas 6% do total da região.

Verifica-se, ainda, que a maioria das candidaturas, de Jovens Agricultores, é acompanhada por candidaturas à Acção 1.1.1, com particular relevância na região do Algarve, LVT e Centro, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 85: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados com e sem candidaturas à Acção 1.1.1 (acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos					
	Candidaturas sem investimento		Candidaturas com investimento		Total Candidaturas entradas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	1.415	50%	1.425	50%	2.840	59%
Centro	165	26%	481	74%	646	14%
LVT	143	25%	438	75%	581	12%
Alentejo	207	41%	293	59%	500	10%
Algarve	35	16%	180	84%	215	4%
TOTAL	1.965	41%	2.817	59%	4.782	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas 2.479 candidaturas, (até ao final de 2009 tinham sido analisadas 1.429 candidaturas) num total acumulado de 3.910 candidaturas. Isto é, quase se triplicou o número de candidaturas já analisadas o que representa uma forte aceleração do ritmo de análise de PA. Esta progressão é, ainda, mais significativa no que se refere às contratações pois as 1.881 efectuadas do ano de 2010 representam 88% do total.

As candidaturas objecto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 75.240 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 86: Acção 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas analisadas em 2010		Total de candidaturas decididas em 2010				Total de candidaturas contratadas em 2010		
	Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio	
					Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio		Despesa pública	FEADER
Primeiro	0	0	2	80	0	0	2	80	14	560	420
Segundo	0	0	23	920	3	120	18	720	183	7.320	5.430
Terceiro	0	0	85	3.400	14	560	71	2.840	191	7.640	5.700
Quarto	0	0	164	6.560	35	1.400	125	5.000	254	10.160	7.560
Quinto	0	0	463	18.520	150	6.000	310	12.400	312	12.480	9.300
Sexto	0	0	560	22.400	239	9.560	333	13.320	321	13.320	9.920
Sétimo	0	0	283	11.320	74	2.960	208	8.320	195	7.800	5.820
Oitavo	1.775	71.000	899	35.960	164	6.560	587	23.480	411	15.960	11.930
TOTAL	1.775	71.000	2.479	99.160	679	27.160	1.654	66.160	1.881	75.240	56.080

Em termos acumulados, foram contratados 2.128 PA que correspondem a um total de 85.120 mil euros de despesa pública, com 63.480 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 54%.

Quadro 87: Acção 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas até 2010		Total de candidaturas analisadas até 2010		Total de candidaturas decididas até 2010				Total de candidaturas contratadas até 2010			
	Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio	Prémio	
					Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio			Despesa pública	FEADER
Primeiro	381	15.240	381	15.240	241	9.640	140	5.600	139	5.560	4.170	
Segundo	441	17.640	441	17.640	210	8.400	231	9.240	230	9.200	6.830	
Terceiro	339	13.560	339	13.560	107	4.280	232	9.280	232	9.280	6.930	
Quarto	461	18.440	461	18.440	176	7.040	285	11.400	278	11.120	8.280	
Quinto	520	20.800	518	20.720	182	7.280	334	13.360	321	12.840	9.570	
Sexto	581	23.240	581	23.240	249	9.960	345	13.800	322	13.360	9.950	
Sétimo	284	11.360	284	11.360	75	3.000	208	8.320	195	7.800	5.820	
Oitavo	1.775	71.000	905	36.200	164	6.560	588	23.520	411	15.960	11.930	
TOTAL	4.782	191.280	3.910	156.400	1.404	56.160	2.363	94.520	2.128	85.120	63.480	

No que se refere à distribuição regional, verificou-se no ano a mesma predominância da região Norte que se verifica para os dados acumulados (representando 53% das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com 15% das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam mais de $\frac{2}{3}$ de todas as contratações desta Acção.

Quadro 88: Acção 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2010				Acumulado 2007-2010			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	1.005	53%	40.200	30.150	1.103	52%	44.120	33.090
Centro	287	15%	11.480	8.610	351	16%	14.040	10.530
LVT	266	14%	10.640	7.630	296	14%	11.840	8.520
Alentejo	217	12%	8.680	6.510	264	12%	10.560	7.920
Algarve	106	6%	4.240	3.180	114	5%	4.560	3.420
TOTAL	1.881	100%	75.240	56.080	2.128	100%	85.120	63.480

c. Execução financeira

No final do ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 46.216 mil euros de despesa pública e 34.494 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 94% foram pagos no ano de 2010 (43.368 mil euros de despesa pública e 32.358 mil euros de comparticipação FEADER). Verifica-se, assim, que 1.444 Jovens

Agricultores (JA) já receberam o seu primeiro pedido de pagamento do prémio, sendo que 1.355 o receberam no decorrer do ano de 2010.

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 29% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 54% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado), o que representa uma evolução muito significativa relativamente ao final de 2009 quando a taxa de execução era de apenas 2%.

A distribuição regional dos pagamentos efectuados segue o padrão anterior de predomínio da região Norte, sempre com valores muito próximos dos 50%, seguida da região Centro, com percentagens a rondar os 20% do total.

Quadro 89: Acção 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2010			Acumulado 2007-2010		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	641	20.520	15.390	685	21.928	16.446
Centro	268	8.576	6.432	283	9.056	6.792
LVT	196	6.272	4.536	203	6.496	4.704
Alentejo	176	5.632	4.224	194	6.208	4.656
Algarve	74	2.368	1.776	79	2.528	1.896
TOTAL	1.355	43.368	32.358	1.444	46.216	34.494

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 98,5%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se que com 49% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 55% da despesa pública programada e já se ultrapassou o valor esperado de investimento em 59%.

Analisando a orientação produtiva dos PA contratados verificamos que se assiste também, nos jovens agricultores, a uma orientação da sua instalação para as fileiras estratégicas.

A actividade agrícola dominante, em termos de número de PA e de investimento, foi a de “*frutos frescos*” (excepto citrinos).

Quadro 90: Acção 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA aprovados	Despesas públicas		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
2011 <i>Explorações especializadas em hortícola ao ar livre</i>	116	3.350	4.640	14.933
2012 <i>Explorações em horticultura em estufa</i>	84	2.470	3.360	23.136
2022 <i>Explorações especializadas em floricultura e em cultura de</i>	68	2.020	2.720	18.153
3110 <i>Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de</i>	390	11.660	15.600	4.523
3211 <i>Explorações especializadas na produção de frutos frescos</i>	355	10.630	14.200	36.037
3300 <i>Explorações olivícolas especializadas</i>	134	4.020	5.360	14.503
3400 <i>Explorações com diversas combinações de culturas</i>	140	4.190	5.600	6.547
4110 <i>Explorações leiteiras especializadas</i>	43	1.290	1.720	13.140
4210 <i>Explorações bovinas especializadas - orientação</i>	94	2.820	3.760	7.842
5022 <i>Explorações especializadas de frangos de engorda</i>	62	1.860	2.480	15.069
(...)
TOTAL	2.128	63.480	85.120	222.140
Metas	4.300	117.500	155.954	140.000
% da Meta	49%	54%	55%	159%

Em termos de orientação produtiva dos jovens, com candidaturas em simultâneo à Acção 1.1.1, verifica-se que as mais importantes são:

- ⇒ “*Explorações especializadas na produção de frutos frescos*” (excepto citrinos);
- ⇒ “*Explorações em horticultura em estufa*”;
- ⇒ “*Especialização em floricultura e plantas ornamentais em estufa*”.

Quadro 91: Acção 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados com candidaturas, em simultâneo, à Acção 1.1.1

Un.: mil euros

OTE da exploração	Número PA	FEADER	Despesa Pública	Investimento proposto
1443 <i>Explorações com combinações de diversas culturas gerais</i>	41	1.230	1.640	5.348
2011 <i>Explorações especializadas em horticola ao ar livre</i>	96	2.770	3.840	14.509
2012 <i>Explorações em horticola em estufa</i>	80	2.350	3.200	23.437
2022 <i>Explorações especializadas em floricultura e em cultura de plantas ornamentais em estufa</i>	64	1.900	2.560	17.983
3110 <i>Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade</i>	56	1.640	2.240	4.331
3211 <i>Explorações especializadas na produção de frutos frescos (excepto citrinos)</i>	252	7.530	10.080	35.153
3300 <i>Explorações olivícolas especializadas</i>	50	1.500	2.000	14.287
3400 <i>Explorações com diversas combinações de culturas permanentes</i>	65	1.940	2.600	6.461
4110 <i>Explorações leiteiras especializadas</i>	30	900	1.200	10.646
4210 <i>Explorações bovinas especializadas - orientação criação de gado</i>	50	1.500	2.000	7.152
5022 <i>Explorações especializadas de frangos de engorda</i>	49	1.470	1.960	14.531
8231 <i>Apícolas</i>	58	1.740	2.320	4.461
(...)
TOTAL	2.128	63.480	85.120	222.140

Em termos de superfície agrícola útil (SAU) verifica-se que o sector de actividade predominante é o dos "bovinos de carne", com 25% da área total contratada, seguido da actividade "olival", com 16%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 92: Acção 1.1.3 – Distribuição da área dos PA contratados por sector de actividade (acumulado)

Classificação por sector	SAU (ha)	
Bovinos de Carne	12.114	25%
Olival	7.873	16%
Culturas Forrageiras	6.691	14%
Frutos	5.277	11%
Vinho	4.152	8%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	3.247	7%
Ovinos de Carne	1.803	4%
Hortícolas ar livre	1.661	3%
Ovinos de Leite	1.410	3%
Suínos	1.142	2%
Caprinos	978	2%
Apicultura	870	2%
Bovinos de Leite	819	2%
Hortícolas Forçagem	316	1%
Outros Animais	301	1%
Outras Culturas	225	0%
Frangos (engorda)	176	0%
Flores	172	0%
Outras Permanentes	124	0%
Ovos	6	0%
TOTAL	49.357	100%

Dos 2.128 jovens contratados, 58% destes (1.238 PA) candidataram-se à Acção 1.1.1. com um total de 239.368 mil euros de investimento proposto. Este valor corresponde a 37% da meta (3.390).

Analisando a distribuição regional dos PA contratados com projectos de investimento verifica-se que a região do Algarve é a região em que houve uma maior percentagem de Jovens Agricultores com investimentos na Acção 1.1.1 (89%) logo seguida das regiões LVT e Centro com, respectivamente, 84% e 79% dos PA com projectos de investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida. Note-se que existem PA da Acção 1.1.3 que prevêem realizar investimentos mas não apresentam projectos de investimento no âmbito da Acção 1.1.1.

Quadro 93: Acção 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados com projectos de investimento apresentados no âmbito da Acção 1.1.1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	PA Acção 1.1.3		PA Acção 1.1.3 com Acção 1.1.1					Proporção dos PA Acção 1.1.3 com Acção 1.1.1
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	
Norte	1.103	52%	458	37%	71.437	29.236	21.927	42%
Centro	351	16%	276	22%	54.205	20.910	15.682	79%
LVT	296	14%	248	20%	44.533	17.567	12.548	84%
Alentejo	264	12%	163	13%	29.865	10.421	7.814	62%
Algarve	114	5%	101	8%	14.321	5.481	4.110	89%
TOTAL	2.128	100%	1.246	100%	214.362	83.615	62.083	59%

Se analisarmos por tipologia de promotor verifica-se que dos promotores da tipologia “*pessoa colectiva*” 81% apresentaram candidaturas à Acção 1.1.1 enquanto da tipologia “*pessoa singular*” apenas se candidataram 55%. Refira-se que as pessoas colectivas representam 15% dos PA da Acção 1.1.3 mas representa 20% dos PA com projectos de investimento apresentados no âmbito da Acção 1.1.1 e reúnem 36% do investimento proposto.

Quadro 94: Acção 1.1.3 – PA contratados com projectos de investimento apresentados no âmbito da Acção 1.1.1, por tipologia do promotor (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotor	PA Acção 1.1.3		PA Acção 1.1.3 com Acção 1.1.1					Proporção dos PA Acção 1.1.3 com Acção 1.1.1
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	
Pessoa colectiva	309	15%	249	20%	77.104	29.724	21.968	81%
Pessoa singular	1.819	85%	997	80%	137.258	53.891	40.114	55%
TOTAL	2.128	100%	1.246	100%	214.362	83.615	62.083	59%

Na tipologia de “*pessoa singular*” constata-se que cerca de 756 PA contratados (76%) se dedicam a tempo inteiro à exploração, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Analisando a Acção, segundo o tempo dedicado à exploração e a proporção de rendimento proveniente da exploração, constata-se que os PA em que o

promotor é da tipologia “*pessoa singular*” e com investimento proposto no âmbito da Acção 1.1.1 são maioritariamente (76%) agricultores a tempo inteiro.

Quadro 95: Acção 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo e rendimento parcial (< 50% rend. Expl e do tempo)	33	3%	2.788	2%
Rendimento parcial (<50% rend. Expl e >= 50% do tempo)	131	13%	14.876	11%
Tempo parcial (>=50% rend. Expl e < 50% do tempo)	77	8%	7.508	5%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	756	76%	112.087	82%
TOTAL	997	100%	137.258	100%

Analisando os indicadores de execução financeira para as candidaturas contratadas verifica-se:

- ⇒ O número de pedidos apoiados bem como o valor da despesa pública ainda se encontram abaixo da meta (34% e 30% respectivamente);
- ⇒ Relativamente ao volume total de investimento ultrapassou-se em 4% a meta estabelecida para o programa;

Quadro 96: Acção 1.1.3 – Indicadores de execução financeira

	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	1.444	145.712	46.216	34.494
Meta	4.300	140.000	155.954	117.500
% da meta	34%	104%	30%	29%

Relativamente aos indicadores de realização verifica-se que a actividade mais apoiada foi a de “culturas permanentes” com 35% da despesa pública e do investimento apoiado.

Quadro 97: Acção 1.1.3 – Indicadores de realização

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA apoiados	Despesa pública		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
Grandes Culturas	41	984	1.312	3.753
Hortofruticultura	244	5.734	7.816	48.402
Vitivinicultura	282	6.744	9.024	3.665
Culturas permanentes	501	12.008	16.032	39.665
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	160	3.840	5.120	15.999
Suínos	9	216	288	978
Aves de capoeira	48	1.152	1.536	11.572
Produção de leite	28	672	896	6.207
Misto (culturas + animais)	76	1.824	2.432	7.582
Outros	55	1.320	1.760	7.888
TOTAL	1.444	34.494	46.216	145.712

No que se refere à distribuição por género dos JA contratados (dados acumulados), verifica-se que as taxas de cumprimento das metas apresentam valores semelhantes, quer para o total de jovens, quer para ambos os géneros, o que ilustra uma recuperação do número de contratos de Jovens Agricultoras cuja taxa estava, no final de 2009, idêntica à taxa masculina.

É também de realçar que o investimento realizado pelos Jovens Agricultores está a ser bastante significativo e superior ao esperado, em média mais cerca de 90 mil euros por PA, estando já ultrapassada a meta esperada em 59%.

Quadro 98: Acção 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	793	42%	2.600	31%
Feminino	1.088	58%	1.700	64%
TOTAL	1881	100%	4.300	44%

Quadro 99: Acção 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados e pagos (acumulado)

Género	Jovens agricultores contratados		Jovens agricultores pagos		Meta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	1.246	59%	854	59%	2.600	33%
Feminino	882	41%	590	41%	1.700	35%
TOTAL	2.128	100%	1.444	100%	4.300	34%
Investimento contratado (mil euros)				222.140	140.000	159%

Nota: Para contabilização do género considerou-se o número de JA contratados do género masculino (1064), o número de JA contratados do género feminino (755). No caso das sociedades e para efeitos do indicador, considerou-se do género feminino quando pelo menos 50% dos membros (ou do capital) era do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, quando comparamos o cumprimento da meta do número de JA a instalar com a do acréscimo do VAB, verifica-se que se está abaixo do que seria esperado, estando cumprida 23% da meta, se considerarmos os PA contratados e 16% se considerarmos os pagos. As actividades agrícolas que mais contribuíram para o acréscimo do VAB (70%) e do emprego criado foram: a "hortofruticultura", as "culturas permanentes" e os "herbívoros".

Quadro 100: Acção 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

Contratados		Pagos	
Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
3.179	96.013	2.300	67.237
Meta	420.000		420.000
% da meta	23%		16%

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b), iii); Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 123;
- ⇒ Portaria n.º 1238/2008, de 30 de Outubro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Medida

Incentivar o redimensionamento e a cooperação entre empresas agrícolas ou agro-alimentares, através de, respectivamente, processos de concentração e fusão empresarial e desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 abriu-se o segundo concurso, que decorreu entre 02 de Dezembro de 2010 e 02 de Março de 2011, com uma dotação de 20.000 mil euros de despesa pública.

Dado que este concurso se encontrava a decorrer a 31 de Dezembro mantém-se, em termos de candidaturas entradas válidas, a situação apresentada no Relatório de 2009.

Quadro 101: Medida 1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.182	15.000	6	28.528
Segundo		20.000		
TOTAL		35.000	6	28 528

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas as 6 candidaturas consideradas válidas. Destas 6 candidaturas analisadas, 2 foram aprovadas e objecto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 102: Medida 1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	6	28.528	6	28.528	2	5.541	2	11.495	2	11.495	4.363
TOTAL	6	28.528	6	28.528	2	5.541	2	11.495	2	11.495	4.363

Em termos acumulados, foram contratados 2 PA, ambos em 2010, relativos a adegas cooperativas, com o objectivo de melhorar a comercialização, num total de 4.363 mil euros de despesa pública, com 3.272 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 13%.

c. Execução financeira

No ano de 2010, iniciou-se a execução desta medida sendo o montante total dos pagamentos acumulados de 2.182 mil euros de despesa pública e 1.637 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 7% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o

programado) e de 50% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 103: Medida 1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Alentejo	2	4.363	3.272	2	2.182	1.637
TOTAL	2	4.363	3.272	2	2.182	1.637

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2010, como já se referiu, foram contratadas 2 PA o que representou 1% da meta. A estes PA estão associados 4.363 mil euros de apoio contratado e 3.272 mil euros de FEADER (cerca de 13% das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto, de 11.495 mil euros, representou 15% da meta proposta.

Quadro 104: Medida 1.2 - PA contratados e pagos (por sector de actividade)

Un.: mil euros

Sector de actividade	Número			Despesas públicas Contratadas		Despesas públicas Pagas		Volume total de invest.
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas	TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	2	2	4.363	3.272	2.182	1.637	11.495
	Metas	400	33.182	25.000	33.182	25.000	75.000	
	% da meta	1%	13%	13%	7%	7%	15%	

Dos dois PA contratados e em termos de dimensão das empresas, um enquadra-se na categoria das micro/pequenas empresas e o outro nas médias empresas, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 105: Medida 1.2 – PA contratados (por tipo de empresa e sector)

Tipo de empresa	Empresas apoiadas		Investimento	
	Número	% do total	Mil euros	% do total
Micro/pequenas	1	50%	4.951	43%
Médias	1	50%	6.543	57%
Médias/Grandes	0	0%	0	0%
TOTAL	2	100%	11.495	100%

As empresas apoiadas constituem uma Acção de cooperação estratégica. Relativamente ao número de iniciativas de cooperação, foi apoiada apenas uma iniciativa (0,5% da meta), de duas adegas Cooperativas, Borba e Vidigueira, Cuba e Alvito, com vista à cooperação estratégica para comercialização comum dos seus produtos, não tendo sido apoiada nenhuma iniciativa para aquisição de dimensão (0% da meta).

Quadro 106: Medida 1.2 - Iniciativas de cooperação contratadas

	Aquisição de dimensão	Cooperação estratégica
	0	1
Nº de iniciativas de cooperação apoiadas	0	1
Metas	15%	200
% da meta	0%	0,5%

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas contratadas, 100% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

Já no que se refere ao acréscimo do VAB, os resultados são claramente inferiores ao programado, quer quando consideramos os valores contratados quer quando consideramos os pagos.

Quadro 107: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (contratados)

	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	9.614	2	1	2
% do total de explorações		100%	50%	100%
Metas	200.000	-	-	100
% da meta	5%	-	-	2%

Quadro 108: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (pagos)

	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (pagas) (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	1	1	2
% do total de explorações		50%	50%	100%
Metas	200.000	-	-	100
% da meta	2%	-	-	2%

Quanto ao aumento do valor exportado verificou-se que, comparativamente com o número de PA apoiados, o seu valor foi significativo (8% da meta).

Quadro 109: Medida 1.2 - Indicadores de resultado específico

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	11.495	11.495
Transformação / comercialização			
TOTAL	2	11.495	11.495
Metas	400	75.000	140.000
% da meta	1%	15%	8%

2.2.1.5 Acção 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- ⇒ Portaria n.º 828/2008, de 8 de Agosto, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

Assegurar e melhorar a função económica dos povoamentos, no quadro da gestão sustentável.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Ainda no ano de 2009 foi aberto o segundo concurso que decorreu até 30 de Junho de 2010.

Quadro 110: Acção 1.3.1 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	88.927	16.000			318	39.384
Segundo		20.000	417	49.840	417	49.840
TOTAL		36.000	417	49.840	735	89.225

Neste segundo concurso foram consideradas válidas as 417 candidaturas entradas cuja distribuição regional se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 111: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (2º concurso)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	37	9%	1.958	4%
Centro	63	15%	3.726	7%
LVT	90	22%	12.221	25%
Alentejo	202	48%	30.900	62%
Algarve	25	6%	1.035	2%
TOTAL	417	100%	49.840	100%

Relativamente a estas candidaturas do segundo concurso, verifica-se que seguem a tendência já constatada no primeiro concurso, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento, com forte concentração no Alentejo e, em menor grau, na região LVT, e uma fraca adesão da região Norte e Centro.

Quadro 112: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	56	8%	2.572	3%
Centro	166	23%	13.617	15%
LVT	158	21%	23.015	26%
Alentejo	312	42%	46.471	52%
Algarve	43	6%	3.550	4%
TOTAL	735	100%	89.225	100%

Neste segundo concurso a tipologia de beneficiário dominante é a de "produtor florestal" (91% do total). As "entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)" representaram apenas 3% do total de PA enquanto os "órgãos de administração de baldios" representam 4%.

Quadro 113: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (2º concurso)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	378	91%	47.492	95%
Entidades gestoras de ZIF	14	3%	1.376	3%
Órgão de administração de baldio	17	4%	709	1%
Organismos da administração local	8	2%	266	1%
Cooperativas	0	0%	0	0%
TOTAL	417	100%	49.844	100%

Em termos acumulados verifica-se que as “entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)”, segunda tipologia, representa 11% do total de PA candidatos e 10% do investimento total.

Quadro 114: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	621	84%	78.434	88%
Entidades gestoras de ZIF	81	11%	9.087	10%
Órgão de administração de baldio	18	2%	713	1%
Organismos da administração local	14	2%	494	1%
Cooperativas	1	0%	499	1%
TOTAL	735	100%	89.228	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

A análise e decisão das candidaturas ao primeiro concurso que se iniciou em 2009 encontrava-se concluída ainda no primeiro semestre de 2010.

No final do ano encontravam-se analisadas as 318 candidaturas relativas ao primeiro concurso e 375 candidaturas do segundo concurso, ou seja 94% do total. Das candidaturas analisadas, cerca de 18% (124 candidaturas) tiveram uma decisão de não aprovação. Das candidaturas aprovadas, 74% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 115: Acção 1.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	318	39.384	318	39.384	79	6.741	239	32.580	232	31.211	14.225
Segundo	417	49.840	375	37.918	45	2.169	291	31.946	159	14.932	7.225
TOTAL	735	89.225	693	77.302	124	8.910	530	64.525	391	46.143	21.449

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, verifica-se a mesma tendência da distribuição regional dos PA entrados, com o Alentejo a representar 41% dos PA contratados e 44% do investimento.

Quadro 116: Acção 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Contratado em 2010			Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	18	174	131	18	240	180
Centro	60	2.549	1.911	60	2.881	2.160
LVT	126	8.549	6.271	128	8.183	5.996
Alentejo	159	9.376	7.032	159	9.396	7.047
Algarve	26	750	563	26	750	563
TOTAL	389	21.398	15.908	391	21.449	15.946

Em termos acumulados, foram contratados 391 PA, dos quais 389 no ano de 2010, num total de 21.449 mil euros de despesa pública, representando 15.946 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 24%.

c. Execução financeira

Esta Acção iniciou a sua execução financeira em 2010. No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados era de 2.456 mil euros de despesa pública e 1.842 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 3% face ao programado

(rácio entre o fundo pago e o programado) e de 12% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 117: Acção 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	18	240	180			
Centro	60	2.881	2.160	1	33	25
LVT	128	8.183	5.996	23	1.080	810
Alentejo	159	9.396	7.047	30	1.313	985
Algarve	26	750	563	4	29	22
TOTAL	391	21.449	15.946	58	2.456	1.842

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, verifica-se que os PA contratados apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, tendo-se cumprido 6% e 12% das metas relativas ao investimento e ao número de empresas florestais, respectivamente.

As entidades contratadas foram, na sua quase totalidade, empresas privadas (99%). Este facto levou a que, até ao momento, já se tenha cumprido 15% da meta relativa às empresas privadas e apenas 0% da meta relativa às empresas públicas.

Quadro 118: Acção 1.3.1 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Tipos	Valores Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		46.143	9.059	150.000	6%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Empresas públicas	4	0	100	0%
	Empresas privadas	387	58	400	15%
	TOTAL	391	58	500	12%

Relativamente à área intervencionada, verificou-se que o Sobreiro e o Pinheiro Manso constituíram, no seu conjunto, 83% da área apoiada. O Eucalipto e a Azinheira representaram também uma parte significativa da área apoiada.

Relativamente à meta, a área total abrangida correspondeu a 4% da meta. Verifica-se, assim, que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado, já que temos 78% da meta do número de empresas e apenas 4% da meta, relativa à área, cumprida.

Quadro 119: Acção 1.3.1 - Indicadores específicos de resultado - área intervencionada (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Sobreiro	9.718	5.425
Pinheiro Manso	6.309	3.771
Eucalipto	1.578	73
Azinheira	1.482	
Pinheiro Bravo	55	
Outras Quercíneas	45	
Outras Resinosas	16	
Medronheiro	16	
Cerejeira Brava	16	
Outras Folhosas	8	
Freixo	2	
TOTAL	19.244	9.269
Meta	476.250	476.250
% da meta	4%	2%

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas apoiadas, 76% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

No que diz respeito à localização do investimento verifica-se um peso maior nas "zonas com desvantagens que não as zonas de montanha" (61% do investimento total contratado), face às "zonas de montanha" (8% do investimento total contratado) e às "zonas mistas" (com 29% do investimento total contratado). No cômputo geral as "zonas desfavorecidas" representaram 84% do investimento contratado.

Quadro 120: Acção 1.3.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	341	365	13.462	18.099	38.606
Zonas de montanha	64	67	1.083	1.444	3.819
Zonas com desvantagens que não as de montanha	226	240	10.354	13.944	27.953
Zonas mistas	51	58	2.025	2.711	6.833
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	50	65	2.484	3.350	7.537
Zonas Natura 2000	0	0	0	0	0
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	3	3	170	265	759
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	47	62	2.314	3.085	6.777
TOTAL	391	430	15.946	21.449	46.143
Meta	600	600	67.000	88.927	150.000
% da meta	65,2%	71,7%	23,8%	24,1%	30,8%

A mesma tendência verifica-se quando se efectua a análise dos PA pagos por zona de intervenção.

Quadro 121: Acção 1.3.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	45	45	1.367	1.823	7.029
Zonas de montanha	5	5	37	50	408
Zonas com desvantagens que não as de montanha	33	33	1.116	1.488	5.409
Zonas mistas	7	7	214	285	1.211
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	13	13	474	632	2.030
Zonas Natura 2000	0	0	0	0	0
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	13	13	474	632	2.030
TOTAL	58	58	1.842	2.456	9.059
Meta	600	600	67.000	88.927	150.000
% da meta	10%	10%	3%	3%	6%

Analisando os indicadores de resultado desta Acção constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas a meta foi já ultrapassada se considerarmos os PA contratados até à data.

Quadro 122: Acção 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	n.d.	n.d.	400.000	-
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	253	44	250	18%

Destas 253 explorações contratados 60 apresentam a certificação da gestão florestal já implementada e 19 apresentam investimentos com biomassa para energias renováveis.

2.2.1.6 Acção 1.3.2 – Gestão multifuncional

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- ⇒ Portaria n.º 821/2008, de 8 de Agosto, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Diversificar as actividades nas explorações florestais promovendo a utilização e valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais;
- ⇒ Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protectoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações);
- ⇒ Promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 abriu-se, a 1 de Outubro, um período de candidaturas em contínuo para esta Acção. Nos dois primeiros concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de Dezembro de 2009, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 123: Acção 1.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.545	4.000			135	7.217
Segundo		5.000			16	1.097
Em Contínuo			6	671	6	671
TOTAL		9.000	6	671	157	8.984

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao Relatório de 2009, ou seja, as candidaturas entradas concentram-se na região Centro.

Quadro 124: Acção 1.3.2 - Distribuição regional dos PA entrados por concursos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Primeiro concurso			Segundo concurso			Em contínuo			TOTAL		
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total
Norte	18	13%	1.042	4	25%	326	1	17%	27	23	15%	1.395
Centro	61	45%	3.575	8	50%	467	0	0%	0	69	44%	4.042
LVT	10	7%	588	2	13%	266	0	0%	0	12	8%	854
Alentejo	24	18%	1.570	0	0%	0	2	33%	246	26	17%	1.816
Algarve	22	16%	623	2	13%	38	3	50%	397	27	17%	1.058
TOTAL	135	100%	7.397	16	100%	1.097	6	100%	671	157	100%	9.164

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas 108 candidaturas (72% do total das 151 candidaturas analisadas). Até ao momento, foram aprovados 2/3 dos PA analisados e 59% do investimento proposto.

Quadro 125: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	135	7.217	135	7.217	48	2.852	87	4.372	86	4.349	1.925
Segundo	16	1.097	16	1.097	4	179	12	920	12	920	359
Em contínuo	6	671									
TOTAL	157	8.984	151	8.314	52	3.031	99	5.292	98	5.269	2.284

Em termos acumulados, foram contratados 98 PA, num total de 2.284 mil euros de despesa pública, representando 1.687 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 8%.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 126: Acção 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	13	588	273	205
Centro	38	2.217	913	685
LVT	9	824	344	232
Alentejo	19	1.238	569	427
Algarve	19	402	185	139
TOTAL	98	5.269	2.284	1.687

Em termos de distribuição regional a região Centro concentra 39% do número de PA contratados e 42% do investimento.

Os tipos de beneficiários mais representativos, em termos de número de PA contratados, foram as "entidades gestoras de zonas de caça associativa" (51%) e as "entidades gestoras de zonas de caça turística" (22%). Analisando o investimento total e a despesa pública, a tipologia de beneficiário mais representativa foi a das "entidades gestoras de zonas de caça turística" com 32% e 40% respectivamente.

Quadro 127: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	50	51%	1.381	26%	537	28%	403	29%
Entidade gestora de zona de caça turística	22	22%	1.662	32%	766	40%	575	41%
Entidade gestora de zona de caça municipal	12	12%	920	17%	359	19%	243	17%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	5	5%	448	8%	220	12%	165	12%
Produtor florestal individual		0%		0%		0%		0%
Entidades gestoras de ZIF	1	1%	300	6%	132	7%	99	7%
Produtor florestal colectivo	1	1%	187	4%	75	4%	56	4%
Organizações de produtores florestais	1	1%	124	2%	74	4%	56	4%
Organismos da administração local	2	2%	147	3%	80	4%	60	4%
Organizações de agricultores	1	1%	49	1%	26	1%	20	1%
Órgão de administração de baldio	3	3%	53	1%	15	1%	12	1%
TOTAL	98	100%	5.269	100%	2.284	100%	1.687	100%

Quanto à tipologia de investimento contratado destaca-se a “gestão cinegética”, com 72% do investimento, seguindo-se a “produção de cogumelos silvestres” e a “gestão de pesca em águas interiores” que representam, em conjunto, 24%.

Quadro 128: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Gestão cinegética	83	80%	3.814	72%	1.606	70%	1.178	70%
Produção de cogumelos silvestres	6	6%	677	13%	306	13%	230	14%
Gestão de pesca nas águas interiores	8	8%	597	11%	276	12%	207	12%
Apicultura	4	4%	108	2%	58	3%	44	3%
Produção de frutos silvestres	3	3%	73	1%	38	2%	28	2%
TOTAL	104	100%	5.269	100%	2.284	100%	1.687	100%

* existem quatro PA com as duas tipologias: dois com "cogumelos silvestres" e "frutos silvestres" e dois PA com as tipologias "gestão cinegética" e "gestão de pesca"; existe um PA com três tipologias "Apicultura", "cogumelos silvestres" e "frutos silvestres".

c. Execução financeira

Esta Acção não teve execução financeira no ano de 2009. No ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados era de 36 mil euros de despesa pública e 27 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 0,1% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 2% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA pagos face aos contratados.

Quadro 129: Acção 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	13	588	273	205			
Centro	38	2.217	913	685	1	3	2
LVT	9	824	344	232	3	25	19
Alentejo	19	1.238	569	427	3	8	6
Algarve	19	402	185	139			
TOTAL	98	5.269	2.284	1.687	7	36	27

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, verifica-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, tendo-se cumprido 11% e 25% das metas relativas ao investimento e ao número de empresas florestais, respectivamente.

Quadro 130: Acção 1.3.2 – Indicadores de realização (acumulado)

Indicador de realização	N.º PA Contratado	Investimento contratado	Despesa Pública Paga	FEADER Pago
Municípios	14	1.066	7	6
Outros	78	3.791	27	20
Proprietários Privados	6	412	2	1
TOTAL	98	5.269	36	27
Meta	400	50.000	26.545	20.000
% da meta	25%	11%	0,1%	0,1%

A zona de intervenção mais representativa nos PA contratados é a “zona de montanha” com 45% dos PA e 34% do investimento contratado. Ao analisarmos os mesmos indicadores, com base nos PA com execução, verifica-se a mesma tendência em termos de número de PA embora no que

se refere ao volume de investimento ele é mais representativo nas “Zonas mistas”.

Quadro 131: Acção 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (contratado acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			TOTAL	FEADER	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	88	88	1.909	1.432	4.361
Zonas de montanha	44	44	793	595	1.810
Zonas com desvantagens que não as de montanha	25	25	646	484	1.480
Zonas mistas	19	19	471	353	1.072
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	10	10	375	255	908
Zonas Natura 2000	0	0	0	0	0
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	1	1	8	6	22
Outras	9	9	366	249	885
TOTAL	98	98	2.284	1.687	5.269
Meta	400	400	20.000	26.545	50.000
% da meta	25%	25%	11%	6%	11%

Quadro 132: Acção 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (pago acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			TOTAL	FEADER	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	7	7	27	36	202
Zonas de montanha	3	3	7	9	46
Zonas com desvantagens que não as de montanha	2	2	13	17	73
Zonas mistas	2	2	7	9	82
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	0	0	0	0	0
Zonas Natura 2000	0	0	0	0	0
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0
TOTAL	7	7	27	36	202
Meta	400	400	20.000	26.545	50.000
% da meta	2%	2%	0%	0%	0%

As empresas públicas contratadas representaram 47% da meta para o programa e as privadas apenas 23%. Estes valores baixam quando analisamos as empresas com execução até final de 2010.

Quadro 133: Acção 1.3.2 – Indicadores de realização – tipologia de empresas (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		5.269	202	50.000	0%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Empresas públicas	14	1	30	3%
	Empresas privadas	84	6	370	2%
	TOTAL	98	7	400	2%

Analisando os indicadores de resultado desta Acção constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas estamos abaixo da meta, 11% face aos 25% do número de empresas florestais contratadas. Quanto ao acréscimo de VAB previsto nas explorações contratadas, de 1.276 mil euros (1% da meta), foi claramente inferior ao esperado face ao número total de empresas florestais contratadas.

Quando analisamos os mesmos indicadores, relativamente às empresas florestais com execução verificamos que apenas se atingiu e 1% da meta de empresas com novos produtos ou novas técnicas e 0% de aumento de VAB.

Quadro 134: Acção 1.3.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	1.276	61	150.000	0%
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	27	2	250	1%

* Dos 157 PA contratados apenas 57 tinham VAB pós projecto registado

2.2.1.7 Acção 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) i), b) iii); Artigo 21º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 18º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1 e 5.3.1.2.3;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 123;
- ⇒ Portaria n.º 846/2008 de 8 de Agosto, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover a modernização das empresas florestais;
- ⇒ Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- ⇒ Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;
- ⇒ Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;
- ⇒ Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;
- ⇒ Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias e promover a integração no mercado.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 abriu-se, a 1 de Outubro, um período de candidaturas em contínuo para esta Acção. Nos dois primeiros concursos verificou-se uma

diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de Dezembro de 2009, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 135: Acção 1.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	79.636	10.098			148	78.413
Segundo		12.952			130	50.636
Em Contínuo			36	17.443	36	17.443
TOTAL		23.050	36	17.443	314	146.493

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas 132 candidaturas, das quais 58% foram aprovadas. O número de PA contratados no ano (94) representou 78% do total de contratações efectuadas, envolvendo uma despesa pública de 18.485 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 136: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro			1	324			1	324	23	17.627	5.807	
Segundo			130	50.636	55	17.777	75	32.859	71	32.167	12.678	
Em contínuo	36	17.443	1	276			1	276				
TOTAL		36	17.443	132	51.237	55	17.777	77	33.460	94	49.795	18.485

Em termos acumulados, foram contratados 120 PA, num total de 22.726 mil euros de despesa pública, representando 16.798 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 28%.

Quadro 137: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	148	78.413	148	78.413	98	49.497	50	28.915	49	28.803	10.048
Segundo	130	50.636	130	50.636	55	17.777	75	32.847	71	32.167	12.678
Em contínuo	36	17.443	1	276							
TOTAL	314	146.494	279	129.326	153	67.274	125	61.762	120	60.970	22.726

Quanto à tipologia do investimento contratado, verifica-se que a tipologia mais significativa (65%) foi referente à *“colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina”*, seguida das tipologias relativas à *“colheita, recolha concentração e triagem da biomassa florestal”* (15%), *“primeira transformação do material lenhoso”* (7%) e *“primeira transformação de cortiça”* (6%). Em termos de dimensão média do investimento, o realizado em *“primeira transformação da biomassa florestal”* foi bastante superior às restantes (2.050 mil euros por PA contra 250 mil euros da *“colheita, recolha concentração de cortiça nas unidades de produção”*).

Quadro 138: Acção 1.3.3 - PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	6	12.297
1ª Transformação de cortiça	9	10.446
1ª Transformação de material lenhoso e resina	10	3.207
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	3	743
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	22	5.215
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	93	29.061
TOTAL	143	60.970

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Se analisarmos os valores contratados por rubricas de investimento verifica-se que a rubrica "equipamentos" representa 78% do investimento total contratado.

Quadro 139: Acção 1.3.3 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubricas do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
Equipamentos	120	47.690
Edifícios e construções	22	6.386
Imateriais	115	3.313
Transporte	13	1.632
Outros	11	1.579
Ambientais	9	328
Formação	8	41
TOTAL	298	60.970

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma rubrica.

Nesta Acção a tipologia de promotores predominante é a "sociedade por quotas" com 75% do total de PA contratados e 68% do investimento.

Quadro 140: Acção 1.3.3 – PA contratados por tipologia de promotores (acumulado)

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas em 2010		Total de candidaturas contratadas até 2010	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Estab. individual de responsabilidade limitada	1	361	1	361
Pessoa Singular	5	804	5	804
Sociedade anónima	5	8.244	5	8.244
Sociedade por quotas	68	30.601	91	41.159
Sociedade unipessoal p/ quotas	15	9.785	18	10.402
Total	94	49.795	120	60.970

c. Execução financeira

No final do ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 3.205 mil euros de despesa pública e 2.404 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 4% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 14% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 141: Acção 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	18	9.791	2.622	1.967	3	177	133
Centro	46	18.447	6.774	5.080	18	1.328	996
LVT	44	23.833	9.782	7.090	11	1.396	1.047
Alentejo	10	8.227	3.243	2.432	4	280	210
Algarve	2	672	306	229	1	25	19
TOTAL	120	60.970	22.726	16.798	37	3.205	2.404

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Quanto aos indicadores de realização, pode verificar-se, em termos do cumprimento de metas, que já se ultrapassou a meta do número de empresas a apoiar em 20%, embora só se tenha atingido 61% do investimento e 29% da despesa, o que representa investimentos médios mais baixos do que os previstos.

Quadro 142: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados *		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	120	120	60.970	22.726	16.798
TOTAL	-	120	120	60.970	22.726	16.798
	Metas	100	100.000	79.636	60.000	
	% da meta	120%	61%	29%	28%	

No que se refere aos PA com execução atingiu-se 37% do número de empresas a apoiar e 12% do investimento previsto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 143: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA Pagos da Medida 123 COM por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados *		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	37	37	11.580	3.205	2.404
TOTAL	-	37	37	11.580	3.205	2.404
		Metas	100	100.000	79.636	60.000
		% da meta	37%	12%	4%	4%

Continua, assim, a verificar-se que as empresas candidatas apresentam projectos com uma dimensão média inferior à programada, o que se traduz num cumprimento de 126% e 39% da meta, respectivamente de PA contratados e pagos, relativamente às microempresas e de apenas 70% e 20% da meta relativamente às pequenas e médias empresas (refira-se que as 7 PME contratadas correspondem a 5 pequenas empresas e a 2 médias empresas, todas do sector da cortiça).

Quadro 144: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados e pagos por dimensão de empresa (acumulado)

	Empresas contratadas		Empresas com execução	
	Tipo de empresa		Tipo de empresa	
	Microempresas	PME	Microempresas	PME
Nº empresas	113	7	35	2
Metas	90	10	90	10
% da meta	126%	70%	39%	20%

Relativamente à comercialização verifica-se que a meta está largamente ultrapassada. Quanto ao tipo de empresa ser de transformação ou de recolha, verifica-se que, dos 120 PA contratados, 97 PA são de "recolha" e 23 de "transformação", ultrapassando-se largamente a meta para a

“recolha” enquanto para a “transformação”, apenas se atingiu 46% da meta.

Quadro 145: Acção 1.3.3 - PA contratados por tipo de actividade (acumulado)

	Tipo de empresa					
	Transformação		Comercialização		Recolha	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Nº PA	23	6	97	34	97	31
Meta	50	50	20	20	30	30
% da meta	46%	12%	485%	170%	323%	103%

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em factores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em inovação superior à meta.

Quadro 146: Acção 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

Un.: mil euros

	Montante total por tipo de investimento					
	Investimentos em factores ambientais		Investimentos em inovação		Investimentos imateriais	
	PA Contratados	PA Pagos	PA Contratados	PA Pagos	PA Contratados	PA Pagos
	328	9	50.776	10.200	3.313	592
% total invest.	1%	0%	83%	88%	5%	5%
Metas (%)	30%	30%	20%	20%	10%	10%
% da meta	--	--	++	++	-	-

Dos 120 PA contratados apenas 13 (11%) se candidataram a acções de formação.

Quanto ao número de participantes apoiados, foram excedidas as metas quer em termos de compromissos quer em termos de PA com execução. No entanto, os dias de formação apoiados ainda são inferiores às metas bem como a despesa pública.

Quadro 147: Acção 1.3.3 - Número de participantes em acções de formação em PA contratados-Medida 111 COM (por conteúdo de actividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesa pública contratada (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	11	11	-	18	-	-
Formação em TIC	-	-	-	0	-	-	-	-
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	95	95	-	105	113	150
Novas normas	-	-	20	20	-	8	56	75
Qualidade dos produtos	-	-	4	4	-	6	-	-
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	4	4	-	1	113	150
Outros	-	-	32	32	-	20	225	300
TOTAL	-	-	166	166	-	158	506	675
Metas			40		-	200	600	801
% da meta			415%		-	79%	84,4%	84,3%

Quadro 148: Acção 1.3.3 - Número de participantes em acções de formação em PA pagos-Medida 111 COM (por conteúdo de actividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	6	6	-	11		
Formação em TIC	-	-	-	-	-	-		
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	44	44	-	25		
Novas normas	-	-	8	8	-	1	1	1
Qualidade dos produtos	-	-	2	2	-	3		
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	8	8	-	2		
Outros	-	-	34	34	-	7		
TOTAL	-	-	102	102	-	49	1	1
Metas			40		-	200	600	801
% da meta			255%		-	25%	0,1%	0,1%

No que se refere aos indicadores de resultado, verifica-se um aumento do VAB, nas empresas apoiadas, bastante inferior ao esperado. Este indicador apenas atingiu 9% e 2% da meta, referente respectivamente a empresas contratadas e apoiadas, para um número de empresas contratadas superior em 20% à meta prevista.

Quadro 149: Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB acumulado (acumulado)

Indicador de resultado*	PA contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	34.126	7.596	400.000	2%

Em relação à inovação, continua a verificar-se uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo.

Quadro 150: Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados e pagos que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

	PA Contratados	PA Pagos
	Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	105	37
Meta	140	140
% da meta	75%	26%

2.2.1.8 Acção 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea c) ii) e Artigo 32º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 22º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.2;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 132;
- ⇒ Portaria 260/2009, de 11 de Março, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover a adesão dos produtores de produtos agro-alimentares a sistemas de qualidade certificada;
- ⇒ Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada;
- ⇒ Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares e/ou processos de produção de qualidade certificada.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta Acção está incluída no Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

O período de candidaturas para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, para decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado até 15 de Maio de 2010 pelo Despacho Normativo n.º 23/2010, de 16 de Setembro.

No ano de 2010 foram apresentadas 9.751 candidaturas com um montante total, apurado pelo IFAP, de 9.266 mil euros de despesa pública.

Quadro 151: Acção 1.4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
		Número de PA	Custo total	Número de PA	Custo total
Primeiro	15.795			5.802	6.864
Segundo		9.751	9.266	9.751	9.266
TOTAL		9.751	9.266	15.553	16.130

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram aprovados 9.751 pedidos num total de 9.266 mil euros de despesa pública. Analisando a distribuição regional das candidaturas aprovadas em 2009 e 2010 verifica-se um domínio da região Norte que reúne praticamente metade das candidaturas aprovadas até 2010, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 152: Acção 1.4.1 - Distribuição regional dos pedidos aprovados (por ano de aprovação)

Região	Pedidos Aprovados 2009		Pedidos Aprovados 2010		Total Pedidos Aprovados até 2010	
	Número	%	Número	%	Número	%
Norte	2.726	47%	4.965	51%	7.691	49%
Centro	1.001	17%	1.527	16%	2.528	16%
LVT	796	14%	956	10%	1.752	11%
Alentejo	1.107	19%	2.062	21%	3.169	20%
Algarve	172	3%	241	2%	413	3%
TOTAL	5.802	100%	9.751	100%	15.553	100%

No que se refere à distribuição das candidaturas aprovadas, segundo o regime de qualidade a que se candidataram, verifica-se que 63% do total de candidaturas foi efectuada para o regime PRODI, conforme o quadro seguinte. Nas 15.553 candidaturas, apresentadas neste quadro, existe um

número significativo de candidaturas (1.449, isto é 9% do total) que se candidataram a dois regimes de qualidade.

Quadro 153: Acção 1.4.1 - Distribuição dos pedidos aprovados (por regime de qualidade)

Região	Pedidos Aprovados 2009		Pedidos Aprovados 2010		Total Pedidos Aprovados até 2010	
	Número	%	Número	%	Número	%
IGP	9	0%	30	0%	39	0%
DOP	197	3%	1.832	19%	2.029	13%
MPB	771	13%	1.513	16%	2.284	15%
PRODI	4.231	73%	5.586	57%	9.817	63%
DOP/PRODI	406	7%	532	5%	938	6%
IGP/PRODI	138	2%	138	1%	276	2%
DOP/MPB	49	1%	114	1%	163	1%
IGP/MPB	1	0%	6	0%	7	0%
TOTAL	5.802	100%	9.751	100%	15.553	100%

Em termos acumulados, foram contratados 15.553 PA, num total de 16.130 mil euros de despesa pública, representando 12.037 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 101%. Esta situação levou a que, no início de 2011, tenham sido suspensas as candidaturas a esta Acção.

c. Execução financeira

No final do ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 4.849 mil euros de despesa pública e 3.584 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 30% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Em termos de execução financeira destacam-se as regiões do Norte e do Alentejo, com 37% e 39% da despesa pública, tendo a região Norte 47% dos PA pagos e a região do Alentejo 19% destes, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 154: Acção 1.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2.726	1.774	1.331
Centro	1.001	735	551
LVT	796	776	529
Alentejo	1.107	1.384	1.038
Algarve	172	180	135
Total	5.802	4.849	3.584

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de explorações apoiadas, até 2010, totaliza 15.553, ultrapassando a meta prevista para o período de programação em 11%.

Quadro 155: Acção 1.4.1 – Indicadores de realização e de execução financeira

	Total de candidaturas apoiadas		
	Número de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade apoiadas	Despesa Pública	FEADER
	15.553	16.130	11.922
Meta	14.000	15.795	11.900
% da meta	111%	102%	100%

2.2.1.9 Acção 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º Alínea c) iii) e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 23º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.3;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 133;
- ⇒ Portaria n.º 346/2009, de 3 de Abril, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Apoiar o desenvolvimento de estratégias de promoção e de políticas comerciais que permitam induzir o consumo pela valorização dos produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade;
- ⇒ Incentivar a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para esta Acção, que terminou a 15 de Março de 2011, com uma dotação de 6.000 mil euros. Relativamente ao primeiro concurso, houve uma redução do número de PA face ao Relatório de 2009 por ter havido uma desistência (candidatura enviada em duplicado).

Quadro 156: Acção 1.4.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.149	4.000	14	6.700
Total	11.149	4.000	14	6.700

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao Relatório de 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

Foram analisadas todas as candidaturas entradas, das quais apenas uma não teve parecer favorável. Os PA com parecer favorável foram objecto de decisão e contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 157: Acção 1.4.2 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas até 2010		Total de candidaturas analisadas até 2010		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas até 2010		
	N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total	Não Aprovadas		Aprovadas		N.º PA	Invest. Total	Desp. pública
					N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total			
Primeiro	14	6.700	14	6.700			13	6.387	13	6.387	3.327
Total	14	6.700	14	6.700	0	0	13	6.387	13	6.387	3.327

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor verifica-se um certo equilíbrio, aparecendo a tipologia "parceria de agrupamento de produtores" como a mais representativa (33%).

Quadro 158: Acção 1.4.2 – PA contratados por tipologia de promotor (no ano e acumulado)

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas em 2010		Total de candidaturas contratadas até 2010	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Agrupamento de produtores	4	1.638	4	1.638
Associação interprofissional	1	130	1	130
Associação de produtores	3	1.579	3	1.579
Cooperativa	2	949	2	949
Parceria de agrupamento de produtores	3	2.091	3	2.091
Total	13	6.387	13	6.387

Em termos acumulados, foram contratados 13 PA, todos no ano de 2010, num total de 3.327 mil euros de despesa pública, representando 2.336 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 28%.

c. Execução financeira

No final do ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 230 mil euros de despesa pública e 172 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 5% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 159: Acção 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2	1.072	615	461			
Centro	2	702	318	238			
LVT	5	2.735	1.432	915	1	230	172
Alentejo	4	1.878	962	722			
Algarve							
TOTAL	13	6.387	3.327	2.336	1	230	172

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os PA contratados por categoria de produto verifica-se que as "carnes frescas" representam 46% dos produtos apoiados, seguida das "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" com 23%.

Quanto aos regimes de qualidade verifica-se que os DOP/IGP representam cerca de 70% dos PA apoiados, seguido do MPB com 23% do total.

O apoio tem sido, em média, inferior ao esperado uma vez que apenas se atingiu 30% da meta face a 72% da meta de número de acções apoiadas.

Quadro 160: Acção 1.4.2 – Distribuição dos Apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA Contratados)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas					Despesas públicas (milhares de euros)			
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	6		5	1			6	1.066	1.421	
Produtos à base de carne	1		1				1	260	347	
Queijos							0			
Outros produtos de origem animal							0			
Matérias gordas							0			
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3		2			1	3	596	795	
Cervejas							0			
Bebidas à base de extractos de plantas							0			
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	1		1				1	96	128	
Outros produtos alimentares	2			2			2	319	637	
TOTAL	13	0	9	3	0	1	13	2336	3327	
							Meta	18	8.400	11.210
							% da Meta	72%	28%	30%

Quadro 161: Acção 1.4.2 – Distribuição dos Apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA pagos)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas					Despesas públicas (milhares de euros)			
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	1		1				1	172	230	
Produtos à base de carne										
Queijos										
Outros produtos de origem animal										
Matérias gordas										
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados										
Cervejas										
Bebidas à base de extractos de plantas										
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos										
Outros produtos alimentares										
TOTAL	1	0	1	0	0	0	1	172	230	
							Meta	18	8.400	11.210
							% da Meta	6%	2%	2%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente ao valor de produção por categoria de produto, com os pedidos aprovados até 31 de Dezembro de 2010, já se atingiu 66% da meta para o período de programação, sendo as "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" a categoria de produto mais representativa com 62% do valor da produção total.

Quadro 162: Acção 1.4.2 – Indicador de resultado – valor da produção (por categoria de produto)

Un.: mil euros

Categoria do produto	Valor da Produção Contratada		Valor da Produção Paga	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	17.137		8.590	
Produtos à base de carne	4.800			
Queijos	4			
Outros produtos de origem animal				
Matérias gordas				
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	48.785	6.394		
Cervejas				
Bebidas à base de extractos de plantas				
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032			
Outros produtos alimentares				
TOTAL	72.758	6.394	8.590	0
Meta	120.000		120.000	
% da Meta	66%		7%	

O indicador de resultado do acréscimo do valor de produção atingiu apenas 12% e 1 % da meta, respectivamente PA contratados e pagos, o que é manifestamente inferior ao esperado.

Quadro 163: Acção 1.4.2 – Indicador de resultado – Acréscimo do valor da produção

Categoria do produto	Acréscimo produção Contratado (mil euros)		Acréscimo produção Pago (mil euros)	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	4.470		1.693	
Produtos à base de carne	1.583			
Queijos	2			
Outros produtos de origem animal				
Matérias gordas				
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	12.076	3.550		
Cervejas				
Bebidas à base de extractos de plantas				
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032			
Outros produtos alimentares				
TOTAL	20.164	3.550	1.693	0
Meta (mil euros)	200.000		200.000	
% da Meta	12%		1%	

2.2.1.10 Medida 1.5 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) vi) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.6 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 126;
- ⇒ Portaria n.º 964/2009, de 25 de Agosto com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto;
- ⇒ Despacho n.º 20635/2009 do Gabinete do Ministro, de 14 de Setembro;
- ⇒ Despacho n.º 27915-E/2009 do Gabinete do Ministro, de 31 de Dezembro;
- ⇒ Despacho n.º 6775/2010 do Gabinete do Ministro, de 16 de Abril.

2. Objectivos da Acção

Manutenção das condições de produção afectadas por catástrofes ou calamidades naturais de elevado impacto.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Os anos de 2009/2010 foram marcados pela ocorrência de duas situações que justificaram a abertura de concursos no âmbito desta Acção, reconhecidas pelo Despacho n.º 27915-E/2009 e pelo Despacho n.º 6775/2010, do MADRP. Até 18 de Janeiro esteve aberto o segundo concurso da Acção, para as candidaturas que visavam a reposição do potencial destruído (infra-estruturas) pelo temporal que afectou a região Oeste nos dias 22 e 23 de Dezembro. O elevado grau de destruição do

potencial produtivo, justificou também a alteração do Programa com aumento da taxa de apoio e do orçamento da Medida.

Posteriormente, um terceiro concurso foi aberto, de 15 de Abril a 15 de Julho de 2010, para repor o potencial produtivo (infra-estruturas) de agricultores afectados pelas fortes intempéries do inverno de 2009-2010.

O total de candidaturas válidas entradas em 2010 foi de 737 com o investimento total proposto de 36.507 mil euros.

Quadro 164: Medida 1.5 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total	Número de PA	Investimento total
Primeiro	33.182	3.000			16	119
Segundo (Oeste)		18.000	597	31.516	597	31.516
Terceiro		5.000	140	4.991	140	4.991
TOTAL		26.000	737	36.507	753	36.626

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas 753 candidaturas, das quais 79% foram aprovadas. Destas, 96% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 165: Medida 1.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	16	119	16	119	12	70	4	49	4	49	37	27
Segundo (Oeste)	597	31.516	597	31.516	115	4.051	482	26.341	480	25.679	14.556	10.747
Terceiro	140	4.991	140	4.991	29	533	110	4.389	87	3.903	2.597	1.917
TOTAL	753	36.626	753	36.626	156	4.654	596	30.779	571	29.631	17.189	12.692

Em termos acumulados, foram contratados 571 PA, todos no ano de 2010, num total de 17.189 mil euros de despesa pública, representando 12.692

mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 52%.

Cerca de 82% do investimento contratado refere-se a “estufas ou outras estruturas de forçagem”, uma vez que o segundo concurso, ao qual foi atribuída a maior dotação orçamental, teve como objectivo a recuperação do “*capital produtivo das explorações, no que se refere a estufas e estufins, equipamentos de rega, armazéns agrícolas e outras construções de apoio dentro das explorações*”.

Quadro 166: Medida 1.5 – Distribuição dos PA contratados por rubrica (no ano)

Rubrica de investimento	Investimento (em % do investimento total contratado)
Estufas ou outras estruturas de forçagem	82%
Instalações animais	7%
Edifícios e outras construções	4%
Outras infraestruturas	3%
Rede de rega	2%
Máquinas e equipamentos	1%
Investimentos ambientais	0,2%
Electrificação	0,1%
Plantações	0,3%
Outros investimentos	2%

c. Execução financeira

No ano de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 6.369 mil euros de despesa pública e 4.727 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 19% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 37% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 167: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	26	813	522	392			
Centro	29	1.504	946	709	1	9	7
LVT	496	26.022	14.761	10.871	222	6.326	4.695
Alentejo	4	114	79	59	1	33	25
Algarve	16	1.178	881	661			
TOTAL	571	29.631	17.189	12.692	224	6.369	4.727

A execução desta Acção foi 98% em regiões de convergência.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, já se cumpriu 66% e 52% da meta, em termos de investimento apoiado e da despesa pública enquanto, em termos de número de PA contratados, apenas 23% da meta foi cumprida. Este valor baixa para 9% quando analisamos o número de PA pagos.

Verificou-se assim, até ao momento, um investimento médio apoiado por empresa agrícola bastante superior ao esperado.

Quadro 168: Medida 1.5 – Indicadores de realização (no ano)

Un.: mil euros

	Total contratado				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	571	29.631	17.189	12.692	N.D.
Meta	2.500	45.000	33.182	25.000	50.000
% da meta	23%	66%	52%	51%	N.D.

Em termos de áreas apoiadas, até ao momento, foram contratados 1.451 ha de superfície agrícola danificada. Esta área corresponde a 7% da meta prevista. Comparando o cumprimento das metas, relativamente ao número de PA a apoiar e à despesa pública, com a meta relativa às áreas a apoiar, verifica-se que o apoio foi concedido a áreas com valores de investimentos

em infra-estruturas e plantações bastante superiores ao esperado (nomeadamente estufas).

Quadro 169: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doen- ças	Incên- dios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	1.244	0	0	0	1.244		
		Replantação	0	0	0	0	0	0		
		Outros	0	0	0	207	0	207		
	TOTAL		0	1.244	0	207	0	1.451	20.000	7%

Quadro 170: Medida 1.5 – Despesa pública contratada relativa a terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	17.153	0	0	0	17.153	567
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	37	0	37	4
	TOTAL		0	17.153	0	37	0	17.189	571
	Meta						33.182	2500	
	% da meta						52%	23%	

Quadro 171: Medida 1.5 – Despesa pública paga relativa a terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	6.359	0	0	0	6.359	223
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	9	0	9	1
	TOTAL		0	6.359	0	9	0	6.369	224
	Meta						33.182	2500	
	% da meta						19%	9%	

2.2.1.11 Acção 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos das medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- ⇒ Portaria n.º 964/2008, de 28 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 66/2008, de 27 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1141/2009, de 1 de Outubro e com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de captação, de transporte e de distribuição mais eficientes e de métodos de rega mais adequados de forma integrada com outras infra-estruturas;
- ⇒ Promover melhores acessibilidades através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- ⇒ Dotar de energia eléctrica as infra-estruturas colectivas nas áreas de regadio;
- ⇒ Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infra-estruturas;
- ⇒ Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 terminou o quarto concurso desta Acção, tendo sido apresentados mais 3 PA face à situação reportada no Relatório de 2009.

Quadro 172: Acção 1.6.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de Candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	126.953	63.228			1	74.481
Segundo		34.103			2	40.198
Terceiro		21.485			1	24.944
Quarto		6.389	3	82.024	4	82.124
TOTAL		125.205	3	82.024	8	221.746

b. Análise e decisão das candidaturas

Ao longo de 2010 foram analisadas 5 candidaturas, das quais 2 tiveram parecer favorável com enquadramento na dotação orçamental dos respectivos concursos, pelo que foram objecto de contratação envolvendo um acréscimo da despesa pública em 2010 de 40.492 mil euros. Das restantes, duas tiveram parecer favorável, sem dotação orçamental, e uma obteve parecer desfavorável.

Quadro 173: Acção 1.6.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1	74.481	1	74.481			1	74.481	1	74.481	63.228
Segundo	2	40.198	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.102
Terceiro	1	24.944	1	24.944			1	24.944	1	24.944	21.485
Quarto	4	82.124	4	82.124	1	100	3	82.024	1	7.491	6.389
TOTAL	8	221.746	8	221.746	2	343	6	221.403	4	146.870	125.204

Em termos acumulados, foram contratados 4 PA, dos quais 2 no ano de 2010, num total de 125.205 mil euros de despesa pública, representando 92.306 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 97%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 37.243 mil euros de despesa pública e 27.933 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 174: Acção 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte							
Centro	2	114.435	97.331	72.998	2	30.250	22.688
LVT	1	7.491	6.389	3.194			
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	6.993	5.245
Algarve							
TOTAL	4	146.870	125.204	92.306	3	37.243	27.933

Quadro 175: Acção 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte							
Centro	1	39.954	34.103	25.577	2	17.605	13.204
LVT	1	7.491	6.389	3.194			
Alentejo					1	5.293	3.970
Algarve							
TOTAL	2	47.445	40.492	28.771	3	22.898	17.173

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 29% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 30% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No quadro que se segue pode-se verificar que os 4 PA contratados até ao final de 2010 praticamente asseguram o cumprimento das metas previstas para a Acção pois atingiu-se 99% da meta para a despesa pública e 97% para o FEADER e ultrapassou-se a meta do volume total de investimento em "terras agrícolas" (122%).

Quadro 176: Acção 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (contratado acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	4	4	N.A.	4	92.306	125.204	146.870	N.A.	146.870
TOTAL	4	4	0	4	92.306	125.204	146.870	0	146.870
			Metas	11	95.650	126.953	120.000		
			% da meta	36%	97%	99%	122%		

Quadro 177: Acção 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (pago acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	27.933	37.243	139.379	N.A.	139.379
TOTAL	3	3	0	3	27.933	37.243	139.379	0	139.379
			Metas	11	95.650	126.953	120.000		
			% da meta	27%	29%	29%	116%		

Relativamente aos indicadores específicos de realização, verificou-se para os PA contratados:

- ⇒ O número de prédios servidos por acessibilidades atinge os 100% correspondendo à meta estabelecida;
- ⇒ O número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas é de 85%;
- ⇒ A área do perímetro com reestruturação predial ultrapassou a meta estabelecida.

Quadro 178: Acção 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro concurso (Cova da Beira)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Segundo concurso (Baixo Mondego)	100%	100%	50%	67%	100%	100%
Terceiro concurso (Veiros)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Total Ponderado	100%	100%	85%	84%	46%	48%
Metas	100%	100%	100%	100%	25%	25%
% da meta	=	=	85%	84%	184%	191%

Quanto aos indicadores de resultado, verificou-se que a meta relativa ao aumento de VAB tem uma taxa de cumprimento muito reduzida. Em contrapartida as restantes metas estão praticamente todas cumpridas com os quatro PA já contratados. O aumento da área regada atingiu 114% da meta, a redução do número de prédios por proprietário atingiu 29% e o consumo de água alcançou 130% da meta prevista.

Quadro 179: Acção 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro (Cova da Beira)	12.264	12.264	5.662	5.662	0,0%	0,0%	3.545	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	4.567	1.320	1.320	40,1%	40,1%	11.434	11.434
Terceiro (Veiros)	749	749	1.114	1.114	0,0%	0,0%	3.472	3.472
Quarto (Lezíria V. F. de Xira)	1.702		1.011		0,0%		7.229	
TOTAL	19.282	17.580	9.106	8.096	6%	7%	5.088	4.821
Metas	350.000	350.000	8.000	8.000	20%	20%	≤ 6.600	≤ 6.600
% da meta	6%	5%	114%	101%	29%	33%	130%	137%

2.2.1.12 Acção 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- ⇒ Portaria n.º 820/2008, de 8 de Agosto, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Disponibilizar água aos prédios rústicos incluídos nos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através de sistemas de adução, transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infra-estruturas;
- ⇒ Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- ⇒ Dotar de energia eléctrica as infra-estruturas colectivas de regadio;
- ⇒ Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infra-estruturas, nos blocos que apresentem deficiências deste âmbito;
- ⇒ Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta Acção encontra-se aberta em contínuo, tendo-se verificado a entrada de 3 candidaturas válidas no decorrer de 2010.

Assim, o acumulado das candidaturas válidas é de 9 PA, resultado dos PA apresentados e dos PA anulados ou rescindidos em 2008 e 2009.

Quadro 180: Acção 1.6.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2010		Total de Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em Contínuo	436.871	3	60.959	9	176.043
TOTAL		3	60.959	9	176.043

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010, dos três PA entrados, foi analisado, decidido e contratado um PA.

Quadro 181: Acção 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	3	60.959	1	7.081			1	7.081	1	7.081	7.081	5.311
TOTAL	3	60.959	1	7.081	0	0	1	7.081	1	7.081	7.081	5.311

Em termos acumulados, foram contratados 7 PA num total de 121.504 mil euros de despesa pública, representando 91.128 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 28%.

Quadro 182: Acção 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	9	176.042	7	122.165			7	122.165	7	122.165	121.504	91.128
TOTAL	9	176.042	7	122.165	0	0	7	122.165	7	122.165	121.504	91.128

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 104.108 mil euros de despesa pública e 78.081 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 78% foram pagos em 2010 (81.223 mil euros de despesa pública e 60.918 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 183: Acção 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	7	122.165	121.504	91.128	6	104.108	78.081
TOTAL	7	122.165	121.504	91.128	6	104.108	78.081

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 24% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 86% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

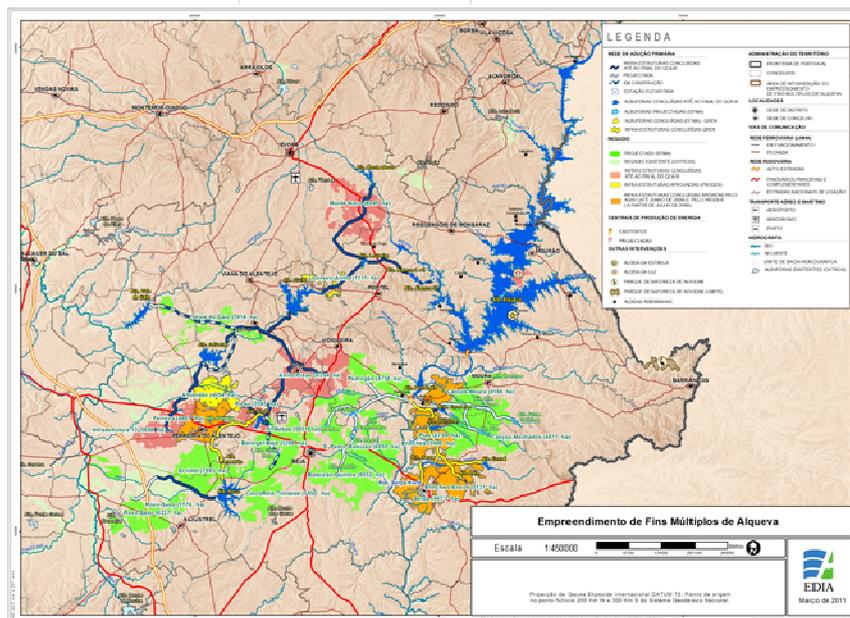
Dos investimentos previstos para execução da zona de "Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva até 2010", já foram iniciados os aproveitamentos hidroagrícolas do Subsistema Alqueva: Loureiro-Alvito, Alfundão, Ferreira, Figueirinha e Valbom e do Subsistema Ardila: Orada-Amoreira, Brinches, Brinches-Enxoé e Serpa.

Assim, pode-se verificar de acordo com o mapa do EFMA, até à presente data, as candidaturas entradas incidiram em maior parte no subsistema de Ardila e as restantes no subsistema Alqueva. Verifica-se que, até ao

momento, não houve entradas de candidaturas do subsistema de Pedrógão.

No subsistema Ardila foram infra-estruturados cerca de 17.500 ha e no subsistema Alqueva foram infra-estruturados cerca de 10.200 ha.

Figura 6: Acção 1.6.2 – Progresso das obras do Alqueva



4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e despesa pública atribuído aos 7 PA contratados até 2010 correspondem a 24% e 28%, respectivamente, do programado para esta Acção.

Quadro 184: Acção 1.6.2 - Indicadores de realização (contratados por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	7	7	7	91.128	121.504	122.165	122.165
TOTAL	7	7	7	91.128	121.504	122.165	122.165
			Metas	329.150	436.871	500.000	
			% da meta	28%	28%	24%	

Quadro 185: Acção 1.6.2 - Indicadores de realização (por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	6	6	6	78.081	104.108	114.422	114.422
TOTAL	6	6	6	78.081	104.108	114.422	114.422
			Metas	329.150	436.871	500.000	
			% da meta	24%	24%	23%	

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- ⇒ A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- ⇒ Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas;
- ⇒ Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 186: Acção 1.6.2 - Indicadores de realização

	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Metas	80%	80%	100%	100%	30%	30%
% da meta	++	=	=	=	--	--

Relativamente ao aumento de VAB expectável, tendo por base os dados das candidaturas, verifica-se que o aumento do VAB corresponde a 3% da meta, particularmente baixo tendo em conta que o montante da despesa pública contratada corresponde a mais de 28%.

Quanto ao aumento da área regada, verifica-se que 31% da meta já se encontra contratada. O consumo médio de água para os perímetros contratados será bastante inferior aos 8471 m³/ha (consumo médio por ha nos regadios públicos) permitindo uma redução bastante superior aos 5% previstos.

Quadro 187: Acção 1.6.2 - Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	43.599	42.047	27.647	26.597	0,0%	0,0%	4.073	4.061
TOTAL	43.599	42.047	27.647	26.597	0%	0%	4.073	4.061
Metas	1.400.000	1.400.000	90.000	90.000	20%	20%	Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	3%	3%	31%	30%	--	0%	++ (-52%)	++ (-52%)

2.2.1.13 Acção 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- ⇒ Portaria n.º 1137-A/2008, de 9 de Outubro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- ⇒ Modernizar infra-estruturas primárias;
- ⇒ Melhorar a segurança das infra-estruturas;
- ⇒ Incentivar a introdução de novas tecnologias;
- ⇒ Estender as infra-estruturas hidroagrícolas a áreas adjacentes com solos com melhor aptidão ao regadio.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 não foram abertos novos concursos nesta Acção. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2009 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, nos 5 concursos, fruto de desistências.

Quadro 188: Acção 1.6.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	79.636	25.377	37	30.506
Segundo		1.433	3	1.839
Terceiro		10.018	42	42.654
Quarto		21.320	38	36.509
Quinto		19.936	13	82.004
TOTAL		78.084	133	193.511

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas as 133 candidaturas entradas, das quais 91% tiveram parecer favorável e tiveram uma decisão de aprovação. Nos últimos 3 concursos as candidaturas com parecer favorável ultrapassaram o *plafond* colocado a concurso pelo que se procedeu à hierarquização dessas candidaturas. Como consequência da necessidade de hierarquização resultou que apenas alguns PA foram contratados: 6 PA do terceiro concurso, 8 PA do quarto concurso.

Quadro 189: Acção 1.6.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	37	30.240	37	30.506			37	30.506	37	30.506	25.377	19.033
Segundo	3	1.839	3	1.839	1	124	2	1.715	2	1.715	1.433	1.075
Terceiro	42	41.521	42	41.521	5	5.867	37	36.786	6	11.192	10.018	7.514
Quarto	38	35.466	38	35.466	6	2.092	32	34.416	8	24.275	21.320	15.990
Quinto	13	80.797	13	80.797			13	82.720				
TOTAL	133	189.863	133	190.129	12	8.083	121	186.143	53	67.688	58.148	43.611

Em termos acumulados, foram contratados 53 PA, num total de 58.148 mil euros de despesa pública, representando 43.611 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 73%.

Através do quadro seguinte pode verificar-se que 32% dos PA contratados são do Alentejo, ocupando o Norte o segundo lugar com 21%. Em termos de apoio, a LVT ocupa o segundo lugar com 23% do total do apoio concedido.

Quadro 190: Acção 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Norte	11	13.310	11.123	8.342
Centro	9	8.790	7.405	5.554
LVT	9	15.359	13.642	10.231
Alentejo	17	24.436	20.570	15.427
Algarve	7	6.783	5.408	4.056
TOTAL	53	68.678	58.148	43.611

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 287 mil euros de despesa pública e 215 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 191: Acção 1.6.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	11.123	8.342			
Centro	9	7.405	5.554			
LVT	9	13.642	10.231	2	287	215
Alentejo	17	20.570	15.427			
Algarve	7	5.408	4.056			
TOTAL	53	58.148	43.611	2	287	215

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 0,03% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 0,05% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

O investimento e a despesa pública atribuída aos 53 PA contratados até 2010 correspondem a 98% e a 73%, respectivamente, do programado para esta Acção.

Quadro 192: Acção 1.6.3 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	53	53	53	43.611	58.148	68.678	68.678
TOTAL	53	53	53	43.611	58.148	68.678	68.678
			Metas	60.000	79.636	70.000	
			% da meta	73%	73%	98%	

Quadro 193: Acção 1.6.3 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	2	2	2	215	287	1.715	1.715
TOTAL	2	2	2	215	287	1.715	1.715
			Metas	60.000	79.636	70.000	
			% da meta	0%	0%	2%	

Quanto ao aumento da área beneficiada, verifica-se que os PA contratados representam intervenções numa área de 114 mil ha.

Quadro 194: Acção 1.6.3 – Área beneficiada⁹ (por concurso)

Concurso	Área beneficiada (ha)	
	Contratado	Pago
01-163-2009	101.255	
02-163-2009		
03-163-2009	50.466	
04-163-2009	31.779	
TOTAL	114.012	0

⁹ A área total não é igual ao somatório das áreas dos diferentes concursos porque há duplicação de áreas.

2.2.1.14 Acção 1.6.4 – Modernização dos regadios colectivos tradicionais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- ⇒ Portaria n.º 842/2009 de 4 de Agosto, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover a recuperação física dos sistemas de captação, transporte e distribuição de água;
- ⇒ Incentivar a adopção de tecnologias mais eficientes;
- ⇒ Promover a extensão dos sistemas de rega a áreas adjacentes e o aproveitamento do potencial existente.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 não foram abertos concursos para esta Acção, pelo que se mantém a situação descrita no Relatório de 2009 quanto aos PA entrados e sua distribuição regional com excepção de uma desistência.

Quadro 195: Acção 1.6.4 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.545	26.000	84	12.170
Total	26.545	26.000	84	12.170

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas as 84 candidaturas entradas, das quais 69 foram aprovadas. A estes PA corresponde um investimento de 9.234 mil euros.

Quadro 196: Acção 1.6.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	84	12.170	84	12.170	11	1.909	68	9.035	50	6.807	6.616	4.962
Total	84	12.170	84	12.170	11	1.909	68	9.035	50	6.807	6.616	4.962

Em termos acumulados, foram contratados 50 PA, num total de 6.616 mil euros de despesa pública, representando 4.962 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 25%. Todos os PA contratados localizam-se em região de convergência.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se que a larga maioria (94%) dos PA contratados são da região Norte, ocupando o Centro o segundo lugar com apenas 4%.

Quadro 197: Acção 1.6.4 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2010			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	47	94%	5.955	4.466
Centro	2	4%	616	462
LVT				
Alentejo	1	2%	45	34
Algarve				
TOTAL	50	100%	6.616	4.962

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final no ano de 2010.

2.2.1.15 Acção 1.6.5 – Projectos estruturantes

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- ⇒ Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- ⇒ Portaria n.º1037/2009, de 11 de Setembro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. *Objectivos da Acção*

- ⇒ Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios;
- ⇒ Melhorar a acessibilidade viária e a rede eléctrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território;
- ⇒ Contribuir para a requalificação ambiental, através do apoio a soluções colectivas mais adequadas para a transferência, valorização e tratamento de efluentes agro-pecuários e agro-industriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3. *Implementação da Acção*

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Os dois concursos abertos a 2 de Outubro de 2009 decorreram até 28 de Janeiro de 2010. Até 31 de Dezembro de 2009 só tinham entrado 11 candidaturas referentes ao primeiro concurso (correspondendo a um valor de 1.443 mil euros de investimento total). Todas as restantes candidaturas destes concursos foram apresentadas já no decorrer do ano de 2010.

Entraram, assim, no ano de 2010, um total de 1.246 candidaturas com um valor de investimento proposto de 815.771 mil euros.

Quadro 198: Acção 1.6.5 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	62.183	19.500	1.161	779.965	1.172	781.408
	Electrificação		20.000	83	18.344	83	18.344
Segundo	Requalificação ambiental		10.000	2	17.462	2	17.462
TOTAL		62.183	49.500	1.246	815.771	1.257	817.213

Analisando a distribuição regional dos PA entrados por item, verifica-se, no caso dos "caminhos agrícolas", que os PA apresentados se encontram essencialmente nas regiões Norte e Centro com 38% e 48% do total, respectivamente.

Em termos de investimento, surge uma concentração na LVT que, com apenas 5% dos PA apresentados, congrega mais de $\frac{2}{3}$ do investimento proposto.

Quadro 199: Acção 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item "caminhos agrícolas" (acumulado)

Região	PA		Invest. proposto		
	Número	%	Mil euros	%	
Caminhos	Norte	443	38%	84.205	11%
	Centro	567	48%	136.978	18%
	LVT	55	5%	532.354	68%
	Alentejo	43	4%	18.687	2%
	Algarve	64	5%	9.183	1%
TOTAL	1.172	100%	781.408	100%	

No que se refere à "electrificação rural", metade dos PA apresentados estão na região Centro e um terço na região Norte mas o investimento está concentrado na região do Alentejo que, embora tenha apenas 11% dos PA apresentados, reúne 56% do valor total de investimento proposto.

Quadro 200: Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “electrificação rural” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	26	31%	1.248	7%
	Centro	43	52%	3.724	20%
	LVT	2	2%	2.261	12%
	Alentejo	9	11%	10.308	56%
	Algarve	3	4%	803	4%
TOTAL		83	100%	18.344	100%

Por fim, no que se refere à “*requalificação ambiental*”, candidataram-se 2 PA na região Alentejo, 1 para a criação de uma ETAR para tratamento de resíduos industriais, e outro para a concentração, a nível regional, de soro originário de explorações leiteiras. Estas 2 candidaturas ultrapassam largamente a dotação orçamental prevista.

Quadro 201: Acção 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Requalificação ambiental	Norte				
	Centro				
	LVT				
	Alentejo	2	100%	17.462	100%
	Algarve				
TOTAL		2	100%	17.462	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas as 1.257 candidaturas entradas, das quais 23% foram aprovadas. No primeiro concurso existiram 173 PA com parecer favorável que não foram aprovados por falta de dotação.

Dos 283 PA aprovados só 110 tiveram dotação orçamental. Destes, 34% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 202: Acção 1.6.5 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos		Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	Caminhos	1.172	781.408	1.172	781.408	804	697.293	223	61.518	36	17.500	16.076	11.836
	Electrificação	83	18.344	83	18.344	24	1.700	59	16.644	59	16.644	11.847	8.320
Segundo	Segundo	2	17.462	2	17.462	1	16.749	1	713	0	0	0	0
TOTAL		1.257	817.213	1.257	817.213	829	715.742	283	78.875	95	34.144	27.924	20.156

Em termos acumulados, foram contratados 95 PA, todos no ano de 2010, num total de 27.924 mil euros de despesa pública, representando 20.156 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 43%.

Através dos quadros seguintes verifica-se que 53% dos PA contratados, na tipologia "caminhos agrícolas", são da região Centro representando os mesmos 74% total contratado.

Quadro 203: Acção 1.6.5 - Distribuição regional dos PA contratados (caminhos agrícolas)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Caminhos	Norte	11	1.412	1.347	1.011
	Centro	19	13.026	11.718	8.789
	LVT	3	1.761	1.710	1.062
	Alentejo	2	1.177	1.177	883
	Algarve	1	124	123	93
TOTAL		36	17.500	16.076	11.836

Na tipologia "electrificação rural" a região Centro continua a ser a região dominante, em termos de PA contratados, com 64% do total. Em termos de investimento, o Alentejo passa a ser a região mais importante, com 59% do investimento total. O Centro e LVT têm menor importância mas representam, respectivamente, 19% e 14% do investimento total.

Quadro 204: Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (electrificação rural)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Electrificação	Norte	9	551	520	390
	Centro	38	3.171	2.391	1.793
	LVT	2	2.261	2.261	1.131
	Alentejo	7	9.859	5.877	4.408
	Algarve	3	803	798	599
	TOTAL	59	16.644	11.847	8.320

Na tipologia "*requalificação ambiental*" não houve contratações até ao final de 2010.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do ano de 2010.

2.2.1.16 Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- ⇒ Artigo 20º alínea c) i) e artigo 31º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.3.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 131;
- ⇒ Portaria 811/2010, de 26 de Agosto.

2. *Objectivos da Acção*

- ⇒ Promover a rápida implementação de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

3. *Implementação da Acção*

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta é uma Acção que está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

O período de candidaturas para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, para decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado, até 15 de Maio de 2010, pelo Despacho Normativo n.º 23/2010, de 16 de Setembro.

Os beneficiários são agricultores a título individual ou colectivo que sejam detentores de ovinos e caprinos, devidamente registados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). O apoio a atribuir revestirá a forma de um subsídio anual, de carácter degressivo, por um período três anos (a contar da data em que o cumprimento da norma se tornou obrigatório de acordo com a legislação comunitária - 1 de Janeiro de 2010).

No ano de 2010 foram apresentados 24.114 PA, correspondendo a um total de 2.016.062 animais.

b. Execução financeira

O início de execução irá verificar-se no decorrer de 2011 na sequência da comprovação por parte dos promotores que apresentaram pedido de apoio em 2010, da efectiva realização da identificação electrónica dos respectivos animais (ovinos e caprinos) e sempre após a integração dessa implementação no SNIRA.

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 20º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.4;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 124;
- ⇒ Portaria n.º 596/2009 de 3 de Junho, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Medida

- ⇒ Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- ⇒ Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do sector, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- ⇒ Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e optimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 abriu-se o segundo concurso desta Medida, que decorreu entre 1 de Outubro a 30 de Dezembro, com uma dotação de 15.000 mil

euros. Este segundo concurso teve 103 candidaturas e um investimento total proposto de 20.827 mil euros.

Quadro 205: Medida 4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	37.164	10.000			80	16.771
Segundo		15.000	103	20.827	103	20.827
TOTAL	37.164	25.000	103	20.827	183	37.598

Analisando agora os PA entrados em 2010, relativamente à tipologia de beneficiário e ao montante de investimento proposto, verifica-se que mais de metade do investimento proposto é efectuado por promotores da tipologia “empresas” (52%) e que este foi, na maioria dos casos, de dimensão superior a 250 mil euros. Neste escalão encontra-se 68% do investimento total proposto (sendo 41% do investimento realizado por “empresas”).

Quadro 206: Medida 4.1 – PA entrados no segundo concurso (por tipologia de promotor e escalão de investimento)

Un.: mil euros

Tipo de beneficiário	< 25		≥ 25 e < 75		≥ 75 e < 125		≥ 125 e < 250		≥ 250		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Centro operativo / tecnológico, org. investig.	1	9	4	191	6	582	7	1.214	5	2.253	23	4.249
Empresa	2	5	8	405	7	658	7	1.193	16	8.534	40	10.795
Organização sectorial	8	112	4	151	5	421	1	207	1	511	19	1.402
Outra pessoa colectiva de direito público ou privado			3	178	3	317	6	928	5	2.422	17	3.845
Pessoa singular	2	24			1	91			1	421	4	536
TOTAL	13	150	19	925	22	2.069	21	3.542	28	14.141	103	20.827

Em termos acumulados, verifica-se o mesmo padrão, com o investimento proposto das “empresas” a atingir 55% do total, sendo o investimento proposto desta tipologia, no último escalão de investimento, 60% do total.

Este último escalão de investimento reúne 28% dos PA e 71% do investimento total proposto.

Às "outras pessoas colectivas de direito público ou privado" correspondeu 19% do investimento total proposto, sobretudo no escalão de mais de 250 mil euros e aos "centros operativos, tecnológicos e organismos de investigação" correspondem 17% do investimento. Em termos de número de PA, além destes três tipos (com 43%, 14% e 20% dos PA respectivamente), destacam-se as "organizações sectoriais" com 20% dos PA embora só com 7% do investimento.

Refira-se, ainda, que o investimento proposto médio do último escalão ($\geq 250\ 000$ euros) é de 500 mil euros e que o investimento médio da totalidade dos PA é de 205 mil euros.

Quadro 207: Medida 4.1 – PA entrados (por tipologia de promotor e escalão de investimento - acumulado)

Un.: mil euros

Tipo de beneficiário	< 25		≥ 25 e < 75		≥ 75 e < 125		≥ 125 e < 250		≥ 250		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Centro operativo / tecnológico, org. investig.	2	25	9	467	10	952	8	1.401	8	3.466	37	6.311
Empresa	5	57	13	693	16	1.650	15	2.456	29	15.807	78	20.663
Organismo público							1	145			1	145
Organização sectorial	17	217	9	311	6	527	2	352	3	1.384	37	2.791
Outra pessoa colectiva de direito público ou privado			3	178	6	626	6	928	11	5.420	26	7.152
Pessoa singular	2	24			1	91			1	421	4	536
TOTAL	26	323	34	1.649	39	3.846	32	5.282	52	26.498	183	37.598

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010, foram analisadas todas as candidaturas do primeiro concurso, das quais 59% foram aprovadas. Todas as candidaturas aprovadas foram objecto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 208: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	80	16.771	80	16.771	33	6.926	47	9.845	47	9.845	4.972	3.611
Segundo	103	20.827										
TOTAL	183	37.598	80	16.771	33	6.926	47	9.845	47	9.845	4.972	3.611

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 13%.

Analisando os PA contratados por tipo de actividade da empresa, por sector e por rubricas de investimento, verifica-se:

- ⇒ O tipo de actividade "*agricultura*" é a que tem maior representação no total de investimento contratado, 63%;
- ⇒ O sector mais representativo é o da "*pecuária*" logo seguido dos "*frutos*" com 32% e 28% respectivamente;
- ⇒ A rubrica com maior investimento foi a de "*recursos humanos*" com 37%, seguida dos "*equipamentos*" com 25%.

Quadro 209: Investimento contratado (por rubricas)

Un.: mil euros

Tipo de Empresa	Sector	Rubricas de Investimento								
		Construções ou Adaptação de edifícios	Demonstração e de divulgação	Deslocações e estadas	Despesas gerais	Equipamentos	Material de pesquisa	Programas informáticos	Recursos Humanos	Total
Agrícola	Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	94	6	102	50	39	606	0	365	1.262
	Flores Forragem	702	71	83	85	528	408	5	596	2.478
	Frutos	223	3	56	37	1.103	66	0	975	2.463
Misto	Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	0	22	27	10	70	48	0	85	262
	Frutos	0	2	25	20	12	23	10	176	268
Indústria Agro-Alimentar	Pecuária	0	269	183	178	743	247	2	1.490	3.112
TOTAL	TOTAL	1.019	373	476	380	2.495	1.398	17	3.687	9.845

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida era de 11 mil euros de despesa pública e 8 mil euros de comparticipação FEADER, correspondendo a, apenas, um PA.

Quadro 210: Medida 4.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	18	1.869	1.402			
Centro	3	1.292	969			
LVT	10	779	466			
Alentejo	16	1.033	774	1	11	8
Algarve						
TOTAL	47	4.972	3.611	1	11	8

Em termos globais, a Medida alcançou uma taxa de execução residual de 0,03% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 0,05% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- ⇒ O investimento atribuído aos 47 PA contratados em 2010 corresponde a 20% do programado para esta Medida;
- ⇒ Comparativamente com o número de iniciativas de cooperação apoiadas, o número de projectos com estrutura de I&D e o número médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação foi superior ao previsto.

Quadro 211: Medida 4.1 - Indicadores específicos de realização

	Montante Total do Investimento (mil Euros)		Nº Empresas				Nº Iniciativas de Cooperação Apoiadas	
			Projectos com estrutura de I&D		Nº médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação			
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	9.845	87	38	1	258	1	13	1
Metas	50.000	50.000	180	180	950	950	250	250
% da meta	20%	0%	21%	1%	27%	0%	5%	0%

Quanto às iniciativas de cooperação contratadas verifica-se que foi atingido 5% da meta estabelecida para o Programa.

Analisando o número de iniciativas de cooperação contratadas, por sector e tipo de iniciativa, verifica-se que o sector com maior representatividade é o sector da alimentação, com 46% das iniciativas e que o tipo de iniciativa “desenvolvimento de novos produtos” acolheu 62% das iniciativas apoiadas.

Quadro 212: Medida 4.1 - Indicadores de realização (contratado)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesas públicas (mil euros)		
	Agricultura	Alimentação	Silvicultura	Misto	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Desenvolvimento de novos produtos	2	6			8	2.142	3.013	
Desenvolvimento de novas técnicas	3			2	5	1.469	1.959	
TOTAL	5	6	0	2	13	3611	4972	
					Metas	250	28.000	37.164
					% da meta	5%	13%	13%

Quadro 213: Medida 4.1 - Indicadores de realização (pago)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesas públicas (mil euros)		
	Agricultura	Alimentação	Silvicultura	Misto	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Desenvolvimento de novos produtos								
Desenvolvimento de novas técnicas	1				1	8	11	
TOTAL	1	0	0	0	1	8	11	
					Metas	250	28.000	37.164
					% da meta	0,4%	0,0%	0,0%

Uma das iniciativas de cooperação apoiadas, na tipologia da alimentação, inclui o desenvolvimento de novos produtos em dois PA, o que significa que o número de iniciativas é 6 mas o número de PA é 7. Consequentemente, para um total de iniciativas de desenvolvimento de novos produtos temos 8 iniciativas em 9 PA e para o total de iniciativas de novos produtos e novas técnicas temos 13 iniciativas em 14 PA.

Relativamente aos indicadores de resultado, o número de explorações contratadas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas encontra-se ligeiramente acima da percentagem da meta de iniciativas de cooperação apoiadas (6%).

Quadro 214: Medida 4.1 - Indicadores de resultado

	Nº de Explorações							
	Novos prod/proc/tecnicas		Novos Produtos		Novos Processos		Novas Tecnologias	
	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos
	14	1	9		2		3	1
Metas	250	250	-	-	-	-	-	-
% da meta	6%	0%	-	-	-	-	-	-

2.2.2.2 Acção 4.2.1 – Formação especializada

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- ⇒ Portaria nº 596-D/2008, de 8 de Julho, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover a formação de jovens agricultores, activos dos sectores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas actividades;
- ⇒ Aumentar a articulação entre o processo de formação e os objectivos associados aos investimentos apoiados noutras medidas do Programa.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para esta Acção que terminou a 31 de Janeiro de 2011, com uma dotação de 10.000 mil euros.

Quadro 215: Acção 4.2.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.273	3.000	59	7.391
TOTAL	13.273	3.000	59	7.391

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010, foram analisadas todas as candidaturas do primeiro concurso, das quais 41% foram aprovadas. Destas, 100% foram objecto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 216: Acção 4.2.1 - PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	59	7.391	59	7.391	35	4.388	24	3.003	24	3.003	3.003	1.594
TOTAL	59	7.391	59	7.391	35	4.388	24	3.003	24	3.003	3.003	1.594

A larga maioria, dos PA contratados, localiza-se na região LVT. O Centro e o Algarve não têm contratações para esta Acção, conforme se pode ver no quadro apresentado em seguida.

Quadro 217: Acção 4.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	2	347	347	260
Centro				
LVT	21	2.631	2.631	1.315
Alentejo	1	25	25	19
Algarve				
Total	24	3.003	3.003	1.594

A tipologia de promotor mais representativa nos PA contratados foi a de "entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos" com 87% do investimento total contratado.

Quadro 218: Acção 4.2.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas contratadas até 2010			
	Nº PA	Investimento Contratado		
		Total	Despesa pública	FEADER
Entidades de natureza pública ou privada, c/fins Lucrativos;	3	393	393	253
Entidades de natureza pública ou privada, s/fins Lucrativos;	21	2.610	2.610	1.341
TOTAL	24	3.003	3.003	1.594

Foram contratados, até ao final de 2010, 24 PA num total de 3.003 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 1.594 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 16%.

c. Execução financeira

No decorrer do ano de 2010, foram iniciadas 17 acções de formação profissional, envolvendo um universo total de 253 Jovens Agricultores, distribuídos pela região Norte, Centro e Alentejo. As acções ministradas representam a totalidade dos módulos previstos para a formação obrigatória de Jovens Agricultores. Esta Acção ainda não apresentou execução financeira.

2.2.2.3 Acção 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- ⇒ Portaria 745/2009, de 13 de Julho, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Criar redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das actividades dos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar, promovendo a articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores;
- ⇒ Melhorar o tratamento e o acesso à informação necessária para o desenvolvimento da competitividade das empresas e dos territórios e promover a cooperação e a organização sectorial, favorecendo a emergência de estratégias sectoriais de desenvolvimento e reforço dos “clusters” nacionais.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010, não foram abertos novos concursos para esta Acção. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2009 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, por exclusão de desistências e candidaturas não válidas.

Quadro 219: Acção 4.2.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.273	13.340	138	19.539
TOTAL	13.273	13.340	138	19.539

b. Análise e decisão das candidaturas

Durante o ano de 2010, foram analisadas todas as candidaturas ao primeiro concurso tendo sido aprovadas e contratadas 126 candidaturas.

Quadro 220: Acção 4.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	138	19.539	138	19.539	11	3.401	126	16.138	126	16.138	9.657	6.570
TOTAL	138	19.539	138	19.539	11	3.401	126	16.138	126	16.138	9.657	6.570

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor, verifica-se que as "associações" e os "organismos de investigação" são as tipologias com maior peso em termos de número de PA e de investimento contratado.

As "confederações" apesar de representarem apenas 2% do número de PA ocupam o terceiro lugar, em termos de investimento contratado, com 15%.

Quadro 221: Acção 4.2.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas até 2010			
	Nº PA	Investimento Contratado		
		Total	Despesa pública	FEADER
Associação	39	6.380	3.847	2.692
Centro Operativo	4	240	161	120
Centro Tecnológico	4	829	487	365
Confederação	3	2.386	1.440	855
Cooperativa	7	285	150	111
Direcção Regional de Agricultura e Pescas	12	754	401	282
Entidade constituente de Pólo de Competitividade	3	393	163	122
Organismo de Investigação	27	3.361	2.093	1.360
Organização Sectorial	6	508	266	182
Outra Pessoa Colectiva de Direito Público ou Privado	21	1.002	648	481
TOTAL	126	16.138	9.657	6.570

Foram, assim, contratados 9.657 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 6.570 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 66%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 150 mil euros de despesa pública e 85 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 222: Acção 4.2.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	32	6.358	3.746	2.809			
Centro	10	609	391	291			
LVT	48	6.295	3.828	2.203	1	110	55
Alentejo	30	2.609	1.512	1.133	1	31	23
Algarve	6	266	179	135	2	9	7
Total	126	16.138	9.657	6.570	4	150	85

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 0,9% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 1% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Durante o ano de 2010, foram contratadas 20 redes temáticas ultrapassando assim a meta prevista para o período de programação. As mesmas caracterizam-se por assentarem em plataformas informáticas instaladas na Web, as quais têm como objectivo alcançar um número muito elevado de públicos-alvo. As redes temáticas evidenciam, ainda, uma cobertura total em matéria de recolha e produção de conteúdos técnicos ao nível das fileiras estratégicas, ao nível das fileiras não estratégicas e ainda sobre as temáticas do Associativismo. As entidades gestoras das parcerias apresentam regra geral uma cobertura de influência ao nível de todo o território nacional.

Em termos de investimento e despesa pública contratada alcançou-se 85% e 73%, respectivamente.

Quadro 223: Acção 4.2.2 – Indicadores de realização (contratados e pagos)

	Nº redes temáticas criadas		Investimento contratado (mil euros)		Despesa Pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	20	3	16.138	1.150	9.657	150	6.570	85
Meta	19	19	19.000	19.000	13.273	13.273	10.000	10.000
% Meta	105%	16%	85%	6%	73%	1%	66%	1%

O sector agrícola foi o que teve maior expressão (70%) e em termos de produtos foram as "frutas, flores e hortícolas" com 25% das redes temáticas, conforme quadro seguinte.

Quadro 224: Acção 4.2.2 – Investimento em redes temáticas por sector e produtos

Un: mil euros

Tipo de empresa	Sector	Produtos	Nº redes		Investimento	
			Contratado	Pago	Contratado	Pago
Agrícola	Cereais	Milho	1		326	
		Frutas, flores e hortícolas	5	1	3.700	22
	Frutas, flores e hortícolas	Kiwi	1		674	
		Produtos de qualidade	1	1	507	45
		Azeite	1		1.679	
	Pecuária	Produtos de qualidade	2		982	
	Vinha	Vinho	2		986	
Outro Sector		1		903		
Agro-alimentar	Olival	Azeite	1	1	1.958	1.083
	Pecuária		1		1.337	
	Produtos florestais	Sobreiro	1		437	
Florestal	Produtos florestais	Pinheiro	2		944	
		Produtos de qualidade	1		1.706	
Total			20	3	16.138	1.150
Metas			19	19	19.000	19.000
% da meta			105%	16%	85%	6%

Quanto ao número de produtores, abrangidos pelas 20 redes temáticas contratadas, é muito superior ao esperado, uma vez era expectável abranger apenas 40% dos produtores agrícolas activos e atingiu-se 85%.

Quadro 225: Acção 4.2.2 – Indicador específico de resultado

	Nº produtores abrangidos por redes temáticas	
	Contratado	Pago
	258.710	48.481
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Activos do Sector	85%	16%
Meta	40%	40%
% Meta	213%	40%

2.2.2.4 Acção 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) iv) e v); Artigo 24º e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigos 13º a 16º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro;
- ⇒ Artigo 15º e Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 114 e 115;
- ⇒ Portaria n.º 481/2009 de 6 de Maio, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 1170/2010 de 10 de Novembro.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento;
- ⇒ Incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

Esta Acção encontra-se dividida em duas Subacções:

- ⇒ Subacção 4.3.1.1 "Desenvolvimento de serviços de aconselhamento" – destinada a desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento agrícola no contexto das obrigações comunitárias.
- ⇒ Subacção 4.3.1.2 "Aquisição e serviços de aconselhamento" – destinada a incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2010, não foram abertos novos concursos para a Subacção 4.3.1.1. O número de PA, do concurso que decorreu em 2009, diminuiu (de 103 candidaturas válidas para 97) devido a desistências de candidaturas.

Quadro 226: Subacção 4.3.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.945	11.945	97	16.431
Total	11.945	11.945	97	16.431

Relativamente à Subacção 4.3.1.2, foi decidido alterar o modo de operacionalização inicialmente previsto (Portaria n.º 1170/2010 de 10 de Novembro). Neste sentido, foi iniciado um período de candidaturas em contínuo em 2011 (01 de Fevereiro) através da plataforma i-Digital do IFAP, I.P.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas todas as candidaturas do primeiro concurso da Subacção 4.3.1.1, das quais 98% foram aprovadas. Destas, 100% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 227: Subacção 4.3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
			Não aprovadas		Aprovadas					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	97	16.431	2	316	95	15.664	95	15.664	7.926	5.903
Total	97	16.431	2	316	95	15.664	95	15.664	7.926	5.903

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor verifica-se, nesta Subacção, que a tipologia mais representativa é a das “associações sem fins lucrativos” com 68% do número de PA e 70% do investimento contratado.

Quadro 228: Subacção 4.3.1.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un: mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Investimento Contratado		
		Total	Despesa pública	FEADER
Associação s/ fins lucrativos	65	11.035	5.833	4.333
Cooperativa	28	4.343	1.923	1.442
Entidade privada de utilidade pública	2	286	170	128
TOTAL	95	15.664	7.926	5.903

Foram contratados 7.926 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 5.903 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 65%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Subacção era de 419 mil euros de despesa pública e 314 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 229: Subacção 4.3.1.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	51	4.160	3.120	2	19	14
Centro	24	1.301	976			
LVT	6	334	209			
Alentejo	14	2.131	1.599	1	399	300
Algarve						
Total	95	7.926	5.903	3	419	314

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 5% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2010 foram contratadas 95 entidades que prestam serviços de aconselhamento, ultrapassando assim a meta prevista para o período de programação, com a utilização de 66% do apoio previsto.

Quadro 230: Subacção 4.3.1.1 – Indicadores de realização

	Nº Serviços de Aconselhamento		Despesa Pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	95	3	7.926	419	5.903	314
Meta	50	50	11.945	11.945	9.000	9.000
% Meta	190%	6%	66%	4%	66%	3%

Quanto aos indicadores de resultado para esta Subacção apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

O apoio às 95 entidades que prestam serviços de aconselhamento pressupõe o apoio a 380.538 explorações o que traduz um número muito superior ao esperado.

Quadro 231: Subacção 4.3.1.1 – Indicadores específicos de resultado

	Nº Empresas abrangidas pelos serviços agro-rurais	
	Contratado	Pago
	380.538	293.178
Explorações agrícolas, recenseamento de 1999	415.969	415.969
% Explorações	91%	70%
Meta	10%	10%
% Meta	915%	705%

2.2.2.5 Acção 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 20º alínea a) v) e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.5;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 115;
- ⇒ Portaria nº 813/2009 de 28 de Julho, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Promover a oferta de serviços com o objectivo de melhorar o desempenho das empresas;
- ⇒ Melhorar a integração vertical e horizontal das empresas promovendo uma maior orientação das actividades produtivas para o mercado.

3. Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para esta Acção, que se iniciou a 02 de Dezembro de 2010 e terminou a 01 de Março de 2011, com uma dotação de 15.000 mil euros. O número de PA do concurso que decorreu em 2009 diminuiu (de 125 candidaturas válidas para 118) devido a desistências de candidaturas.

Quadro 232: Acção 4.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	29.200	17.000	118	30.289
Total	29.200	17.000	118	30.289

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foi terminada a análise de todas as candidaturas do primeiro concurso desta Acção. Das 118 candidaturas entradas 72% tiveram parecer favorável. Todas as candidaturas com parecer favorável foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 233: Acção 4.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	118	30.288	118	30.288	33	7.428	85	22.861	85	22.861	7.472	5.476
Total	118	30.288	118	30.288	33	7.428	85	22.861	85	22.861	7.472	5.476

A tipologia de promotor "Associação" representa 62% dos PA contratados nesta Acção e 56% do investimento contratado.

Quadro 234: Acção 4.3.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas até 2010			
	Nº PA	Investimento Contratado		
		Total	Despesa pública	FEADER
Associação	53	12.899	4.566	3.297
Cooperativa	18	6.035	1.402	1.051
Pessoa colectiva de natureza privada	14	3.928	1.504	1.128
TOTAL	85	22.861	7.472	5.476

Em termos acumulados, foram contratados 85 PA, todos no ano de 2010, num total de 7.472 mil euros de despesa pública, representando 5.476 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 25%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 22 mil euros de despesa pública e 17 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 235: Acção 4.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	28	7.319	2.242	1.682			
Centro	25	5.822	1.778	1.333			
LVT	17	5.988	2.256	1.565			
Alentejo	11	2.787	899	674	1	22	17
Algarve	4	945	297	223			
Total	85	22.861	7.472	5.476	1	22	17

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 0,08% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 0,3% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Os pedidos de apoio apoiados caracterizam-se por envolverem a criação de 26 "Serviços de Gestão", 85 "Serviços de Aconselhamento Técnico" e 3 "Serviços de Substituição", os quais regra geral têm como objectivo uma cobertura territorial significativa das explorações agrícolas e florestais da região de influência das entidades que prestam os referidos serviços.

Saliente-se, ainda, a existência de pedidos de apoio apresentados por entidades que envolvem a cobertura de todo o território nacional.

Durante o ano de 2010 foram, assim, contratados 26 “*Serviços de Gestão*” representando 17% da meta prevista para o período de programação.

Em termos de despesa pública contratada, foi atingido 26% da meta do Programa, o que traduz um apoio médio inferior ao esperado.

Quadro 236: Acção 4.3.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº Serviços de Gestão		Despesa Pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	26	1	7.472	22	5.476	17
Meta	150	150	29.200	29.200	22.000	22.000
% da Meta	17%	1%	26%	0%	25%	0%

Quanto à percentagem de empresas abrangidas por serviços agro-rurais verificou-se que com 17% da meta do número de “*Serviços de Gestão*” contratados se ultrapassa a meta do número de empresas abrangidas por esse serviço.

Quadro 237: Acção 4.3.2 – Indicadores específicos de resultado

	Nº Empresas abrangidas pelos serviços agro-rurais	
	Contratado	Pago
	44.388	10
agrícolas, recenseamento de	415.969	415.969
% Explorações	11%	0%
Meta	10%	10%
% Meta	107%	0%

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas

A Medida de apoio à manutenção da actividade agrícola envolve duas situações distintas, a de “zonas de montanha” e a de “outras zonas desfavorecidas”, correspondendo, respectivamente, aos códigos de Medida da Comissão 211 e 212.

Estas medidas comunitárias correspondem à Medida ProDeR 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas”, que compreende as Acções 2.1.1 “Manutenção da actividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da actividade agrícola em Rede Natura”. Assim, cada uma das medidas da COM engloba as duas Acções ProDeR.

A Medida ProDeR 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)¹⁰ sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP¹¹.

1. Enquadramento regulamentar

- ⇒ Artigo 36º alínea a) i), ii); Artigo 37º e Artigo 50º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II pontos 5.3.2.1.1 e 5.3.2.1.2 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 211 e 212;

¹⁰ Estabelecido nos termos do Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril e de acordo com o determinado pelo Regulamento (CE) n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro, que estabelece o regime de execução do FEADER.

¹¹ Nos termos do protocolo, e de acordo com a articulação funcional estabelecida por via desse documento, cabe ao IFAP: a recepção dos PA, sua análise, controlo, proposta de decisão e execução (com excepção das autorizações de despesa). Cumpre à AG a decisão e a autorização de despesa, bem como a divulgação do período de apresentação dos PA e de normas técnicas relativas às acções, elaboração de normas de procedimentos para aplicação às actividades do seu âmbito e a monitorização dos indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e outros.

⇒ Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de Março, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1479/2008 de 18 de Setembro e pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Medida

A presente Medida, através das duas Acções que a compõem, tem por objectivo a assegurar a manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas, através da atribuição de uma compensação aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção agrícola nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas.

3. Implementação da Medida

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Em 2010, o período de candidaturas, inseridas no PU de 2010, decorreu entre 17 de Fevereiro e 15 de Maio, tal como estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2009, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º10/2010 de 12 de Abril.

Em 2010, foram apoiadas 108.964 candidaturas, das quais mais de 80% em zonas de montanha. Relativamente à área candidata, a maioria situou-se também em zona de montanha, 64%.

Quadro 238: Medida 2.1 – Candidaturas apoiadas por Acção

Medida 2.1 - Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
	70%	13%	13%	4%	100%
Área candidatada (ha)	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
	51%	28%	13%	9%	100%
Apoio previsto (mil euros)	76.932	11.410	17.956	3.785	110.085
	70%	10%	16%	3%	100%

Em termos de número de candidaturas, áreas candidatas e montantes envolvidos, verifica-se uma relativa estabilidade nas candidaturas apresentadas nos diferentes períodos.

Quadro 239: Medida 2.1 – Candidaturas apresentadas (por Acção e ano candidatura)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
Média	77.685	14.718	12.278	3.851	108.532

Quadro 240: Medida 2.1 – Áreas candidatas (por Acção e ano de candidatura)

Un.: ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
Média	406.118	211.556	83.622	63.669	764.964

Quadro 241: Medida 2.1 – Montante do Apoio das candidaturas apresentadas (por Acção e ano de candidatura)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.785	110.083
Média	77.300	11.427	15.831	3.647	108.205

b. Execução financeira

Em termos de realização financeira, para a Acção 2.1.1 “Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura”, verifica-se que esta foi muito superior à de 2009 (que tinha sido de 55.729 milhares de euros) tendo atingido um total de 127.720 milhares de euros. A execução acumulada até ao final 2010 totalizou 333.636 milhares de euros de despesa pública o que corresponde a 60.5% da meta financeira prevista para o período de programação.

Quadro 242: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (no ano)

Un.: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	82.783	25.647	39	608	3.029	112.107
	Restantes Zonas Desfavorecidas	3	3.968	580	11.055	8	15.614
	Total da Acção 2.1.1.	82.786	29.615	619	11.663	3.037	127.720
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	6.407	1.378	2	38	242	8.066
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	5.668	2.685		47	993	9.393
	Zona de Montanha não ITI		157	10	499	42	708
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI		182	19	3.503	2	3.706
	Total da Acção 2.1.2.	12.074	4.402	30	4.087	1.278	21.872
Total da Medida 2.1		94.860	34.017	649	15.750	4.316	149.592

Quadro 243: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (acumulado)

Un.: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	214.183	67.371	98	1.684	7.867	291.203
	Restantes Zonas Desfavorecidas	9	10.814	1.530	30.042	38	42.433
	Total da Acção 2.1.1.	214.192	78.184	1.628	31.727	7.905	333.636
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	18.611	4.047	2	102	617	23.379
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	5.668	2.946	24	1.072	1.060	10.771
	Zona de Montanha não ITI	10.990	5.044	10	580	1.731	18.355
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI		630	51	9.891	4	10.576
	Total da Acção 2.1.2.	35.269	12.667	87	11.645	3.413	63.081
Total da Medida 2.1		249.461	90.851	1.716	43.371	11.317	396.717

Este valor de execução correspondente a quatro anos de candidaturas, mas não ao valor total previsto para as mesmas, uma vez que ainda não se realizou o saldo dos pagamentos referentes a 2010 (foi realizado o adiantamento de 70% do valor apurado, falta o saldo correspondente portanto 30%). Contabilizando o valor aproximado desse saldo isso

significa que existe nesta acção um compromisso que corresponde a cerca de 65% da meta financeira para o período de programação, inferior ao programado para o período 2007-2010.

No entanto, esta situação é compensada pela execução expectável da Acção 2.1.2, que se encontra significativamente abaixo da meta prevista, conforme se observará mais à frente.

A execução em zonas de montanha verificou-se exclusivamente em região convergência, sendo que a execução nas restantes zonas desfavorecidas foi também quase exclusivamente em região convergência.

No que se refere à execução financeira da Acção 2.1.2 "Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura", esta atingiu em 2010 um valor de 21.872 milhares de euros (tinha sido de 12.445 milhares de € em 2009) sendo a execução acumulada até ao final de 2010 de 63.081 mil euros de despesa pública. Este valor corresponde a 32,7% da meta financeira prevista para a totalidade do período de programação.

Refira-se ainda relativamente à Acção 2.1.2 que a execução em zonas de montanha, dentro ou fora das Intervenções territoriais Integradas - ITI, verificou-se exclusivamente em região convergência, assim como a execução nas restantes zonas desfavorecidas dentro de ITI. Fora da região convergência, apenas houve execução em rede Natura sem ITI e com um número muito reduzido de beneficiários.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação dos indicadores de realização da medida face às metas estabelecidas no Programa.

Pode-se verificar que a situação é globalmente positiva no que se refere aos indicadores de realização pois apenas o valor da área agrícola apoiada em Rede Natura está abaixo da meta estabelecida.

Quadro 244: Medida 2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Acção	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações apoiadas em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	92.087	60.000	153%
	2.1.2 - Em RN	16.499	15.000	110%
Área agrícola apoiada em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	511.264	350.000	146%
	2.1.2 - Em RN	127.405	150.000	85%
Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	19.771	11.000	180%
	2.1.2 - Em RN	5.107	4.000	128%
Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	318.980	230.000	139%
	2.1.2 - Em RN	88.551	70.000	127%

No que se refere aos indicadores de resultado os valores ultrapassam as metas estabelecidas no caso da Acção 2.1.1 – Manutenção da actividade agrícola fora da Rede Natura. No que se refere à Acção 2.1.2 Manutenção da actividade agrícola em Rede Natura os valores cobrem já 83% da meta.

Quadro 245: Medida 2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	2.1.2 - Em RN	215.956	220.000	98%
Qualidade da água	2.1.1 - Fora RN	830.244	580.000	143%
	2.1.2 - Em RN	215.956	220.000	98%
Combate às alterações climáticas	2.1.1 - Fora RN	830.244	580.000	143%
	2.1.2 - Em RN	215.956	220.000	98%
Qualidade dos solos	2.1.1 - Fora RN	830.244	580.000	143%
	2.1.2 - Em RN	215.956	220.000	98%
Combate à marginalização e ao abandono da terra	2.1.1 - Fora RN	830.244	580.000	143%
	2.1.2 - Em RN	215.956	220.000	98%

2.2.3.2 Medida 2.2 – Valorização de modos de produção

Esta Medida corresponde ao código de Medida comunitária CE 214 e engloba as seguintes Acções:

- 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola
- 2.2.2 – Protecção da biodiversidade doméstica
- 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
- 2.2.4 – Conservação do solo

As Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 são implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução destas acções asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das Acções em apreço são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo-ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respectivamente.

Com excepção da Acção 2.2.3 os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente.

2.2.3.2.1 Acção 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- ⇒ Códigos de Medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- ⇒ Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março (Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

A Acção 2.2.1 “Alteração de modos de produção agrícola”, visa a promoção da adopção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, bem como a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam - o Modo de Produção Integrada (MPRODI) e o Modo de Produção Biológico (MPB).

3. Implementação da Acção

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

No ano de 2010, o período de candidaturas do Pedido Único de ajudas (PU) decorreu de 17 de Fevereiro a 15 de Maio de 2010 de acordo com Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 10/2010 de 12 de Abril.

No decorrer daquele período, além da apresentação de novos pedidos de apoio ao PAS 2011, cujo compromisso se iniciou a 1 de Outubro de 2010 com submissão do primeiro pedido de pagamento a efectuar em 2011, verificou-se a apresentação:

- ⇒ 3º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES);
- ⇒ 2º PP das candidaturas efectuadas em 2008 (PAS 2009);
- ⇒ 1º PP das candidaturas efectuadas em 2009 (PAS 2010).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional do número e áreas das candidaturas apoiadas no decorrer do ano de 2010 por modos de produção.

Quadro 246: Acção 2.2.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento (por modo de produção) - PU 2010

Regiões	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Norte	3.681	42.197	557	9.930	4.238	52.127
Centro	1.095	23.292	449	27.320	1.544	50.612
LVT	870	28.808	49	5.484	919	34.292
Alentejo	1.126	180.933	414	70.851	1.540	251.784
Algarve	235	3.904	12	369	247	4.274
TOTAL	7.007	279.134	1.481	113.955	8.488	393.089

Em distribuição percentual, verifica-se que a região Norte apresenta o maior número de explorações, de modo mais acentuado no MPRODI (53% do total), mas que a maioria da área se encontra no Alentejo, acumulando quase dois terços da área determinada para apoio.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por modos de produção, das candidaturas e áreas, por ano de início de compromisso (2008, 2009 ou 2010).

Quadro 247: Acção 2.2.1 – Pedidos de pagamento (por modo de produção e ano de início de apoio) - PU 2010

Ano de início de apoio	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
2008	3.545	81.767	818	56.451	4.363	138.218
2009	2.197	92.856	443	39.482	2.640	132.338
2010	1.265	104.511	220	18.022	1.485	122.533
TOTAL	7.007	279.134	1.481	113.955	8.488	393.089

As candidaturas determinadas para apoio que estão no terceiro ano de compromisso (candidaturas PES, início de apoio 2008) foram 4.363 correspondendo a 138.218 ha sendo que as candidaturas no segundo ano de compromisso (candidaturas PAS 2009, início de apoio 2009) foram em número substancialmente mais reduzido (2.640) mas com um número de hectares quase igual (132.338 ha). As candidaturas no primeiro ano de compromisso (candidaturas PAS 2010, início de apoio 2010) foram apenas 1.485 com um número de hectares mais reduzido mas que alcançou ainda um valor muito elevado: 122.533 ha. Verifica-se, assim, que nos sucessivos períodos de candidatura foi-se reduzindo o número de candidaturas mas a dimensão média da área sob compromisso cresceu.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor da área média, por candidatura aprovada.

Quadro 248: Acção 2.2.1 – Área média determinada para apoio - ha/candidatura (por região e modo de produção) - PU 2010

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
MPRODI	11,5	21,3	33,1	160,7	16,6	39,8
MPB	17,8	60,8	111,9	171,1	30,8	76,9
TOTAL	12,3	32,8	37,3	163,5	17,3	46,3
Comparação MPB/ MPRODI	1,6	2,9	3,4	1,1	1,9	1,9

No que respeita à área média de candidatura por modo de produção, verifica-se que a área média por candidatura é sempre superior no MPB relativamente ao MPRODI.

Relativamente a 2009, verifica-se um aumento da área média, que passou de 29,32 para 46,3 (no PRODI passou de 25,7 para 39,8 e no MPB passou de 47,2 para 76).

Quadro 249: Acção 2.2.1 – Área determinadas para apoio em 2010 (por grupo de cultura e modo de produção) - PU 2010

Culturas	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	89.607	32%	16.959	15%	106.566	27%
Arroz	15.781	6%	0	0%	15.781	4%
Culturas temporárias de regadio	7.901	3%	1.229	1%	9.130	2%
Culturas temporárias de sequeiro	11.112	4%	3.235	3%	14.347	4%
Culturas forrageiras	32.003	11%	18.251	16%	50.255	13%
Culturas hortícolas	695	0%	291	0%	986	0%
Pastagem permanente	91.898	33%	48.787	43%	140.685	36%
Pastagem permanente biodiversa	30.136	11%	25.203	22%	55.339	14%
TOTAL	279.134	100%	113.955	100%	393.089	100%

Analisando a distribuição das áreas apoiadas, por tipo de culturas, em 2010 verifica-se que as “*pastagens permanentes*” e as “*pastagens permanentes biodiversas*” totalizam 196.025 ha e 50% da área apoiada em 2010. Somando a estas os 50.255 ha das “*culturas forrageiras*” atinge-se 246.279 ha, que correspondem a 63% da área apoiada. Regista-se assim, um forte aumento das pastagens e culturas forrageiras, que em 2009 representavam apenas 57% da área apoiada. As “*culturas permanentes*” reúnem 106 566 ha, 27% do total. No MPB o peso das pastagens e das culturas de forragem é superior a 80%.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das culturas, dentro do grupo de “*culturas permanentes*”. Verifica-se um predomínio da “*vinha*” com 34% (36.599 ha), seguida pelo “*olival de sequeiro*”, “*olival de regadio*” e “*frutos frescos de regadio*” com 27% (29.207 ha), 16,6% (17.705 ha) e 14% (15.161 ha), respectivamente. Assim, o conjunto do Olival atinge 46.912 ha ou seja 44% das culturas permanentes e 12% de toda a área apoiada.

Quadro 250: Acção 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2010 (por tipo de cultura permanente e modo de produção) - PU 2010

Culturas Permanentes	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	14.563	16%	598	4%	15.161	14%
Frutos frescos de sequeiro	1.465	2%	269	2%	1.734	2%
Frutos secos de regadio	562	1%	464	3%	1.026	1%
Frutos secos de sequeiro	3.014	3%	2.121	13%	5.135	5%
Olival de regadio	16.069	18%	1.636	10%	17.705	17%
Olival de sequeiro	18.806	21%	10.400	61%	29.207	27%
Vinha	35.129	39%	1.470	9%	36.599	34%
TOTAL	89.607	100%	16.959	100%	106.566	100%

Dentro das culturas permanentes, a área em MPRODI distribui-se de forma equilibrada entre “*frutos frescos de regadio*”, “*olival de regadio*” e “*olival de sequeiro*”. Verifica-se que o MPB tem uma distribuição muito diferente da distribuição global/MPRODI com um domínio total do “*olival de sequeiro*” (61% contra 21% no MPRODI) seguindo-se os “*frutos secos de sequeiro*” (13%).

No quadro seguinte, apresenta-se a áreas correspondentes às candidaturas ao pedido de apoio de 2010 (formalizadas no PAS 2011), que darão origem ao primeiro pedido de pagamento em 2011.

Quadro 251: Acção 2.2.1 – Candidaturas PAS 2011 (por grupo de cultura e modo de produção)

Culturas	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	16.365	18%	3.773	11%	20.138	16%
Arroz	5.246	6%	0	0%	5.246	4%
Culturas temporárias de regadio	4.314	5%	105	0%	4.418	3%
Culturas temporárias de sequeiro	6.628	7%	1.157	3%	7.785	6%
Culturas forrageiras	16.694	18%	8.108	23%	24.803	20%
Culturas hortícolas	768	1%	48	0%	816	1%
Pastagem permanente	31.047	34%	15.135	44%	46.182	36%
Pastagem permanente biodiversa	11.030	12%	6.195	18%	17.225	14%
TOTAL	92.092	100%	34.521	100%	126.613	100%

A distribuição das candidaturas, por tipo de culturas permanentes, é a que consta do quadro seguinte.

Quadro 252: Acção 2.2.1 – Candidaturas PAS 2011 (por tipo de cultura permanente e modo de produção)

Culturas Permanentes	MPROD I		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	1.827	11%	67	2%	1.894	9%
Frutos frescos de sequeiro	140	1%	67	2%	206	1%
Frutos secos de regadio	88	1%	95	3%	183	1%
Frutos secos de sequeiro	375	2%	783	21%	1.158	6%
Olival de regadio	5.480	33%	428	11%	5.908	29%
Olival de sequeiro	3.814	23%	2.072	55%	5.886	29%
Vinha	4.641	28%	262	7%	4.903	24%
TOTAL	16.365	100%	3.773	100%	20.138	100%

Apresenta-se em seguida a distribuição das áreas apoiadas em 2010, segundo o ano de início de pagamento, e a comparação destas áreas com as áreas previstas para apoio em 2011 no âmbito do PAS 2011. Note-se que existirá uma certa sobreposição por uma das candidaturas do PAS 2011 configurar recandidaturas de anos anteriores com aumento de áreas candidatas e conseqüentemente já sob compromisso.

Quadro 253: Acção 2.2.1 – Área apoiada em 2010 (PU 2010) e área PAS 2011 a apoiar em 2011 (por ano de início de apoio e modo de produção)

Ano de Início de Apoio	Área apoiada e a apoiar*		
	MPROD I	MPB	TOTAL
Campanha 2010 - início 2008	81.767	56.451	138.218
Campanha 2010 - início 2009	92.856	39.482	132.338
Campanha 2010 - início 2010	104.511	18.022	122.533
PAS 2011 - início 2011*	92.092	34.521	126.613
TOTAL	371.226	148.476	519.702

* A área do PAS 2011 prevista para iniciar o apoio em 2011 pode vir a sofrer redução e estará em parte sobreposta a áreas candidatas anteriormente por resultar de aumentos de áreas de beneficiários já a ser apoiados

Os quadros seguintes ilustram a evolução da área e número de candidaturas apoiadas (PU 2008 a PU 2010).

Quadro 254: Acção 2.2.1 – Candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Candidaturas apoiadas em 2008	Nº candidaturas apoiadas	3.867	1.005	4.872
	Área total apoiada (ha)	80.413	44.461	124.874
	Área média apoiada (ha)	21	44	26
	Apoio total (Mil euros)	12.151	6.826	18.977
	Apoio médio (Euros)	3.142	6.792	3.895
Candidaturas apoiadas em 2009	Nº candidaturas apoiadas	5.500	1.128	6.628
	Área total apoiada (ha)	141.124	53.208	194.332
	Área média apoiada (ha)	26	47	29
	Apoio total (Mil euros)	16.067	7.445	23.512
	Apoio médio (Euros)	2.921	6.600	3.547
Candidaturas apoiadas em 2010	Nº candidaturas apoiadas	7.007	1.481	8.488
	Área total apoiada (ha)	279.134	113.955	393.089
	Área média apoiada (ha)	40	77	46
	Apoio total (Mil euros)	31.758	12.994	44.752
	Apoio médio (Euros)	4.532	8.774	5.272

Quadro 255: Acção 2.2.1 – Variação das candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Variação de 2009 relativamente a 2008 (2008 = 100)	Nº candidaturas apoiadas	142%	112%	136%
	Área total apoiada (ha)	175%	120%	156%
	Área média apoiada (ha)	123%	107%	114%
	Apoio total (Mil euros)	132%	109%	124%
	Apoio médio (Euros)	93%	97%	91%
Variação de 2010 relativamente a 2009 (2009 = 100)	Nº candidaturas apoiadas	127%	131%	128%
	Área total apoiada (ha)	198%	214%	202%
	Área média apoiada (ha)	155%	163%	158%
	Apoio total (Mil euros)	198%	175%	190%
	Apoio médio (Euros)	155%	133%	149%

b. Execução financeira

O valor de apoios pagos em 2010 teve a distribuição regional que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 256: Acção 2.2.1 – Valores pagos (por região e modo de produção)

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
MPRODI	7.646	4.026	5.617	10.726	1.291	29.306
MPB	2.227	3.091	434	6.175	63	11.991
TOTAL	9.873	7.116	6.051	16.902	1.354	41.297

O quadro seguinte mostra a evolução anual dos pagamentos desta Acção.

Quadro 257: Acção 2.2.1 – Valores pagos (por ano e por região)

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
2008	6.235	3.920	2.236	6.241	346	18.977
2009	7.121	4.198	2.939	8.500	754	23.512
2010	9.873	7.116	6.051	16.902	1.354	41.297
TOTAL	23.229	15.233	11.226	31.643	2.453	83.785

Verifica-se que houve um aumento de 23% entre 2008 e 2009, de 18.977 mil euros para 23.511 mil euros. Já de 2009 para 2010, o aumento verificado foi de 75%, de 23.511 mil euros para 41.297 mil euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor médio pago por candidatura.

Quadro 258: Acção 2.2.1 – Valores médios pagos por candidatura

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Valor médio (em euros)	2.330	4.609	6.584	10.975	5.483	4.865
Número de candidaturas	4.238	1.544	919	1.540	247	8.488

Em termos financeiros globais, esta Acção teve uma execução total de 41.297 mil euros de despesa pública em 2010 e uma execução acumulada, até 2010, de 83.785 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 70.306 mil euros, correspondendo a 45% da meta global estabelecida para o Programa.

Refira-se, ainda, que a execução desta Acção verifica-se essencialmente em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

Sendo uma Acção plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos importa estimar o valor total dos compromissos assumidos. Isso é efectuado no anexo II para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No MPB foram apoiadas 1.481 candidaturas, o que significa que foi executada, até 2010, 42% da meta prevista para o período de vigência do ProDeR (em 2009 tinha-se alcançado 32% da meta). Em termos de área, a adesão foi de 113.955 ha, o que permitiu alcançar 71% da meta estabelecida para o período de programação, sendo um avanço decisivo em relação em 2009 onde só se tinha atingido 33% da meta. Verifica-se assim que as áreas sob compromisso têm uma dimensão média bastante superior ao esperado (e ao que se verificava no RURIS).

O MPRODI teve uma adesão de 7.007 agricultores, o que corresponde a 35% da meta prevista para o período de 2007-2013 (em 2009 tinha-se alcançado 28% da meta). Relativamente à área, a adesão foi de 279.134 ha, o que significa que em 2010 se ultrapassou já a meta estabelecida, ao atingir 116% desta (em 2009 tinha-se alcançado 28% da meta). Tal como no MPB existe uma diferença significativa nos valores alcançados em termos de metas no número de candidaturas e na área apoiada.

Quadro 259: Acção 2.2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	MPROD1	7.129	19.975	36%
	MPB	1.505	3.525	43%
	Total 2.2.1	8.488	23.500	36%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental	MPROD1	289.341	240.000	121%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	408.589	400.000	102%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPROD1	289.341	240.000	121%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	408.589	400.000	102%
Número total de contratos	MPROD1	7.129	20.400	35%
	MPB	1.505	3.600	42%
	Total 2.2.1	8.488	24.000	35%

Quadro 260: Acção 2.2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPROD1	289.341	240.000	121%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	408.589	400.000	102%
Qualidade da água	MPROD1	289.341	240.000	121%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	408.589	400.000	102%
Combate às alterações climáticas	MPROD1	7.153	40.000	18%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	126.400	200.000	63%
Qualidade dos solos	MPROD1	289.341	240.000	121%
	MPB	119.247	160.000	75%
	Total 2.2.1	408.589	400.000	102%

2.2.3.2.2 Acção 2.2.2 – Protecção da biodiversidade doméstica

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 36º alínea a) iv) e Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- ⇒ Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

A Acção 2.2.2 “Protecção da biodiversidade doméstica”, visa garantir a utilização sustentada dos recursos genéticos assegurando, nomeadamente, a conservação *in situ* das raças ameaçadas e promovendo a sua utilização de forma a minimizar as perdas de variabilidade genética por acumulação de consanguinidade. Pretende também assegurar o fornecimento de material genético aos Bancos Portugueses de Germoplasma Animal, enquanto instrumento essencial dos programas de conservação *ex situ*.

3. Implementação da Acção

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

No ano de 2010, o período de candidaturas do Pedido Único de ajudas (PU) decorreu de 17 de Fevereiro a 15 de Maio de 2010 de acordo com despacho normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º10/2010 de 12 de Abril.

Tal como se pode constatar no quadro seguinte, verifica-se que existe um predomínio de pedidos de pagamento na região Norte, representando 82% (5.959 explorações) de um total de 6.413. Em termos de cabeças normais (CN) apoiadas, mantém-se um claro domínio da mesma região, representando 65% de um total de 44.316 CN, surgindo também com um peso significativo a região do Alentejo.

Este resultado decorre de uma grande parte das raças autóctones ameaçadas de extinção e respectivos efectivos, se localizarem essencialmente naquela região.

Quadro 261: Acção 2.2.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento (candidaturas e CN) – PU 2010

DRAP	Pedidos determinados para apoio		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Norte	4.879	82%	28.625	65%
Centro	759	13%	4.715	11%
LVT	38	1%	910	2%
Alentejo	225	4%	9.247	21%
Algarve	58	1%	818	2%
TOTAL	5.959	100%	44.316	100%
Total de explorações apoiadas	5.959			

As diferenças regionais existentes ao nível da dimensão das explorações agrícolas e pecuárias reflectem-se na dimensão média dos efectivos das explorações apoiadas, conforme se evidencia no quadro seguinte. Comparativamente com 2009 apenas a região Centro viu o seu número médio de CN aumentar por candidatura apoiada, enquanto as restantes regiões diminuíram.

Quadro 262: Acção 2.2.2 – Número médio de CN (por candidaturas apoiadas e região) – PU 2010

Indicador	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL por exploração
Número médio de CN por candidatura apoiada	5,87	6,21	23,96	41,10	14,11	7,44

Analisando a distribuição dos apoios, por espécie ameaçada, verifica-se que 61% das CN apoiadas se referem a bovinos e dentro desta a raça com maior representação é a "minhota" com cerca de 20% das CN apoiadas da espécie "bovinos".

Quadro 263: Acção 2.2.2 – Apoios por espécie – PU 2010

Espécie	Pedidos determinados para apoio		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Bovinos	4.840	75%	26.992	61%
Ovinos	580	9%	9.001	20%
Caprinos	176	3%	2.529	6%
Suínos	96	1%	2.441	6%
Equídeos	658	10%	3.332	8%
Galinhas	63	1%	20	0%
TOTAL	6.413	100%	44.316	100%

Apresenta-se de seguida a distribuição dos PA e CN determinadas para 2010, por raça ameaçada e segundo o ano de apresentação do PA.

Pode-se ver que, 64% dos pedidos foram efectuados logo no 1.º ano, com 25% no 2º ano e apenas 10% no 3.º ano.

Quadro 264: Acção 2.2.2 – Distribuição dos pedidos de pagamento (por espécie e raça e por ano de PA) - PU 2010

Espécie/Raça	Pedidos de Pagamento determinados				CN determinadas para apoio				
	Relativos a candidaturas PES	Relativos a candidaturas PAS 2009	Relativos a candidaturas PAS 2010	Total de pedidos em 2010	Relativas a candidaturas PES	Relativas a candidaturas PAS 2009	Relativas a candidaturas PAS 2010	Total de apoios em 2010	
Bovinos	Algarvia	0	0	0	0	0	0	0	
	Garvonesa/Chamusca	3	2	1	6	76	49	31	155
	Jarmelista	10	3	1	14	47	17	4	69
	Cachena	161	45	28	234	2.171	422	231	2.825
	Marinhoa	285	69	18	372	795	255	46	1.097
	Arouquesa	658	173	93	924	2.231	510	276	3.017
	Maronesa	603	86	40	729	3.028	508	247	3.783
	Mirandesa	137	65	29	231	2.229	1.392	267	3.888
	Preta	9	15	3	27	564	1.028	195	1.787
	Minhota	745	539	149	1.433	2.857	1.754	511	5.122
	Barrosã	658	159	53	870	4.242	721	285	5.248
	Subtotal	3.269	1.156	415	4.840	18.241	6.658	2.093	26.992
	Ovínos	Churra Algarvia	14	3	5	22	207	23	38
Churra Badana		11	4	7	22	303	67	94	464
Churra do Campo		1	0	3	4	8	0	28	36
Churra do Minho		29	10	1	40	316	120	8	445
Mondegueira		14	5	7	26	268	63	80	411
Bordaleira Entre Douro e Minho		95	83	34	212	315	317	98	729
Campaniça		14	4	2	20	685	186	47	918
Churra Galega Mirandesa		33	16	4	53	568	224	33	826
Merina da Beira Baixa		31	10	5	46	730	117	81	928
Saloiã		6	2	2	10	156	113	49	318
Churra Galega Bragança		44	19	6	69	926	331	100	1.357
Merina Branca		1	3	16	20	46	109	834	989
Merino Preto		18	11	7	36	807	406	99	1.312
Subtotal	311	170	99	580	5.336	2.076	1.590	9.001	
Caprinos	Algarvia	28	3	6	37	299	39	50	388
	Serpentina	6	6	3	15	135	153	69	356
	Charnequeira	16	12	6	34	201	148	60	409
	Bravia	80	9	1	90	1.228	135	12	1.376
	Preta de Montesinho	0	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	130	30	16	176	1.863	475	192	2.529
Suínos	Malhado de Alcobaça	1	0	0	1	105	0	0	105
	Bisara	15	9	9	33	342	149	120	611
	Alentejana	22	21	19	62	475	615	635	1.725
	Subtotal	38	30	28	96	922	763	756	2.441
Equídeos	Sorraia	1	1	1	3	13	1	38	52
	Burro de Miranda	120	100	48	268	247	170	63	480
	Garrana	200	84	27	311	1.505	362	120	1.987
	Lusitana	30	30	16	76	434	291	88	813
	Subtotal	351	215	92	658	2.199	824	309	3.332
Galinhas	Amarela	13	5	4	22	2	2	1	5
	Pedrês Portuguesa	15	6	2	23	5	1	0	6
	Preta Lusitânica	11	4	3	18	6	3	1	9
	Subtotal	39	15	9	63	13	6	2	20
Total Pedidos Apoio/CN		4.138	1.616	659	6.413	28.573	10.802	4.941	44.316
Total de Explorações		3.812	1.519	628	5.959				

No que se refere a novas candidaturas ou PA apresentadas em 2010 (a serem confirmadas em 2011 com o primeiro pedido de pagamento), verificou-se que houve, ainda, 289 PA referentes a 2.058 CN que corresponderão a um montante estimado 266 mil euros.

Quadro 265: Acção 2.2.2 – Pedidos de Apoio PAS 2011

	N.º de beneficiários	CN	Montante apoio (mil euros)
Protecção da Biodiversidade Doméstica	289	2.058	266

b. Execução financeira

O valor dos apoios pagos, em 2010, foi de 4.874 mil euros de despesa pública com 3.889 mil euros de comparticipação FEADER. Em termos acumulados já foram pagos 11.445 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 9.846 mil euros de FEADER, o que corresponde a 41% da meta global estabelecida para o Programa.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos desta Acção.

Quadro 266: Acção 2.2.2 – Distribuição regional dos pagamentos

Regiões	Pago em 2010	Total Pago	
	Apoio Desp.Pública	Apoio Desp.Pública	%
Norte	3.104	7.530	66%
Centro	555	1.340	12%
LVT	111	216	2%
Alentejo	968	2.038	18%
Algarve	136	321	3%
TOTAL	4.874	11.445	100%

Sendo uma Acção plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos o que é apresentado no Anexo II.

Refira-se, ainda, que a execução desta Acção se verifica, essencialmente, em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação relativa aos indicadores de realização e de resultado.

Quadro 267: Acção 2.2.2 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	5.968	9.000	66%
CN sob apoio agro-ambiental	44.316	40.000	111%
Número total de contratos	5.968	9.000	66%

Quadro 268: Acção 2.2.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:			
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	44.316	40.000	111%

Assim, em termos de número de candidaturas já se atingiu 66% da meta estabelecida para o ProDeR e 111% em termos de efectivos apoiados.

Verifica-se que o efectivo médio das explorações apoiadas é substancialmente superior ao que se estimava (com base no que sucedeu no quadro de referência anterior) quando se estabeleceram as metas do ProDeR, o que parece indicar uma tendência para a concentração destas raças num número mais reduzido de explorações.

2.2.3.2.3 Acção 2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subacções 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 36.º, alínea a) iv); Artigo 39 (5) º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- ⇒ Portaria n.º 1268/2009 de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto (Subacção 2.2.3.1);
- ⇒ Portaria n.º 618/2008, de 14 de Julho, Declaração de Rectificação n.º 43/2008 e Portaria n.º 1305/2008, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 1049/2010, de 11 de Outubro (Subacção 2.2.3.2).

2. Objectivos das Subacções

Subacção 2.2.3.1:

- ⇒ Conservar a variabilidade genética, com valor, actual ou futuro, para a agricultura;
- ⇒ Promover a evolução para a utilização económica de variedades locais;
- ⇒ Valorizar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vegetais.

Subacção 2.2.3.2:

- ⇒ Assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos genéticos animais (Raças Autóctones, Exóticas e da Raça Bovina Frísia), permitindo a selecção, e disponibilização aos criadores, dos melhores animais reprodutores;

- ⇒ Promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- ⇒ Assegurar os trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- ⇒ Promover a avaliação genética como objectivo final dos programas de melhoramento.

3. Implementação da Acção

No âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.2.3.1 "Componente vegetal" e 2.2.3.2 "Componente animal".

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subacção 2.2.3.1

Relativamente ao Relatório de 2009 é de referir que a Subacção 2.2.3.1 "Componente vegetal", que na altura ainda não tinha sido implementada, teve um primeiro concurso aberto em 2010. Este concurso decorreu de 05 de Abril a 25 de Junho de 2010 e teve uma dotação de 5.500 mil euros.

Quadro 269: Subacção 2.2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.497	5.500	32	6.322
TOTAL	5.497	5.500	32	6.322

A distribuição regional dos PA candidatos a esta Subacção foi a que se vê no quadro seguinte, sendo de notar o equilíbrio entre as várias regiões com ligeira predominância do Norte e do Alentejo.

Quadro 270: Subacção 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (no ano)

Un.: mil euros

Região	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	11	34%	2.180	34%
Centro	4	13%	575	9%
LVT	6	19%	1.116	18%
Alentejo	8	25%	1.731	27%
Algarve	3	9%	719	11%
TOTAL	32	100%	6.322	100%

Subacção 2.2.3.2

Quanto à Subacção 2.2.3.2, que até ao ano anterior teve 2 concursos, abriu o seu terceiro concurso a 29 de Outubro e encerrou já no ano de 2011, a 1 de Fevereiro. Por este facto a situação relativamente a candidaturas permanece igual à apresentada no Relatório de 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

Subacção 2.2.3.1

No ano de 2010 foi efectuada a análise de 31 candidaturas do primeiro concurso desta Subacção. Foram aprovadas 20 candidaturas e destas foram contratadas 12, conforme quadro seguinte.

Quadro 271: Subacção 2.2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	32	6.322	31	6.092	9	1.737	20	3.857	12	1.996	1.445	1.101
TOTAL	32	6.322	31	6.092	9	1.737	20	3.857	12	1.996	1.445	1.101

Em termos acumulados, foram contratados 12 PA, todos no ano de 2010, num total de 1.445 mil euros de despesa pública e com 1.101 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 20%.

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 272: Subacção 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	2	472	298	237
Centro	2	110	42	33
LVT	4	657	453	323
Alentejo	4	756	652	507
Algarve				
Total	12	1.996	1.445	1.101

Subacção 2.2.3.2

Na Subacção 2.2.3.2, a totalidade das candidaturas tinha já sido analisada e contratada até ao final de 2009.

Em termos acumulados, foram contratados 53 PA num total de 27.727 mil euros de despesa pública, representando 21.472 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 57%.

c. Execução financeira

Na Subacção 2.2.3.1 não houve execução financeira em 2010.

Na Subacção 2.2.3.2 iniciaram-se os pagamentos ainda em 2008. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efectuados em 2008, 2009 e 2010.

Quadro 273: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
2010	5.872	4.514
TOTAL	21.406	18.499

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 21.406 mil euros de despesa pública e 18.499 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, cerca de 27% foram pagos em 2010 (5.872 mil euros de despesa pública e 4.514 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 274: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição regional dos montantes contratados e pagos (acumulados)

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Número de PA	Investimento	Apoio Desp. Pública	FEADER	Número de PA	Apoio Desp. Pública	FEADER
Norte	21	16.712	13.580	10.864	21	10.895	9.762
Centro	9	5.488	4.179	3.343	9	3.488	3.078
LVT	10	6.550	4.847	3.167	10	3.556	2.574
Alentejo	11	5.138	4.631	3.705	11	3.114	2.792
Algarve	2	490	490	392	2	353	294
TOTAL	53	34.379	27.727	21.472	53	21.406	18.499

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 49% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 86% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de metas, as alterações face ao indicado no Relatório de 2009 são fruto de uma alteração efectuada ao Programa nomeadamente em termos de reforço financeiro.

Até ao final de 2010 foi atingido 74% da meta de número de cabeças normais e 88% da meta de número de beneficiários.

Quadro 275: Subacção 2.2.3.2 – Metas (acumulado)

	Nº cabeças normais	Nº beneficiários apoiados	Valor do apoio (mil euros)
	178.178	44	21.406
Metas	240.000	50	46.527
% da meta	74%	88%	46%

2.2.3.2.4 Acção 2.2.4 – Conservação do solo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- ⇒ Portaria n.º 427-A/2009, de 23 de Abril com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

A Acção 2.2.4 - Conservação do Solo, visa apoiar as práticas de sementeira directa e mobilização na linha, em áreas de rotação da unidade de produção, reconhecida pelo seu contributo para a conservação do solo.

3. Implementação da Acção

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

No ano de 2010, o período de candidaturas do Pedido Único de ajudas (PU) decorreu de 17 de Fevereiro a 15 de Maio de 2010 de acordo com despacho normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 10/2010 de 12 de Abril.

A Acção 2.2.4 – “Conservação do Solo”, resultou da autonomização do «compromisso complementar da sementeira directa ou mobilização da linha» da Acção 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola. Esta autonomização foi decidida por se considerar que existia um número considerável de potenciais beneficiários interessados na realização da sementeira directa ou mobilização da linha mas que considerariam excessivas as exigências inerentes aos modos de produção.

Os beneficiários, do “*compromisso complementar da sementeira directa ou mobilização da linha*” da Acção 2.2.1, que se candidataram no PES e no

PAS 2009 e que receberam apoios em 2008 e 2009 transitaram automaticamente para a Acção 2.2.4 tendo sido dada a possibilidade de reiniciarem a contagem do período de 5 anos de compromisso a partir do pedido de pagamento de 2010. Assim, embora em 2009 existissem já 92 beneficiários, estes reiniciaram o compromisso em 2010 conjuntamente com os novos candidatos que apresentaram o PAS 2010 em 2009 e o primeiro pedido de pagamento em 2010. Assim todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários em 2010 correspondem ao 1.º de PP desta Acção.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional do número e da área dos pedidos de pagamentos determinados para apoio. Em termos de número de pedidos de pagamento, verifica-se uma concentração na região do Alentejo, representando 89% de um total de 191. Em termos de área determinada para apoio, esta região representa 93% de um total de 11.646 ha. A região Norte e o Algarve não apresentaram pedidos de pagamento em 2010.

Quadro 276: Acção 2.2.4 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento e áreas determinadas para apoio – PU 2010

Regiões	Pedidos de Pagamento		Áreas determinadas para apoio	
	Número	%	Área (ha)	%
Norte				
Centro	4	2%	92	1%
LVT	17	9%	665	6%
Alentejo	170	89%	10.889	93%
Algarve				
TOTAL	191	100%	11.646	100%

Analisando o tipo de culturas determinadas para apoio, em 2010, verifica-se que predominam as “culturas temporárias de sequeiro” com 68% (7.865 ha), seguidas pelas “culturas temporárias de regadio”, com 32% (3.776 ha).

Quadro 277: Acção 2.2.4 – Áreas determinadas para apoio em 2010 (por grupo de cultura) - PU 2010

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Arroz	5	0%
Culturas temporárias de regadio	3.776	32%
Culturas temporárias de sequeiro	7.865	68%
TOTAL	11.646	100%

No que se refere a PA verificou-se, no PAS 2011, a apresentação de 63 pedidos, correspondentes a 49 explorações e a 4.551 ha de área a apoiar. Parte destes novos PA podem corresponder a novos pedidos de beneficiários com PA anteriores que pretendem aumentar a área apoiada.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição, por grupo de culturas, das áreas dos PA do PAS 2011.

Quadro 278: Acção 2.2.4 – Áreas candidatas ao PAS 2011 (por grupo de cultura)

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Culturas temporárias de regadio	1.755	39%
Culturas temporárias de sequeiro	2.796	61%
TOTAL	4.551	100%

Quadro 279: Acção 2.2.4 – Área apoiada em 2010 e área PAS 2011

Ano de início	Área apoiada e a apoiar*
Campanha 2010 - início 2010	11.646
PAS 2011 - início 2011*	4.551
TOTAL	16.197

* A área do PAS 2011 prevista para iniciar o apoio em 2011 pode vir a sofrer redução e estará em parte sobreposta a áreas candidatas anteriormente por resultar de aumentos de áreas de beneficiários já a ser apoiados

b. Execução financeira

Conforme foi já referido, a presente Acção teve pela primeira vez, no ano de 2010, execução financeira. No entanto houve anteriormente pagamentos no âmbito da Acção 2.2.1 que correspondem a compromissos que transitaram em 2010 para esta Acção 2.2.4.

O valor de despesa pública paga foi de 475 mil euros a que corresponde uma comparticipação FEADER de 377 mil euros.

Considerando a execução financeira do compromisso complementar "*sementeira directa ou mobilização na linha*" que está incluído na execução financeira global da Acção 221, para os anos de 2008 e 2009, podemos analisar a distribuição por ano de execução no quadro seguinte.

Quadro 280: Acção 2.2.4 – Montantes pagos (por ano)

Ano de Pagamento	Despesa Pública (mil euros)
2008 *	122
2009 *	340
2010	475
TOTAL	937

* Incluído na acção 2.2.1

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 7% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 51% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

Sendo uma Acção plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos, o que é apresentado no Anexo II.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Como já se referiu, em termos de indicadores de execução financeira, atingiu-se 7% da meta estabelecida para o período de programação.

Analisando os indicadores de realização verifica-se que as áreas apoiadas são inferiores ao previsto, tendo atingido apenas 29% da meta para um número superior de explorações apoiadas (153%).

Quadro 281: Acção 2.2.4 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	155	100	155%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	16.912	40.000	42%
Número total de contratos	155	100	155%

Quadro 282: Acção 2.2.4 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Combate às alterações climáticas	16.912	40.000	42%
Qualidade dos solos	16.912	40.000	42%

2.2.3.3 Acção 2.3.1 – Minimização de riscos / Subacções 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 36º alínea b) vi) e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 30º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.6;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 226;
- ⇒ Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

Melhorar e contribuir para a estabilidade da floresta e sua resistência aos agentes abióticos e bióticos nocivos.

3. Implementação da Acção

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2010 mantiveram-se abertos os segundos concursos da Subacções 2.3.1.1 e 2.3.1.2. que tinham sido abertos no decorrer de 2009 mas não tinham tido nenhuma candidatura nesse ano.

No quadro que se segue, apresentam-se as candidaturas referentes ao ano de 2010 e acumuladas desde o início do período de programação.

Em termos de candidaturas entradas, verificou-se um acréscimo significativo no caso da Subacção 2.3.1.1, face ao registado em 2009.

Continua a verificar-se uma pequena adesão à Subacção 2.3.1.2, que tinha tido apenas 5 PA no primeiro concurso, tendo, este ano, entrado 3 PA no segundo concurso.

No que se refere à Subacção 2.3.1.1, o primeiro concurso teve 146 PA e o segundo concurso 187 PA (refira-se que no Relatório de 2009 estavam registados 157 PA na Subacção 2.3.1.1 e 7 PA na Subacção 2.3.1.2 tendo-se posteriormente verificado desistências e inconformidades que determinaram a redução do número de PA).

Quadro 283: Acção 2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subacção (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	85.889	9.000			146	13.325
Segundo			12.000	187	15.316	187	15.316
Primeiro	2.3.1.2		2.000			5	303
Segundo			2.000	3	330	3	330
TOTAL			23.000	190	15.646	341	29.275

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado em 2009, com uma clara predominância da região Centro na Subacção 2.3.1.1, com mais de metade das candidaturas e do investimento previsto, e da região Norte na Subacção 2.3.1.2. Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional no ano e acumulada.

Quadro 284: Acção 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (no ano)

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	46	25%	4.130	27%	2	67%	146	44%
Centro	86	46%	6.337	41%				
LVT	25	13%	2.325	15%	1	33%	185	56%
Alentejo	9	5%	1.000	7%				
Algarve	21	11%	1.524	10%				
TOTAL	187	100%	15.316	100%	3	100%	330	100%

Quadro 285: Acção 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	78	29%	6.358	27%	3	38%	225	35%
Centro	160	59%	12.906	55%	3	38%	124	20%
LVT	37	14%	3.548	15%	1	13%	185	29%
Alentejo	17	6%	1.603	7%	1	13%	100	16%
Algarve	41	15%	4.226	18%				
TOTAL	333	122%	28.641	122%	8	100%	634	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários, verifica-se que, na Subacção 2.3.1.1, cerca de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de baldios" e as "entidades gestoras de ZIF". Na outra Subacção temos a tipologia "organismos da administração local" e as "entidades gestoras de baldios" como mais representativas.

Nos concursos do ano de 2010 verifica-se ainda que não existem candidaturas de promotores das tipologias "associação de produtores florestais" e "cooperativas de produtores florestais".

Quadro 286: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (no ano)

Beneficiários	PA entrados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	33	18%	6.409	42%		0%		0%
Entidades gestoras de baldio	56	30%	3.067	20%	2	67%	146	44%
Associação produtores florestais								
Cooperativa produtores florestais								
Organismos da administração central	10	5%	517	3%				
Organismos da administração local	77	41%	4.906	32%	1	33%	185	56%
Produtor florestal	11	6%	416	3%				
TOTAL	187	100%	15.316	100%	3	100%	330	100%

Quadro 287: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	55	17%	11.450	40%				
Entidades gestoras de baldio	79	24%	4.176	15%	2	25%	146	23%
Associação produtores florestais	6	2%	746	3%				
Cooperativa produtores florestais	1	0%	169	1%				
Organismos da administração central	14	4%	959	3%	2	25%	72	11%
Organismos da administração local	157	47%	10.332	36%	3	38%	364	57%
Produtor florestal	21	6%	808	3%	1	13%	52	8%
TOTAL	333	100%	28.641	100%	8	100%	634	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foi feito um grande esforço de análise tendo sido analisadas 314 candidaturas (98% do analisado até ao momento). Destas, 69% foram aprovadas (correspondendo a 63% do investimento). Do total das aprovadas, 157 PA, isto é 72% dos PA aprovados, foram objecto de contratação (correspondendo a 66% do investimento), conforme quadro seguinte.

Quadro 288: Acção 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro - 2.3.1.1	0	0	141	12.463	50	3.945	91	8.233	90	8.219	5.333	4.266
Terceiro - 2.3.1.1	187	15.316	165	13.819	35	4.048	122	8.851	65	3.615	2.682	2.141
Segundo - 2.3.1.2	0	0	5	303	4	203	1	96	1	96	63	50
Terceiro- 2.3.1.2	3	330	3	330			2	219	1	43	39	31
TOTAL	190	15.646	314	26.916	89	8.197	216	17.398	157	11.972	8.116	6.489

Quadro 289: Acção 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro - 2.3.1.1	146	13.325	146	13.325	55	4.807	91	8.233	90	8.218	5.332	4.266
Terceiro - 2.3.1.1	187	15.316	165	13.819	35	4.048	122	8.851	65	3.615	2.682	2.146
Segundo - 2.3.1.2	5	303	5	303	4	203	1	96	1	96	63	47
Terceiro- 2.3.1.2	3	330	3	330	0	0	2	219	1	43	39	31
TOTAL	341	29.275	319	27.778	94	9.059	216	17.398	157	11.972	8.116	6.489

A distribuição regional dos PA contratados manteve-se face ao já verificado para os PA entrados, ou seja, com uma clara predominância da região Centro, no caso da Subacção 2.3.1.1, com mais de metade das candidaturas e quase 50% do investimento previsto. Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional acumulada, por Subacção.

Quadro 290: Acção 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	23	1.097	658	527	1	43	39	31
Centro	79	5.707	3.650	2.920				
LVT	17	1.598	1.181	941				
Alentejo	12	643	467	373	1	96	63	50
Algarve	24	2.789	2.058	1.647				
TOTAL	155	11.833	8.015	6.408	2	139	102	81

Em termos de tipologia dos beneficiários verifica-se que na Subacção 2.3.1.1, cerca de metade dos contratados são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo, em termos de investimento, as "entidades gestoras de ZIF" (com mais de 1/3 do investimento total). Na outra Subacção temos apenas 2 PA contratados sendo 1 da tipologia "entidades gestoras de baldios" e 1 da "administração local".

Quadro 291: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	20	13%	4.103	35%				
Entidades gestoras de baldio	21	14%	1.153	10%	1	50%	43	31%
Associação produtores florestais	2	1%	193	2%				
Cooperativa produtores florestais								
Organismos da administração central	7	5%	506	4%				
Organismos da administração local	92	59%	5.530	47%	1	50%	96	69%
Produtor florestal	13	8%	348	3%				
TOTAL	155	100%	11.833	100%	2	100%	139	100%

Analisando os PA contratados pela tipologia de investimentos, verifica-se uma maior representatividade da tipologia "Rede primária de faixas de gestão combustível", no caso da Subacção 2.3.1.1, enquanto na Subacção 2.3.1.2 ambos os PA contratados são da tipologia "controlo de invasoras lenhosas", conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 292: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de investimento (acumulado)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.1.1			Subacção 2.3.1.2		
	Nº PA*	Investimento		Nº PA*	Investimento	
		Mil euros	% do total		Mil euros	% do total
Rede primária de faixas de gestão combustível	60	5.627	48%			
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	25	3.138	27%			
Beneficiação de Pontos de água	14	360	3%			
Construção de Pontos de água	56	2.708	23%			
Controlo de invasoras lenhosas				2	139	100%
TOTAL	155	11.833	100%	2	139	100%

Em termos acumulados, foram contratados 157 PA, todos no ano de 2010, num total de 8.117 mil euros de despesa pública, representando 6.489 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 9%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados era de 50 mil euros de despesa pública e 40 mil euros de comparticipação FEADER, referentes à Subacção 2.3.1.1.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 293: Acção 2.3.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	24	697	558			
Centro	79	3.650	2.920			
LVT	17	1.181	941	1	50	40
Alentejo	13	529	424			
Algarve	24	2.058	1.647			
Total	157	8.116	6.489	1	50	40

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 0,06% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 0,6% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de metas, verifica-se que foi apoiada relativamente mais área florestal do que a prevista (29% da meta face a 9% do apoio contratado). Quanto ao tipo de intervenção, todos os PA contratados, para a Subacção 2.3.1.1, até ao final de 2010 diziam respeito a "Infra-estruturas". Relativamente ao tipo de acção, as candidaturas referiam-se a "Prevenção de incêndios" (98,7%).

Quadro 294: Acção 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (contratado)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	97	36.345	5.799	3.697
	Outros	41	11.968	5.522	3.983
	Proprietários privados	17	1.455	512	334
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	1	141	96	63
	Outros	1	98	43	39
TOTAL		157	50.007	11.972	8.116
Meta		1.380	170.000	101.046	85.980
% da meta		11%	29%	12%	9%

Quadro 295: Acção 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (pago)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios				
	Outros				
	Proprietários privados	1	373	418	50
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios				
	Outros				
TOTAL		1	373	418	50
Meta		1.380	170.000	101.046	85.980
% da meta		0%	0%	0%	0%

Quadro 296: Acção 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de acção (contratado)

Tipo de acção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	97	36.345	5.799	3.697
	Outros	41	11.968	5.522	3.983
	Proprietários privados	17	1.455	512	335
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	1	141	96	63
	Outros	1	98	43	39
TOTAL		157	50.007	11.972	8.117

Quadro 297: Acção 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de acção (pago)

Tipo de acção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios				
	Outros				
	Proprietários privados	1	373	418	50
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios				
	Outros				
TOTAL		1	373	418	50

Quanto à área apoiada, que contribui para a qualidade da água, para o combate às alterações climáticas e para a qualidade dos solos, verifica-se que já se atingiu 29% da meta para o programa com apenas 9% da despesa pública prevista.

Quadro 298: Acção 2.3.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	+	+	+	(cumprido)	(cumprido)
Qualidade da água	50.007	373	170.000	29%	0%
Combate às alterações climáticas	50.007	373	170.000	29%	0%
Qualidade dos solos	50.007	373	170.000	29%	0%
Combate à marginalização das terras	+	+	+	(cumprido)	(cumprido)

2.2.3.4 Acção 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 36º alínea b) i), ii), iii), vi); Artigo 43º; Artigo 44º; Artigo 45º e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 30º; Artigo 31º; Artigo 32º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.1, 5.3.2.2.2, 5.3.2.2.3 e 5.3.2.2.6;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 221, 222, 223 e 226;
- ⇒ Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afectadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);
- ⇒ Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- ⇒ Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;
- ⇒ Reordenar, reconverter e realocar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- ⇒ Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infra-estruturas a recuperar ou a instalar.

3. Implementação da Acção

A Acção 2.3.2 compreende duas Subacções: a Subacção 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo” e a Subacção 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agro-florestais”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Os segundos concursos destas Subacções foram abertos em 2009 e encerraram em 30 de Junho de 2010. Na Subacção 2.3.2.1 decorreu ainda um quarto concurso entre 16 de Novembro e 30 de Dezembro de 2010 com uma dotação de 6.000 mil euros.

Para a Acção 2.3.2 foram recepcionadas, até ao final de 2010, um total de 372 candidaturas válidas, como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 299: Acção 2.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso (por Subacção)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.2.1	98.263	10.000			31	3.632
	2.3.2.2		9.000			126	9.045
Segundo	2.3.2.1		7.000	26	3.468	26	3.468
	2.3.2.2		6.000	138	7.645	138	7.645
Terceiro	2.3.2.1		600	10	154	10	154
Quarto	2.3.2.1		6.000	41	5.211	41	5.211
TOTAL			38.600	215	16.478	372	29.155

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem 4 PA com investimentos nas duas subacções

A distribuição regional dos PA alterou-se face ao verificado em 2009, ou seja, na Subacção 2.3.2.1 passou a ser a região Centro a predominante, em termos de investimento, seguida da região Norte. Na Subacção 2.3.2.2 a região Centro, em termos de número de PA, representa 39% enquanto, em termos de investimento proposto, é a região do Alentejo que ocupa o primeiro lugar.

Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional dos PA entrados no ano.

Quadro 300: Acção 2.3.2 – Distribuição regional dos PA entrados (ano)

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento proposto		PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%	Número	%	(mil euros)	%
Norte	32	42%	2.299	26%	23	17%	860	11%
Centro	28	36%	3.910	44%	34	25%	1.277	17%
LVT	12	16%	1.218	14%	28	20%	585	8%
Alentejo	4	5%	1.355	15%	48	35%	4.758	62%
Algarve	1	1%	53	1%	5	4%	164	2%
TOTAL	77	100%	8.834	100%	138	100%	7.645	100%

Os “organismos da administração local” são a tipologia de beneficiários com maior representação no universo dos pedidos de apoio apresentados em 2010, para a Subacção 2.3.2.1. Em termos acumulados, para esta Subacção, os “produtores florestais”, em termos de investimento são a tipologia de beneficiários com maior representação, representando ambas mais de metade do investimento total (55%).

Quadro 301: Acção 2.3.2 - Distribuição dos PA Subacção 2.3.2.1 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Entrados em 2010				Acumulado 2007-2010			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	1	1%	11	0%	10	9%	1.208	10%
Entidades gestoras de baldio	20	26%	1.499	17%	25	23%	2.545	20%
Organismos da administração central	5	6%	1.792	20%	6	6%	1.868	15%
Organismos da administração local	35	45%	3.077	35%	37	34%	3.351	27%
Associação Produtores florestais	1	1%	17	0%	1	1%	17	0%
Produtor Florestal	15	19%	2.438	28%	29	27%	3.479	28%
TOTAL	77	100%	8.834	100%	108	100%	12.468	100%

Na Subacção 2.3.2.2 a tipologia de “*produtores florestais*” foi a mais representativa, quer no universo das candidaturas entradas no ano, quer em termos acumulados, com 63% e 56%, respectivamente, de número de PA e de investimento acumulado.

Quadro 302: Acção 2.3.2 - Distribuição dos PA Subacção 2.3.2.2 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Entrados em 2010				Acumulado 2007-2010			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	25	18%	1.239	16%	82	31%	6.380	38%
Entidades gestoras de baldio	6	4%	288	4%	7	3%	317	2%
Associação Produtores florestais	1	1%	4	0%	1	0%	4	0%
Organismos da administração local	3	2%	199	3%	5	2%	533	3%
Cooperativa Produtores florestais	1	1%	40	1%	2	1%	74	0%
Produtor Florestal	102	74%	5.875	77%	167	63%	9.380	56%
TOTAL	138	100%	7.645	100%	264	100%	16.688	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao ano de 2010 foram analisadas 296 candidaturas, das quais 58% foram aprovadas. Destas, 119 candidaturas, i.e., 66% das candidaturas aprovadas, foram objecto de contratação, conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 303: Acção 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	31	3.632	31	3.632	2	577	29	3.058	29	3.024	1.730	1.358
	2.3.2.2	126	9.045	126	9.045	73	5.909	51	3.023	48	2.767	4.153	3.322
Segundo	2.3.2.1	26	3.468	23	2.289	7	579	10	902	6	505	384	305
	2.3.2.2	138	7.645	106	4.305	22	1.046	72	2.629	26	480	628	502
Terceiro	2.3.2.1	10	154	10	154			10	154	10	154	59	47
Quarto	2.3.2.1	41	5.211										
TOTAL		372	29.155	296	19.425	104	8.111	172	9.765	119	6.929	6.953	5.534

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem 5 PA com investimentos nas duas subacções

Em termos acumulados, foram contratados 119 PA, todos no ano de 2010, num total de 6.953 mil euros de despesa pública, com 5.534 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) foi apenas de cerca de 7%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por Subacção, verifica-se:

- ⇒ Relativamente à Subacção 2.3.2.1 "Recuperação do potencial produtivo" - os PA contratados concentram-se na região do Centro e em LVT, representando ambas cerca de 70% do total de PA. Em termos de investimento, LVT destaca-se, representando 44% do investimento.
- ⇒ Relativamente à Subacção 2.3.2.2 "Instalação de sistemas florestais e agro-florestais" - o Alentejo é a região predominante, com mais de 1/3 dos PA e mais de 2/3 do investimento.

Quadro 304: Acção 2.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	448	263	208	3	72	47	37
Centro	17	972	559	443	12	244	459	367
LVT	14	1.606	971	757	27	568	1.206	964
Alentejo	8	465	283	224	27	2.100	2.911	2.329
Algarve	2	191	98	78	5	262	159	127
TOTAL	45	3.682	2.173	1.710	74	3.247	4.781	3.824

Os "produtores florestais" são a tipologia mais representativa em termos de PA e de investimento em ambas as Subacções, representando, na Subacção 2.3.2.1, 38% dos PA e cerca de 1/3 do investimento e na Subacção 2.3.2.2, 88% dos PA e 97% do investimento. Na Subacção 2.3.2.1, as "entidades gestoras de baldio" e as "entidades gestoras de ZIF", têm ainda um peso significativo, representando, no seu conjunto, 35% dos PA e 57% do investimento.

Quadro 305: Acção 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	10	22%	922	25%	7	9%	63	2%
Entidades gestoras de baldio	6	13%	1.182	32%	2	3%	42	1%
Organismos da administração central	1	2%	76	2%				
Organismos da administração local	11	24%	280	8%				
Produtor Florestal	17	38%	1.223	33%	65	88%	3.141	97%
TOTAL	45	100%	3.682	100%	74	100%	3.247	100%

Se analisarmos os PA contratados, por tipologia de investimentos, verifica-se, na Subacção 2.3.2.1 a tipologia predominante é a “reabilitação de povoamentos” que representa 40% e 52% do número de PA e do investimento, respectivamente, enquanto, na Subacção 2.3.2.2, é a tipologia “florestação de terras agrícolas” a mais representativa.

Quadro 306: Acção 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por Subacção e tipologia de investimento)

Un.: mil euros

Tipologia de Investimento	Subacção 2.3.2.1			Subacção 2.3.2.2		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Estabilização de emergência após Incêndio	10	154	59			
Reflorestação	12	884	516			
Reabilitação Habitats Florestais	5	728	567			
Reabilitação de povoamentos	18	1.917	1.030			
Instalação Sistemas Agro-florestais				1	107	52
Florestação Terras Agrícolas Abandonadas				3	111	84
Florestação Terras Agrícolas				52	2.038	4.316
Florestação Espaços Florestais				18	991	328
TOTAL	45	3.682	2.173	74	3.247	4.781

Em termos de espécies previstas nos PA contratados na Subacção 2.3.2.1, verifica-se que as maiores áreas são referentes ao “sobreiro” (*quercus suber*), mais de 1/3 da área total contratada, e, em menor grau, ao “carvalho-negral” (*quercus pyrenaica*), com 12% da área total. Estas duas espécies, em conjunto, representam mais de metade do total da área abrangida pelos PA contratados.

Em termos regionais, o centro e LVT são as regiões dominantes, cada uma com cerca de 35% da área total e mais de 90% da área de “*carvalho-negral*” ou “*outras quercíneas*” e “*outras folhosas*”, com cerca de 12% cada.

Quadro 307: Acção 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à Subacção 2.3.2.1 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Azinhreira		116	123	76		315
Castanha	11	3	23			36
Carvalho-Negral	34	631				666
Cerejeira Brava	4	2				6
Cupressus		257				257
Freixo		1	20			21
Medronheiro					232	232
Nogueira americana		2				2
Outras Folhosas	32	609				641
Outras Quercíneas	37	16	33			86
Outras resinosas	19	257				276
Pinheiro Bravo	12		112	100		223
Pinheiro Manso		2	254	70		326
Pseudotsuga	11					11
Sobreiro	28	73	258	247	232	838
Bétula	8	2				10
TOTAL	196	1.971	822	492	464	3.945

Efectuando a mesma análise para os PA contratados na Subacção 2.3.2.2, verifica-se que também o “*sobreiro*” é a espécie mais representativa (62%) sendo a região do Alentejo a que tem mais área apoiada (58%). O “*carvalho-negral*” não tem qualquer representatividade nesta Subacção.

Quadro 308: Acção 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à Subacção 2.3.2.2 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Alfarrobeira				13		13
Azinhreira		8		47		55
Castanha	5					5
Cerejeira Brava		10	5			16
Choupo			30	0		31
Cupressus			0			0
Freixo		1	6	65		72
Medronheiro			1		11	12
Nogueira			10			10
Nogueira americana			2			2
Outras Folhosas			2			2
Outras Quercíneas	1	22	17			40
Outras resinosas			8			8
Pinheiro Bravo	7	3	24			35
Pinheiro Manso		10	312	231	99	651
Sobreiro	24	153	257	1.142	100	1.676
Bétula		10				10
TOTAL	37	217	674	1.498	209	2.636

No que se refere ao tipo de apoio contratado, verifica-se que predominou a “*prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento*” com 33% dos PA contratados, 53% do investimento e 60% da despesa pública com exclusão de prémios. No entanto, tendo em conta na despesa pública dos prémios de manutenção e de perda de rendimento no âmbito da florestação de terras agrícolas, verifica-se que 62% da despesa pública e do FEADER são absorvidos pelos projectos contratados neste âmbito.

Apresenta-se, em seguida, a distribuição dos PA contratados pelas Medidas da Comissão a que dizem respeito.

Quadro 309: Acção 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipo de Apoio	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Med. COM 221 Primeira florestação terra agrícola	52	42%	1.996	29%	977	27%	3.323	99%	3.440	62%
Med. COM 222 Sistemas agro- florestais em terra agrícola	2	2%	74	1%	58	2%			46	1%
Med. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	22	18%	1.116	16%	385	11%	38	1%	338	6%
Med. COM 226 Prevenção catás trofes naturais/ restabelecimento	48	39%	3.682	54%	2.173	60%			1.710	31%
TOTAL	124	100%	6.868	100%	3.593	100%	3.360	100%	5.534	100%

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final de 2010.

2.2.3.5 Acção 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 36º alínea b) vii) e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.7;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 227;
- ⇒ Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de Outubro com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2. Objectivos da Acção

- ⇒ Aumentar o carácter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protectoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;
- ⇒ Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- ⇒ Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.

3. Implementação da Acção

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Os segundos concursos destas Subacções foram abertos em 2009 e encerraram em 30 de Junho de 2010.

No ano de 2010, no âmbito do segundo concurso, foram recepcionadas 251 candidaturas válidas, tendo-se verificado, à semelhança do que sucedeu nas acções 2.3.1 "Minimização de riscos" e 2.3.2 "Ordenamento e reconversão dos povoamentos", um acréscimo significativo no número de candidaturas, como se pode ver no quadro que se segue. Quanto ao primeiro concurso verifica-se uma diminuição do número de candidaturas válidas devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 310: Acção 2.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subacção

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.3.1	61.414	6.000	0	0	61	3.852
	2.3.3.2		6.000	0	0	13	1.557
	2.3.3.3		7.000	0	0	37	7.039
Segundo	2.3.3.1		4.000	131	7.051	131	7.051
	2.3.3.2		2.000	16	1.714	16	1.714
	2.3.3.3		10.000	104	15.224	104	15.224
TOTAL			35.000	251	23.990	362	36.438

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição geográfica de cada uma das Subacções.

A distribuição regional dos PA dos segundos concursos da Acção 2.3.3 – "Valorização ambiental dos espaços florestais" é muito distinta de Subacção para Subacção.

Na Subacção 2.3.3.1 "Promoção do valor ambiental dos espaços florestais", os PA e o investimento concentram-se na região Centro, sendo o valor do investimento, para as restantes regiões (com excepção do Algarve), relativamente semelhante.

Quadro 311: Acção 2.3.3 - Distribuição regional dos PA da Subacção 2.3.3.1

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	23	12%	1.547	14%	67
Centro	105	55%	6.056	56%	58
LVT	31	16%	1.698	16%	55
Alentejo	26	14%	1.129	10%	43
Algarve	7	4%	473	4%	68
TOTAL	192	100%	10.904	100%	57

Na Subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais”, o investimento médio varia muito de região para região, tendo o Norte o valor mais elevado, seguido do Alentejo. Conjugando este facto, com o nº PA entrados, por região, verifica-se que o Centro é a região onde se concentra quase metade dos PA mas é o Alentejo a região mais importante em termos de investimento.

Quadro 312: Acção 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da Subacção 2.3.3.2

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	2	7%	481	15%	240
Centro	13	45%	1.016	31%	78
LVT	5	17%	289	9%	58
Alentejo	8	28%	1.365	42%	171
Algarve	1	3%	120	4%	120
TOTAL	29	100%	3.270	100%	113

Quanto à Subacção 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos” verifica-se que cerca de 40% dos PA entrados e do investimento se concentraram no Alentejo. Em termos de investimento médio, este foi maior no Centro e no Algarve.

Quadro 313: Acção 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da Subacção 2.3.3.3

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	14	10%	2.566	12%	183
Centro	29	21%	6.115	27%	211
LVT	35	25%	4.279	19%	122
Alentejo	60	43%	8.606	39%	143
Algarve	3	2%	698	3%	233
TOTAL	141	100%	22.262	100%	158

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por tipologia de beneficiário e por Subacção, do segundo concurso.

Quadro 314: Acção 2.3.3 – Distribuição dos PA do 2º concurso (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1		Subacção 2.3.3.2		Subacção 2.3.3.3	
	Número de PA	% do total	Número de PA	% do total	Número de PA	% do total
Associação Produtores florestais	2	2%			10	10%
Entidade gestoras de baldio	17	13%			7	7%
Entidades gestoras de ZIF	3	2%	3	19%	12	12%
Organismo da administração central	1	1%			5	5%
Organismos da administração local	72	55%	1	6%	5	5%
Produtor florestal	36	27%	12	75%	64	62%
Cooperativa Produtores florestais					1	1%
TOTAL	131	100%	16	100%	104	100%

Na Subacção 2.3.3.1 "Promoção do valor ambiental dos espaços florestais", a tipologia de beneficiários mais representativa é a de "organismos da administração local" com 55% dos PA apresentados e 62% do investimento, seguindo-se "produtores florestais" e "entidades gestoras de baldio" com 27% e 13% dos PA, respectivamente. Estas três tipologias representam, no seu conjunto, a quase totalidade dos PA e do investimento entrado, cerca 95% do total de PA e do investimento. Em termos do

investimento médio, o valor mais elevado corresponde à tipologia “*organismos da administração central*”.

Na Subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” mantém-se uma adesão muito baixa à reconversão de povoamentos florestais com fins ambientais, sendo a tipologia dominante a do “*produtor florestal*”, com $\frac{3}{4}$ do total de PA, 94% do investimento total e o maior valor médio de investimento, 134 mil euros.

Na Subacção 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos”, os “*produtores florestais*” também correspondem à tipologia de beneficiários mais representativa, com 62% dos PA apresentados, seguindo-se as “*entidades gestoras de ZIF*” e as “*associações de produtores florestais*” com 12% e 10%, respectivamente.

Quadro 315: Acção 2.3.3 – Distribuição do investimento do 2º concurso (por tipologia de beneficiário)

Un.: mil euros

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1			Subacção 2.3.3.2			Subacção 2.3.3.3		
	Investimento	% do total	Invest. Médio	Investimento	% do total	Invest. Médio	Investimento	% do total	Invest. Médio
Associação Produtores florestais	120	2%	60				1884	12%	188
Entidade gestoras de baldio	1.201	17%	71				1.406	9%	201
Entidades gestoras de ZIF	164	2%	55	48	3%	16	1.174	8%	98
Organismo da administração central	77	1%	77				815	5%	163
Organismos da administração local	4.403	62%	61	58	3%	58	512	3%	102
Produtor florestal	1.087	15%	30	1.608	94%	134	9.358	61%	146
Cooperativa Produtores florestais							75	0%	75
TOTAL	7.051	100%	54	1.714	100%	107	15.225	100%	146

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas 348 candidaturas, das quais 238 (68%) foram aprovadas. Destas, 184 (75%) foram objecto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 316: Acção 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	61	3.852	61	3.852	29	2.020	32	1.755	32	1.755	1.368	1.072
	2.3.3.2	13	1.557	13	1.557	5	624	8	885	7	816	379	303
	2.3.3.3	37	7.039	37	7.039	12	2.072	25	4.752	25	4.752	2.847	2.192
Segundo	2.3.3.1	131	7.051	122	6.679	33	1.825	87	4.419	56	2.575	2.415	1.932
	2.3.3.2	16	1.714	13	886	8	387	4	301		0	0	
	2.3.3.3	104	15.224	102	15.116	13	2.417	82	12.259	64	9.627	7.290	5.824
TOTAL		362	36.438	348	35.130	100	9.346	238	24.371	184	19.526	14.298	11.324

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por Subacção, verifica-se:

- ⇒ Relativamente à Subacção 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais” - os PA contratados concentram-se na região de Centro e em LVT, representando ambas cerca de 84% do total de PA. Em termos de investimento, o Centro destaca-se, representando 60% do investimento.
- ⇒ Relativamente à Subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” – o Alentejo é a região predominante, com 43% dos PA e cerca de 40% do investimento.
- ⇒ Relativamente à Subacção 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos” – o Alentejo é a região mais representativa, com 47% dos PA e cerca de 42% do investimento. A LVT é a segunda região com maior número de PA e investimento contratado.

Quadro 317: Acção 2.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.3.1				Subacção 2.3.3.2				Subacção 2.3.3.3			
	Total contratado				Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	6	281	260	208	1	236	106	84	4	360	286	229
Centro	56	2.612	2.231	1.785	2	139	50	40	15	3.959	2.803	2.243
LVT	18	993	992	772					26	3.367	3.079	2.370
Alentejo	5	283	144	115	3	323	169	135	42	6.031	3.561	2.848
Algarve	3	161	154	124	1	119	55	44	2	662	407	326
TOTAL	88	4.330	3.782	3.004	7	816	379	303	89	14.379	10.137	8.016

Analisando a distribuição por tipologia de investimento contratado, conclui-se, relativamente à Subacção 2.3.3.1 “*promoção do valor ambiental dos espaços florestais*” que a tipologia “*galerias ripícolas*” é a mais representativa, com 80% do investimento total da Subacção.

Quadro 318: Acção 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subacção 2.3.3.1 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.3.1		
	Número de PA	Investimento proposto	
		(mil euros)	% do total
Processos de erosão	2	71	2%
Corredores ecológicos	11	439	10%
Galerias ripícolas	69	3.481	80%
Mont. azinho notáveis em RN	1	21	0%
Paisagens notáveis	5	318	7%
TOTAL	88	4.330	100%

Na Subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” apenas existe esta tipologia de investimento.

A tipologia de investimento com maior representatividade, na Subacção 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos”, é a “*recuperação de montados*” que representa aproximadamente 74% do investimento total contratado, sendo os “*montados de azinheira*” os mais representativos com 62% do investimento total contratado. A tipologia “*controlo do nemátodo da madeira do pinheiro*” representa 21% do investimento contratado.

Quadro 319: Acção 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subacção 2.3.3.3 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento		Subacção 2.3.3.1		
		Número de PA	Investimento proposto	
			(mil euros)	% do total
Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro		21	2.968	21%
Recuperação de montados em declínio	Sobreiro	4	280	2%
	Azinhreira	48	8.983	62%
	Mistos	6	1.445	10%
Cont. Esp. Inv. / Problemas Estabilidade Ecológica		5	471	3%
Cont. Esp. Inv./Outras áreas		5	232	2%
TOTAL		89	14.379	100%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos PA contratados por tipologia de beneficiário.

Quadro 320: Acção 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados (por Subacção e por tipologia de promotor)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1		Subacção 2.3.3.2		Subacção 2.3.3.3	
	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento
Associação Produtores florestais	3	141			13	2.242
Entidade gestoras de baldio	3	237			1	25
Entidades gestoras de ZIF	5	405	1	75	8	2.219
Organismo da administração central					4	1.444
Organismos da administração local	58	3.133	2	300	3	378
Produtor florestal	19	414	4	442	60	8.071
Cooperativa Produtores florestais						
TOTAL	88	4.330	7	816	89	14.379

Na Subacção 2.3.3.1, a tipologia de beneficiários mais representativa é a de "organismos da administração local" com 65% dos PA apresentados, seguindo-se "produtores florestais" e "entidades gestoras de ZIF" com 22% e 6%, respectivamente.

Na Subacção 2.3.3.2 verificou-se uma adesão muito baixa à reconversão de povoamentos florestais com fins ambientais, distribuindo-se os PA contratados, quanto à tipologia de beneficiários, por "produtores florestais", "organismos da administração local" e "entidades gestoras de ZIF".

Na Subacção 2.3.3.3 os “*produtores florestais*” correspondem à tipologia de beneficiários mais representativa, com 67% dos PA contratados, seguindo-se as “*associações de produtores florestais*” e as “*entidades gestoras de ZIF*” com 15% e 9% respectivamente.

Em termos acumulados, foram contratados 184 PA, todos no ano de 2010, num total de 14.298 mil euros de despesa pública, representando 11.324 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 23%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final de 2010.

2.2.3.6 Acção 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- ⇒ Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- ⇒ Portaria nº 596-B/2008, de 8 de Julho com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1229-B/2008, de 27 de Outubro, e n.º 1327/2010, de 10 de Dezembro.

2. *Objectivos da Acção*

- ⇒ Elaboração e implementação dos regulamentos de protecção e gestão dos sistemas agrícolas e florestais relacionados com os sítios “Natura 2000” e outros locais de elevado valor natural no quadro de ITI;
- ⇒ Sensibilização da população alvo para as ITI e acompanhamento técnico aos seus beneficiários no âmbito dos compromissos agro-silvo-ambientais contratados.

3. *Implementação da Acção*

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 foi aberto o terceiro período de candidaturas que decorreu entre 25 de Fevereiro a 30 de Abril 2010. Foram recepcionadas 8 candidaturas válidas, não tendo concorrido, das 9 Estruturas Locais de Apoio (ELA) existentes, a da ITI Serras de Aires e Candeiros.

Quadro 321: Acção 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total*	Nº PA	Invest. total*
Primeiro	3.987			9	362
Segundo				9	487
Terceiro		8	554	8	554
TOTAL		8	554	26	1.403

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2010 foram analisadas as 8 candidaturas entradas, tendo sido todas aprovadas e contratadas, envolvendo uma despesa pública de 434 mil euros, conforme o quadro seguinte.

Quadro 322: Acção 2.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	9	362	9	362			9	362	9	362	362
Segundo	9	487	9	487			9	487	9	487	487
Terceiro	8	554	8	554			8	554	8	554	434
TOTAL	26	1.403	26	1.403	0	0	26	1.403	26	1.403	1.283

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se que, quer no ano de 2010 quer em termos de acumulado, a região Norte é a mais representativa, fruto do facto de assumir a presidência 4 ELA, da DRAP Centro de 2 ELA, e as restantes DRAP a presidência, cada uma, de apenas 1 ELA.

Quadro 323: Acção 2.4.1 – Distribuição dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Contratado em 2010				Total Contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	361	241	180	12	762	641	481
Centro	2	100	100	75	6	300	300	225
LVT					2	90	90	67
Alentejo	1	44	44	33	3	122	122	92
Algarve	1	50	50	38	3	130	130	98
TOTAL	8	554	434	326	26	1.403	1.283	962

Em termos acumulados, foram contratados 26 PA, dos quais 8 no ano de 2010, num total de 1.283 mil euros de despesa pública, representando 962 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 32%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 287 mil euros de despesa pública e 215 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 75% foram pagos no ano de 2010 (214 mil euros de despesa pública e 161 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 324: Acção 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	762	641	481	12	128	96
Centro	6	300	300	225	6	60	45
LVT	2	90	90	67	2	18	13
Alentejo	3	122	122	92	3	35	26
Algarve	3	130	130	98	3	46	35
TOTAL	26	1.403	1.283	962	26	287	215

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 7% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 22% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 35%.

Quadro 325: Acção 2.4.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Nº PA	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas		
	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Invest. total	Desp. pública	FEADER
26	1.403	1.283	962	962	287	215
Meta	3.987	3.987	3.021	3.987	3.987	3.021
% da meta	35%	32%	32%	24%	7%	7%

2.2.3.7 Acções 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

À semelhança do Relatório de 2009, no caso destas Acções, a análise será efectuada por Acção apenas quando tal se justificar. Cada uma destas Acções compreende, além dos pagamentos às componentes agro e silvo-ambientais, também as candidaturas correspondentes à componente dos investimentos não produtivos que pela sua especificidade será analisada no seu conjunto noutro ponto deste Relatório.

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigos: 36º alínea a), iv), alínea b), v); Artigo 39º; Artigo 47º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.4; 5.3.2.2.5;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214, 225;
- ⇒ Portaria nº 232-A/2008 de 11 de Março, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1234/2010, de 10 de Dezembro.

2. Objectivos das Acções

Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agro-florestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respectiva paisagem.

3. Implementação das Acções

Os apoios agro-ambientais e silvo-ambientais atribuídos no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), ou seja, na Medida 2.4 (excepto a componente dos Investimentos Não produtivos) estão incorporados no SIGC - Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Os pedidos de apoio (PA) e os pedidos de pagamento (PP) das Acções em apreço são apresentados no âmbito do pedido de apoio agro e silvo-ambiental (PAS), e do Pedido Único (PU), respectivamente, junto do IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Tal como já referido para as Acções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente (há portanto um pedido de apoio e 5 pedidos de pagamento, num total de 5 PP e 1 PAS).

O período de candidaturas e de PP para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, para decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado até 15 de Maio de 2010 pelo Despacho Normativo n.º 10/2010, de 12 de Abril. Durante este período foi possível efectuar:

- a) O PP do 3º ano de compromisso das candidaturas do período especial de 2007 (PES);
- b) O PP do 2º ano de compromisso das candidaturas efectuadas em 2008 (PAS 2009);
- c) O PP do 1º ano de compromisso das candidaturas efectuadas em 2009 (PAS 2010);
- d) As candidaturas PAS 2011 com início dos compromissos em 1 de Outubro de 2010 e com submissão do primeiro pedido de pagamento em 2011.

Em 2010 foi alargado o território de intervenção da ITI Douro Internacional aos rios Sabor, Maçais e Vale do Côa e foram criadas duas novas ITI, a "ITI de Monchique e Caldeirão" e a "ITI Zonas da Rede Natura do Alentejo" que cobrem a quase totalidade das zonas de rede natura na região do Alentejo que ainda não estavam abrangidas pelas ITI existentes. Estas ITI só terão candidaturas em 2011.

A distribuição geográfica dos PA destas Acções está, naturalmente, condicionada pela localização das ITI actualmente existentes e pela sua respectiva dimensão física.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos agro e silvo-ambientais, sendo que se destaca a região Norte, onde se localizam quatro ITI, em número de candidaturas, área para apoio e apoio determinado.

Quadro 326: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Distribuição regional dos PP agro e silvo-ambientais

Regiões	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Norte	5.347	89%	57.279	65%	6.539	76%
Centro	523	9%	7.272	8%	720	8%
LVT	12	0%	35	0%	11	0%
Alentejo	133	2%	22.993	26%	1.286	15%
Algarve	9	0%	103	0%	14	0%
TOTAL	6.024	100%	87.682	100%	8.570	100%

O quadro seguinte permite verificar a importância da ITI Douro Vinhateiro (a única cujo objectivo é a preservação da paisagem) comparativamente às restantes ITI, em número de candidaturas e apoio determinado (mas não em área determinada para apoio).

Quadro 327: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por objectivo da ITI)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Preservação da paisagem (ITI DV)	3.307	55%	6.949	8%	3.988	47%
Rede Natura	2.717	45%	80.733	92%	4.582	53%
TOTAL	6.024	100%	87.682	100%	8.570	100%

Na análise por tipologia de beneficiário, destaca-se a importância dos Baldios, um tipo de beneficiário singular pelas suas características específicas e pelas grandes dimensões físicas médias que os tornam elementos de relevante importância nas zonas ITI onde se encontram.

Quadro 328: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por tipologia de beneficiário)

Tipologia de beneficiário	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Baldios	25	0%	32.806	37%	27	0%
Outros beneficiários	5.984	100%	54.876	63%	8.542	100%
TOTAL	6.009	100%	87.682	100%	8.570	100%

O balanço entre as componentes agro e silvo-ambiental é feito no quadro seguinte, permitindo visualizar a expressão limitada que a componente silvo-ambiental tem assumido até agora.

Quadro 329: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipologia de natureza de apoio)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Agro-ambientais	5.915	98,4%	82.654	94,3%	8.155	95,2%
Silvo-ambientais	94	1,6%	5.028	5,7%	415	4,8%
TOTAL	6.009	100%	87.682	100%	8.570	100%

O quadro que se segue, apresenta os PP de 2010 distribuídos segundo o ano de apresentação dos PA.

Quadro 330: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento por ITI

Número de candidaturas determinadas para apoio em 2010 segundo o ano de início do compromisso	Intervenções Territoriais Integradas (N.º)										TOTAL	Total de explorações
	Douro Vinhateiro	Penada-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste			
Relativas a candidaturas PES	1.736	509	25	788	33	10	9	67	1	3.178	3.169	
Relativas a candidaturas PAS 2009	1.048	108	168	328	34	9	4	24	1	1.724	1.720	
Relativas a candidaturas PAS 2010	523	128	52	196	70	15	9	31	4	1.028	1.026	
Total de apoios em 2010	3.307	745	245	1.312	137	34	22	122	6	5.930	5.915	
Relativas a candidaturas PES		25	0	0	1	2	0	0	0	28	28	
Relativas a candidaturas PAS 2009		1	3	0	0	4	0	1	3	12	12	
Relativas a candidaturas PAS 2010		3	2	1	17	21	0	0	10	54	54	
Total de apoios em 2010		29	5	1	18	27	0	1	13	94	94	
TOTAL	3.307	774	250	1.313	155	61	22	123	19	6.024	6.009	

Quadro 331: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - SAU apoiada por ITI

Áreas determinadas para apoio em 2010 segundo o ano de início do compromisso	Intervenções Territoriais Integradas (ha)										TOTAL
	Douro Vinhateiro	Penada-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste		
Relativas a candidaturas PES	3.628	32.250	199	6.443	795	151	24	11.944	3	55.436	
Relativas a candidaturas PAS 2009	2.170	1.055	1.365	3.503	439	1.012	15	5.678	5	15.242	
Relativas a candidaturas PAS 2010	1.151	2.395	463	1.708	547	438	86	5.093	95	11.976	
Total de apoios em 2010	6.949	35.701	2.027	11.653	1.781	1.601	125	22.715	103	82.654	
Relativas a candidaturas PES		1.985	0	0	86	111	0	0	0	2.183	
Relativas a candidaturas PAS 2009		55	31	0	0	192	0	14	90	381	
Relativas a candidaturas PAS 2010		196	100	104	184	1.704	0	0	175	2.464	
Total de apoios em 2010		2.236	131	104	271	2.006	0	14	265	5.028	
TOTAL	6.949	37.937	2.159	11.757	2.052	3.607	125	22.729	367	87.682	

Quadro 332: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - Despesa pública por ITI

Apoio determinado em 2010 segundo o ano de início do compromisso	Intervenções Territoriais Integradas (mil euros)										TOTAL
	Douro Vinhateiro	Penada-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste		
Relativas a candidaturas PES	2.131	1.347	19	458	67	22	5	662	0	4.711	
Relativas a candidaturas PAS 2009	1.249	76	153	255	47	38	3	297	1	2.118	
Relativas a candidaturas PAS 2010	608	130	47	126	76	23	7	300	8	1.326	
Total de apoios em 2010	3.988	1.553	220	838	190	83	15	1.259	9	8.155	
Relativas a candidaturas PES		177	0	0	10	6	0	0	0	194	
Relativas a candidaturas PAS 2009		5	5	0	0	16	0	2	10	37	
Relativas a candidaturas PAS 2010		17	11	9	24	103	0	0	21	184	
Total de apoios em 2010		199	15	9	34	125	0	2	31	415	
TOTAL	3.988	1.752	235	848	224	208	15	1.261	39	8.570	

No total houve 5.915 beneficiários dos apoios agro-ambientais existentes no âmbito das ITI, o que corresponde a uma execução, em 2010, de 32% da meta prevista no ProDeR (18.240 beneficiários).

Os resultados dos quadros anteriores permitem concluir que existem quatro ITI que concentram a execução física e financeira:

- ⇒ ITI Douro Vinhateiro, que se destaca no número de PP (55% do total) e Apoio determinado (47%);
- ⇒ ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa, com 22% dos PP, 13% da área e 10% dos apoios determinados;

- ⇒ ITI Peneda-Gerês, com 13% dos PP, 43% da área e 20% dos apoios determinados;
- ⇒ ITI Castro Verde, com 26% da área e 15% dos apoios determinados (para apenas 2% dos PP).

Estas quatro ITI no seu conjunto reúnem 92% dos PP, 91% da área e 92% dos apoios determinados.

As restantes apresentam níveis de execução bastante baixos, sendo esta situação particularmente evidente nos apoios silvo-ambientais.

A distribuição dos diferentes “tipos de compromisso agro-ambiental” ou tipo de apoio agro-ambiental e silvo-ambiental constam dos quadros seguintes.

Quadro 333: Acções 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por tipo de apoio agro-ambiental)

Tipo de apoio agro-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio Agro-Ambientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Gestão do pastoreio em áreas de baldio	25	32.806	29
Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base	2.334	14.899	2.703
Manutenção de socacos	3.399	7.000	3.925
Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	325	23.073	376
Sementeira directa	31	1.556	36
Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural	817	3.037	946
Manutenção de pastagens permanentes de sequeiro naturais ou melhoradas	6	85	7
Gestão do pastoreio em formações arbustivas mediterrânicas	0	0	0
Conservação dos soutos notáveis da Terra Fria	115	197	133
TOTAL	7.052	82.654	8.155
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	5.915		

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Nos pagamentos silvo-ambientais destacam-se claramente duas ITI: a Peneda-Gerês e o Tejo Internacional.

Quadro 334: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipo de apoio silvo-ambiental)

Tipo de apoio Silvo-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio Agro-Ambientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Renaturalização de manchas florestais	1	50	3
Renaturalização de montados de azinho	1	14	3
Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais	31	1.361	89
Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação	5	134	14
Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis	68	1.977	196
Manutenção de galerias ripícolas	16	206	46
Conservação da rede de corredores ecológicos	22	1.286	63
TOTAL	144	5.028	415
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	94		

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Seguidamente apresenta-se alguma informação adicional relativa a cada uma das ITI.

Acção 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro

Na ITI Douro Vinhateiro, que prevê apenas o apoio agro-ambiental manutenção de socalcos, é onde, comparativamente às restantes ITI, se verifica o maior número de explorações apoiadas, representando as 3.307 explorações apoiadas, cerca de 55% do total de explorações apoiadas no âmbito das ITI. Refira-se que 15 destas explorações foram também candidatas aos apoios da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa.

Em termos da superfície total apoiada, os 6.949 ha correspondem a 8% da superfície total apoiada e a despesa pública de 3.988 mil euros a 47% do montante de apoio às agro-ambientais nas ITI.

Acção 2.4.4 – ITI Peneda-Gerês

No que diz respeito aos apoios agro-ambientais na ITI Peneda-Gerês, dos 745 beneficiários (com 1.343 apoios de diferentes tipos), 22 são entidades

gestoras de baldios. A área apoiada foi de 37.937 hectares, sendo 29.979 hectares de candidaturas de baldios (ou seja 79% da área determinada para apoio).

Este número de beneficiários corresponde a 13% do total de candidaturas nas agro-ambientais das ITI e esta área corresponde a 43% da SAU determinada para apoio nas ITI. O montante de apoio determinado corresponde a 19% do montante de apoio determinado para as agro-ambientais nas ITI.

Relativamente aos apoios silvo-ambientais, existem 29 beneficiários (com 53 apoios de diferentes tipos), sendo a área apoiada de 2.236 ha com uma despesa pública de 199 mil euros, o que corresponde a 31% de todas as candidaturas em silvo-ambientais, 44% da área apoiada em silvo-ambientais e 48% de toda a despesa pública desta componente em todas as ITI. No ano de 2010 esta ITI sozinha reunia 90% da área e apoios das silvo-ambientais.

Acção 2.4.5 – ITI Montesinho-Nogueira

Nesta ITI, houve 245 beneficiários determinados (378 apoios) para apoios agro-ambientais, com 2.027 ha determinados para apoio e 220 mil euros de despesa pública, o que corresponde, respectivamente, a 5,4%, 2,5% e 2,7% do total das ITI.

Para apoios silvo-ambientais, houve 5 beneficiários, com 131 ha apoiados e 15 mil euros de apoio total, correspondendo a 4,2%, 2,6% e 3,7%, respectivamente, do total das ITI.

Acção 2.4.6 - ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa

Na área de intervenção da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, houve 1.312 explorações determinadas (1.662 apoios) para apoio na componente agro-ambiental equivalendo a 22% do total das ITI em 2010 sendo, assim, a segunda ITI com mais beneficiários após a ITI Douro Vinhateiro.

Em termos de área determinada, a adesão total foi de 11.653 ha de superfície total a apoiar, correspondendo a 14% do total das ITI, sendo a

terceira ITI com mais área determinada para apoio após a ITI Peneda-Gerês e a ITI Castro Verde.

Em termos de execução financeira prevista em 2010, esta foi de 838 mil euros, o que corresponde a 10% de todas as ITI.

No que se refere aos apoios silvo-ambientais, houve apenas um beneficiário (1% do total das ITI) com uma área de 104 hectares e um apoio de 9 mil euros, sendo os valores percentuais em termos de realização no total das ITI de cerca de 2% em área e apoios.

Acção 2.4.7 - ITI Serra da Estrela

Foram determinados 137 beneficiários nas agro-ambientais o que representa uma duplicação relativamente ao determinado no ano anterior e o aumento percentual mais significativo dentro do conjunto de ITI. A estes beneficiários foram determinados pagamentos no valor de 190 mil euros, referentes a 1.781 ha de SAU, sendo, respectivamente, 2,3%, 2,3% e 2,1% dos valores totais das ITI.

Quanto aos apoios silvo-ambientais, houve 24 beneficiários determinados para pagamento (16,7% do total das ITI) com uma área de 271 hectares (2,16% do total das ITI) e um apoio de 34 mil euros (8% do total das ITI).

Acção 2.4.8 - ITI Tejo Internacional

Na ITI Tejo Internacional, existiu um progresso percentual muito significativo, de 2009 para 2010, com uma quase duplicação dos beneficiários de agro-ambientais (AA) e um aumento ainda maior nas silvo-ambientais (SA). Esta ITI passou a ter um equilíbrio entre agro e silvo-ambientais, o que só sucede nesta ITI e na ITI de Costa do Sudoeste, pois em todas as restantes ITI existe um completo domínio das agro-ambientais tendendo a ser as silvo-ambientais muito reduzidas (ou até inexistentes na ITI Serras de Aires e Candeeiros). Foram determinados para apoio 34 beneficiários nas AA e 27 nas SA (0,57% do total de beneficiários de AA mas 28% do total de beneficiários de SA), a que correspondem 1.601 hectares em AA e 2.006 hectares em SA de área determinada para apoio (1,9% do total de área de AA e 39,9% do total de área de SA). Os apoios

determinados foram de 83 mil euros em AA e 125 mil euros em SA (1% do total de apoio de AA e 30% do total de apoio de SA). Esta ITI tem, assim, um peso muito reduzido em termos de agro-ambientais mas é a 2.ª ITI em termos de silvo-ambientais, logo após a ITI da Peneda-Gerês.

Acção 2.4.9 – ITI Serras de Aire e Candeeiros

Esta ITI teve um número muito reduzido de beneficiários, apenas 22 determinados (0,3% de todos os beneficiários do conjunto das ITI), todos de agro-ambientais, correspondendo a 125 ha de SAU determinada para apoio (0,15% de toda a área apoiada em AA) e 15 mil euros de despesa pública (0,18% do apoio determinado).

Esta ITI é a que tem menor adesão, juntamente com a ITI da Costa Sudoeste.

Acção 2.4.10 – ITI Castro Verde

Foram determinados para apoio 122 beneficiários na componente agro-ambiental desta ITI, numa superfície de 22.715 ha e com valor de apoio de 1.259 mil euros, o que corresponde 2% dos beneficiários totais das AA mas a 27,5% da área total e 15,4% do apoio estimado.

Esta ITI teve 2% do total de beneficiários das ITI mas 27,5% do total de SAU apoiada nas ITI e 15% do apoio total recebido. Foi, portanto, a segunda ITI em termos de área apoiada (após a Peneda-Gerês) e a terceira em montante de apoio (após o Douro Vinhateiro e a Peneda-Gerês).

Quanto aos apoios silvo-ambientais, houve, apenas, 1 beneficiário com 14 ha e 2 mil euros de apoio total, o que corresponde a 1%, 0,3% e 0,5% do total das ITI.

Acção 2.4.11 - ITI Costa Sudoeste

Esta é, juntamente com a ITI das Serras de Aires e Candeeiros, uma ITI com adesão muito reduzida, tendo somente 6 beneficiários determinados para apoio na componente agro-ambiental com uma área determinada

para apoio de 103 ha e um apoio previsto de 9 mil euros, ou seja apenas 0,1% do total das ITI, quer em beneficiários, quer em área, quer em apoio.

Quanto aos apoios silvo-ambientais, foram determinados 13 beneficiários, 265 ha, e 31 mil euros de apoio, o que corresponde a 13,8%, 5,3% e 7,4%, respectivamente, do total das ITI.

No que se refere às candidaturas PAS 2011, que decorreram em 2010, pode observar-se nos quadros seguintes a distribuição por ITI das candidaturas e áreas aprovadas e a estimativa do apoio anual a atribuir, caso estas candidaturas sejam confirmadas em 2011.

Quadro 335: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de apoio agro-ambientais – PAS 2011 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PAS 2011 nas Agro-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (1000 €)
ITI Douro Vinhateiro	984	3.042	1.530
ITI Peneda-Gerês	136	18.478	764
ITI Montesinho-Nogueira	52	411	66
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	148	1.065	95
ITI Serra da Estrela	39	271	45
ITI Tejo Internacional	37	283	53
ITI Serras de Aires e Candeeiros	12	184	14
ITI Castro Verde	10	1.329	77
ITI Costa Sudoeste	2	31	3
ITI Monchique e Caldeirão *			
ITI Natura Alentejo *			
Total	1.420	25.093	2.645
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	1.396		

* ITI ainda não operacionalizada

Note-se que a soma das candidaturas por ITI é de 1.420 porque 24 das 1.396 explorações candidatas são-no simultaneamente às ITI Douro Vinhateiro e Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa.

Quadro 336: Acções 2.4.4 a 2.4.13 – Pedidos de apoio silvo-ambientais – PAS 2011 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PAS 2011 nas Silvo-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (1000 €)
ITI Peneda-Gerês	15	1.125	101
ITI Montesinho-Nogueira	3	116	13
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	0	0	0
ITI Serra da Estrela	8	143	15
ITI Tejo Internacional	13	368	37
ITI Serras de Aires e Candeeiros	1	17	2
ITI Castro Verde	0	0	0
ITI Costa Sudoeste	8	190	21
ITI Monchique e Caldeirão *			
ITI Natura Alentejo *			
Total	48	1.958	189

* ITI ainda não operacionalizada

Parte destas candidaturas corresponderão a novas candidaturas de explorações já apoiadas anteriormente no ProDeR.

Por fim, sublinhamos que esta execução não incorpora ainda as alterações efectuadas, nas ITI, em 2010, que se espera venham a ter impacto no nível de adesão e de execução da Medida.

b. Execução financeira

Componente Agro-ambiental

Em 2010 foram pagos 7.356 mil euros de despesa pública com comparticipação FEADER de 5.883 mil euros. Em termos acumulados o valor da despesa pública (17.029 mil euros) corresponde a apenas 11% da meta prevista de 159.350 mil euros de despesa pública total no decorrer do período de programação. Esta componente continua, assim, bastante longe das metas previstas.

Quadro 337: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Execução da componente agro-ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	Em 2010	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	3.597	8.219
ITI Peneda-Gerês	1.401	3.617
ITI Montesinho-Nogueira	198	387
ITI Douro Internacional	756	1.680
ITI Serra da Estrela	172	305
ITI Tejo Internacional	75	147
ITI Serras de Aires e Candeeiros	14	24
ITI Castro Verde	1.135	2.640
ITI Costa Sudoeste	8	10
ITI Monchique e Caldeirão *		
ITI Natura Alentejo *		
Total	7.356	17.029
	Meta	159.350
	% da meta	11%

* ITI ainda não operacionalizada

Componente silvo-ambiental

A execução financeira em 2010 foi de 250 mil euros de despesa pública com um valor de comparticipação FEADER de 200 mil euros, correspondendo apenas a 4% da meta 2007-2013. Estes valores indicam que, se a área média foi superior ao esperado, o apoio por hectare, pelo contrário, foi muito inferior ao previsto.

Quadro 338: Acções 2.4.4 a 2.4.13 – Execução da componente silvo-ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	Em 2010	Acumulado
ITI Peneda-Gerês	119	547
ITI Montesinho-Nogueira	11	13
ITI Douro Internacional	7	7
ITI Serra da Estrela	19	19
ITI Tejo Internacional	74	96
ITI Serras de Aires e Candeeiros		0
ITI Castro Verde		6
ITI Costa Sudoeste	21	22
ITI Monchique e Caldeirão *		
ITI Natura Alentejo *		
Total	250	710
	Meta	16.520
	% da meta	4%

* ITI ainda não operacionalizada

A execução ao nível da região convergência corresponde exactamente à execução total do ProDeR pois todas as ITI estão inseridas em região convergência.

Sendo Acções plurianuais com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos pode estimar-se o valor desses compromissos o que é realizado no Anexo II para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente às metas de realização física, destacam-se as Acções agro-ambientais com uma taxa de cumprimento próxima dos 50%, quer em termos de área física apoiada, e de 43% em termos de área total apoiada.

As Acções silvo-ambientais apresentam taxas de cumprimento de metas inferiores, sendo apenas de realçar o valor da execução acumulada alcançada relativa à área florestal beneficiária de apoio (36% da meta).

Quadro 339: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	5.915	18.240	32%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental		74.131	163.000	45%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental		80.759	173.000	47%
Número total de contratos		5.915	21.890	27%
Número de explorações florestais apoiadas	Silvo-ambientais	93	750	12%
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha)		4.432	14.000	32%
Número de contratos		93	1.375	7%
Número produtores florestais apoiados		93	750	12%

Quanto aos indicadores de resultado, mais uma vez se destacam as Acções agro-ambientais com um cumprimento das metas nunca inferior a 50% nos sectores para os quais contribui em termos de gestão do espaço rural.

Exceptua-se o sector do “combate às alterações climáticas” que teve uma taxa de cumprimento de apenas 22% e a qualidade dos solos que ultrapassou a meta.

Para as Acções silvo-ambientais e em todos os indicadores se alcançou um valor na ordem dos 36% o que representa um franco progresso relativamente ao ano de 2009 onde os valores eram muito mais baixos (cerca de 10%).

Quadro 340: Acções 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	67.182	160.000	42%
	Silvo-ambientais	2.896	14.000	21%
Qualidade da água	Agro-ambientais	74.131	160.000	46%
	Silvo-ambientais	2.896	14.000	21%
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.556	7.000	22%
	Silvo-ambientais	2.896	14.000	21%
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	59.035	50.000	118%
	Silvo-ambientais	2.896	14.000	21%
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	67.182	160.000	42%
	Silvo-ambientais	2.896	14.000	21%

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo"

Alerta-se que as alterações efectuadas ao programa nas ITI, na revisão de Março de 2010, não se encontram reflectidas nos números acima apresentados de execução física e financeira, uma vez que apenas na campanha de 2011 é que se irão avaliar os efeitos da introdução dessas alterações. Esta situação decorre do facto dos pedidos de apoio em que essas alterações se enquadram apenas foram passíveis de ser apresentados durante o período de candidatura do PU 2011.

2.2.3.8 Acções 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Investimentos não produtivos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigos: 36º alínea a) vi), alínea b), vii); Artigo 41º e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.6; 5.3.2.2.7;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 216, 227;
- ⇒ Portaria nº 596-C/2008 de 8 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1048/2010, de 11 de Outubro.

2. Objectivos das Acções

- ⇒ Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agro-florestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respectiva paisagem;
- ⇒ Complementarmente às componentes agro e silvo-ambiental importa assegurar o apoio a investimentos não produtivos que contribuem para os objectivos da intervenção e, no essencial, associados aos compromissos estabelecidos.

3. Implementação das Acções

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito da Medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes Acções:

- ⇒ 2.4.3 "ITI Douro Vinhateiro"
- ⇒ 2.4.4 "ITI Peneda-Gerês"
- ⇒ 2.4.5 "ITI Montesinho-Nogueira"
- ⇒ 2.4.6 "ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa"
- ⇒ 2.4.7 "ITI Serra da Estrela"
- ⇒ 2.4.8 "ITI Tejo Internacional"

- ⇒ 2.4.9 "ITI Serras de Aires e Candeeiros"
- ⇒ 2.4.10 "ITI Castro Verde"
- ⇒ 2.4.11 "ITI Costa Sudoeste"
- ⇒ 2.4.12 "ITI Monchique e Caldeirão"
- ⇒ 2.4.13 "ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo"

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2010 foi aberto o segundo concurso para estas Acções, que se iniciou a 25 de Outubro de 2010 e terminou a 25 de Janeiro de 2011, com uma dotação de 10.000 mil euros. Pelo facto deste concurso apenas ter terminado em 2011, não é apresentada a análise relativa aos seus dados.

No que diz respeito ao primeiro concurso que decorreu em 2009 (entre 29 de Junho e 30 de Outubro de 2009), comparando com a informação do Relatório de Execução de 2009, verifica-se que o número de PA desse concurso diminuiu (de 367 para 342 válidas) devido a desistências de candidaturas e à detecção de casos de não conformidade.

Note-se que não tendo sido operacionalizada a ITI Monchique e Caldeirão, nem a ITI de Zonas de Rede Natura do Alentejo, nas suas componentes agro e silvo-ambientais, não foi possível à AG do ProDeR operacionalizar a componente investimentos não produtivos destas ITI. Assim sendo, os quadros que se seguem não contemplam estas Acções.

Quadro 341: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.408	4.000	342	6.679
Total	26.408	4.000	342	6.679

Por via do domínio das ITI Douro Vinhateiro e Douro Internacional, Sabor, Mações e Vale do Côa, é na DRAP Norte que se concentram os INP (92% de PA e 94% do investimento) como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 342: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	315	92%	6.269	94%
Centro	24	7%	343	5%
LVT				
Alentejo	3	1%	67	1%
Algarve				
TOTAL	342	100%	6.679	100%

Esta análise tem em atenção o seguinte: duas das 4 ITI da DRAP Norte têm parte do território na DRAP Centro, A ITI atribuída à LVT distribui-se territorialmente pelo LVT e Centro.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas, decididas e contratadas, todas as candidaturas do primeiro concurso. Foram, assim, aprovadas 288 (84% do total de analisadas) candidaturas. Todas as candidaturas aprovadas foram objecto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 343: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	342	6.679	342	6.679	53	1.223	288	5.590	288	5.590	4.788
TOTAL	342	6.679	342	6.679	53	1.223	288	5.590	288	5.590	4.788

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para estas Acções constata-se que 98% se situam no Norte, na ITI Douro Vinhateiro e na ITI Douro Internacional, Sabor, Mações e Vale do Côa, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 344: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			
	Número de PA	Investimento	Apoio Desp. Pública	FEADER
Norte	268	5.251	4.462	3.539
Centro	17	266	256	203
LVT				
Alentejo	3	73	69	56
Algarve				
TOTAL	288	5.590	4.788	3.797

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado no Relatório de 2009, ou seja existe um total domínio da região Norte.

Por outro lado, é possível verificar que os investimentos não produtivos silvo-ambientais constituem uma proporção muito reduzida do total: apenas 1% quer em PA, quer em investimento proposto.

Quadro 345: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por tipo de INP (acumulado)

	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvo-ambientais	3	1%	44	1%
Agro-ambientais	287	99%	5.546	99%
TOTAL	290	100%	5.590	100%

Nota: Existem 2 PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Analisando os PA contratados por ITI, verifica-se que a ITI Douro Vinhateiro domina com 89% dos PA contratados e 88% do investimento contratado. Para além desta ITI, apenas se destaca a ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, com 10% dos PA e 11% do investimento.

Quadro 346: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por ITI (acumulado)

ITI	PA		Agro-ambientais		Silvo-ambientais	
			Invest. Contratado			
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Douro Vinhateiro	256	89%	4.901	88%		
Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa	28	10%	582	11%	5	10%
Tejo Internacional	1	0%			30	66%
Castro Verde	2	1%	62	1%		
Costa Sudoeste	1	0%			11	24%
TOTAL	288	100%	5.544	100%	46	100%

Estes 288 PA contratados situam-se em 5 ITI com especial preponderância na ITI Douro Vinhateiro que, na sua maioria, prevêem investimentos de “recuperação de muros de suporte de pedra posta nos socalcos”.

Em termos acumulados, foram contratados 288 PA, todos no ano de 2010, num total de 4.788 mil euros de despesa pública, representando 3.797 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 18%.

c. Execução financeira

A componente de investimentos não produtivos destas Acções não apresentou qualquer execução financeira até ao final de 2010.

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange Medidas/Acções do Subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Acção 3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola

Acção 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Acção 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

Acção 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Acção 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Acção 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

2.2.4.1 Acção 3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.1;
- ⇒ Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro: 311;
- ⇒ Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Acção

Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

3 Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Conforme já referido no relatório de execução de 2009, foi aberto um concurso no âmbito desta Acção, abrangendo 43 GAL.

Quadro 347: Acção 3.1.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Concursos	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Investimento total
Primeiro	61.303	43	12.194	127	23.803
TOTAL	61.303	43	12.194	127	23.803

Na distribuição regional deste concurso, a região Norte é a mais representativa, com 46% dos PA apresentados a concurso e 51% do investimento total, conforme se pode verificar no quadro apresentado em seguida.

Quadro 348: Acção 3.1.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	58	12.039
Centro	18	3.254
LVT	23	3.133
Alentejo	22	4.417
Algarve	6	960
TOTAL	127	23.803

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foi concluída a análise das 127 candidaturas, (até ao final de 2009 tinham sido analisadas apenas 5 candidaturas).

Quadro 349: Acção 3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	127	23.803	127	23.803	37	7.256	86	13.646	77	12.825	6.547
TOTAL	127	23.803	127	23.803	37	7.256	86	13.646	77	12.825	6.547

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para esta Acção, tal como já constatado para os PA entrados, cerca de 50% dos PA situam-se no Norte, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 350: Acção 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	37	6.867	3.272	2.617
Centro	9	1.299	727	582
LVT	15	2.291	1.250	955
Alentejo	12	1.908	1.041	833
Algarve	4	460	257	206
TOTAL	77	12.825	6.547	5.192

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor verifica-se um equilíbrio entre os “empresários em nome individual” e as “outras entidades empresariais”.

Quadro 351: Acção 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresários em nome individual - Agricultor	39	5.551	2.782	2.181
Membro do agregado familiar do agricultor	3	675	397	318
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	31	5.560	2.766	2.213
Outras entidades empresariais privadas - Membro do agregado familiar agricultor	1	239	143	115
Outras entidades	3	800	458	366
TOTAL	77	12.825	6.547	5.192

Quanto aos domínios de intervenção, a larga maioria (83% do investimento e 68% dos PA) foram investimentos nas explorações agrícolas em empreendimentos de agro-turismo, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 352: Acção 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euro

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	41	8.721	4.648	3.674
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo com serviços de recreação e lazer	9	1.763	777	621
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo - Turismo da natureza, com serviços de recreação e lazer	8	175	79	63
Investimentos nas explorações agrícolas - Serviços de recreação e lazer	6	652	381	305
Investimentos nas explorações agrícolas - Transformação de produtos do Anexo I do Tratado	3	957	401	321
Animação Turística	3	66	26	21
Investimentos nas explorações agrícolas - Actividades pedagógicas	2	171	69	55
Investimentos nas explorações agrícolas - Produção de bens resultantes de actividades de transformação	1	210	106	85
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos - Turismo equestre	2	50	24	20
Investimentos nas explorações agrícolas - Comercialização de produtos do Anexo I do Tratado	1	50	30	24
Investimentos nas explorações agrícolas - Postos de venda directa de bens produzidos na exploração	1	10	4	3
TOTAL	77	12.825	6.547	5.192

Em termos acumulados, foram contratados 77 PA, num total de 6.547 mil euros de despesa pública, representando 5.192 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 11%.

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 483 mil euros de despesa pública e 387 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 353: Acção 3.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	6	279	223
Centro	2	84	67
LVT	1	31	25
Alentejo	6	79	63
Algarve	2	10	8
TOTAL	17	483	387

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 1% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 7% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (124.977 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 10%, enquanto o número de beneficiários apenas atingiu 4% da meta programada, resultado de uma dimensão média, relativamente maior do que a programada.

Quadro 354: Acção 3.1.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	77	12.825	6.547	5.192	17	2.200	483	387
Meta	1.900	124.977	61.303	48.807	1.900	124.977	61.303	48.807
% da meta	4%	10%	11%	11%	1%	2%	1%	1%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que a criação de postos de trabalho corresponde a 7% da meta, considerando o universo dos PA contratados.

Quadro 355: Acção 3.1.1 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	107	8	21	20		4	n.d.
Meta	1.500	300	900	1.500	300	900	16%
% da meta	7%	3%	2%	1%	0%	0%	n.d.

2.2.4.2 Acção 3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.2;
- ⇒ Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro: 312;
- ⇒ Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Acção

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

3 Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Para esta Acção foi aberto em 2009 o primeiro concurso, em 44 GAL, com uma dotação orçamental de 22.206 mil euros. A diminuição de candidaturas face ao apresentado no relatório de 2009 deve-se a situações de desistência.

Quadro 356: Acção 3.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Concursos	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Investimento total
Primeiro	132.763	44	22.206	709	98.306
TOTAL		44	22.206	709	98.306

Analisando a distribuição regional deste concurso, verifica-se que houve uma forte adesão na região Norte e Centro que, no seu conjunto representaram mais de 70% dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 357: Acção 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	260	39.845
Centro	245	30.198
LVT	111	17.089
Alentejo	76	9.766
Algarve	17	1.407
TOTAL	709	98.306

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foi concluída a análise de todas as candidaturas do primeiro concurso em todos os GAL, (até ao final de 2009 tinham sido analisadas apenas 11 candidaturas).

Quadro 358: Acção 3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	709	98.306	709	98.306	236	30.137	460	58.654	422	60.022	30.924
TOTAL	709	98.306	709	98.306	236	30.137	460	58.654	422	60.022	30.924

Até ao final de 2010, foram aprovadas 460 candidaturas das quais foram contratadas 422, sendo 400 em 2010. A sua distribuição regional, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 359: Acção 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	122	18.803	9.673	7.738
Centro	159	20.497	10.094	8.075
LVT	80	12.769	6.853	5.317
Alentejo	46	6.631	3.666	2.933
Algarve	15	1.323	639	511
TOTAL	422	60.022	30.924	24.574

Analisando os PA contratados por tipologia de promotor é de realçar que mais de 70% dos PA e 3/4 do investimento, na Acção 3.1.2, é feito por empresas ou outras entidades empresariais privadas e que os empresários em nome individual representam cerca de 1/5 dos PA e do investimento contratado.

Quadro 360: Acção 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	194	30.213	15.314	12.162
Outras entidades empresariais privadas	109	15.349	8.467	6.774
Empresários em nome individual	101	12.204	5.999	4.785
Agricultor	1	264	105	84
Pessoas singulares	4	344	196	157
Empresários em nome individual - Agricultor	2	44	18	14
Associações e fundações privadas	3	653	356	235
Cooperativas	6	681	361	289
Outro	1	78	47	26
Privados	1	191	62	49
TOTAL	422	60.022	30.924	24.574

Quanto ao domínio de intervenção, as actividades de restauração e similares são as mais importantes ao nível desta Acção, com 21% dos PA e 25% do investimento contratado. A indústria transformadora tem também um peso significativo, representando 10% dos PA e do investimento proposto. De um modo geral é de realçar a diversidade de actividades que concorreram a esta Acção.

Quadro 361: Acção 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euro

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Restauração e Similares	89	15.389	8.210	6.548
Indústrias transformadoras	54	8.292	4.602	3.647
Comércio a retalho	42	3.381	1.557	1.236
Comércio por grosso	19	3.522	1.695	1.356
Actividades de saúde humana	22	3.830	1.806	1.445
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e simialres	24	2.096	1.060	848
Agro-industria	16	1.582	781	622
Construção	8	1.703	950	760
Actividades de diversão e recreativas	3	863	505	404
Actividades de informação e comunicação	7	1.139	621	497
Energias renováveis	7	1.248	726	581
Tecnologias de informação e comunicação	10	1.291	577	461
Outras	121	15.687	7.833	6.169
TOTAL	422	60.022	30.924	24.574

c. Execução financeira

No final de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 3.967 mil euros de despesa pública e 3.098 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 362: Acção 3.1.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	23	1.235	988
Centro	21	766	613
LVT	21	1.346	1.001
Alentejo	12	572	458
Algarve	4	48	38
TOTAL	81	3.967	3.098

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 10% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (4.000 microempresas criadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a cerca de 11% da meta do programa. O apoio contratado foi superior ao esperado, uma vez que já se atingiu 23% da meta.

Quadro 363: Acção 3.1.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	422	60.022	30.924	24.574	81	13.286	3.967	3.098
Meta	4.000	-	132.763	105.700	4.000	-	132.763	105.700
% da meta	11%	-	23%	23%	2%	-	3%	3%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho, se atingiu 20% da meta.

Quadro 364: Acção 3.1.2 – Indicadores de resultado (Contratado)

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	810	130	168	144	30	36	N.D.
Meta	4.000	800	2.400	4.000	800	2.400	56%
% da meta	20%	16%	7%	4%	4%	2%	ND

2.2.4.3 Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); artigo 55º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.3;
- ⇒ Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro: 313;
- ⇒ Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio – Medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Acção

Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

3 Implementação da Acção

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O primeiro concurso desta Acção foi aberto em 2009, por 44 GAL, e teve uma dotação orçamental global de 19.678 mil euros. A diminuição de candidaturas face ao apresentado no relatório de 2009 deve-se a situações de desistência.

Quadro 365: Acção 3.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Concursos	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Investimento total
Primeiro	60.290	44	19.678	415	84.380
TOTAL		44	19.678	415	84.380

Analisando a distribuição regional deste concurso, verifica-se que houve uma forte adesão na região Norte e Centro que, no seu conjunto representaram mais de 68% dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 366: Acção 3.1.3 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	191	40.190
Centro	103	19.802
LVT	49	10.339
Alentejo	49	9.446
Algarve	23	4.603
TOTAL	415	84.380

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foi concluída a análise de todas as candidaturas do primeiro concurso em todos os GAL, tendo sido analisado cerca de 97% das candidaturas.

Quadro 367: Acção 3.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	415	84.380	415	84.380	153	30.550	246	44.381	223	44.715	22.270
TOTAL	415	84.380	415	84.380	153	30.550	246	44.381	223	44.715	22.270

Das 246 candidaturas aprovadas, foram contratadas 223, sendo 217 contratadas em 2010. A sua distribuição regional, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 368: Acção 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	97	19.019	9.183	7.346
Centro	47	9.509	4.922	3.938
LVT	31	7.240	3.412	2.684
Alentejo	31	5.914	3.244	2.595
Algarve	17	3.032	1.510	1.208
TOTAL	223	44.715	22.270	17.771

À semelhança da Acção 3.1.2, as empresas e outras entidades empresariais privadas têm um peso muito significativo, em termos do número de PA e do investimento contratado. No entanto, os “*empresários em nome individual*” têm um peso maior representando quase 40% dos PA e do investimento total.

Quadro 369: Acção 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresários em nome individual	88	17.238	8.390	6.670
Outras entidades empresariais privadas	50	9.760	5.278	4.222
Empresas	51	11.850	5.723	4.574
Associações e fundações privadas	6	684	349	279
Cooperativas	1	275	121	97
Privados	7	1.053	478	383
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	3	726	420	336
Outro	17	3.129	1.512	1.209
TOTAL	223	44.715	22.270	17.771

Quanto ao domínio de intervenção, os PA associados a esta Acção, estão maioritariamente associados ao Turismo, nas suas diferentes componentes, com predomínio das "casas de campo", com mais de 40% dos PA e do investimento contratado.

Quadro 370: Acção 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil eurc

Dominio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Alojamento turístico - Casas de campo	105	21.942	10.583	8.467
Animação Turística	21	3.001	1.393	1.110
Alojamento turístico - Casas de campo, com serviços de recreação e lazer	18	4.206	2.144	1.715
Alojamento turístico - Turismo de habitação, com serviços de recreação e lazer	14	3.105	1.652	1.322
Alojamento turístico - Turismo de habitação	17	3.541	1.752	1.402
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos - Turismo equestre	9	1.982	1.048	839
Alojamento turístico - Casas de campo - Turismo da natureza, com serviços de recreação e lazer	6	1.018	608	486
Alojamento turístico - Casas de campo - Turismo da natureza	3	656	268	214
Outras	30	5.264	2.821	2.216
TOTAL	223	44.715	22.270	17.771

c. Execução financeira

À semelhança das outras Acções deste subprograma a execução desta Acção iniciou-se em 2010, com um montante total de pagamentos acumulados de 1.333 mil euros de despesa pública e 1.063 mil euros de comparticipação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos verifica-se que a região Centro é a que apresenta o valor menos expressivo.

Quadro 371: Acção 3.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	9	367	294
Centro	3	167	134
LVT	5	372	294
Alentejo	4	216	173
Algarve	5	212	169
TOTAL	26	1.333	1.063

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 6% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (1.500 acções turísticas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a cerca de 15% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi superior ao esperado uma vez que representou 32% e 37%, respectivamente, face ao número de PA contratados, o que se traduz numa dimensão média superior ao programado.

Quadro 372: Acção 3.1.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	223	44.715	22.270	17.771	26	5.305	1.333	1.063
Meta	1.500	138.532	60.290	48.000	1.500	138.532	60.290	48.000
% da meta	15%	32%	37%	37%	2%	4%	2%	2%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho, este indicador apresentou uma percentagem de 12% da meta.

Quadro 373: Acção 3.1.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Nº Adicional de Turistas	Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino		
	311	24	78	43	6	9	409.767	n.d.
Meta	2.500	500	1.500	2.500	500	1.500	10%	20%
% da meta	12%	5%	5%	2%	1%	1%	n.d.	n.d.

2.2.4.4 Acção 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52º alínea b) i) e iii); artigo 57º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II pontos 5.3.3.2.3 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- ⇒ Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio – Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O primeiro concurso desta Acção foi aberto em 2009, por 42 GAL, e teve uma dotação orçamental global de 18.681 mil euros. O total de candidaturas válidas, nos 42 concursos, foi de 325 com 32.828 mil euros de investimento proposto.

Quadro 374: Acção 3.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Concursos	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Investimento total
Primeiro	37.681	42	18.681	325	32.828
TOTAL		42	18.681	325	32.828

Analisando a distribuição regional deste concurso, verifica-se que houve uma forte adesão na região Norte com 40% dos PA e do investimento total proposto e uma distribuição equitativa nas restantes regiões.

Quadro 375: Acção 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	132	12.975
Centro	74	7.464
LVT	41	3.863
Alentejo	56	6.235
Algarve	22	2.291
TOTAL	325	32.828

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2010 encontrava-se 98% das candidaturas do primeiro concurso analisadas, das quais 34% não foram aprovadas.

Quadro 376: Acção 3.2.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	325	32.828	317	31.882	109	12.033	202	17.647	188	17.255	9.273
TOTAL	325	32.828	317	31.882	109	12.033	202	17.647	188	17.255	9.273

Das 202 candidaturas aprovadas, 188 foram contratadas, das quais 177 foram contratadas no decorrer de 2010.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados verifica-se uma representação forte da região Norte, com 37% dos PA contratados e uma distribuição semelhante pelas restantes regiões.

Quadro 377: Acção 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	70	5.890	3.024	2.419
Centro	37	3.511	1.838	1.471
LVT	34	3.105	1.778	1.352
Alentejo	29	2.880	1.626	1.300
Algarve	18	1.868	1.008	806
TOTAL	188	17.255	9.273	7.348

Nesta Acção, as tipologias de promotores “*administração local*” e as “*Associações e fundações privadas*” representam mais de 60% do número de PA e do investimento contratado. O “*sector público*” tem ainda um peso significativo, com 11% das candidaturas e 16% do investimento.

Quadro 378: Acção 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Administração Local	59	6.426	3.416	2.690
Associações e fundações privadas	61	5.336	2.874	2.297
Sector Público (não administração local)	14	1.931	1.086	869
IPSS	5	749	425	314
Outras entidades	17	1.199	663	530
Outro	10	838	437	349
Privados	14	496	232	186
Agricultor	3	82	42	34
Cooperativas	1	25	15	12
Empresários em nome individual	1	16	9	7
Empresários em nome individual - Agricultor	1	47	28	23
Empresas	2	109	45	36
TOTAL	188	17.255	9.273	7.348

Os PA contratados, na Acção 3.2.1, centraram-se sobretudo na “*preservação do património rural construído*” na “*preservação e recuperação de práticas e tradições culturais*” e na “*refuncionalização de*”

edifícios de traça tradicional”, representando estas tipologias 85% dos PA e 80% do investimento contratado.

Quadro 379: Acção 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euro

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Preservação de património rural construído	67	5.648	3.071	2.457
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	62	4.191	2.154	1.703
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	29	3.834	2.095	1.625
Centros de observação da paisagem/natureza	4	656	336	269
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos - Turismo cultural	4	346	183	146
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos - Turismo religioso	6	525	287	230
Outros serviços básicos	4	649	375	300
Rotas/percursos	5	536	278	223
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	6	824	466	373
Criação ou desenvolvimento de Microempresas - Actividades das bibliotecas, museus e outras actividades culturais	1	47	28	23
TOTAL	188	17.255	9.273	7.348

c. Execução financeira

À semelhança das outras Acções deste subprograma a execução desta Acção iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados de 304 mil euros de despesa pública e 243 mil euros de participação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos, verifica-se que apenas 3 regiões tiveram execução nesta Acção: Norte, LVT e Alentejo.

Quadro 380: Acção 3.2.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	8	155	124
Centro			
LVT	5	135	108
Alentejo	1	13	11
Algarve			
TOTAL	14	304	243

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 0,8% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 3% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (1.000 acções relativas ao património rural), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a 19% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem superior (28% e 25% respectivamente) face ao número de PA contratados. Também aqui, se verifica uma dimensão média superior à programada.

Quadro 381: Acção 3.2.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Acções relativas ao património rural	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acções relativas ao património rural	Investimento	Desp. pública	FEADER
	188	17.255	9.273	7.348	14	1.062	304	243
Meta	1.000	61.289	37.681	30.000	1.000	61.289	37.681	30.000
% da meta	19%	28%	25%	24%	1%	2%	1%	1%

2.2.4.5 Acção 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52º alínea b) i) e IMI); Artigo 56º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Anexo II pontos 5.3.3.2.1 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006:321;
- ⇒ Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio – Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O primeiro concurso desta Acção foi aberto em 2009, por 41 GAL, e teve uma dotação orçamental global de 18.518 mil euros. No final de 2010 existiam nestes concursos, 375 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 54.951 mil euros.

Quadro 382: Acção 3.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Concursos	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Investimento total
Primeiro	60.918	41	18.518	375	54.951
TOTAL		41	18.518	375	54.951

As candidaturas a esta Acção apresentaram uma forte representatividade, quer no Norte quer no Centro, com cerca de 1/3 do total de candidaturas em cada região, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 383: Acção 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	120	20.910
Centro	135	18.585
LVT	43	6.423
Alentejo	64	8.287
Algarve	13	745
TOTAL	375	54.951

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2010, encontrava-se em análise apenas 2% (8 PA) do total das candidaturas do primeiro concurso em todos os GAL.

Quadro 384: Acção 3.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
					Não Aprovadas		Aprovadas				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública
Primeiro	375	54.951	367	53.844	94	16.438	260	30.009	251	32.429	19.470
TOTAL	375	54.951	367	53.844	94	16.438	260	30.009	251	32.429	19.470

Das 260 candidaturas aprovadas foram contratadas 251, destas 239 foram contratadas em 2010, e a sua distribuição regional, que se apresenta no quadro seguinte, apresenta a região Centro com 43% dos PA contratados.

Quadro 385: Acção 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	81	13.711	7.380	5.904
Centro	87	9.714	6.056	4.845
LVT	34	4.246	2.899	2.214
Alentejo	39	4.312	2.816	2.253
Algarve	10	446	319	255
TOTAL	251	32.429	19.470	15.471

Esta Acção tem um forte cariz social, nomeadamente no apoio à população idosa o que leva a que mais de 3/4 das candidaturas e do investimento contratado pertence a promotores que se enquadram na tipologia “*Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)*”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 386: Acção 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
IPSS	193	25.286	15.171	12.087
Associações e fundações privadas	30	2.954	1.891	1.507
Cooperativas	3	300	158	127
Outras entidades	11	1.969	1.101	881
Administração Local	11	1.758	1.041	783
Sector Público	3	163	109	87
TOTAL	251	32.429	19.470	15.471

Por outro lado existe um peso muito significativo, quando se analisa os domínios de intervenção, do “*Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência*”, com cerca de 1/4 dos PA e do investimento contratado. Este apoio trará, certamente, um benefício social muito significativo para os centros populacionais envelhecidos. Outros serviços de cariz social, como o apoio à infância e os serviços itinerantes de apoio social tiveram, também, um peso significativo.

Quadro 387: Acção 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil eurc

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	68	8.360	4.844	3.875
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	31	4.133	2.547	1.988
Serviços de apoio à infância	26	3.183	2.139	1.711
Serviços itinerantes de apoio social	25	2.543	1.529	1.223
Serviços de apoio a novos residentes	1	188	118	94
Criação ou desenvolvimento de Microempresas - Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	2	173	101	81
Criação ou desenvolvimento de Microempresas - Serviços de apoio à infância	2	140	71	57
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	1	125	94	75
Outros serviços básicos	95	13.583	8.026	6.366
TOTAL	251	32.429	19.470	15.471

c. Execução financeira

Também nesta Acção a execução iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados de 1.462 mil euros de despesa pública e 1.163 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 388: Acção 3.2.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	8	500	400
Centro	5	269	215
LVT	10	543	429
Alentejo	4	149	119
Algarve			
TOTAL	27	1.462	1.163

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 7% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (1.500 acções apoiadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2010, corresponde a cerca de 17% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado foi, também nesta Acção, superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem da meta superior (41% e 32% respectivamente) face à percentagem de PA contratados.

Quadro 389: Acção 3.2.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	N.º	Investimento	Desp. pública	FEADER	N.º	Investimento	Desp. pública	FEADER
	251	32.429	19.470	15.471	27	3.951	1.462	1.163
Meta	1.500	80.000	60.918	48.500	1.500	80.000	60.918	48.500
% da meta	17%	41%	32%	32%	2%	5%	2%	2%

2.2.4.6 Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b) e Artigo 65º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- ⇒ Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, e Anexo II ponto 5.3.4.2;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 421;
- ⇒ Portaria n.º 786/2009 de 27 de Julho, Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.

Conjugar, através da cooperação, o saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projectos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 Implementação da Medida

A implementação desta medida começa pela apresentação por parte dos GAL, em conjunto com a ELD, das áreas temáticas em que pretendem desenvolver projectos de cooperação, os objectivos a alcançar e a mais-valia para o território resultante da concretização da cooperação, através de um Plano de Cooperação. Este integra um diagnóstico das necessidades de cooperação do território e a formulação da estratégia de cooperação,

baseada num conjunto de ideias de cooperação, com um orçamento e calendário previsionais, referente à assistência técnica preparatória dos projectos de cooperação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta Medida, tal como já referido, iniciou a sua operacionalização com a apresentação dos Planos de Cooperação por parte dos GAL, ainda em 2009.

No final de 2010 existiam 39 candidaturas entradas, das quais 15 entraram no decorrer de 2010, conforme quadro que se apresentam seguida.

Quadro 390: Medida 3.4 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
3.4.1	7	76	24	308
3.4.2	14	248	34	718
TOTAL	15	324	39	1.026

Dos 15 PA entrados em 2010, 6 contêm intenções às Acções 3.4.1 e 3.4.2, 1 apenas à Acção 3.4.1 e 8 apenas à Acção 3.4.2. Em termos acumulados, dos 39 PA entrados, 19 referem-se a intenções de cooperação relativas às Acções 3.4.1 e 3.4.2, 5 apenas à Acção 3.4.1 e 15 apenas à Acção 3.4.2.

A distribuição regional dos Planos de Cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte, em que a região Norte representa 50% do total das candidaturas apresentadas.

Quadro 391: Medida 3.4 – Distribuição regional das candidaturas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas - 2010			
	Nº PA		Investimento	
	Planos de cooperação	Coop. interterritorial	Planos de cooperação	Coop. interterritorial
Norte	3	8	33	130
Centro	1	1	15	20
LVT	1	1	9	9
Alentejo	0	2		41
Algarve	2	2	19	49
TOTAL	7	14	76	248

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2010, encontrava-se em análise apenas 16% (7 PA) do total das candidaturas entradas.

Quadro 392: Medida 3.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por Acção (acumulado)

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
3.4.1	24	308	21	270	1	15	20	237	19	244	207
3.4.2	34	718	28	639	2	15	26	526	23	438	394
TOTAL	58	1.026	49	909	3	30	46	763	42	681	601

Das 49 candidaturas analisadas foram aprovadas e contratadas 42 candidaturas. Dos 41 PA contratados, 14 contêm intenções de cooperação às Acções 3.4.1 e 3.4.2, 5 apenas à Acção 3.4.1 e 9 apenas à Acção 3.4.2.

A análise da distribuição regional dos PA contratados revela maior dinâmica para a região Centro, no caso dos Planos de Cooperação Transnacional, e para a região LVT, no caso dos planos de cooperação interterritorial.

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 393: Medida 3.4 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados							
	Coop. interterritorial				Coop. Transnacional			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	2	25	14	11	5	112	83	66
Centro	6	78	59	47	8	222	142	114
LVT	7	89	76	60	3	50	45	32
Alentejo	2	39	33	27	5	86	78	62
Algarve	2	31	26	21	2	52	46	37
TOTAL	19	262	207	166	23	522	394	311

c. Execução financeira

O total dos pagamentos efectuados foi de 38 mil euros de despesa pública com 27 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional e por tipo de Plano de Cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 394: Medida 3.4 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos					
	Coop. Interterritorial			Coop. Transnacional		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte						
Centro	1	7	5	2	18	15
LVT				1	13	7
Alentejo						
Algarve						
TOTAL	1	7	5	3	31	22

2.2.4.7 Acção 3.4.1 – Cooperação interterritorial

1 Objectivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projectos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais valia para os territórios cooperantes.

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta Acção foi operacionalizada através de períodos de candidatura. O primeiro período decorreu a partir de 1 de Setembro de 2009, sucessivamente nos primeiros 10 dias de cada mês, até 10 de Abril de 2010 e o segundo decorreu de 1 a 10 de Novembro e de 1 a 10 de Dezembro de 2010. Estes períodos tiveram uma dotação orçamental global de 7.803 mil euros. No final de 2010, existiam 81 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 7.107 mil euros.

Quadro 395: Acção 3.4.1 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Acção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento total
3.4.1	11.053	7.803	69	6.373	81	7.107
TOTAL	11.053	7.803	69	6.373	81	7.107

As candidaturas a esta Acção apresentaram uma forte representatividade, quer do Norte, quer do Centro, com 41% e 26% do total de candidaturas respectivamente. Se considerarmos o investimento total candidato a distribuição altera-se, passando a ser a região LVT a mais representativa, com 30% do total, seguida da região Norte, com 29%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 396: Acção 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas 2010	
	Nº PA	Investimento
Norte	28	1.833
Centro	18	1.754
LVT	15	1.927
Alentejo	5	518
Algarve	3	341
TOTAL	69	6.373

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2010 encontrava-se em análise apenas 19% (15 PA) do total das candidaturas, referentes ao segundo período de candidaturas à Acção.

Quadro 397: Acção 3.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Acção	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
3.4.1	81	7.107	66	5.660			66	5.218	66	5.218	4.436
TOTAL	81	7.107	66	5.660	0	0	66	5.218	66	5.218	4.436

Todas as 66 candidaturas analisadas foram aprovadas e contratadas.

A análise da distribuição regional dos PA contratados revela maior dinâmica para a cooperação na região Norte, concentrando 39% dos projectos de Cooperação Interterritorial contratados, seguida das regiões LVT e Centro, com 29% e 23%, respectivamente.

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 398: Acção 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	26	1.660	1.412	1.129
Centro	15	1.399	1.189	951
LVT	19	1.582	1.344	1.024
Alentejo	5	511	434	347
Algarve	1	66	56	45
TOTAL	66	5.218	4.436	3.497

Analisando os PA contratados por temática de cooperação verifica-se que a tipologia “Turismo e lazer” representa, quer em número de PA contratados, quer em investimento cerca de 52% do total contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 399: Acção 3.4.1 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Comercialização de produtos	20	1.469	1.249	988
Turismo e lazer	34	2.714	2.307	1.815
Energias renováveis	5	549	467	374
Agricultura	4	230	195	156
Cultura e produtos locais	3	256	218	164
TOTAL	66	5.218	4.436	3.497

Em termos acumulados, foram contratados 66 PA, todos no ano de 2010, num total de 4.436 mil euros de despesa pública, representando 3.497 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 69% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 40%.

c. Execução financeira

A execução desta Acção iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados de 84 mil euros de despesa pública e 58 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 400: Acção 3.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte			
Centro	1	48	39
LVT	1	35	19
Alentejo			
Algarve			
TOTAL	2	84	58

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução residual de 1% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 2% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os projectos de cooperação apoiados apresentaram um apoio médio superior ao esperado, uma vez que o número de projectos de cooperação atingiu apenas 7% da meta do Programa enquanto a despesa pública, a eles associada, representou 40% da meta. Verifica-se, ainda, que 72% de GAL estiveram envolvidos em Acções de cooperação.

Quadro 401: Acção 3.4.1 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	10	33	4.436	3.497	2	2	84	58
Meta	150	<46	11.053	8.800	150	<46	11.053	8.800
% da meta	7%	72%	40%	40%	1%	72%	1%	1%

2.2.4.8 Acção 3.4.2 – Cooperação transnacional

1 Objectivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projectos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como na Acção 3.4.1, a operacionalização desta Acção foi efectuada por períodos de candidaturas, tendo existido dois períodos como também já foi referido para a Acção 3.4.1.

Quadro 402: Acção 3.4.2 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Acções	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento total
3.4.2	1.507	3.937	55	4.383	62	4.861
TOTAL	1.507	3.937	55	4.383	62	4.861

Em termos acumulados entraram 62 candidaturas válidas, com um total de 4.861 mil euros de investimento proposto.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional das candidaturas entradas em 2010, onde se pode verificar que a região Centro apresentou o maior número de candidaturas mas que, em termos de investimento, foi a região do Alentejo a mais representativa com 29% do investimento total proposto.

Quadro 403: Acção 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	14	997
Centro	16	1.028
LVT	6	567
Alentejo	14	1.260
Algarve	5	531
TOTAL	55	4.383

b. Análise e decisão das candidaturas

Das candidaturas entradas foram analisadas 16, referentes ao primeiro concurso. Destas, foram aprovados 13 PA (81% das analisadas) e contratados 5 PA.

Quadro 404: Acção 3.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Acções	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
3.4.2	62	4.861	16	1.359	3	262	13	1.097	5	387	348
TOTAL	62	4.861	16	1.359	3	262	13	1.097	5	387	348

Os PA contratados são da região Norte e do Alentejo, conforme quadro da distribuição regional que se apresenta em seguida.

Quadro 405: Acção 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	2	103	93	74
Centro				
LVT				
Alentejo	3	284	255	204
Algarve				
TOTAL	5	387	348	279

Analisando os PA contratados, segundo a temática de cooperação que apresentam, verifica-se que o maior volume de investimento se encontra na “*melhoria da qualidade de vida*”, com cerca de 60% do investimento total.

Quadro 406: Acção 3.4.2 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empreendedorismo	1	62	55	44
Melhoria da qualidade de vida	2	222	200	160
Ambiente	2	103	93	74
TOTAL	5	387	348	279

Em termos acumulados, foram contratados 5 PA, todos no ano de 2010, num total de 348 mil euros de despesa pública, com 279 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 69% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 23%.

c. Execução financeira

Esta Acção ainda não apresentou execução financeira.

2.2.4.9 Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 59º e Artigo 63º alínea a) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 37º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.1;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 413;
- ⇒ Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de Junho, Medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

- ⇒ Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais;
- ⇒ Reforçar a Governança Local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), iniciou-se no ano de 2008 com o reconhecimento de 44 GAL.

O processo de reconhecimento dos GAL, feito mediante um concurso público, permitiu que cada concorrente apresentasse uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objectivos, definidos pelo conjunto dos actores socioeconómicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais. Este processo ficou concluído apenas em Janeiro de 2010 com o reconhecimento dos últimos 3 GAL e aprovação das respectivas estratégias.

As ELD incorporam as Medidas 3.1 “Diversificação da Economia e Criação de Emprego” e 3.2 “Melhoria da Qualidade de Vida”, cuja execução já foi apresentada anteriormente.

Neste ponto apresentamos uma síntese da execução das ELD/Medidas 3.1 e 3.2, em cada um dos GAL.

Quadro 407: Medida 3.3 – Execução das ELD (por GAL)

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	7.315	5.852	10	6.544	131	16.654	45	2.840	2.272	13	587	470
ADAE	6.125	4.900	10	5.102	86	12.676	19	908	726	1	4	3
ADER-AL	7.262	5.810	10	8.107	107	15.387	24	1.460	1.168	8	157	126
ADERE	5.015	4.012	8	3.701	56	10.225	12	827	662	4	144	116
ADERES	4.120	3.296	5	1.568	67	9.070	0	0	0	0	0	0
ADER-SOUSA	7.149	5.719	5	3.353	57	10.457	32	3.009	2.407	0	0	0
ADIBER	5.151	4.121	10	4.817	63	8.183	39	2.652	2.122	0	0	0
ADICES	5.645	4.516	10	5.837	33	4.534	26	1.903	1.523	2	61	48
ADIRN	7.183	5.746	10	6.287	42	7.421	29	2.373	1.898	4	117	94
ADL	8.641	6.913	5	3.881	40	7.043	37	3.179	2.543	2	124	99
ADRAT	7.319	5.856	7	6.159	97	15.802	24	2.885	2.308	1	104	83
ADREPES	5.889	3.239	10	4.892	29	4.033	22	1.723	948	10	339	186
ADRIL	7.873	6.299	9	4.505	103	16.632	21	1.528	1.222	15	573	458
ADRIMAG	7.093	5.675	10	6.575	148	26.216	28	2.088	1.671	8	362	290
ADRIMINHO	5.851	4.681	10	5.208	52	9.102	31	2.878	2.302	4	220	176
ADRITEM	6.946	5.557	10	5.560	23	4.785	20	2.150	1.720	2	129	103
ADRUSE	5.592	4.474	5	1.921	39	6.264	15	1.175	940	0	0	0
APRODER	6.610	5.288	5	3.227	45	6.399	30	2.535	2.028	5	382	305
ATAHCA	6.633	5.306	5	4.623	115	13.557	62	3.710	2.968	0	0	0
BEIRA DOURO	6.427	5.142	5	1.913	19	3.460	16	1.520	1.216	2	357	52
BEIRA INTERIOR SUL	7.203	5.762	10	4.150	28	4.630	26	2.288	1.830	6	383	306
CASTELOS DO CÔA	5.763	4.611	10	5.370	19	2.634	9	648	519	1	9	7
CHARNECA	8.414	6.731	5	6.310	82	11.765	57	4.814	3.851	7	373	298
CORANE	6.638	5.311	10	6.973	63	10.581	34	2.428	1.942	10	460	368
DESTIQUE	6.424	5.140	5	2.528	63	9.158	28	1.594	1.275	0	0	0
DOLMEN	8.105	6.484	5	2.270	54	9.858	35	2.700	2.160	0	0	0
DOURO HISTÓRICO	6.619	5.295	10	7.491	33	5.653	24	1.839	1.471	1	72	58
DOURO SUPERIOR	5.303	4.242	5	3.655	40	6.113	31	2.681	2.145	11	553	442
ELOZ	5.315	4.252	10	4.594	109	13.936	34	2.528	2.022	3	52	42
GAL ADD	5.341	4.273	8	4.076	49	7.364	27	1.992	1.594	5	191	153
GAL ADDLAP	6.546	5.237	5	2.619	0	0	0	0	0	0	0	0
GAL AL SUD	6.735	5.388	10	5.185	66	10.885	27	2.150	1.720	7	330	264
GAL COVA DA BEIRA	5.802	4.642	5	3.904	67	12.301	0	0	0	0	0	0
GAL T B GUADIANA	4.979	3.983	8	3.907	42	4.002	35	1.738	1.390	2	52	42
INT ALGARVE CENTRAL	6.055	4.844	10	5.657	17	1.974	17	1.052	842	3	59	47
LEADER OESTE	6.849	5.479	8	6.436	54	9.888	47	4.435	3.548	16	1.216	972
LEADERSOR	6.205	4.964	5	3.225	31	4.662	26	1.841	1.472	2	11	9
MARGEM ESQ GUADIANA	6.133	4.907	5	2.718	39	5.899	0	0	0	0	0	0
MONTE	9.977	7.981	10	5.867	114	15.309	35	3.068	2.454	6	310	248
PINHAL MAIOR	5.595	4.476	5	2.730	112	12.829	36	1.847	1.478	0	0	0
PROBASTO	5.011	4.009	4	1.095	30	4.608	10	360	288	0	0	0
PRÓ-RAIA	5.601	4.481	5	1.856	32	6.012	13	1.234	987	0	0	0
PRÓ-RURAL	5.635	4.508	5	2.071	29	3.141	0	0	0	0	0	0
SOL DO AVE	5.328	4.262	10	4.479	20	4.608	10	1.146	917	0	0	0
TAGUS	4.803	3.842	10	5.361	15	1.342	9	330	264	0	0	0
TERRAS DE SICÓ	6.325	5.060	5	2.108	63	9.161	56	4.137	3.310	0	0	0
TERRAS DENTRO	5.470	4.376	10	4.975	9	1.351	8	783	627	2	14	11
TOTAL	298.016	236.940	357	205.389	2.632	397.565	1.166	88.977	70.751	163	7.743	5.877

Quadro 408: Medida 3.3 – Execução das ELD – Acção 3.1.1 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	470	376	2	430	7	609							
ADAE	766	613	2	536									
ADER-AL	1.021	817	2	1.121	19	3.604	2	366	207	165	1	19	16
ADERE	750	600	2	600	6	1.503	1	300	180	144			
ADERES	463	371	1	176	2	382							
ADER-SOUSA	447	357	1	156	1	258							
ADIBER	290	232	2	242	2	233	1	206	123	99			
ADICES	282	226	2	171									
ADIRN	639	511	2	887	2	442	1	21	10	8			
ADL	1.350	1.080	1	496	4	1.181	2	347	187	149			
ADRAT	1.706	1.365	2	869	4	508	3	479	267	213			
ADREPES	368	202	2	285	1	300	1	300	180	99			
ADRIL	787	630	2	1.088	19	3.727	6	775	459	368	4	179	143
ADRMAG	443	355	2	521	2	455							
ADRMINHO	705	564	2	504	5	1.341	2	449	269	215			
ADRITEM	837	670	2	660	3	603	2	499	280	224			
ADRUSE	699	559	1	155	3	614							
APRODER	1.700	1.360	1	700	6	432	3	259	121	97			
ATAHCA	664	531	1	544	7	1.486	3	554	332	266			
BEIRA DOURO	796	637	1	187	2	443	2	326	187	149			
BEIRA INTERIOR SUL	1.255	1.004	2	650	4	1.058	3	575	345	276	1	72	57
CASTELOS DO CÔA	648	519	2	683	2	362							
CHARNECA	2.000	1.600	1	800	10	1.408	7	1.131	649	519	1	31	25
CORANE	1.162	929	2	1.243	4	912	2	330	188	151			
DESTEQUE	803	642	1	316	9	813	8	393	204	163			
DOLMEN	892	713	1	362	5	1.425	2	335	184	147			
DOURO HISTÓRICO	993	794	2	1.018	4	1.156	3	683	382	306	1	72	58
DOURO SUPERIOR	530	424	1	392	5	1.184	3	667	392	313	1	29	23
ELOZ	266	213	2	300	5	627	1	136	54	43	1	12	10
GAL ADD	294	235	2	477	1	25	1	21	10	8			
GAL ADDLAP	327	262	1	131									
GAL AL SUD	1.116	893	2	838	11	3.055	4	1.028	595	476	2	42	34
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	1	706	0	0	0	0	0	0			
GAL T B GUADIANA	1.089	871	2	1.241	2	135	2	132	65	52	1	4	3
INT ALGARVE CENTRAL	908	727	2	905	1	25	1	25	12	10	1	6	5
LEADER OESTE	538	431	2	501	2	477	2	477	286	229			
LEADERSOR	1.861	1.489	1	625									
MARGEM ESQ GUADIANA	616	493	1	298	2	556							
MONTE	1.417	1.134	2	567	11	1.205	4	132	53	42	3	17	14
PINHAL MAIOR	661	529	1	148	2	37	2	49	24	20			
PROBASTO	251	200											
PRÓ-RAIA	700	560	1	200	1	300	1	283	170	136			
PRÓ-RURAL	733	586	1	256	2	394	0	0	0	0			
SOL DO AVE	333	266	2	333	1	300	1	215	129	103			
TAGUS	360	288	2	501	2	74	1	6	3	2			
TERRAS DE SICÓ	317	254	1	106									
TERRAS DENTRO	735	588	2	850									
TOTAL	37.078	29.570	73	24.774	181	33.649	77	11.494	6.547	5.193	17	483	387

Quadro 409: Medida 3.3 – Execução das ELD – Acção 3.1.2 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.935	1.548	2	1.744	37	5.493	18	2.272	1.316	1.052	9	371	297
ADAE	1.225	980	2	1.403	41	5.731	12	987	580	464	1	4	3
ADER-AL	1.634	1.307	2	1.959	22	3.015	5	518	291	233	3	35	28
ADERE	810	648	2	648	18	1.393	4	230	117	94	1	28	23
ADERES	695	556	1	265	11	1.208							
ADER-SOUSA	1.340	1.072	1	1.172	15	2.999	9	1.954	1.172	938			
ADIBER	1.159	927	2	975	15	1.090	15	974	456	365			
ADICES	1.694	1.355	2	2.128	26	3.372	19	2.110	1.171	937	2	61	48
ADIRN	2.346	1.877	2	1.747	16	3.136	12	1.996	1.153	923	2	23	18
ADL	2.160	1.728	1	794	8	1.031	8	944	555	444			
ADRAT	1.738	1.391	2	2.634	55	9.392	13	2.837	1.698	1.358	1	104	83
ADREPES	1.840	1.012	2	1.443	13	1.754	10	1.139	661	363	7	302	166
ADRIL	1.771	1.417	2	1.120	27	3.429	8	1.052	597	478	7	301	240
ADRIMAG	1.330	1.064	2	1.419	33	4.965	3	223	126	101			
ADRIMINHO	1.527	1.222	2	1.308	12	2.285	7	1.051	619	495	2	156	125
ADRITEM	1.813	1.450	2	1.148	4	1.426	2	581	348	279	1	111	89
ADRUSE	979	783	1	222	6	555	5	371	222	178			
APRODER	2.000	1.600	1	1.000	16	2.420	10	1.585	893	714	3	210	168
ATAHCA	995	796	1	972	23	3.150	12	1.459	861	689			
BEIRA DOURO	637	510	1	409	7	1.031	6	784	409	328	1	33	27
BEIRA INTERIOR SUL	1.292	1.034	2	965	6	1.077	6	967	565	452	2	112	89
CASTELOS DO CÔA	1.621	1.297	2	1.297	5	543	5	489	290	232	1	9	7
CHARNECA	3.000	2.400	1	2.982	42	5.341	27	3.735	2.196	1.757	2	169	135
CORANE	1.826	1.460	2	1.563	23	2.947	12	1.231	717	574	7	342	274
DESTEQUE	1.606	1.285	1	632	22	2.782	7	999	593	474			
DOLMEN	2.095	1.676	1	337	19	3.109	15	1.535	890	712			
DOURO HISTÓRICO	1.324	1.059	2	1.117	17	2.539	12	1.275	749	599			
DOURO SUPERIOR	1.061	848	1	648	14	1.700	9	1.139	648	519	4	189	151
ELOZ	1.329	1.063	2	1.052	28	2.884	9	1.368	811	649	2	40	32
GAL ADD	2.056	1.645	2	2.221	26	4.286	19	2.652	1.500	1.200	4	171	137
GAL ADDLAP	1.637	1.309	1	655									
GAL AL SUD	2.417	1.934	2	1.802	26	4.713	5	1.000	589	471	3	215	172
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	1	910	9	1.016							
GAL T B GUADIANA	934	747	2	776	8	907	8	778	455	364			
INT ALGARVE CENTRAL	1.211	969	2	1.145	3	125	3	124	67	53	1	5	4
LEADER OESTE	2.613	2.090	2	2.613	17	3.919	16	3.091	1.844	1.475	7	642	514
LEADERSOR	1.396	1.117	1	500	10	795	8	687	394	315	2	11	9
MARGEM ESQ GUADIANA	1.996	1.597	1	1.012	13	1.838							
MONTE	3.459	2.767	2	2.360	45	5.583	16	2.635	1.527	1.222	2	215	172
PINHAL MAIOR	1.363	1.090	1	1.336	78	8.376	24	1.844	1.026	821			
PROBASTO	1.253	1.002	1	288	11	1.135	6	411	232	186			
PRÓ-RAIA	1.575	1.260	1	461	9	1.126	5	808	461	369			
PRÓ-RURAL	1.648	1.319	1	385	6	332							
SOL DO AVE	999	799	2	899	2	228							
TAGUS	1.000	800	2	1.315									
TERRAS DE SICÓ	1.902	1.521	1	634	29	3.905	26	3.323	1.893	1.514			
TERRAS DENTRO	1.470	1.176	2	1.416	4	658	4	666	391	313	2	14	11
TOTAL	74.798	59.379	74	55.833	877	120.738	420	53.822	31.084	24.702	79	3.870	3.021

Quadro 410: Medida 3.3 – Execução das ELD – Acção 3.1.3 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.3												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.295	1.036	2	1.200	15	3.256	3	636	356	285	2	115	92
ADAE	1.072	858	2	1.018	9	1.474							
ADER-AL	1.430	1.144	2	1.651	16	3.399	2	356	207	166	1	14	11
ADERE	1.200	960	2	1.000	23	5.241	7	1.010	530	424	3	116	93
ADERES	1.159	927	1	441	8	1.857							
ADER-SOUSA	2.681	2.145	1	469	5	1.220	3	577	344	275			
ADIBER	1.449	1.159	2	1.449	18	3.222	7	1.635	955	764			
ADICES	847	677	2	712	1	284	1	240	144	115			
ADIRN	1.505	1.204	2	1.511	7	1.443	4	563	333	267			
ADL	1.890	1.512	1	1.319	12	2.637	12	2.268	1.319	1.055	2	124	99
ADRAT	1.025	820	2	1.305	15	3.359	8	1.615	921	737			
ADREPES	1.472	810	2	1.300	4	632	2	309	182	100	1	13	7
ADRIL	1.378	1.102	2	1.490	29	5.496	5	801	451	361	2	81	65
ADRIMAG	1.773	1.419	2	1.581	36	9.189	5	908	502	402	2	151	121
ADRIMINHO	693	555	2	1.146	14	2.456	6	1.008	488	390	1	36	29
ADRITEM	823	659	2	1.044	1	358	1	298	179	143			
ADRUSE	1.468	1.174	1	887	20	3.814	7	1.065	566	453			
APRODER	1.257	1.006	1	512	9	1.552	6	894	512	409	1	78	62
ATAHCA	1.658	1.326	1	1.614	31	4.574	20	2.709	1.402	1.122			
BEIRA DOURO	2.230	1.784	1	598	5	1.311	3	818	461	369			
BEIRA INTERIOR SUL	1.144	915	2	650	5	779	5	677	382	306	1	52	42
CASTELOS DO CÔA	973	778	2	768	9	1.425	4	681	359	287			
CHARNECA	1.314	1.051	1	1.275	14	3.343	8	1.933	1.097	878	1	45	36
CORANE	1.162	929	2	1.492	25	4.752	12	1.751	937	750	1	11	8
DESTEQUE	1.606	1.285	1	632	13	2.987	3	786	423	338			
DOLMEN	1.471	1.177	1	549	12	2.913	9	1.439	787	630			
DOURO HISTÓRICO	993	794	2	848	7	1.325	5	955	551	441			
DOURO SUPERIOR	1.071	857	1	1.071	12	2.180	11	1.836	993	795	3	88	71
ELOZ	1.063	850	2	1.030	22	4.785	5	1.092	631	505			
GAL ADD	901	721	2	700									
GAL ADDLAP	1.309	1.047	1	524									
GAL AL SUD	1.097	878	2	1.016	9	2.023	3	612	359	287			
GAL COVA DA BEIRA	725	580	1	660	14	2.822							
GAL T B GUADIANA	1.089	871	2	905	5	807	5	753	420	336	1	48	39
INT ALGARVE CENTRAL	908	727	2	806	5	941	5	941	443	354	1	47	38
LEADER OESTE	2.152	1.722	2	1.989	10	2.674	9	1.940	1.092	873	2	236	189
LEADERSOR	1.396	1.117	1	750	7	1.082	7	1.075	574	459			
MARGEM ESQ GUADIANA	1.221	977	1	488	6	1.146							
MONTE	1.571	1.256	2	1.220	21	3.919	7	1.351	784	627	1	78	63
PINHAL MAIOR	1.082	866	1	339	11	1.700	2	304	182	146			
PROBASTO	1.002	802	1	231	9	2.204	1	98	49	39			
PRÓ-RAIA	1.225	980	1	445	9	2.006	5	769	427	342			
PRÓ-RURAL	1.282	1.026	1	641	7	1.273							
SOL DO AVE	1.998	1.598	2	1.692	10	2.836	5	1.169	693	555			
TAGUS	1.100	880	2	1.180	7	520	5	212	123	98			
TERRAS DE SICÓ	951	761	1	317	12	2.832	8	1.680	920	736			
TERRAS DENTRO	735	588	2	850	1	140							
TOTAL	60.848	48.310	74	45.317	540	110.187	226	39.763	22.079	17.618	26	1.333	1.063

Quadro 411: Medida 3.3 – Execução das ELD – Acção 3.2.1 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.2.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.807	1.446	2	1.560	19	1.893	6	418	251	201			
ADAE	1.838	1.470	2	1.286	10	1.447	1	70	42	34			
ADER-AL	1.906	1.525	2	2.228	19	2.376	4	417	250	200			
ADERE	1.291	1.033	1	768	6	1.274							
ADERES	901	721	1	343	25	2.257							
ADER-SOUSA	1.340	1.072	1	469	15	1.946	9	676	406	325			
ADIBER	1.352	1.082	2	1.060	13	1.689	4	637	382	306			
ADICES	847	677	2	1.407									
ADIRN	1.347	1.077	2	1.198	5	490	2	247	148	119			
ADL	1.458	1.167	1	572	7	1.117	7	954	572	458			
ADRAT	2.752	2.202	1	1.350	23	2.544							
ADREPES	1.325	729	2	1.192	7	785	5	469	282	155			
ADRIL	2.854	2.283	2	483	10	1.051	2	32	19	15	2	12	10
ADRI MAG	1.773	1.419	2	1.419	48	5.173	7	748	449	359	3	89	72
ADRI MINHO	1.118	894	2	677	7	830	4	516	310	248			
ADRI TEM	1.327	1.062	2	1.056	7	1.014	7	861	517	413	1	18	14
ADRI SE	1.608	1.286	1	364	1	157	1	157	94	75			
APRODER	826	661	1	387	7	661	6	502	460	368			
ATAHCA	1.326	1.061	1	611	45	3.093	20	781	468	374			
BEIRA DOURO	2.230	1.784	1	399	2	247	2	237	142	114			
BEIRA INTERIOR SUL	2.107	1.685	2	731	5	425	4	195	117	93			
CASTELOS DO CÔA	1.009	807	2	1.109									
CHARNECA	1.100	880	1	440	7	590	7	602	361	289	1	85	68
CORANE	1.286	1.029	2	1.297	4	432	3	188	113	90	1	16	13
DESTIQUE	1.686	1.349	1	664	7	887	3	150	90	72			
DOLMEN	1.802	1.441	1	715	12	1.160	4	393	236	189			
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.332									
DOURO SUPERIOR	1.315	1.052	1	772	5	266	4	179	107	86	1	20	16
ELOZ	1.329	1.063	2	1.148	23	2.094	6	544	326	261			
GAL ADD	849	679	1	178	9	890	3	296	178	142			
GAL ADDLAP	1.964	1.571	1	786									
GAL AL SUD	804	643	2	579	12	588	8	411	247	198	1	13	11
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	1	879	26	3.933							
GAL T B GUADIANA	934	747	1	590	14	1.408	10	797	478	382			
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	2	1.287	8	883	8	883	530	424			
LEADER OESTE	927	741	1	719	14	1.286	13	999	599	479	4	50	40
LEADERSOR	620	496	1	600	8	975	6	448	269	215			
MARGEM ESQ GUADIANA	1.191	953	1	477	8	946							
MONTE	1.532	1.225	2	666	19	2.088	3	415	249	199			
PINHAL MAIOR	1.025	820	1	237	10	953	4	241	145	116			
PROBASTO	1.503	1.203	1	346	4	319	3	131	79	63			
PRÓ-RAIA	840	672	1	295	3	306	1	79	47	38			
PRÓ-RURAL	986	789	1	394	7	524							
SOL DO AVE	999	799	2	816	4	525	2	139	84	67			
TAGUS	1.440	1.152	2	1.476	5	696	2	328	197	157			
TERRAS DE SICÓ	1.514	1.212	1	505	8	680	8	626	375	300			
TERRAS DENTRO	1.518	1.214	2	790	1	66	1	64	39	31			
TOTAL	66.128	52.571	69	39.657	499	52.963	190	15.831	9.658	7.656	14	304	243

Quadro 412: Medida 3.3 – Execução das ELD – Acção 3.2.2 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.2.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.807	1.446	2	1.610	53	5.403	18	1.223	918	734	2	102	81
ADAE	1.225	980	2	858	26	4.025	6	380	285	228			
ADER-AL	1.271	1.017	2	1.147	31	2.993	11	673	505	404	3	89	72
ADERE	964	771	1	684	3	814							
ADERES	901	721	1	343	21	3.366							
ADER-SOUSA	1.340	1.072	1	1.087	21	4.034	11	1.972	1.087	870			
ADIBER	901	721	2	1.091	15	1.949	12	980	735	588			
ADICES	1.976	1.581	2	1.420	6	878	6	800	588	471			
ADIRN	1.347	1.077	2	943	12	1.910	10	970	728	582	2	94	75
ADL	1.782	1.426	1	700	9	1.078	8	728	546	437			
ADRAT	99	79											
ADREPES	883	486	2	672	4	562	4	559	419	231	2	24	13
ADRIL	1.083	866	1	325	18	2.929							
ADRMAG	1.773	1.419	2	1.635	29	6.433	13	1.348	1.011	809	3	122	98
ADRMINHO	1.807	1.446	2	1.573	14	2.190	12	1.745	1.192	953	1	28	22
ADRITEM	2.146	1.717	2	1.652	8	1.384	8	1.148	826	661			
ADRUSE	839	671	1	293	9	1.124	2	624	293	234			
APRODER	826	661	1	628	7	1.335	5	771	550	440	1	94	75
ATAHCA	1.990	1.592	1	882	9	1.255	7	862	647	518			
BEIRA DOURO	533	427	1	321	3	428	3	428	321	257	1	323	26
BEIRA INTERIOR SUL	1.405	1.124	2	1.154	8	1.291	8	1.205	879	703	2	147	118
CASTELOS DO CÔA	1.513	1.210	2	1.513	3	303							
CHARNECA	1.000	800	1	812	9	1.083	8	680	510	408	2	43	35
CORANE	1.203	963	2	1.378	7	1.538	5	630	473	378	1	91	73
DESTEQUE	723	578	1	284	12	1.689	7	379	284	227			
DOLMEN	1.845	1.476	1	306	6	1.252	5	997	603	482			
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.176	5	633	4	209	157	125			
DOURO SUPERIOR	1.326	1.061	1	772	4	783	4	721	541	433	2	227	182
ELOZ	1.329	1.063	2	1.063	31	3.546	13	982	705	564			
GAL ADD	1.241	993	1	500	13	2.162	4	461	304	243	1	20	16
GAL ADDLAP	1.309	1.047	1	524									
GAL AL SUD	1.301	1.041	2	950	8	507	7	480	360	288	1	60	48
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	1	749	18	4.530	0	0	0	0			
GAL T B GUADIANA	934	747	1	394	13	745	10	426	319	255			
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	2	1.514									
LEADER OESTE	618	495	1	614	11	1.533	7	861	614	491	3	288	231
LEADERSOR	931	745	1	750	6	1.810	5	817	604	483			
MARGEM ESQ GUADIANA	1.109	887	1	443	10	1.413	0	0	0	0			
MONTE	1.999	1.599	2	1.054	18	2.514	5	635	455	364			
PINHAL MAIOR	1.463	1.171	1	670	11	1.763	4	627	471	376			
PROBASTO	1.002	802	1	231	6	950							
PRÓ-RAIA	1.260	1.008	1	455	10	2.274	1	171	129	103			
PRÓ-RURAL	986	789	1	394	7	618							
SOL DO AVE	999	799	2	739	3	719	2	375	240	192			
TAGUS	903	722	2	889	1	52	1	14	8	7			
TERRAS DE SICÓ	1.640	1.312	1	547	14	1.744	14	1.266	949	760			
TERRAS DENTRO	1.012	810	2	1.069	3	488	3	472	354	283			
TOTAL	59.164	47.110	67	39.809	535	80.029	253	27.620	19.609	15.583	27	1.753	1.163

Em complemento dos indicadores apresentados em cada uma das Medidas, apresenta-se, ainda, os indicadores relativos de realização da Medida 3.3.

Quadro 413: Medida 3.3 – Indicadores financeiros e de realização

	Total de candidaturas (contratado)					Total de candidaturas (pago)		
	N.º de GAL	Área Total das Zonas dos GAL (Km)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	47	76.183	1.166	88.977	70.751	165	7.550	5.955
Meta	46	76.828	9.900	352.954	281.007	9.900	352.954	281.007
% da meta	102%	99%	12%	25%	25%	2%	2%	2%

2.2.4.10 Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 59º e Artigo 63º alínea c) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 38º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.3;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 431;
- ⇒ Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de Junho, Medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento e Medida 3.5 - Funcionamento dos Grupos de Acção Local, aquisição de competências e animação com a nova redacção dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

- ⇒ Preparação e implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local;
- ⇒ Dotar os parceiros do GAL dos instrumentos e competências necessárias à elaboração e dinamização de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- ⇒ Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público-alvo através de acções de informação e animação local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No âmbito das Medidas 3.3 “Implementação de estratégias de desenvolvimento local” e 3.5 “Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação”, durante o ano de 2009 decorreu o segundo concurso de reconhecimento dos GAL e aprovação das ELD. Neste segundo concurso, foram apresentados 4 pedidos de reconhecimento com os

respectivos territórios de intervenção sobrepostos dois a dois. Este processo ficou concluído apenas em Janeiro de 2010, com o reconhecimento de 3 novos GAL e aprovação das respectivas estratégias locais de desenvolvimento, ficando todo o território rural continental, coberto pelas medidas do Eixo 3, gerido segundo a abordagem LEADER.

Esta medida apresenta duas componentes: a componente 1 – “Funcionamento do GAL” e a componente 2 – “Aquisição de competências e animação”

No âmbito da componente 2 foi aberto um segundo concurso em 2010, de 27 de Agosto a 30 de Setembro, onde foram apresentadas 3 candidaturas num total de 988 mil euros.

No quadro seguinte apresenta-se o total de candidaturas apresentadas no âmbito das duas componentes.

Quadro 414: Medida 3.5 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas					
		Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Primeiro	87.420	48	46.656	44	17.342	92	63.998
Segundo		4	2.982	3	988	7	3.971
TOTAL	87.420	52	49.638	47	18.330	99	67.969

Analisando a distribuição regional das candidaturas verifica-se uma maior concentração nas regiões Norte e Centro, ambas com 15 GAL e que, em conjunto, representam 64% do número total de GAL reconhecidos. Esta realidade prende-se com o facto de serem as regiões com maior número de habitantes em zonas rurais, o que aliado ao limite máximo de habitantes por GAL, 150.000, e à ruralidade do território, leva a uma necessidade de cobertura por maior número de GAL.

Quadro 415: Medida 3.5 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas					
	Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	15	15.263	15	6.032	30	21.295
Centro	20	17.116	15	5.218	35	22.334
LVT	6	6.172	6	2.324	12	8.497
Alentejo	8	8.626	8	3.706	16	12.332
Algarve	3	2.462	3	1.050	6	3.511
TOTAL	52	49.639	47	18.330	99	67.969

b. Análise e decisão das candidaturas

O segundo concurso da componente 1, tal como já foi referido, só encerrou em 2010, com a aprovação e contratação de 3 GAL ficando, desta forma, o território rural do Continente dividido em 47 territórios de intervenção, geridos segundo a abordagem LEADER.

Em relação à componente 2, dado que o segundo concurso decorreu no ultimo semestre da ano, os PA apresentados a concurso encontravam-se, a 31 de Dezembro, ainda em análise.

Quadro 416: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	48	46.656	48	46.656	4	3.114	44	43.542	44	43.542	43.542
Segundo	4	2.982	4	2.982	1	513	3	2.470	3	2.470	2.470
TOTAL	52	49.639	52	49.639	5	3.627	47	46.012	47	46.012	46.012

Quadro 417: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	44	17.342	44	17.342			44	17.342	44	16.586	16.586
Segundo	3	988									
TOTAL	47	18.330	44	17.342	0	0	44	17.342	44	16.586	16.586

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 418: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	PA Contratados											
	Componente 1				Componente 2				Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	15.263	15.263	12.210	15	5.767	5.767	4.613	30	21.029	21.029	16.824
Centro	15	13.489	13.489	10.791	12	4.258	4.258	3.406	27	17.747	17.747	14.197
LVT	6	6.172	6.172	4.708	6	2.324	2.324	1.786	12	8.497	8.497	6.494
Alentejo	8	8.626	8.626	6.901	8	3.364	3.364	2.691	16	11.990	11.990	9.592
Algarve	3	2.462	2.462	1.969	3	873	873	699	6	3.335	3.335	2.668
TOTAL	47	46.012	46.012	36.580	44	16.586	16.586	13.195	91	62.597	62.597	49.775

Em termos acumulados, foram contratados 47 PA da componente 1, dos quais 3 PA no ano de 2010, e 44 PA da componente 2, num total de 62.597 mil euros de despesa pública, com 49.775 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 98% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 72%.

c. Execução financeira

A execução desta Acção iniciou-se em 2009, tendo em 2010 apresentado uma execução de 11.027 mil euros de despesa pública e 8.752 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efectuados no ano é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 419: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total dos pagamentos em 2010								
	Componente 1			Componente 2			Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	14	2.425	1.940	15	1.480	1.184	29	3.906	3.125
Centro	14	1.864	1.491	11	1.007	806	25	2.871	2.297
LVT	6	1.044	813	6	732	538	12	1.776	1.351
Alentejo	8	1.259	1.007	5	424	339	13	1.683	1.347
Algarve	3	397	317	3	394	315	6	791	632
TOTAL	45	6.989	5.569	40	4.038	3.183	85	11.027	8.752

Em termos acumulados, a execução desta Medida, foi de 15.339 mil euros de despesa pública, com 12.170 mil euros de participação FEADER. A taxa de execução foi de 17% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 25% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 72% das metas do Programa. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de participantes nas acções de aquisição de competências tem sido superior ao esperado, atingindo já quase 90% da meta.

Quadro 420: Medida 3.5 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)	
	N.º de participantes nas acções de aquisição de competências	N.º de acções apoiadas	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	1.342	806	62.597	49.775	15.339	12.170
Meta	1.500	3.500	87.420	69.600	87.420	69.600
% da meta	89%	23%	72%	72%	18%	17%

2.2.4.11 Medida 3.6 – Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- ⇒ Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- ⇒ Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- ⇒ Anexo III do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- ⇒ Portaria n.º 829/2010 de 31 de Agosto.

2 Objectivos da Medida

- ⇒ Disponibilizar as redes de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos das zonas rurais;
- ⇒ Disponibilizar o acesso aos serviços de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos rurais;
- ⇒ Aumentar a competitividade das empresas e a geração de emprego nas zonas rurais, através da disponibilização de serviços inovadores, assentes nas redes de Banda Larga de Nova Geração;
- ⇒ Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais;
- ⇒ Combate à infoexclusão.

3 Implementação da Medida

Em 2010, esta Medida teve a sua regulamentação publicada, tendo sido, ainda, realizada a notificação dos Auxílios de Estado relativa à implementação da Banda Larga, cuja análise não ficou concluída até final de 2010, razão pela qual não foi implementada.

2.2.5 Medidas transitadas do quadro de programação anterior

Continuam a ter execução, um conjunto de Medidas transitadas do Programa de Desenvolvimento Rural de 2000-2006, abreviadamente designado por RURIS e do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por PO AGRO.

As Medidas transitadas IC e MAA estão inseridas no sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC) sendo, a sua gestão e execução, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

REFORMA ANTECIPADA (RA)

A medida "Reforma antecipada" não foi implementada no ProDeR pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no quadro da programação anterior, no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

Quadro 421: Medidas transitadas (RA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores pagos (mil euros)	
		Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	3.216	2.407
TOTAL		3.216	2.407

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da realização entre 2007 e 2010. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível de pagamentos que se reduz de forma gradual com o termo do período de atribuição do apoio.

Quadro 422: Medidas transitadas (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.571
2010	3.216	2.407
TOTAL	15.425	13.461

Em termos acumulados, cerca de 98% do valor de apoio total foi dirigido à região de convergência.

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (EA)

Em 2010, por força do encerramento do PO AGRO, passaram a ser financiados com dotações ProDeR alguns compromissos plurianuais da medida 1 do AGRO "Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas" enquadrados na medida COM 121.

Durante o ano de 2010 foram efectuados os primeiros pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 423: Medidas transitadas (EA) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
121	Modernização explorações agrícolas	23	74	55
TOTAL		23	74	55

Todos os pagamentos efectuados ocorreram em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS (FTA)

O apoio à “Primeira florestação de terras agrícolas” está incluído na Acção 2.3.2., continuando, no entanto, a ser apoiados os beneficiários aprovados na intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

A Medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no ano de 2010:

Quadro 424: Medidas transitadas (FTA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	5.957	39.834	31.791
TOTAL		5.957	39.834	31.791

Em termos acumulados a realização foi a que se apresenta no quadro seguinte. A longa duração destes compromissos implica a manutenção de um nível de pagamentos muito elevado e persistente.

Quadro 425: Medidas transitadas (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 221 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
2010	39.834	31.791
TOTAL	153.115	134.397

Em termos acumulados 99,6% do valor de apoio total foi pago em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO EM TERRAS NÃO AGRÍCOLAS (FTNA)

Também no caso desta medida transitada, Medida 3 – “Desenvolvimento sustentável das florestas” do Programa AGRO e às acções análogas da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do PO Regional centro (AIBT), estão em causa despesas de consolidação, nomeadamente operações associadas à instalação de povoamentos com espécies de rotações/revoluções superiores a 20 anos, concretizadas no período máximo de 5 anos a contar da instalação.

Durante o ano de 2010 foram efectuados os primeiros pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 426: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
223	Primeira florestação em terra não agrícola	61	618	495
TOTAL		61	618	495

Os pagamentos efectuados foram todos em região de convergência.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (IC)

Com o início do ProDeR em 2007 passou a existir a Medida “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” (MZD) em substituição das “Indemnizações compensatórias” (IC). No entanto, foram ainda realizados pagamentos em 2007, 2008 e 2009 resultantes de situações de controlos e outras que implicaram atrasos nos pagamentos dos apoios.

As indemnizações compensatórias em zona de montanha e em outras zonas desfavorecidas transitadas do RURIS (QCA III) tiveram ainda realização no ano de 2010, o que se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 427: Medidas transitadas (IC) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores pagos (mil euros)	
		Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	202	162
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	63	51
TOTAL		266	212

Em termos acumulados, a realização destas Medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Não existem (ao contrário das agro-ambientais transitadas) compromissos de IC que se mantenham no ProDeR mas apenas ajustamentos relativos aos compromissos RURIS entretanto terminados, por isso, de valor reduzido.

Quadro 428: Medidas transitadas (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pag. desvantagens naturais zonas montanha		Cod. COM 212 Pag. desvantagens naturais noutras zonas	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	4.097	4.097	1.723	1.723
2008	5	5	0	0
2009	1.403	1.122	532	425
2010	202	162	63	51
TOTAL	5.708	5.387	2.319	2.199

A quase totalidade destes beneficiários (99,9%) estão em região de convergência.

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS (MAA)

Na sequência do período especial de candidaturas, em 2007, as Medidas agro-ambientais do ProDeR começaram a ser executadas em 2008. No entanto, continuaram a vigorar os compromissos das Medidas agro-ambientais do RURIS até ao termo do período de 5 anos.

Embora aquele período de 5 anos já tenha, entretanto, terminado, houve ainda em 2010 alguns pagamentos resultantes de situações de controlo e outras que implicaram atraso na liquidação dos mesmos.

Quadro 429: Medidas transitadas (MAA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Valores pagos (mil euros)	
		Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	6.529	5.149
TOTAL		6.529	5.149

Em termos acumulados, a realização destas Medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Pode-se observar que, naturalmente, depois de um volume de pagamentos muito elevado nos 2 primeiros anos resultantes dos muitos compromissos ainda activos em 2007 e 2008, houve uma fortíssima redução em 2009 e em 2010, pois já não existem compromissos activos nestas Medidas transitadas. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 430: Medidas transitadas (MAA) – Execução (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.502	40.502
2009	8.856	6.943
2010	6.529	5.149
TOTAL	118.667	115.374

A quase, totalidade destes beneficiários localiza-se em região de convergência.

2.2.6 Operações ligadas às prioridades “Health Check” (alínea a) do nº3 do art. 16)

No quadro do “Health Check” da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e na linha das orientações daí decorrentes, estabelecidas no PEN, a revisão do ProDeR contemplou, as seguintes prioridades/tipos de operação:

- ⇒ Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras com a adequação e reforço da Acção 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” que corresponde às medidas da COM 121 “Modernização de explorações agrícolas” e 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”;
- ⇒ Biodiversidade/ Produção integrada e biológica e Atenuação e adaptação às alterações climáticas com a adequação e reforço da Acção 2.2.1 “ Alteração de modos de produção” que corresponde à medida da COM 214 “Pagamentos Agro-ambientais”;
- ⇒ Infra-estruturas de banda larga nas zonas rurais/ Criação de infra-estruturas para a internet de banda larga e respectivo acesso, incluindo meios de transmissão (*backhaul*) e equipamento usado no solo (por exemplo, tecnologias de transmissão fixas, terrestres sem fios, por satélite ou uma combinação das mesmas), Melhoria da infra-estrutura de banda larga existente e Instalação de infra-estruturas de banda larga passivas como obras de engenharia civil, tais como condutas, e outros elementos da rede como fibra escura, em sinergia com outras infra-estruturas (energia, transportes, água, redes de esgotos, etc.) com a criação da Medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais” que corresponde à medida da COM 321” Serviços básicos para a economia e população rural”.

1 Implementação das operações

No ano de 2010 apenas foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro/apoio ao

investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Na Acção 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas" foi aberto um concurso específico para o sector leiteiro, ainda em 2009, com uma dotação de 30.000 mil euros. Para além deste concurso foram apresentadas candidaturas, à componente 2, que se enquadravam nesta prioridade/tipo de operação.

b. Análise e decisão das candidaturas

Dos PA analisados e decididos foram contratados 40, num total de 17.121 mil euros de investimento proposto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 431: Health Check (Acção 1.1.1) – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Terceiro	24	67.416	24	67.416	3	53.156	21	13.354	19	10.091	3.392
Quarto - Leite	51	27.383	51	27.383	16	5.032	27	12.761	23	7.530	2.806
TOTAL	75	94.799	75	94.799	19	58.188	48	26.115	42	17.621	6.198

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte. Nos PA da componente 1 verifica-se que quase metade do investimento se situa na região do Alentejo, seguido do centro e do Norte (30% e 21%, respectivamente). Nos PA contratados da componente 2 verifica-se que a região Centro concentra cerca de 80% dos PA e mais de 90% do investimento.

Quadro 432: Health Check (Acção 1.1.1) – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	7	2.052	778	701	1	84	25	22
Centro	12	2.928	1.038	934	10	7.368	2.545	2.291
LVT	1	52	18	16				
Alentejo	9	4.637	1.627	1.464	2	501	167	150
Algarve								
TOTAL	29	9.669	3.461	3.115	13	7.953	2.737	2.463

Analisando os PA contratados por rubrica de investimento verifica-se que na Medida COM 121, os investimentos concentram-se, sobretudo nas "máquinas e equipamentos", com 30%, "instalações animais", com 23% e "cumprimento de normas", com 16%. No seu conjunto, estas três rubricas representam quase 70% do investimento total.

Quadro 433: Health Check (Acção 1.1.1C1) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Rubrica de Investimento	Investimento contratado	
	(euros)	%
Máquinas e equipamentos	2.918	33%
Instalações animais	2.264	25%
Cumprimento de normas	1.511	17%
Cumprimento de novas normas	690	8%
Edifícios e outras construções	476	5%
Melhoramentos fundiários	421	5%
Investimentos ambientais	406	5%
Energias renováveis	250	3%
TOTAL	8.936	100%

No que se refere às rubricas de investimento dos PA contratados, na Acção 1.1.1 componente 2 que integram a Medida COM 123, verifica-se que, as rubricas "máquinas e equipamentos" e "edifícios e construções" têm um peso muito significativo, representando, respectivamente 56% e 23% do investimento total.

Quadro 434: Health Check (Acção 1.1.1 C2) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Rubrica de Investimento	Investimento contratado	
	(euros)	%
Máquinas e equipamentos	4.463	56%
Edifícios e outras construções	1.861	23%
Outros investimentos imateriais	911	11%
Outros investimentos materiais	557	7%
Cumprimento de novas normas	111	1%
Energias renováveis	50	1%
TOTAL	7.953	100%

Em termos acumulados, foram contratados 29 PA da componente 1 e 13 PA da componente 2, num total de 6.198 mil euros de despesa pública, com 5.578 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 11%.

c. Execução financeira

A execução destes PA foi de 110 mil euros de despesa pública e 99 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efectuados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 435: Health Check (Acção 1.1.1 C1 e C2) – Distribuição dos PA pagos face aos contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	8	803	723	2	110	99
Centro	22	3.583	3.225			
LVT	1	18	16			
Alentejo	11	1.793	1.614			
Algarve						
TOTAL	42	6.198	5.578	2	110	99

A taxa de execução foi residual apresentando 0,02% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 2% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados na Acção 1.1.1 componente 1 representam 12% das metas do Programa com apenas 3% dos PA previstos.

Quadro 436: Health Check (Acção 1.1.1) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 121)

Un.: mil euros

	Total de Candidaturas - contratado				Total de Candidaturas - Pago			
	Nº	Investimento Total	Despesa Pública	FEADER	Nº	Investimento Total	Despesa Pública	FEADER
	29	9.669	3.461	3.115	2	402	110	99
Metas	1.000	60.900	27.778	25.000	1.000	60.900	27.778	25.000
% da meta	3%	16%	12%	12%	0%	1%	0%	0%

Quanto aos indicadores de realização verifica-se que os PA apoiados encontram-se todos em produção convencional.

Quadro 437: Health Check (Acção 1.1.1) – Indicadores de realização – Valores contratados (Medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	29	29	29	3.115	3.461	9.669
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	29	29	29	3.115	3.461	9.669

Quadro 438: Health Check (Acção 1.1.1) – Indicadores de realização – Valores pagos (Medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	2	2	29	99	110	402
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	2	2	29	99	110	402

Quanto aos indicadores de realização financeira dos PA contratados no âmbito da Acção 1.1.1 componente 2, verifica-se que o investimento médio previsto nesta componente era superior ao verificado, uma vez que para se atingir 13% da meta do investimento total foi necessário 33% do número de explorações apoiadas.

Quadro 439: Health Check (Acção 1.1.1) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Total de Candidaturas - contratado				
	Nº	Investimento Total	Despesa Pública	FEADER
	13	7.953	2.737	2.463
Metas	40	60.900	27.778	25.000
% da meta	33%	13%	10%	10%

Tal como na componente 1 também aqui as explorações apoiadas encontram-se em produção convencional.

Quadro 440: Health Check (Acção 1.1.1) – Indicadores de realização (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	13	13	13	2.463	2.737	7.953
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	13	13	13	2.463	2.737	7.953

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objectivo de convergência

A execução financeira do ProDeR, no ano de 2010, apresentou uma despesa pública total de 572.266 mil euros, com uma comparticipação FEADER de 440.914 mil euros. Em termos acumulados (2007-2010) o valor da execução (1.201.252 mil euros de despesa pública e 1.003.549 mil euros de FEADER) representa uma taxa de execução de cerca de 28% do fundo programado para todo o período.

Ao contrário dos anos anteriores, o Eixo 2 “Melhoria do ambiente e da paisagem rural”, apesar de representar 46% dos pagamentos em 2010, não foi o que apresentou o maior peso na execução financeira.

O Eixo 1 “Promoção da Competitividade”, com um volume de pagamentos de 219.171 mil euros FEADER representou 50% do total de pagamentos do ano e alcançou uma taxa de execução acumulada de cerca de 17% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013. A Acção que mais contribui para este valor foi a Acção 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” cuja execução representou 41% do total da execução do Eixo, em 2010. Com 37% do total da execução do Eixo encontra-se o conjunto de Acções que contribuem para a Medida COM 125 “Infraestruturas agrícolas e florestais”. Outra Acção com um peso importante na execução do Eixo foi a Acção 1.1.3 “Instalação de jovens agricultores” cuja execução representou 15% do total de pagamentos do Eixo em 2010.

Os restantes Eixos do Programa apresentam um volume de despesas muito baixo.

As despesas correspondentes aos compromissos transitados do RURIS tendem a diminuir à medida que se avança neste quadro comunitário. Estes pagamentos representaram, neste ano, 9% do total de pagamentos.

A distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência segue a tendência dos anos anteriores, i.e., os pagamentos a projectos localizados em regiões de convergência representaram 99% do total dos pagamentos.

Seguidamente apresentam-se os quadros financeiros globais e repartidos por região de convergência e de não convergência, com a execução relativa ao ano 2010 e a acumulada 2007-2010.

Quadro 441: Execução financeira – Repartição do FEADER

Un.: euros

Regiões	2010		2007-2010	
	Programado	Executado	Programado	Executado
Regiões do objectivo não convergência	14.801.937	3.994.776	49.577.138	10.814.508
Regiões do objectivo convergência	482.695.974	436.820.472	1.612.294.118	675.217.567
Contribuição adicional para Portugal			320.000.000	317.417.526
Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência	22.658.000	99.045	49.598.000	99.045
Total FEADER Continente	520.155.911	440.914.293	2.031.469.256	1.003.548.646

Quadro 442: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de não convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2010	FEADER 2007-2010
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	51.520.603	2.220.962	3.463.199
(2) Eixo 2	39.092.180	1.407.007	6.915.822
(3) Eixo 3*			
(4) Eixo 4*	3.829.598	366.807	435.487
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	94.442.381	3.994.776	10.814.508

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 443: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2010	FEADER 2007-2010
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.336.203.082	216.950.096	264.432.299
(2) Eixo 2	1.284.563.688	203.393.224	703.383.105
(3) Eixo 3*	4.858.447	160.775	215.074
(4) Eixo 4*	356.776.902	14.424.710	17.774.749
(5) Assistência técnica**	94.934.878	1.990.712	6.928.911
Total FEADER (1+2+3+5)	3.077.336.997	436.919.517	992.734.138

Quadro 444: Execução financeira – Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2010	FEADER 2007-2010
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	50.000.000	99.045	99.045
(2) Eixo 2	1.998.000		
(3) Eixo 3*	30.000.000		
(4) Eixo 4*			
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	81.998.000	99.045	99.045

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 445: Execução financeira – Plano financeiro total

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2010	FEADER 2007-2010
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.535.364.977	219.171.058	267.895.498
(2) Eixo 2	1.547.803.873	204.800.232	710.298.926
(3) Eixo 3*	35.067.150	160.775	215.074
(4) Eixo 4*	360.606.500	14.791.517	18.210.236
(5) Assistência técnica	94.934.878	1.990.712	6.928.911
Total FEADER (1+2+3+5)	3.573.777.378	440.914.293	1.003.548.646

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 446: Execução financeira – Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2010		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2010	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	293.686.687	219.171.058	356.782.217	267.895.498
111	Formação Profissional e Acções de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	275.667	179.223	282.527	184.368
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	43.368.000	32.358.000	46.216.000	34.494.000
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.216.060	2.406.817	15.425.153	13.460.943
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	440.657	330.493	440.657	330.493
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	63.079.426	47.113.540	70.761.132	52.380.305
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.491.241	1.868.431	2.491.241	1.868.431
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	64.948.731	48.116.987	68.068.547	50.456.849
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	11.285	8.464	11.285	8.464
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	104.407.805	78.305.854	141.637.861	106.228.396
126	Prevenção Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.368.823	4.726.653	6.368.823	4.726.653
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.849.341	3.584.360	4.849.341	3.584.360
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	229.650	172.238	229.650	172.238
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	257.012.830	204.800.232	811.934.394	710.298.926
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	129.769.415	103.761.262	347.238.579	296.717.966
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	20.087.973	16.027.885	57.396.376	49.121.917
214	Pagamentos Agro-Ambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	66.402.303	52.485.094	252.805.988	228.936.038
216	Investimentos Não-Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.834.414	31.791.011	153.115.070	134.397.025
222	Sistemas Agro-Florestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	618.332	494.666	618.332	494.666
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	250.393	200.315	710.049	591.315
226	Prevenção Catástrofes Naturais/Restabelecimento -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	50.000	40.000	50.000	40.000
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
3	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	214.366	160.775	286.765	215.074
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	214.366	160.775	286.765	215.074
4	LEADER	18.697.809	14.791.517	23.010.232	18.210.236
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.549.511	5.954.861	7.549.511	5.954.861
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	121.389	85.098	121.389	85.098
431	Custos Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	11.026.910	8.751.558	15.339.332	12.170.278
	Assistência Técnica	2.654.283	1.990.712	9.238.549	6.928.911
511	Assistência Técnica	2.654.283	1.990.712	9.238.549	6.928.911
	TOTAL	572.265.974	440.914.293	1.201.252.156	1.003.548.646

Quadro 447: Execução financeira – Despesas declaradas – Regiões de Convergência

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2010		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2010	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	289.244.764	216.950.096	350.094.569	264.432.299
111	Formação Profissional e Acções de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	165.557	124.168	172.417	129.313
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	42.696.000	32.022.000	45.544.000	34.158.000
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.195.128	2.396.350	15.136.551	13.197.267
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	440.657	330.493	440.657	330.493
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	62.229.262	46.688.458	67.932.912	50.966.195
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.491.241	1.868.431	2.491.241	1.868.431
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	62.570.482	46.927.862	65.690.298	49.267.725
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	11.285	8.464	11.285	8.464
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	104.407.805	78.305.854	141.637.861	106.228.396
126	Prevenção Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.168.964	4.626.723	6.168.964	4.626.723
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.638.732	3.479.055	4.638.732	3.479.055
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	229.650	172.238	229.650	172.238
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	254.434.048	203.393.224	802.843.393	703.383.105
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	129.777.242	103.769.089	347.257.376	296.736.763
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	20.020.346	15.995.156	57.220.598	49.011.319
214	Pagamentos Agro-Ambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	64.051.339	51.193.127	244.794.095	222.802.493
216	Investimentos Não-Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.275.789	4.996.862	114.977.354	112.031.152
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	39.666.395	31.700.872	152.192.943	133.706.549
222	Sistemas Agro-Florestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	618.332	494.666	618.332	494.666
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	250.393	200.315	710.049	591.315
226	Prevenção Catástrofes Naturais/Restabelecimento -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	50.000	40.000	50.000	40.000
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
3	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	214.366	160.775	286.765	215.074
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	214.366	160.775	286.765	215.074
4	LEADER	18.030.887	14.424.710	22.218.437	17.774.749
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.210.520	5.768.416	7.210.520	5.768.416
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	73.335	58.668	73.335	58.668
431	Custos Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	10.747.032	8.597.626	14.934.582	11.947.665
	Assistência Técnica	2.654.283	1.990.712	9.238.549	6.928.911
511	Assistência Técnica	2.654.283	1.990.712	9.238.549	6.928.911
	TOTAL	564.578.348	436.919.517	1.184.681.712	992.734.138

Quadro 448: Execução financeira – Despesas declaradas – Health Check

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2010		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2010	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	110.050	99.045	110.050	99.045
111	Formação Profissional e Acções de Informação				
112	Instalação de Jovens Agricultores				
113	Reforma Antecipada				
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento				
121	Modernização de Explorações Agrícolas	110.050	99.045	110.050	99.045
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta				
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais				
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais				
126	Prevenção Catástrofes Naturais /Restabelecimento				
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar				
133	Informação e Promoção de Actividades				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	0	0	0	0
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha				
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas				
214	Pagamentos Agro-Ambientais				
216	Investimentos Não-Produtivos na Agricultura				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola				
222	Sistemas Agro-Florestais em Terra Agrícola				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola				
225	Pagamentos Ambientais Florestais				
226	Prevenção Catástrofes Naturais/Restabelecimento				
227	Investimentos não Produtivos Florestais				
3	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	0	0	0	0
323	Conservação e Património Rural				
4	LEADER	0	0	0	0
413	Qualidade de Vida/Diversificação				
421	Cooperação				
431	Custos Funcionamento, Aquisição Competências, Animação				
	Assistência Técnica	0	0	0	0
511	Assistência Técnica				
TOTAL		110.050	99.045	110.050	99.045

Quadro 449: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

Código Acção PDR	SUBPROGRAMA / ACÇÃO	Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA				CONTRATOS				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
			2007-2013		2010		2007-2010		2010		2007-2010		2010	
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.558.527	3.573.777	254.662	1.194.786	875.737	537.537	1.996.232	1.530.193	572.266	440.914	1.201.252	1.003.549
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE		1.876.493	1.413.800	14.833	684.020	506.177	22.573	1.105.050	820.474	289.795	216.285	340.681	253.955
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas		636.425	479.500	2.618	387.920	287.678	3.143	588.778	436.862	121.956	90.676	132.765	98.288
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		59.727	45.000	524	4.288	3.201	524	4.288	3.201	736	552	736	552
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		155.954	117.500	1.881	75.240	56.080	2.128	85.120	63.480	43.368	32.358	46.216	34.494
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		33.182	25.000	2	4.363	3.272	2	4.363	3.272	2.182	1.637	2.182	1.637
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		88.927	67.000	389	21.398	15.908	391	21.449	15.946	2.456	1.842	2.456	1.842
1.3.2	Gestão multifuncional		26.545	20.000	98	2.284	1.687	98	2.284	1.687	36	27	36	27
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		79.636	60.000	94	18.485	13.619	120	22.726	16.798	3.205	2.404	3.205	2.404
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade	1	15.795	11.900	8.442	9.265	6.893	15.374	16.130	12.037	4.849	3.584	4.849	3.584
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade		11.149	8.400	13	3.327	2.336	13	3.327	2.336	230	172	230	172
1.5	Restabelecimento do potencial produtivo		33.182	25.000	571	17.189	12.692	571	17.189	12.692	6.369	4.727	6.369	4.727
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		126.953	95.650	2	40.492	28.771	4	125.204	92.306	22.898	17.173	37.243	27.933
1.6.2	Regadio de Alqueva		436.871	329.150	1	7.081	5.311	7	121.504	91.128	81.223	60.918	104.108	78.081
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		79.636	60.000	53	58.148	43.611	53	58.148	43.611	287	215	287	215
1.6.4	Modernização dos regadios colectivos tradicionais		26.545	20.000	50	6.616	4.962	50	6.616	4.962				
1.6.5	Projectos estruturantes		62.183	46.850	95	27.924	20.156	95	27.924	20.156				
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		3.783	2.850										

SUBPROGRAMA / ACÇÃO		PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
				2010		2007-2010		2010		2010			
				Despesa pública	FEADER	Nº	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.485.585	1.209.098	238.227	363.673	256.649	513.211	669.182	531.575	209.981	167.314	531.794	452.663
2.1.1	Manutenção da actividade agrícola fora da Rede Natura	556.153	452.787	196.920	208.529	146.551	398.219	390.259	312.164	127.720	102.097	333.562	284.537
2.1.2	Manutenção da actividade agrícola em Rede Natura	193.104	157.213	25.884	42.922	30.488	63.234	74.854	59.882	21.872	17.480	63.046	53.718
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola	191.242	155.698	5.916	56.302	37.705	20.352	102.918	80.251	41.297	32.673	83.785	70.306
2.2.2	Protecção da biodiversidade doméstica	29.479	24.000	4.664	6.447	4.097	15.724	13.493	10.516	4.874	3.889	11.444	9.846
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos	52.079	42.400	12	1.445	1.101	65	29.172	22.572	5.873	4.514	21.406	18.499
2.2.4	Conservação do solo	6.387	5.200	39	45	19	153	689	548	475	377	475	377
2.3.1	Minimização dos riscos	85.980	70.000	157	8.116	6.489	157	8.116	6.489	50	40	50	40
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos	98.263	80.000	119	6.953	5.534	119	6.953	5.534				
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais	61.414	50.000	184	14.298	11.324	184	14.298	11.324				
2.4	Apio à gestão das ITI (2.4.1)	6.687	5.067	8	434	326	26	1.283	962	214	161	287	215
	Programas de gestão para ITI (2.4.2)	26.408	21.500	288	4.788	3.797	288	4.788	3.797				
	ITI - Investimentos não produtivos (2.4.3-2.4.13)	178.388	145.233	4.036	13.394	9.219	14.690	22.359	17.536	7.606	6.083	17.739	15.125
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	486.267	390.607	1.209	93.893	74.627	1.351	156.466	124.382	18.698	14.792	23.010	18.210
3.1.1	Diversificação de actividades na exploração agrícola	61.303	48.807	70	6.261	4.964	77	6.547	5.192	483	387	483	387
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas	132.763	105.700	400	29.378	23.337	422	30.924	24.574	3.967	3.098	3.967	3.098
3.1.3	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	60.290	48.000	217	21.758	17.361	223	22.270	17.771	1.333	1.063	1.333	1.063
3.2.1	Conservação e valorização do património rural	37.681	30.000	177	8.743	6.924	188	9.273	7.348	304	243	304	243
3.2.2	Serviços básicos para a população rural	60.918	48.500	239	18.571	14.752	251	19.470	15.471	1.462	1.163	1.462	1.163
3.4	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)	12.560	10.000	99	5.384	4.250	99	5.384	4.250	121	85	121	85
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação	87.420	69.600	7	3.797	3.038	91	62.597	49.775	11.027	8.752	15.339	12.170
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais	33.333	30.000										

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / ACÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA				CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				
			2007-2013		2010		2007-2010		2010		2007-2010		2010		2007-2010		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		116.800	88.000	377	33.030	23.156	377	33.030	23.156	377	33.030	23.156	602	424	602	424
4.1	Cooperação para a inovação		37.164	28.000	47	4.972	3.611	47	4.972	3.611	47	4.972	3.611	11	8	11	8
4.2.1	Formação especializada		13.273	10.000	24	3.003	1.594	24	3.003	1.594	24	3.003	1.594				
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação	1	13.273	10.000	126	9.657	6.570	126	9.657	6.570	126	9.657	6.570	150	85	150	85
4.3.1	Serviços de aconselhamento agrícola		23.891	18.000	95	7.926	5.903	95	7.926	5.903	95	7.926	5.903	419	314	419	314
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		29.200	22.000	85	7.472	5.476	85	7.472	5.476	85	7.472	5.476	22	17	22	17
TR	Compromissos Transitados		466.803	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50.537	40.109	295.926	271.367
	Medidas agro-ambientais (RURIS)		101.159	82.358	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	6.529	5.149	118.667	115.374
	Florestação terras agrícolas (RURIS)	2	292.853	238.423	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	39.834	31.791	153.115	134.397
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		7.360	5.992	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	266	212	8.027	7.585
	Reforma antecipada (RURIS)		43.363	32.671	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3.216	2.407	15.425	13.461
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)	1	1.187	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	74	55	74	55
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)	2	20.881	17.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	618	495	618	495
AT	Assistência Técnica		126.580	94.935	16	20.170	15.128	25	32.504	30.606	25	32.504	30.606	2.654	1.991	9.239	6.929

Notes:

n.a. - não aplicável

Programação financeira alterada com base na proposta apresentada em 22-03-2010 e aceite pela COM em 04-11-2010. Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de [webservice](#) para o IFAP.

3.2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Quadro 450: Fluxos financeiros com a COM (acumulado)

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013) *	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3)	(5) = (2) - (3)
242.765.556	1.003.548.646	921.797.547	1.164.563.103	81.751.099

* Pago em duas parcelas de 3,5%, i.e., 121.382.778€ cada uma.

Quadro 451: Cumprimento da "regra n+2"

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013)	Autorização Orçamental 2007-08	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3) / (2)
242.765.556	992.679.017	1.003.548.646	126%

Quadro 452: Pedidos de pagamento intermédios (acumulado)

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)	Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2007 3º trimestre	12-12-2007	83.256.792	1º/2007	19-12-2007	83.256.792
2º/2007 4º trimestre	30-01-2008	24.652.128	2º/2007	11-06-2008 16-06-2008	24.277.128 375.000
3º/2008 1º trimestre	28-04-2008	115.632.203	3º/2008	01-07-2008	115.632.203
4º/2008 2º trimestre	17-07-2008	26.865.080	4º/2008	18-08-2008	26.865.080
5º/2008 3º trimestre	05-11-2008	62.399.635	5º/2008	03-12-2008	62.399.635
6º/2008 4º trimestre	30-01-2009	93.256.000	6º/2008	11-03-2009	93.256.000
7º/2009 1º trimestre	27-04-2009	9.921.025	7º/2009	04-06-2009	9.921.025
8º/2009 2º trimestre	30-07-2009	-718.041	8º/2009		
9º/2009 3º trimestre	10-11-2009	111.355.308	9º/2009	21-12-2009	110.637.267
10º/2009 4º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2008</i>	29-01-2010	37.652.534 -1.075.686	10º/2009	03-03-2010	36.576.848
11º/2010 1º trimestre	30-04-2010	30.643.680	11º/2010	25-05-2010	30.643.680
12º/2010 2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2009</i>	30-07-2010	125.549.019 -562.612	12º/2010	16-09-2010	124.986.407
13º/2010 3º trimestre	10-11-2010	202.970.482	13º/2010	03-01-2011	202.970.482
14º/2010 4º trimestre	31-01-2011	81.751.099	14º/2010		
Total		1.003.548.646	Total		921.797.547

1º trimestre: Engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.
 2º trimestre: Engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.
 3º trimestre: Engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.
 4º trimestre: Engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

4. RESUMO DAS ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO

4.1 Introdução

No ano de 2010 foi efectuada a Avaliação Intercalar do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR). Esta avaliação tinha como objectivo geral identificar os factores que contribuíram para o sucesso ou insucesso de implementação do programa, incluindo a sustentabilidade das intervenções e a identificação de boas práticas.

A avaliação procedeu a uma análise crítica das realizações, resultados e impactos alcançados, face aos objectivos definidos, identificando de forma objectiva e fundamentada as causas dos eventuais afastamentos relativamente ao previsto e programado. Esta análise baseou-se na execução física e financeira e na gestão, acompanhamento, controlo e informação e comunicação do Programa (com particular ênfase na avaliação do sistema de informação e dos procedimentos de recolha e de produção de dados).

4.2 Actividades de avaliação intercalar realizada

A avaliação intercalar realizada abrangeu as seguintes componentes específicas:

- ⇒ “Questões Comuns da Avaliação”;
- ⇒ Qualidade dos “Sistemas de Gestão e Acompanhamento” do Programa;
- ⇒ Reanálise do “Quadro Lógico” do Programa;
- ⇒ Avaliação do “Sistema de Informação” e dos “Procedimentos de Recolha e Produção de Dados”;
- ⇒ Análise dos indicadores de realização e de resultado, em termos de adequação e utilidade para responder aos indicadores de impacto e de contexto e às “Questões Comuns da Avaliação”;
- ⇒ Avaliação da eficácia e eficiência do Programa;
- ⇒ Avaliação das medidas no tocante ao seu equilíbrio, no âmbito do Programa;

- ⇒ Contributo do Programa para atingir os objectivos fixados na estratégia regional, nacional e comunitária;
- ⇒ Avaliar a necessidade de introduzir modificações no Programa face a alterações de contexto, fruto de factores externos ou resultantes do próprio Programa;
- ⇒ Identificar os factores que contribuíram para o sucesso ou insucesso do Programa;
- ⇒ Elaborar conclusões e recomendações.

4.3 Conclusões e Recomendações da avaliação intercalar

Apresentam-se de seguida as principais conclusões e recomendações constantes do Relatório de Avaliação Intercalar:

- 1) Constata-se que no último ano e meio foi possível colocar o andamento do Programa em velocidade de cruzeiro, mantendo-se, no entanto, o ónus sobre o desempenho global do Programa devido ao atraso na sua efectiva implementação. Este atraso irá inevitavelmente prejudicar o sucesso global do programa, em conjugação com a actual situação macroeconómica fortemente negativa vivida em Portugal. No entanto, a colocação do Programa em velocidade de cruzeiro mostra que o Programa é implementável, e que portanto o atraso na sua implementação não é consequência de uma falha fundamental na sua concepção. Constata-se, ainda, que o desempenho do ProDeR é fortemente afectado por outras políticas públicas, quer financeiras (nomeadamente, 1º Pilar da PAC – em particular o RPU, QREN, Fundo Florestal Permanente, Gasóleo Agrícola, Electricidade Verde), quer regulamentares (por exemplo, ZIF, REAP, legislação de segurança alimentar), quer económicas (por exemplo, o preço da água).

Como recomendações globais para o restante período de implementação, destaca-se a manutenção do trabalho de gestão conseguido no último ano e meio e a necessidade de adopção de uma gestão orçamental flexível, que permita transferir verbas de medidas com execução baixa para medidas com

elevada capacidade de absorção de fundos, garantindo o cumprimento da regra n+2.

- 2) A orientação estabelecida no ProDeR é genericamente (como expresso, em particular, na questão das fileiras) uma orientação top-down com escolha dos agentes do sector a serem determinadas significativamente pela Administração (embora, fileira a fileira, os agentes do sector tenham participado activamente nos grupos de trabalho que prepararam os Planos Estratégicos de Fileira).

Propõe-se alguma libertação destas características, com várias medidas, incluindo uma reanálise da estratégia de fileiras, o alargamento das elegibilidades de beneficiários em diferentes medidas, a possibilidade de aparecimento de iniciativas bottom-up de organização de fileiras ou outras (por exemplo, a utilização de exploração agrícolas do Estado como ninhos de empresas agrícolas).

É necessário melhorar as condições de elegibilidade, simplificando e partilhando responsabilidades com entidades credíveis (ZIF, associações de agricultores, Cooperativas, Associações de Desenvolvimento Local) nas medidas de eficiência colectiva (lógica de fileira, lógica de cluster, lógica de território), que funcionem como organismos intermediários, utilizando, entre outros, o instrumento contrato-programa, nomeadamente com apoios transversais a diferentes medidas do ProDeR.

- 3) Dada a estrutura orçamental do Programa e o seu estado de implementação actual, o impacte mais significativo do Programa (quer nos objectivos gerais, quer nos indicadores de impacte) foi ou é previsivelmente atingido através das Acções 1.1.1, 1.1.3, 2.2.1 e das Medidas 1.6 e 2.1. Numa óptica da completa implementação do Programa, surgem também como relevantes as medidas florestais e os Eixos III/IV.

No caso da Acção 1.1.1, é motivo de preocupação o elevado nível de compromisso, associado ao risco de não execução dos projectos, devido à actual conjunto macroeconómica. É adicionalmente motivo de preocupação, numa óptica de desenvolvimento rural, a elevada dotação da Acção 1.1.1 atribuída a projectos de valor muito elevado, em alguns casos com níveis baixos de geração de riqueza local (traduzidos em remuneração do trabalho, em consumo de produtos intermédios de origem local ou na indução de

cadeias de valor a jusante). A observação relativa aos montantes dos projectos até ao momento não configura um problema real – na medida em que não foram recusados projectos por falta de dotação orçamental, mas é pertinente face à actual taxa de compromisso da Acção e dotação orçamental. Assim, para a Acção 1.1.1, as principais recomendações são: eliminação da prioridade aos projectos de fileira e de fileira estratégica nas medidas de investimento (passando a estratégia de fileiras a ser executada por apoio directo às estruturas de fileira existentes ou a criar, seleccionadas num processo de concurso, num apoio conjunto do ProDeR e do QREN); a redução de apoios para os projectos com uma dimensão intermédia e a eliminação de apoios (ou a sua conversão em apoios reembolsáveis) para projectos acima de uma certa dimensão¹²; considerar ainda o recurso a um indicador de hierarquização de investimentos associado à geração de VAB por unidade de investimento.

Relativamente à Acção 1.1.3, constitui motivo de preocupação a possibilidade da instalação de jovens agricultores não ser duradoura, traduzindo-se o prémio atribuído num valor efectivamente não gerador de desenvolvimento rural. Nesse sentido, recomenda-se a exigência da utilização do prémio à instalação em co-financiamento de investimentos realizados nas Acções 1.1.1 ou 1.1.2, em outras medidas de investimento do ProDeR ou em investimentos (agrícolas, agro-alimentares ou em actividades no espaço rural consideradas relevantes) não elegíveis no Programa. Como compensação à restrição de acesso nesta medida, reforçar os apoios aos Jovens Agricultores noutras medidas, por via de majorações (novas ou, quando regulamentarmente possível, superiores às existentes) nos apoios, (por exemplo, na Acção 1.1.1 ou nos apoios ao investimento do Subprograma 3) e por via da prioridade ou manutenção do acesso (por exemplo, na Acção 2.2.1).

Relativamente à Medida 1.2, teve um desempenho muito reduzido, sendo necessário repensar a sua definição, em conjunto com uma possível reactivação da Acção 1.5.1.

Relativamente à Medida 1.6, constitui preocupação, já expressa na avaliação ex-ante a elevada dotação orçamental atribuída ao EFMA, associada a uma

¹² A autoridade competente é, em Portugal, o Ministro das Finanças e a IGF o organismo de certificação nos termos do artigo 2.º do DL n.º 323/2007, de 28 de Setembro.

forte expansão do regadio, com os correspondentes impactes ambientais. Recomenda-se uma redução muito significativa da dotação do EFMA, por transferência, se possível, de investimentos para o POVT e/ou redução do investimento a executar, com reforço da dotação das Medidas do Programa actualmente deficitárias. Deverá ainda ser considerada a possibilidade de um aumento da dotação para a reabilitação de regadios públicos, caso seja considerado que existe capacidade de executar em tempo útil os projectos correspondentes.

A Medida 2.1 tem um contributo para o equilíbrio das disparidades inter-regionais e para a manutenção da actividade agrícola, e portanto para o emprego¹³ (face ao contrafactual de abandono da actividade). O seu contributo ambiental terá igualmente um saldo positivo, sobretudo pela manutenção de paisagens mais resistentes aos incêndios. A determinação do seu impacto na sustentabilidade ambiental, na coesão social e na viabilidade das comunidades rurais carece, por falta de informação, da avaliação do perfil dos beneficiários para se perceber se os apoios estão a chegar a quem pode garantir a continuidade da utilização agrícola das terras a longo prazo. A análise apresentada dá indicação de que poderão não ser suficientemente atractivos para tal, mas poderá perspectivar-se a sua articulação com outros instrumentos e medidas de desenvolvimento local.

A Acção 2.2.1 tem tido níveis de adesão assinaláveis. De um modo geral, o seu efeito ambiental é benéfico. Mas existem situações particulares em que era necessária a adequação das condicionantes às especificidades edafoclimáticas e culturais. Para além disso, este efeito poderia ser potenciado aumentando o grau de exigência no MPRODI, que tem tido maior adesão e expressão em área. Recomenda-se o reforço orçamental da Acção, para fazer face aos compromissos já assumidos e previsíveis (com o prolongamento para 6 ou 7 anos dos contratos celebrados no início do Programa).

As Acções 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4 não têm ainda um nível de implementação significativo, que permita uma adequada avaliação. A Acção 2.2.4 poderá ter um contributo para o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, que poderia ser potenciado pela consideração de um pagamento adicional para a

¹³ A autoridade competente é, em Portugal, o Ministro das Finanças e a IGF o organismo de certificação nos termos do artigo 2.º do DL n.º 323/2007, de 28 de Setembro.

manutenção da palha no terreno. Todavia, a execução só começou em 2010 e a adesão tem sido baixa. As justificações apresentadas pelos representantes do sector denotam a necessidade de sensibilização para as implicações técnicas e financeiras da sementeira directa.

Os apoios da Medida 2.4 foram sobretudo para as ITI Douro Vinhateiro, Peneda-Gerês e Castro Verde. Desta forma, contribuíram para preservação das paisagens tradicionais e dos valores naturais associados ao Alto Douro Vinhateiro, uma das paisagens mais ameaçadas pela diminuição de SAU e pela alteração dos modos de produção, aos sistemas agrícolas arvenses extensivos que apresentam uma clara evidência de regressão e aos sistemas policulturais extensivos que, embora não estejam a regredir, são vulneráveis, dada a sua baixa representatividade no território nacional. Contribuíram ainda para aspectos que tinham sido identificados como sendo prioritários para as estratégias de conservação associadas ao desenvolvimento rural: "Gestão do pastoreio em áreas de baldio" na ITI da Peneda-Gerês e "Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio" na ITI de Castro Verde. As ITI referidas concentram a sua intervenção apenas numa ajuda, pelo que no entender dos representantes do sector são menos complexas do que as restantes. Esta complexidade poderá explicar o facto da execução da Medida estar longe da meta estabelecida. A resolução passa por uma adequação técnica dos compromissos incluindo, entre outros aspectos, a flexibilidade dos compromissos face a alterações exógenas.

Em termos de apreciação global, a implementação das medidas florestais do ProDeR, apesar de atrasada, melhorou significativamente em 2010, nomeadamente com a introdução de regulamentação específica das Subacções que proporcionou maior flexibilidade na apresentação de candidaturas. O aumento dos níveis de apoio, necessário para recuperar de um nível de adesão muito baixo, traduziu-se na eliminação da diferenciação positiva para ZIF e áreas agrupadas. Sinalizam-se algumas recomendações de carácter estrutural operacional: promover a melhoria da gestão florestal através da discriminação positiva de investimentos com escala; estimular a articulação com outros apoios, nomeadamente via Fundo Florestal Permanente no que concerne à certificação da gestão florestal sustentável, diferenciando as tipologias de investimento, e no que se refere ao apoio às ZIF e às áreas agrupadas apreciar a viabilidade de apresentação de

candidaturas integradas, p.e., com acções da Medida 2.3, incentivando uma leitura articulada das acções a desenvolver numa unidade de gestão, ou em alternativa adoptar uma análise integrada das candidaturas referentes a uma mesma unidade de gestão; ponderar a celebração de contratos-programa junto de entidades que promovam acções integradas (p.e., associações de produtores florestais e entidades gestoras das ZIF e entidades promotoras do Plano de Recuperação do Pinheiro Bravo – Acção 2.3.2).

No âmbito dos Eixos III/IV, a pertinência e adequação dos objectivos do Programa às principais debilidades diagnosticadas são elevadas, nomeadamente a combinação entre o investimento na melhoria da qualidade de vida e do ambiente rural e o investimento na diversificação das actividades económicas, geradores de ocupação e rendimento que, em conjunto, respondem a necessidades objectivas de intervenção a nível rural-local. Os mecanismos de adequação são, no entanto, encarados de formas diferentes por parte dos actores nos territórios, sendo referidos como maiores desajustamentos as limitações na aprovação de projectos imateriais e nos apoios à transformação agro-alimentar, vertente muito importante nas iniciativas de dinamização económica local. Os agentes de implementação dos Eixos III e IV deverão ser motivados e apoiados numa maior integração da sua actuação com instrumentos do QREN, nomeadamente, com as Estratégias de Eficiência Colectiva (PROVERE, pólos de competitividade e Outros *clusters*), cujos fundamentos de constituição e problemáticas de intervenção se situam entre os campos de actuação das Medidas do Subprograma 4 e dos objectivos estratégicos dos Eixos I e III do ProDeR.

Relativamente à Medida 4.1, considera-se positiva a recente decisão de não exigir a participação simultânea de diferentes componentes da fileira do projecto. Recomenda-se adicionalmente que os apoios para o sector público sejam aumentados, para níveis equivalentes aos que são praticados no QREN.

No âmbito dos apoios à Formação Profissional e Informação Especializada, a prioridade atribuída à formação de jovens associada aos processos de 1ª instalação e à formação de activos agrícolas, na base do acesso a formações modulares (em articulação com o POPH), é consonante com o reforço da coerência entre Eixos do Programa. Paralelamente, constata-se a

preocupação de estruturar práticas de programação e organização da formação profissional com recurso a diagnósticos prospectivos e à selectividade indicativa de áreas de formação, cursos e módulos organizar (trabalho relevante da DGADR e AFN, mas também dos principais operadores associativos) e em ajustamento a orientações do Catálogo Nacional de Qualificações. No entanto, permanecem fragilidades de organização de recursos nos promotores associativos e cooperativos, num contexto em que não emergiu uma oferta privada de serviços qualificados para o desenvolvimento de competências e informação técnica aos agricultores.

- 4) Constata-se que as sinergias entre eixos, nomeadamente entre os Eixos I e II, são baixas, dado que as actividades apoiadas em cada um são essencialmente disjuntas. Para atender a esta questão, é necessário melhorar o desempenho ambiental dos investimentos promovidos no Eixo I (cf. proposta abaixo relativamente ao preço da água), retomar uma estratégia significativa de apoio à comercialização de produção oriunda de explorações beneficiárias de apoios no âmbito do Eixo II e aumentar a articulação entre ITI, ajudas às zonas desfavorecidas e RPU.
- 5) Constata-se que o impacte do ProDeR é fortemente condicionado por instrumentos políticos e regulamentares (da responsabilidade do MADRP, do Estado Português ou da UE) que lhe são exteriores, mas que deveriam ser otimizados para maximizar o seu benefício e a sua sinergia com o ProDeR. Destaca-se aqui o papel do preço da água, associado ao principal risco ambiental do ProDeR identificado na AAE. Propõe-se que o preço da água seja estabelecido no seu valor exacto, sem reduções, com reciclagem da receita correspondente (de uma forma globalmente neutra para o sector) sob a forma de majoração para os investimentos em regadio eficiente, na Acção 1.1.1, e na forma de reforço do investimento em reabilitação de regadios públicos e privados. Será, no entanto, importante actuar também sobre questões como o regime de ZIF, o REAP, etc.
- 6) Considera-se também como importante, caso seja operacionalmente viável e tenha a concordância das autoridades de gestão e instâncias comunitárias relevantes, a alteração de critérios de demarcação com o QREN, com a transferência de investimento relacionado com o EFMA para o POVT e com a transferência de investimento relacionado com indústria agro-alimentar para

o POFC. É também fundamental que a AG ProDeR seja ouvida na optimização da actuação dos programas do QREN tendo em vista potenciar sinergias entre os programas, na promoção da inovação, na intervenção de base territorial, e numa efectiva e consequente implementação das estratégias de eficiência colectiva.

4.4 Outras actividades da avaliação contínua

No âmbito da avaliação do Desenvolvimento Rural e dos processos instituídos de ligação em rede ocorreu um conjunto de actividades onde o PRODER interveio. Delas destacamos as seguintes:

- ⇒ 4ª Reunião do Grupo Temático de Avaliação a 12.01.2010, com o objectivo de Informação e discussão sobre os trabalhos em curso no âmbito da Rede europeia de Avaliação do Desenvolvimento Rural. Nesta reunião foi feito o ponto de situação sobre a avaliação dos PDR portugueses e identificação das principais dificuldades;
- ⇒ Contributo para resposta a questões relacionadas com a avaliação intercalar e com as primeiras experiências na implementação do QCAA com vista à definição do processo futuro de acompanhamento e avaliação, em Março de 2010, onde foram debatidas as seguintes questões: ponto de situação sobre os trabalhos da avaliação intercalar; quais os principais desafios relacionados com a avaliação intercalar; o QCAA e a avaliação contínua permitiram melhorar a avaliação, nomeadamente a preparação da AI?; em que áreas deve ser revisto o QCAA e em que sentido?
- ⇒ Participação no Seminário “Que Futuro para a Política de Desenvolvimento Rural”, a 26.05.2010, inserido no debate público lançado pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural;
- ⇒ 5ª Reunião do Grupo Temático de Avaliação a 02.06.2010, onde se procedeu ao ponto de situação e debate das principais dificuldades na avaliação intercalar. Foi, ainda, efectuado o lançamento do debate sobre a temática do acompanhamento e avaliação no pós 2013;

- ⇒ Contributo para a resposta à Rede Europeia de Avaliação sobre a avaliação intercalar, Setembro de 2010;
- ⇒ Focus Group, reunião a 12.10.2010 com o perito geográfico da Rede Europeia de Avaliação, com o objectivo de dar um contributo para a definição do papel e conteúdo do acompanhamento e avaliação no pós 2013. Debate em torno das questões: que tipo de orientação deve o QCAA providenciar no próximo período; o que deve ser acompanhado e avaliado ao nível comunitário e o que deve ser deixado aos EM; do QCAA o que deve ser abandonado, redesenhado ou introduzido.

O trabalho em rede desenvolvido no âmbito do GTA permitiu ainda disponibilizar documentos metodológicos e de orientação que foram apresentados em Comité de Peritos em Avaliação, dos quais destacamos:

- ⇒ Síntese dos capítulos de avaliação dos relatórios de execução relativos ao ano de 2008, onde são feitas recomendações aos Estados Membros para redacção desse capítulo nos relatórios de execução;
- ⇒ Documento de trabalho sobre avaliação de impactos socioeconomicos e ambientais dos PDR em contexto de factores múltiplos;
- ⇒ Notas explicativas sobre as questões comuns de avaliação e recomendações sobre o relatório final de avaliação intercalar;
- ⇒ Documento de trabalho sobre " Como avaliar os impactos do LEADER e das medidas de melhoria da qualidade de vida;
- ⇒ Documento de trabalho sobre avaliação dos programas das redes rurais nacionais;

5. MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

5.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

5.1.1 Articulação com o organismo pagador

5.1.1.1 Acreditação

Relativamente ao processo de Acreditação, em 2010 foram revistos, pela autoridade competente¹⁴, os critérios de acreditação do IFAP I.P, como organismo pagador do FEADER, de acordo com o previsto no art. 2º do Reg. (CE) n.º 885/06, de 21 de Junho.

Nesse âmbito, foram disponibilizadas pela AG, evidências das recomendações implementadas e ponto de situação das recomendações cujo prazo de implementação tinha sido estabelecido para 2010, relacionadas fundamentalmente com o Sistema de Informação.

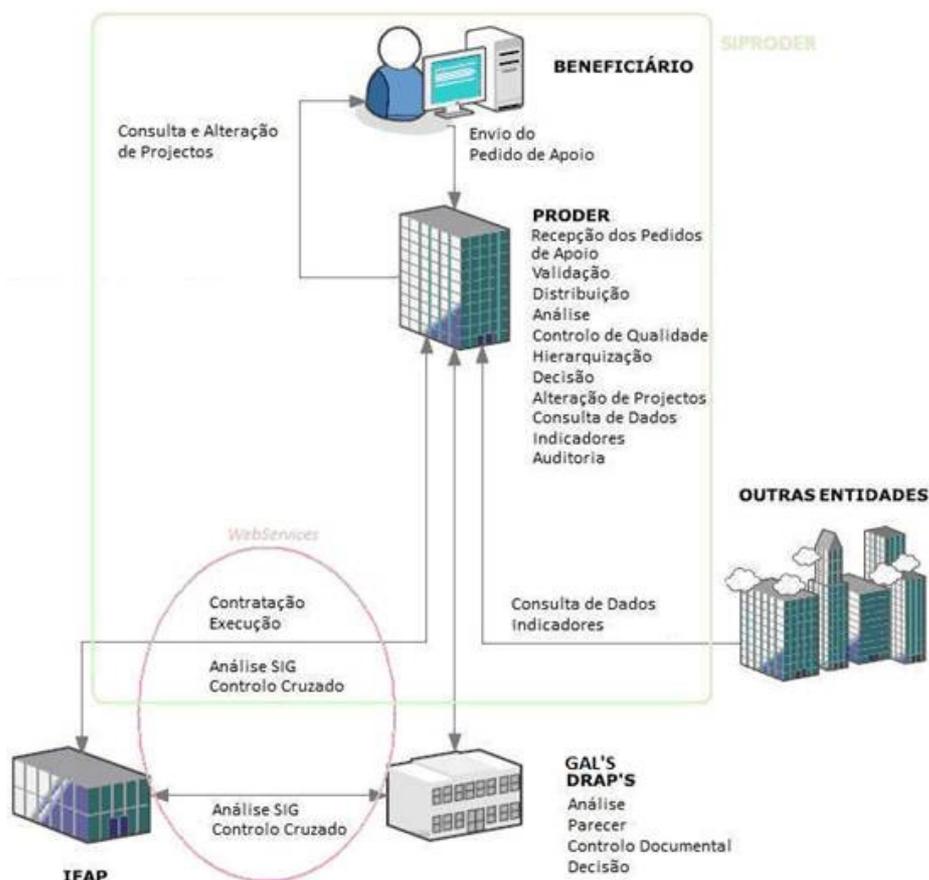
Com base nos trabalhos desenvolvidos, a IGF elaborou o Relatório de Certificação em conformidade, certificando o IFAP I.P., como Organismo Pagador do FEADER.

5.1.1.2 Sistemas de informação

O SI ProDeR assegura a articulação da Autoridade de Gestão do ProDeR (AG) com os beneficiários, com as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), com os Grupos de Acção Local (GAL) e com o Organismo Pagador, disponibilizando as funcionalidades que se ilustram no esquema seguinte.

¹⁴ A autoridade competente é, em Portugal, o Ministro das Finanças e a IGF o organismo de certificação nos termos do artigo 2.º do DL n.º 323/2007, de 28 de Setembro.

Figura 7: Sistemas de informação – arquitectura funcional



Durante o ano de 2010 o SI ProDeR continuou a assegurar a operacionalização do Programa em duas vertentes:

- ⇒ Operacional, assegurando o ciclo de vida dos pedidos de apoio, desde a sua submissão *on-line*, através do desenvolvimento de formulários próprios de acordo com as especificidades de cada concurso e Medida, até ao seu envio para o Organismo Pagador para efeitos de registo do respectivo contrato;
- ⇒ Estratégica, assegurando a produção e disponibilização de informação de apoio à gestão quer ao nível dos processos de análise, de controlo de qualidade e decisórios, quer no que respeita à disponibilização de indicadores necessários ao acompanhamento e avaliação da execução do programa.

Foram efectuadas, em 2010, diversas melhorias no SI ProDeR, designadamente no código existente e desenvolvido um mecanismo de

implementação horizontal dos processos de hierarquização e contratação da quase totalidade das Medidas.

Foram também desenvolvidas novas funcionalidades, tendo sido igualmente melhorada a integração com o Sistema de Informação do Organismo Pagador - SI IFAP - via *webservices*.

Entre Setembro e Dezembro foram desenvolvidos todos os instrumentos de suporte aos novos concursos lançados pelo ProDeR nesse período.

No último quadrimestre de 2010 iniciou-se o desenvolvimento de um novo módulo para suporte à submissão, análise e registo de pedidos de alterações a projectos contratados, enquadrado no normativo definido pela Autoridade de Gestão para o efeito, tendo sido em paralelo desenvolvida uma nova versão do Balcão do Beneficiário. O Balcão, para além do registo de pedidos de alteração passou assim a incluir novas funcionalidades ao nível do controlo documental, desistência e da realização dos projectos. Este módulo entrará em produção em Janeiro de 2011.

No último trimestre do ano foi ainda iniciado o trabalho de reestruturação da base de dados do SI ProDeR, de modo a assegurar uma mais eficiente consolidação dos dados e a tornar mais eficaz o processo de acesso e tratamento da informação de suporte à gestão, acompanhamento e avaliação do Programa.

No quadro abaixo identificam-se todos os módulos do SI ProDeR e respectivas funcionalidades disponíveis.

Quadro 453: Sistemas de informação – Módulos do SI ProDeR

Módulos	
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Autenticação
Área do Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Área reservada de um Beneficiário • Consulta e Alteração dos dados Pessoais • Consulta e Alteração dos dados dos Pedidos de Apoio • Envio do Pedido de Apoio • Recepção do Código de Acesso • Notificações de Documentos ou de Outros Assuntos
Recepção de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e tratamento dos Pedidos de Apoio • Validação Automática dos Pedidos de Apoio
Distribuição de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição Automática • Distribuição por Organismo • Distribuição por Técnico
Pedido de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Workflow • Informação Detalhada • Análise FACI • Validação • Agrupamentos • Controlo Documental • Controlo Cruzado • Controlo Qualidade • Audiência Previa • Beneficiário
Controlo de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Lotes • Controlo de Qualidade por DRAP's
Decisão dos Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Hierarquização • Decisão
Parecer do Organismo	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer do Técnico • Despacho Final
Modulo Financeiro e Contratação	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação • Histórico • Notificação ao Beneficiário • Processo de Contratação com o IFAP
Quadros Estatísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores Físicos • Indicadores Financeiros • Quadros Pré-Definidos • Consulta Personalizada • Operacionalização
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria de Consultas e Escritas fora do contexto aplicacional • Contratação • Evolução de um Pedido de Apoio no circuito operacional do Proder
Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo Processual da Gestão Operacional • Gestão de Utilizadores • Gestão de Perfis e Acessos
Comunicação com Outras Entidades	<ul style="list-style-type: none"> • IFAP • SILEADER

O SI deu também em 2010 todo o suporte à actividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o Organismo Pagador.

O SI ProDeR garante ainda o suporte à área operacional do Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da

plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efectuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações electrónicas, integração de *webservices* e análise SIG.

5.1.2 Relacionamento com os GAL

5.1.2.1 Protocolo e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2010, foram assinados os protocolos de articulação funcional com os 3 novos GAL reconhecidos na Região Centro, GAL ADERES, GAL ADDLAP e GAL COVA DA BEIRA.

Em termos de relacionamento com os GAL, intensificou-se a realização de reuniões entre a Autoridade de Gestão e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objectivo de acompanhar a implementação das Medidas do Subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, Medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, as Medidas 3.4 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação. Foi ainda trabalhada a simplificação do Subprograma 3, com várias reuniões de trabalho entre as partes e a auscultação das dificuldades sentidas pelos GAL, que resultou na alteração das Portarias regulamentadoras deste Subprograma, tendo em vista uma mais eficiente e célere operacionalização das Medidas nele contidas.

Foram ainda propostas algumas alterações ao ProDeR, que possibilitem aos GAL abrangerem um leque mais alargado de iniciativas, que concorram para o cumprimento das metas incluídas nas suas Estratégias Locais de Desenvolvimento, destacando-se o alargamento das tipologias de investimento permitidas nalgumas das acções, por exemplo ao nível das energias renováveis com a introdução do apoio à produção de energia para venda, a possibilidade de se conservar/valorizar património natural ao nível da Acção 3.2.1 e a inclusão de novas tipologias de despesa elegível.

O relacionamento com os GAL foi ainda reforçado através de acções de esclarecimento relativamente a questões práticas de operacionalização das Medidas 3.1, 3.2 e 3.4, bem como acções de formação relacionadas com o sistema de informação.

Destaque ainda, para a realização de visitas de acompanhamento aos GAL, tendo como objectivos principais a verificação, *in loco*, do cumprimento das regras estabelecidas nos normativos, nomeadamente a validação dos procedimentos aprovados e em vigor nos GAL, a manutenção das condições que levaram ao seu reconhecimento, enquanto organismos intermédios de gestão e o esclarecimento das dúvidas que existam. Pretende-se que sejam, acima de tudo, acções com um forte carácter pedagógico.

Relativamente ao Sistema de Informação do Subprograma 3, o SI LEADER, foram carregados, numa primeira fase todos os Pedidos de Apoio aprovados, para que fosse possível o envio dos dados para contratação, o que ocorreu desde o início de Abril. Esta ferramenta tem por base o anterior sistema de informação do LEADER+, o que favoreceu a rápida introdução de dados face ao bom conhecimento existente.

Durante o ano de 2010 foi-se procedendo a algumas melhorias do sistema, tendo em vista um ganho de eficiência na sua utilização, e corrigindo pequenos defeitos existentes.

Contudo, ainda não estava operacional o módulo de alterações aos projectos, que implicam a repassagem dos dados ao Organismo Pagador, o que só veio a acontecer em 2011.

5.1.2.2 Sistema de Supervisão LEADER

Nos termos do art.º 33º do Regulamento (CE) N.º 1975/2006, de 7 de Dezembro de 2006, o Estado-Membro é responsável por verificar se os Grupos de Acção Local (GAL) têm a capacidade administrativa e de controlo necessária para a realização dos controlos administrativos inerentes às competências referidas nos parágrafos seguintes.

Nos termos da Portaria n.º 392-A/2008, de 4 de Junho, são os agentes locais, através dos GAL, que gerem a aplicação das Medidas 3.1 “Diversificação da actividade económica e criação de emprego”, e 3.2 “Promoção da qualidade de vida das populações nos seus territórios”. Consequentemente, é competência dos GAL definir os critérios de selecção a aplicar, analisar e decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados às Medidas 3.1 e 3.2, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e com os critérios de selecção definidos para cada concurso, bem como de acordo com as orientações técnicas definidas pela AG do ProDeR.

A AG do ProDeR procede a controlos regulares dos procedimentos de análise e decisão, nomeadamente, controlos dos registos desses procedimentos e repetição dos respectivos controlos administrativos por amostragem.

É ainda competência dos GAL analisar os Pedidos de Pagamento (PP) apresentados pelos beneficiários dos PA aprovados nestas duas medidas, verificando a sua elegibilidade. O controlo de qualidade referente aos PP está a cargo do IFAP I.P.

O Controlo de Qualidade realizado sobre os PA do 1º Concurso assumiu um carácter mais abrangente e pedagógico, essencial ao processo de melhoria contínua dos procedimentos de análise e decisão existentes. Desta forma procedeu-se à selecção de uma amostra aleatória sobre a totalidade dos PA apresentados a concurso em cada GAL. Sobre cada uma dessas amostras, procedeu-se ao exame, avaliação e confirmação da aplicação dos procedimentos, dos normativos e dos critérios de avaliação definidos para o processo de análise dos PA, com a profundidade necessária, para aferir do seu cumprimento e da uniformização da respectiva aplicação.

Até 31 de Dezembro, foram analisados em sede de controlo de qualidade os 43 GAL, reconhecidos no 1º Concurso, tendo sido seleccionados para controlo 90 PA. Das acções de controlo de qualidade concluídas, foram considerados 44 PA com resultado “Conforme”, 30 PA com resultado “Insuficiente” e 2 PA cujo resultado foi “Não Conforme”.

Em sequência das insuficiências/não conformidades encontradas foram efectuados esclarecimentos pontuais, sessões de trabalho e de divulgação junto dos GAL, para comunicar os resultados do controlo e divulgar as boas práticas e as metodologias de verificação, de forma a melhorar as análises dos PA do 2º Concurso, que vai decorrer em 2011.

5.1.3 Sistemas de controlo

5.1.3.1 Controlos efectuados pela Autoridade de Gestão

Com o objectivo da AG assegurar a aplicação uniforme das normas de procedimentos e respectiva conformidade, no processo de análise e controlo documental dos pedidos de apoio, apresentados para decisão pelas DRAP, foram definidas as seguintes actividades de controlo:

- ⇒ Análise de 5% dos PA com parecer favorável, emitidos pelas DRAP, semanalmente;
- ⇒ Análise de 5% dos PA com parecer desfavorável, emitidos pelas DRAP, semanalmente (nova actividade em 2010).

De forma a colocar a acção do Controlo de Qualidade mais próxima das áreas responsáveis pela análise dos PA nas DRAP, aumentar a eficácia do controlo e reforçar a taxa efectiva do mesmo, foi, em 2010, replicado o mecanismo de controlo de qualidade praticado pelo STA, a ser exercido por equipas regionais de Controlo de Qualidade, criadas e formadas para o efeito. Actualmente, existem equipas regionais de Controlo de Qualidade, na DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE¹⁵.

Durante o ano de 2010, em consequência da actividade de controlo desenvolvida, obtiveram-se os seguintes resultados:

¹⁵ A DRAPALG não constituiu o controlo de qualidade regional alegando falta de meios.

Quadro 454: Controlo de qualidade – Resultados (no ano)

Sentido do parecer emitido pelas DRAP	Nº PA	Amostra		Resultados do CQ			
		Nº PA	%	Nº Fav.	%	Nº Desfav.	%
PA favoráveis	5.615	429	8%	353	82%	76	18%
PA desfavoráveis	2.690	173	6%	155	90%	18	10%
Total	8.305	602	7%	508	84%	94	16%

Dos 602 PA controlados, foram devolvidos à DRAP para colmatar insuficiências detectadas, 94 PA, o que corresponde a uma taxa de devolução global de 16%. Uma vez que em 2009, não fizeram parte da actividade de Controlo de Qualidade os PA com parecer desfavorável, apenas se pode comparar os resultados do controlo efectuado sobre os PA com parecer favorável, onde se registou uma descida de 4 pp. (de 22% para 18%).

As insuficiências detectadas durante 2010 foram de cariz pontual, resultando da insuficiente aplicação das normas de procedimentos definidas.

Em consequência do Controlo de Qualidade realizado neste ano, o STA emitiu 17 recomendações, no sentido de melhorar o processo de análise (modelo de análise) e clarificar alguns procedimentos/práticas definidos.

Em termos da devolução dos PA, decorrente do resultado insuficiente obtido em sede de Controlo de Qualidade pelo STA, pelas equipas responsáveis pela sua análise nas DRAP, obtiveram-se os seguintes resultados:

Quadro 455: Controlo de qualidade – Distribuição por DRAP dos PA devolvidos (no ano)

PA devolvidos	DRAP					Total
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Nº	38	18	20	10	8	94
%	40%	19%	21%	11%	9%	100%

Para o desenvolvimento da actividade de Controlo de Qualidade regional, foram criadas 4 equipas, pertencentes à DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE, envolvendo 14 técnicos. A DRAPALG, pelo reduzido número de PA apresentados semanalmente, optou por não destacar recursos humanos a estas tarefas, mas os Coordenadores responsáveis pela análise técnica, foram chamados a participar nas acções de formação realizadas para o efeito.

Para dotar estas equipas das valências e da metodologia de controlo utilizada pelo STA, foram efectuadas 3 sessões de formação por DRAP, assim como a concepção de um guião de Controlo de Qualidade, de forma a uniformizar os procedimentos a adoptar pelas diferentes equipas regionais durante o controlo. Estes controlos são executados semanalmente e monitorizados pelo STA.

Durante 2010, resultante da actividade de controlo desenvolvida pelas equipas regionais de Controlo de Qualidade (PA com parecer favorável e desfavorável), foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 456: Controlo de qualidade – Resultados das equipas regionais das DRAP (no ano)

DRAP	Nº PA controlados	Controlo de Qualidade			
		Nº Fav.	%	Nº Desfav.	%
Norte	69	20	29%	49	71%
Centro	60	48	80%	12	20%
LVT	63	41	65%	22	35%
Alentejo	61	47	77%	14	23%
Total	253	156	62%	97	38%

Dos 253 PA analisados, 97 tiveram parecer desfavorável em sede de Controlo de Qualidade (39%), isto é, foram encontradas insuficiências em termos da análise e/ou controlo documental efectuado. A diferença verificada, face aos resultados obtidos pelo STA no seu Controlo de Qualidade (16%), prende-se com o facto da selecção semanal dos PA, no caso da DRAPN, ter incidido fundamentalmente sobre os PA pertencentes à

Acção 1.1.3. "Instalação de Jovens Agricultores" (89% da totalidade dos PA analisados), onde se verificam algumas especificidades face às restantes regiões, quer em termos da natureza dos projectos, quer do tipo dos beneficiários (de menor dimensão), que implicam análises mais complexas.

Tanto nos controlos realizados pelo STA, como nos das equipas regionais de CQ, verificou-se, em 2010, uma preponderância das insuficiências detectadas ao nível da "análise técnica" dos PA, em detrimento das detectadas ao nível do "controlo documental".

Para este resultado, contribuiu, entre outros factores, a melhoria do processo de controlo documental realizado pelos técnicos analistas, assim como da simplificação efectuada pela AG, ao nível da definição dos documentos a apresentar pelo promotor.

Pela relevância que têm para a Gestão, no sentido de ajustar e clarificar procedimentos, os resultados do Controlo de Qualidade são comunicados semanalmente às DRAP, incluídos no procedimento da Consulta Escrita das Decisões dos PA, nas reuniões da AG e através de Relatórios Quadrimestrais elaborados para o efeito.

5.1.3.2 Controlos efectuados pelo IFAP e pela IGAP

Tal como já referido no relatório de 2009, o "controlo *in loco*" – art.27º do Reg. (CE) 1975/06, de 07 de Dezembro, aplicável às medidas não SIGC, é uma atribuição do IFAP, I.P., pelo que os seus resultados serão reportados em relatório próprio, o mesmo se passando relativamente ao "Controlo *ex-post*" – art. 30º do Reg. (CE) 1975/06, de 07 de Dezembro, cuja entidade responsável é a IGAP.

5.1.4 Alterações a Portarias

Com vista a conferir maior eficiência e eficácia à execução do Programa foi criado um grupo de trabalho, por determinação do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com a participação dos principais parceiros económico-sociais, confederações e associações do sector, para ponderar as soluções a adoptar. Neste contexto efectuou-se uma revisão

ao Programa e concluiu-se a necessidade de promover ajustamentos à regulamentação em vigor, readaptando os diplomas legislativos às actuais necessidades de intensificação da execução das Medidas do ProDeR.

Assim, durante o ano de 2010, no âmbito desse processo de simplificação dos procedimentos administrativos e execução das medidas concertadas no Grupo de Trabalho do Simplex, foram efectuadas alterações significativas, de carácter transversal, a todos os Regulamentos de aplicação das Medidas do ProDeR.

Tendo presente os princípios de eficácia e celeridade, procedeu-se à simplificação dos critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações e à agilização dos procedimentos, tornando mais célere, entre outras, a fase de verificação documental do processo de candidatura.

Foram igualmente incorporados nos regulamentos de aplicação as alterações do modelo de governação que o Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de Março e o Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 de Junho introduziram nos Decretos-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro e n.º 37-A/2008, de 5 de Março, que ainda não tinham sido promovidas, bem como as alterações ao Programa que foram submetidas à apreciação do Comité de Acompanhamento e à Comissão Europeia.

Neste desfecho, foi publicada a Portaria n.º 814/2010, de 27 de Agosto que alterou 30 das Portarias ProDeR.

As Medidas do Programa 1.7 “Cumprimento de novas normas obrigatórias” e 3.6 “Implantação de redes de banda larga de nova geração em zonas rurais”, foram regulamentadas com a publicação das Portarias n.º 811/2010 e n.º 829/2010, de 26 e 31 de Agosto, respectivamente.

Em diplomas autónomos, por comportarem também outras modificações de fundo, mais morosas, foram publicadas posteriormente:

1. A Portaria n.º 1049/2010, de 11 de Outubro, que altera o regulamento de aplicação da Subacção 2.2.3.2 “Componente animal”, da Acção 2.2.3 “Conservação e melhoramento de recursos genéticos”;

2. As alterações às portarias que regulamentam a Medida 2.4 «Intervenções territoriais integradas» (ITI) e o regulamento de aplicação da Acção 2.4.2, nos seguintes diplomas:

- ⇒ Portaria n.º 1048/2010, de 11 de Outubro, que altera o regulamento de aplicação dos “Investimentos não produtivos da Medida 2.4”;
- ⇒ Portaria n.º 1245/2010, de 14 de Dezembro, que aprova o regulamento de aplicação da Acção 2.4.2 “Instrumentos de programação e gestão para ITI”;
- ⇒ Portaria n.º 1327/2010, de 30 de Dezembro, que altera o regulamento de aplicação da Acção 2.4.1 “Apoio à Gestão das ITI”.

3. Portaria n.º 1170/2010, de 10 de Novembro, que altera o regulamento de aplicação da Acção 4.3.1 “Serviços de aconselhamento agrícola”.

Em reflexo e complemento das medidas de simplificação e alterações legislativas supra expostas, foram adaptados e alterados os normativos e orientações internas de suporte à gestão.

5.2 Simplificação dos procedimentos e resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do Programa e medidas tomadas

5.2.1 Simplificação dos procedimentos administrativos - Simplex

Em 2010 foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2009, pelo grupo criado por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 13 de Novembro de 2009, presidido pela Gestora do Programa e composto por elementos das DRAP, do IFAP, das confederações do sector CAP, CNA, CONFAGRI, CNJ, e AJAP, do GPP e do gabinete da tutela.

Realizaram-se, assim, no início do ano de 2010, mais cinco reuniões de trabalho, com formações distintas em função da matéria em apreciação, em que foram discutidos e reflectidos um segundo conjunto de propostas centradas no objectivo de simplificação e com especial incidência no

suporte ao processo da análise e selecção de candidaturas das Medidas/Acções do ProDeR que não tinham sido objecto de análise nas reuniões realizadas em 2009.

Na sequência do trabalho realizado pelo grupo, foi produzido, ainda em Fevereiro de 2010, um relatório final que engloba o conjunto de medidas de simplificação resultantes da reflexão efectuada, as quais estão direccionadas para os diferentes níveis de actuação da gestão do Programa e constaram já do relatório de execução do Programa de 2009.

Foi assim possível, ainda durante o primeiro trimestre de 2010, dar início à operacionalização desse conjunto de medidas, as quais contribuíram globalmente para impulsionar decisivamente os resultados atingidos pelo Programa neste ano de 2010.

Destacou-se nesse contexto, a disponibilização dos adiantamentos a 50% para as Acções de investimento e a simplificação das garantias que o Organismo Pagador exige para o efeito, bem como as medidas de simplificação e ajustamento dirigidas à regulamentação de aplicação das Medidas e Acções do Programa, que foram objecto de um pacote legislativo. Estas introduziram factores de flexibilização importantes na gestão do Programa, como foi o caso do enquadramento da retroactividade das despesas à data do concurso anterior, que sendo uma medida que permite aos beneficiários um planeamento das suas candidaturas sem interrupção ao nível da possibilidade de co-financiamento dos investimentos, é ao mesmo tempo uma medida que pode contribuir para acelerar a execução do Programa.

Com o mesmo objectivo de aceleração, quer das aprovações, quer consequentemente da execução, a Autoridade de Gestão tomou a decisão em 2010, para as medidas com disponibilidades financeiras, de reforçar alguns concursos, em particular os primeiros, cujos projectos em análise demonstraram capacidade para absorção das dotações. Esta medida de gestão permitiu viabilizar a aprovação de um conjunto de projectos, que tinham merecido parecer favorável por reunirem os requisitos de elegibilidade e regulamentares e que, de outra forma, ficariam sem possibilidade de co-financiamento imediato.

O trabalho desenvolvido proporcionou igualmente matéria que contribuiu para preparar a revisão do Programa efectuada em Março de 2010.

Os desafios que se colocam ao nível da boa execução futura do Programa, intensificados pelo cenário de crise económica, perspectivam a necessidade de manter em aberto o processo de simplificação, numa perspectiva de gestão financeira flexível que assegure, através da introdução de factores/medidas simplificadoras, condições para, de forma eficiente e eficaz, serem absorvidas, na sua totalidade, as dotações consignadas no Programa em linha com o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos no mesmo.

5.2.2 Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão de cada Subprograma e medidas tomadas

5.2.2.1 Subprograma 1

No caso do Subprograma 1 constataram-se, alguns constrangimentos transversais à gestão das várias Acções e adoptou-se um conjunto de medidas, que se apresentam seguidamente:

⇒ Alteração de Portarias enquadradoras das Acções, elaboração avisos de abertura e simplificação de procedimentos.

Considerando que, em 2008 e 2009, todas as Portarias, normativos e procedimentos de controlo administrativo instituídos pecavam por excesso ou por falta de harmonização, procedeu-se ao longo de 2010, primeiro a um trabalho de diagnóstico, com o objectivo de simplificação e harmonização de procedimentos, transversais, a todas as Acções e já no 2º e 3º trimestre à alteração das Portarias e há publicações de Avisos com um tronco comum.

No caso particular da Acção 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas”, dada a multiplicidade de parâmetros que determinavam a ajuda e os enormes constrangimentos que implicavam, quer aos promotores, quer aos técnicos analistas, quer ao STProDeR, aquando

da verificação/validação dos pagamentos, procedeu-se a uma redução dos parâmetros de determinação da taxa de apoio. Neste sentido, na componente 1 foi retirada a distinção (investimento específico/genérico) e, em ambas as componentes, os parâmetros de determinação passaram a ser três (fileira, zona de investimento, investimento ambiental).

⇒ Elaboração de formulários e modelos de análise dos concursos (especificações, testes e manutenção)

No ano de 2010 foram abertos concursos para as Acções 1.1.1, 1.1.2, 1.2, 1.3.2, 1.3.3, 1.4.2 e 1.5.2. Mesmo considerando que se tratavam de concursos já anteriormente abertos, cujo formulário estava “activo”, houve que proceder adaptações que decorreram, quer do processo de simplificação acima referido, quer de melhorias funcionais nos mesmos.

O processo de simplificação e a alteração das Portarias implicaram um trabalho profundo nos modelos de análise nomeadamente ao nível da verificação das condições de elegibilidade. Do mesmo modo, a redução dos parâmetros de determinação da ajuda implicaram uma alteração no algoritmo de determinação da mesma.

As alterações nos procedimentos decorrentes da simplificação implicaram, em 1º lugar, acções de formação e divulgação dos respectivos procedimentos, aos coordenadores das DRAP, seguidas de um acompanhamento de “proximidade” das análises. Malgrado este esforço, ainda se verificou, numa fase inicial, alguma desconformidade de análises, provocada pela falta de sintonia nalguns procedimentos entre diferentes técnicos/regiões que foram sendo ultrapassadas.

⇒ Envio para contratação dos PA e considerando que o processo de ligação da informação entre o ProDeR (aprovação) e o IFAP (contratação e pagamentos), passa pelo envio individual dos PA via *webservice*, considerando, ainda, o incremento exponencial do número de aprovações, no fim do ano de 2009 e no ano de 2010, corria-se o risco de os PA aprovados não serem contratados com celeridade e começar a haver um “gap” significativo entre aprovações e contratações, por “afunilamento”, no STProDeR, dos PA. Para ultrapassar esta dificuldade, procedeu-se a várias simplificações nos procedimentos informáticos

visando a melhoria da performance no envio e instituiu-se um procedimento regular, semanal, de envio para as regiões do ponto de situação dos PA por contratar.

- ⇒ Relativamente a pagamentos e tendo em consideração a dificuldade de preenchimento, por parte dos promotores, dos formulários de pagamento e sucessivas revisões dos mesmos por má formalização e a complexidade de análise dos pedidos de pagamento dos projectos PIR, dada à elevada quantidade de facturas e modos de pagamento associados aos mesmos, foi disponibilizado, aos promotores, a realização de reuniões prévias à submissão dos PP no sentido de esclarecer dúvidas quanto à forma de apresentação de documentos comprovativos. Estas reuniões permitem um ganho substancial de tempo que é benéfico para ambas as partes.

Fazendo a análise para algumas Acções em particular verificou-se o seguinte:

- ⇒ Para a Acção 1.4.1 – “ Apoio aos Regimes de qualidade”, o principal problema de gestão reporta-se, essencialmente, à operacionalização da validação dos pagamentos tendo como base a informação anual fornecida pelos OC ao GPP, e remetida ao IFAP, em datas previamente definidas para este efeito, no ano n+1 à formalização do respectivo pedido de apoio/pedido de pagamento. Foram reportados problemas específicos, em particular quanto à validação das obrigações dos beneficiários, visando os respectivos pagamentos nomeadamente os seguintes:
- ✓ Para os fornecedores de matérias-primas de produtos transformados a informação disponível é em termos de produção obtida e não relativamente à área a que lhe corresponde;
 - ✓ Critérios de cálculo do efectivo médio pecuário: desfasamento entre os controlos efectuados pelo OC e o declarado no pedido de apoio/pagamento.

Foram desenvolvidos contactos com o GPP e o IFAP por forma a encontrar soluções na validação da informação disponível, nomeadamente a inclusão de novos campos no relatório anual dos OC.

⇒ Para a Acção 1.6.3 – “Sustentabilidade dos regadios públicos”, os três concursos abertos (da “Melhoria da Eficiência dos Regadios Públicos”, da “Reabilitação dos Aproveitamentos Hidroagrícolas” e da “Modernização de Aproveitamentos Hidroagrícolas”) tinham uma dotação disponível substancialmente inferior à dos PA que obtiveram parecer favorável. Nestas circunstâncias houve que proceder à hierarquização dos PA, dentro de cada concurso, e somente após a hierarquização e audiência prévia dos interessados se procedeu à aprovação dos PA com pontuação mais elevada. Este processo aumenta, substancialmente, o tempo que medeia entre a entrada das candidaturas e a conclusão do concurso. Neste sentido, reforçou-se a necessidade absoluta da existência de critérios objectivos e facilmente mensuráveis, como condição necessária à celeridade das decisões. Os critérios subjectivos, só quando intransponíveis, poderão ser considerados para efeito de critério de selecção (no caso do 6º concurso da Acção 111 já se reduziu o nº de critérios e aumentou a objectividade e mensurabilidade dos mesmos).

⇒ Para a Acção 1.6.5 – “*Projectos Estruturantes*”, concurso “*Caminhos*” – verificou-se a mesma situação já referida para a Acção 1.6.3, ou seja as candidaturas entradas excederam em muito a dotação do concurso. Mais uma vez se tratou de um processo moroso já que só após a emissão de todos os pareceres desfavoráveis e respectiva audiência prévia, se pôde iniciar a hierarquização dos PA com parecer favorável. Esta situação levou a que as aprovações se realizassem na 1ª semana de Outubro, quando o concurso tinha fechado a 31 de Janeiro de 2010. De forma a dar mais celeridade à análise, utilizou-se uma metodologia, sem ferir o CPA, que passou por várias fases: 1º - concentrar as análises exclusivamente nos PA com parecer desfavorável; 2º – fazer a hierarquização dos PA favoráveis; 3º – analisar somente a razoabilidade das despesas dos PA cuja pontuação permitia a aprovação com dotação. O *know-how* adquirido permitirá uma maior

eficácia e eficiência na análise futura de concursos, cujo montante candidatado é muito superior à dotação do concurso.

- ⇒ Para a Medida 1.7 – “Cumprimento de Novas Normas Obrigatórias”, apesar da obrigatoriedade da identificação electrónica de ovinos e caprinos se verificar para os animais nascidos a partir de 1 de Janeiro de 2010, foi-nos comunicado pela DGV que apenas foram efectuadas identificações aos animais de raças autóctones, prevendo-se que o grosso das mesmas venha a ser efectuado durante o ano de 2011, razão pela qual não foi efectuado qualquer pagamento a esta Acção no ano de 2010. Ocorreram ainda, quer atrasos na disponibilização da atribuição da numeração dos meios electrónicos por parte da DGV, quer atrasos também na disponibilização da recepção da informação relativa aos animais entretanto identificados no SNIRA, por parte do IFAP.

5.2.2.2 Subprograma 2

Os problemas detectados na gestão das acções deste Subprograma são os que se apresentam em seguida:

- ⇒ Na Medida 2.1 – “Manutenção da Actividade Agrícolas em Zonas desfavorecidas”, no decorrer do período de apresentação do PU 2010, surgiram várias questões de interpretação regulamentar que foram esclarecidas em sede de CTA e algumas delas corrigidas na legislação em vigor com a publicação da Portaria 814/2010 de 27 de Agosto, entre as quais as seguintes:

- ✓ Duração mínima obrigatória do compromisso (1º ciclo de 5 anos);
- ✓ Transferências de titularidade.

No decorrer de 2010, foi ainda estabelecida até 2013, a matriz de Margens Brutas de Referência para determinação da Dimensão Económica das Explorações Agrícolas candidatas à medida 2.1, deixando esta informação de ser definida anualmente.

-
- ⇒ Para a Acção 2.2.1 – “Alteração dos Modos de Produção Agrícola”, com a divulgação das alterações previstas na revisão do PDRc de Março de 2010, o número de críticas existentes aos compromissos exigidos foram substancialmente reduzidas.
 - ⇒ Para a Subacção 2.2.3.1 – “Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos – Componente Vegetal” o maior problema de operacionalização desta Subacção centra-se, essencialmente, no que se refere a parcerias público-privadas, em particular na relação financeira entre estas entidades, nomeadamente na definição dos fluxos financeiros a ter em conta e respectivo enquadramento legal (ex: contratação pública) e contabilístico. Detectou-se uma grande dificuldade, por parte dos responsáveis das operações, no entendimento dos procedimentos de apresentação dos PA, análise, contratação e apresentação dos pedidos de pagamento dado que frequentemente são colocadas questões que evidenciam o pouco contacto que têm com as práticas do ProDeR, comparando frequentemente a actuação do ProDeR com outro tipo de programas de financiamento à área científica.
 - ⇒ Para a Subacção 2.2.3.2 – “Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos – Componente Animal”, o fecho do 1º triénio prolongou-se para além de 2010, aliás como estava previsto na regulamentação, mas poderia ter sido antecipado para finais de Dezembro de 2010, caso tivesse ocorrido a possibilidade de proceder a alterações dos PA desde 2008.
 - ⇒ Para as acções da Medida 2.3 – “Gestão do espaço florestal e agro-florestal”, dado que os modelos de análise sempre apresentaram problemas, procedeu-se a um trabalho estrutural nos mesmos, salvaguardando concursos a abrir em 2011.
 - ⇒ Para a Acção 2.4.1 – “Apoio à gestão da ELA”, a constatação da não execução de grande parte da despesa aprovada, por parte das ELA no 1º triénio 2008-2010, conduziu à necessidade de prorrogar a execução dos PAP para o final de 2011, não só porque a realização da despesa foi inferior ao esperado mas também porque a formalização da apresentação da mesma foi sendo adiada devido aos mesmos

constrangimentos que já foram referidos para a Subacção 2.2.3.1. Para além disso, diversos procedimentos de contratação pública atrasaram-se o que fez derrapar a apresentação dos pedidos de pagamento para além do final de 2010.

- ⇒ Para as Acções 2.4.3 a 2.4.13 – “Componente Agro e silvo-ambiental das ITI”, a publicação da alteração do Regulamento de aplicação destas acções foi efectuada apenas em Dezembro, o que contribuiu para que a divulgação das alterações previstas na revisão do PDRc de Março de 2010 tivesse sido efectuada já em cima do início do período de candidaturas. Este facto poderá ser visto como uma vantagem atendendo à necessidade de articulação entre ambas as tarefas. Ao longo do ano de 2010, na sequência da análise dos pedidos de apoio dos Investimentos não produtivos, detectaram-se problemas de articulação entre os técnicos das ELA, os técnicos responsáveis pela recepção dos pedidos únicos e as salas de parcelário. Verificaram-se inadequações das declarações dos pedidos de apoio/pagamento no PU, relativamente à realidade das Unidades de produção dos promotores, assim como dos PIP apresentados e aprovados pelas ELA, nomeadamente nas declarações das ocupações culturais no PU, que deveriam ser coerentes com a realidade das unidades de produção e com a informação constante do parcelário (IE), nomeadamente no que se refere à correcta localização das parcelas alvo de ajuda. No sentido de obviar estas situações tem-se promovido reuniões e divulgação de esclarecimentos junto dos técnicos das ELA, por forma a articular e uniformizar procedimentos.
- ⇒ Para as Acções 2.4.3 a 2.4.13 – “Componente Investimentos não produtivos das ITI”, as dificuldades maiores verificaram-se na DRAPN, onde o volume de PA apresentados na área geográfica da ITI do Douro Vinhateiro exigiu um esforço de análise em que a falta de um parecer prévio pela ELA dificultou e atrasou o trabalho dos analistas afectos a esta tarefa. Esta situação foi corrigida no 2º concurso que se iniciou a 25 de Outubro, mas infelizmente foi excepcionada no caso dos muros, onde o volume de análises é maior. A apresentação dos pedidos de pagamento, a esta Acção, iniciou-se em meados de Agosto mas a análise dos mesmos tem vindo a ser conseguida com grandes

dificuldades dada a necessidade de solicitar esclarecimentos adicionais para concretizar o fecho dos respectivos PA, tendo-se neste âmbito também detectado a existência de inúmeras parcelas mal localizadas. Esta constatação apenas é possível em sede de visita de campo aquando da análise do último pedido de pagamento sendo alvo de actuação em conformidade.

5.2.2.3 Subprograma 3

O ano de 2010 foi o ano de arranque real deste Subprograma, tendo ocorrido as primeiras decisões sobre projectos e os primeiros pedidos de pagamento.

As principais dificuldades sentidas prendem-se, sobretudo, com a aplicação da regulamentação existente, face ao histórico das Iniciativas Comunitárias LEADER, que estão na génese deste Subprograma.

- ⇒ No quadro comunitário anterior, existiam apenas linhas gerais de enquadramento dos projectos, enquanto, actualmente, há uma definição mais rigorosa das condições de apoio com regulamentos específicos para cada uma das Medidas existentes.
- ⇒ A forma de apresentação de candidaturas veio alterar a filosofia de trabalho da grande maioria dos GAL, uma vez que deixou de ser através de candidaturas em contínuo passando para períodos de candidatura, com regras próprias de concursos públicos. O facto de se ter optado por concursos teve também impacto ao nível dos prazos de análise e decisão dos pedidos de apoio, tendo em conta a dimensão das equipas, já que se verifica um pico de trabalho num período reduzido de tempo, o que não acontecia antes com as candidaturas em contínuo. Esta situação acarretou também a necessidade de procedimentos administrativos mais exigentes, quer nos prazos, quer ao nível da necessidade de se efectuarem audiências prévias, o que se tem traduzido num aumento das reclamações e dos recursos apresentados pelos beneficiários.

-
- ⇒ Uma das principais características dos GAL, nos anteriores períodos de programação, era a de poderem dialogar com os promotores no sentido de melhorar os pedidos de apoio, tendo em conta a estratégia local de desenvolvimento (ELD) definida, bem como a escassez de recursos financeiros que permitiam um rateio das verbas a alocar aos projectos.
 - ⇒ Ainda ao nível da análise dos pedidos de apoio, refira-se a dificuldade que os analistas tiveram na criação da fórmula de cálculo da valia global da operação, bem como na definição dos critérios de avaliação e suas pontuações, uma vez que esta metodologia não era utilizada anteriormente.
 - ⇒ Nos primeiros concursos foram ainda detectadas dificuldades ao nível dos promotores, nomeadamente no preenchimento do formulário de candidatura e sua submissão, face ao maior peso burocrático existente, nomeadamente na entrega de documentação com a candidatura e nos prazos fixados, uma vez que o hábito era o de ir solucionando os problemas que fossem detectados na análise dos GAL.
 - ⇒ Tendo em conta a necessidade de existirem critérios de demarcação entre fundos, ficaram afectos ao Subprograma 3 do ProDeR, por exemplo, todos os investimentos nas microempresas nacionais, até ao limite de 300.000€, o que tem levado a um nível muito mais elevado de candidaturas que os GAL têm de analisar em cada um dos concursos.
 - ⇒ Em relação aos procedimentos relacionados com a análise de pedidos de pagamento, os GAL também têm sentido algumas dificuldades com as normas do Organismo Pagador e as suas competências, tendo em conta a constituição e formação dos seus técnicos.
 - ⇒ Ao nível das medidas cuja gestão é feita no ST do ProDeR, destaque para a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, cuja apresentação de pedidos de apoio também feita por períodos de candidatura, tem tido consequências ao nível da gestão das parcerias, dado que cada GAL tem os seus próprios métodos de trabalho e *timings*, que nem sempre são conciliáveis. Relativamente a esta

medida verificou-se a necessidade de reorçamentar as dotações disponíveis, uma vez que há uma maior apetência para a cooperação transnacional, face ao que estava inicialmente programado. A última dificuldade em relação à cooperação prende-se directamente com a cooperação transnacional, uma vez que não existem regras ou prazos comuns nos diferentes estados membros, o que leva a que nem sempre se possa dar seguimento a projectos aprovados em Portugal, por ausência de aprovação nos outros estados membros.

5.2.2.4 Subprograma 4

Atento ao facto de todas as acções do Subprograma 4 terem sido operacionalizadas no segundo semestre de 2009, decorreu no ano 2010 um fluxo muito elevado de candidaturas para análise técnica, o que originou constrangimentos na gestão e cumprimentos de objectivos de cada Acção do Subprograma, em matéria de cumprimento de prazos legais.

Os concursos abertos em 2009, sendo os primeiros, geraram um elevado número de esclarecimentos técnicos acima do normal em comparação com uma situação de pleno funcionamento.

A análise técnica das candidaturas de todas as acções decorreu com um elevado nível de exigência, derivado ao facto de tratar-se de candidaturas de primeiros concursos o que obrigou em grande parte, à equipa técnica a solicitar esclarecimentos adicionais na maioria das candidaturas apresentadas.

Em sede de formalização de candidaturas os promotores dos pedidos de apoio, não tinham a obrigatoriedade de possuírem NIFAP, o que em sede de contratação originou atrasos e um esforço de apoio ao promotor na resolução da sua identificação junto do IFAP, IP.

Analisando por Acção verificou-se o seguinte:

⇒ O modelo de operacionalização e apresentação de candidaturas à Medida 4.1 "Cooperação para Inovação" foi concebido numa lógica de

parceria. A elevada complexidade do modelo originou em sede de análise no sistema de informação a um esforço técnico acrescido, atento ao facto de se tratar do 1º aviso e de surgirem situações muito específicas impossíveis de prever inicialmente na ferramenta de análise informática. Dado que esta Medida tem como objectivo apoiar situações inovadoras e muito específicas em novas áreas, levou a que a Autoridade de Gestão do ProDeR procedesse a um Protocolo com a Universidade do Algarve para a emissão de pareceres técnicos. A articulação com todos os investigadores, bem como todo processo de enquadramento dos mesmos na regulamentação aplicável, surgiu como uma dificuldade e tarefa adicional na gestão da medida.

- ⇒ Na Acção 4.2.1 "Formação Especializada", o concurso aberto em 2009, visou a aprovação de candidaturas que tivessem como objecto a formação para jovens agricultores com pedido de apoio submetido ao ProDeR. A dotação aprovada teve como objectivo vir a satisfazer as necessidades de formação dos jovens agricultores desde a abertura do Programa o que originou um elevado número de acções de formação a serem analisadas, numero esse que atingiu 1468 acções.
- ⇒ Na Acção 4.2.2 - "Redes Temáticas de Informação e Divulgação", o modelo de operacionalização e apresentação, de candidaturas, foi concebido numa lógica de parceria. A elevada complexidade do modelo originou, em sede de análise no sistema de informação, dificuldades acrescidas atento ao facto de se tratar do 1º aviso e de surgirem situações muito específicas impossíveis de prever inicialmente na ferramenta informática.
- ⇒ Na Subacção 4.3.1.1 - "Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento", a Portaria 353/2008 procede à criação do Sistema Nacional do Aconselhamento Agrícola, no qual a DGADR é constituída como Autoridade Nacional do Aconselhamento Agrícola com a missão de gerir o sistema e proceder ao reconhecimento e acompanhamento das entidades prestadores do serviço de Aconselhamento agrícola. A criação de um sistema de informação dinâmico entre a DGADR e o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do ProDeR foi considerado um desafio de articulação entre ambos os organismos a

par da situação da base de dados estar em permanente actualização face às alterações que as entidades prestadores do serviço foram introduzindo. Tratando-se da primeira vez em que ambos os organismos teriam de entre si comunicar numa base de dados complexa, que envolve mais de um milhar de técnicos reconhecidos para a competência de aconselhar e apenas os quais o Secretariado Técnico poderia apoiar, constituiu uma barreira a uma rápida execução da avaliação dos pedidos de apoio.

- ⇒ Na Acção 4.3.2 - "Serviços de Apoio às Empresas" o elevado número de pedidos de apoio associado ao elevado número de serviços registados nos mesmos, originou constrangimentos na avaliação técnica da elegibilidade pela natureza de enquadramento enquanto "Serviços de Aconselhamento Técnico" e ou "Serviços de Gestão".

5.3 Exame Anual do ProDeR

Durante o ano de 2010 a Comissão Europeia realizou dois encontros com as Autoridades Nacionais.

O primeiro ocorreu a 28 de Janeiro e teve como principal objectivo a avaliação dos progressos operados durante o ano de 2009 com vista à plena operacionalização do Programa. Foi prestada informação à Comissão Europeia sobre o estado de avanço do Programa, com especial ênfase para os instrumentos e procedimentos de gestão implementados, sobretudo durante o segundo semestre de 2009, no fim do qual estavam disponíveis, todos os instrumentos e medidas normativas e processuais necessários ao processo de execução, bem como os regulamentos de aplicação das medidas e tinha sido concluído o processo de acreditação do Programa.

Do encontro realizado, os serviços da Comissão apresentaram à Gestão do Programa um conjunto de observações/recomendações, as quais foram abordadas no Comité de Acompanhamento realizado em Julho de 2010, e do qual se salientam as seguintes:

- ⇒ Reconhecimento dos progressos realizados pela Autoridade de Gestão e do esforço de simplificação desenvolvido, quer em termos de operacionalização, quer em termos de procedimentos, incentivando a sua continuidade;
- ⇒ Apesar do Programa registar uma evolução significativa, recomendou que a Gestão continue a envidar todos os esforços no sentido de acelerar a execução das Medidas, em especial dos Eixos que apresentavam taxas de execução mais baixas;
- ⇒ Tendo em atenção o elevado número de candidaturas em análise no final de 2009, foi relevada a importância de uma correcta aplicação dos critérios de selecção aprovados para cada uma das Medidas/Acções;
- ⇒ Necessidade dos Sistemas de Informação (SI) da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador assegurarem um acompanhamento e uma monitorização eficaz e permanente do Programa, tendo referido que os SI devem permitir um correcto e completo registo dos indicadores necessários no âmbito do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação. A Autoridade de Gestão dispõe de instrumentos de recolha de informação criados e integrados nos sistemas que permitem registar a bateria de indicadores relevantes neste âmbito, sendo contudo matéria que poderá ser sujeita a ajustamentos e melhoramentos, em função das necessidades que vierem a ser identificadas;
- ⇒ Em matéria de verificação e controlabilidade das medidas de desenvolvimento rural, salientou as disposições, que neste âmbito, devem ser eficazmente estabelecidas, de modo a garantir, com razoabilidade, que os critérios de elegibilidade e outros compromissos são respeitados. A Autoridade de Gestão tem vindo nesta matéria a identificar as situações que devem ser melhoradas. Neste sentido, foram introduzidos um conjunto de ajustamentos, em particular nas Intervenções Territoriais Integradas, que procuram dar resposta a esta preocupação;
- ⇒ A vertente de informação e publicidade e os critérios utilizados para avaliar o impacto das acções realizadas mereceram também uma especial atenção da Comissão, tendo solicitado uma versão actualizada do plano de comunicação, que foi enviado aos serviços da Comissão pela Autoridade de Gestão.

A 7 de Dezembro de 2010 realizou-se, em Bruxelas, a reunião do Exame Anual que visou avaliar o progresso operado pelo Programa no ano de 2010.

À semelhança dos anteriores encontros, a reunião contou com a participação, não só da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador (IFAP), mas também do GPP, assim como de vários representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

A reunião teve como ponto prévio uma apresentação, pelos representantes da Comissão Europeia, relativa aos trabalhos em desenvolvimento no domínio da PAC pós 2013, designadamente sobre os principais desafios que se colocam, quer do ponto de vista económico, quer ambientais e territoriais.

Tendo a Comissão recebido o relatório bianual relativo ao Plano Estratégico Nacional, foram também abordados os principais elementos deste documento. Foi neste contexto realçado o facto dos atrasos na implementação dos programas ter limitado a qualidade da análise. No entanto o GPP expressou que, apesar dos níveis ainda baixos de execução não conduzirem a uma clara convergência com a estratégia definida, não estão comprometidas as opções tomadas, sendo mesmo possível encontrar uma tendência de equilíbrio entre os Eixos. Em relação ao ProDeR os principais problemas identificados referem-se à complexidade do programa, pelo que se considera que existe uma forte necessidade das autoridades nacionais continuarem a envidar esforços no sentido de simplificar a sua estrutura e respectivos mecanismos de execução.

Um dos pontos relevantes deste Exame foi a apresentação do estado de implementação do Programa, com detalhe ao nível de cada um dos seus Eixos, e dos progressos efectuados durante o ano em curso, com reporte a Novembro de 2010.

A Autoridade de Gestão informou os serviços da Comissão sobre a significativa evolução operada ao nível dos compromissos assumidos durante o ano de 2010, tendo relevado também o acréscimo de execução registado no mesmo período. Foi salientado que o aceleração registado no Programa, quer ao nível das aprovações, quer da execução, permitiu

colocá-lo num estágio efectivo de execução plena e regular no contexto programático 2007-2013 definido para a sua realização.

A análise da situação do Programa incidiu também sobre a implementação das Medidas decorrentes da revisão programática "Health Check" e Pacote de Recuperação Económica, sobre o cumprimento da regra N+2 em 2010 e 2011 e previsões relativamente a modificações a introduzir no Programa em 2011.

Neste fórum anual foram ainda apresentados pelas autoridades nacionais pontos de situação relativamente ao processo de avaliação intercalar do Programa, às actividades de controlo e auditoria realizadas em 2009-2010 e respectivo *follow up*, sobre os sistemas de informação da Autoridade de Gestão e Organismo Pagador e sua interacção.

A Comissão considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no encontro anual, pelo que na sequência deste Exame não apresentou quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

5.4 Reunião do Comité de Acompanhamento – Resultados

Durante o ano de 2010 foram realizados dois Comités de Acompanhamento (CA) do Programa, o primeiro em 29 de Janeiro e o segundo em 9 de Julho.

No âmbito destes fóruns e de acordo com as suas competências foram apresentadas informações e discutidas matérias que relevavam quer ao nível dos resultados da implementação do Programa e da prossecução dos seus objectivos, quer das perspectivas futuras para a sua boa execução.

Neste contexto foram também pontos-chave, dos dois Comités realizados em 2010, os trabalhos relativos ao desenvolvimento do processo de avaliação, que neste ano assumiu, de acordo com a regulamentação comunitária aplicável, uma relevância particular, com tradução num relatório de avaliação intercalar cujo objectivo primordial é o de propor medidas adequadas para melhorar a qualidade e execução do Programa.

Atendendo ainda a que foi no ano de 2010 que o Programa viu estabilizadas as suas reais condições de operacionalização, que possibilitaram atingir um nível de aprovações e execução regular no contexto programático 2007-2013, em ambos os Comités foi dada especial atenção à actuação da gestão, quer no que respeita às medidas implementadas, quer relativamente ao processo de monitorização que o estado de execução do Programa exige, tendo em atenção a necessidade de imprimir maiores níveis de eficácia na sua realização, focalizada no cumprimento e alcance dos objectivos programáticos traçados.

No contexto dos trabalhos do primeiro Comité do ano (realizado, conforme referido, em 29 de Janeiro) e para além da apreciação e discussão do ponto de situação do Programa e das perspectivas de execução futuras, matéria central do Comité, são de salientar ainda os seguintes pontos:

- ⇒ Apreciação e aprovação das propostas de alteração ao Programa que visaram a criação da nova Medida 1.7. – “Cumprimento de novas normas obrigatórias”, que contempla a concessão de uma ajuda forfetária anual, de carácter degressivo, por um período de três anos a contar da data em que o cumprimento da norma se torna obrigatória de acordo com a legislação comunitária, bem como o ajustamento do nível de pagamentos dos adiantamentos das medidas de apoio ao investimento, para um valor máximo de 50% da ajuda pública atribuída relativamente aos projectos decididos em 2009 e 2010, de modo a reflectir a modificação do artigo 56.º do Regulamento (CE) n.º 1974, introduzida pelo Regulamento (CE) n.º 363/2009. Foi também incluído neste pacote de propostas de alteração, o aumentado do nível máximo de apoio na Acção 1.5.2. “Restabelecimento do potencial produtivo”, que passou de 50% para 75% do investimento elegível, permitindo impulsionar a concretização dos investimentos que estavam (e estão) a ser agravados, designadamente pela enorme dificuldade no acesso ao crédito decorrente da crise económica e financeira.
- ⇒ Apreciação e aprovação de uma proposta de alteração do Regulamento Interno do CA, a qual decorreu de, no contexto da nova estrutura governativa do XVIII Governo Constitucional, a competência relativa à definição das orientações, preparação, acompanhamento, avaliação e controlo global da execução dos investimentos financiados por Fundos

Comunitários, com excepção dos provenientes do FEADER, ter sido atribuída ao Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. Este Ministério passou assim a fazer parte da composição do CA, como membro com direito a voto.

O segundo Comité do ano, realizado em 9 de Julho, teve também como ponto central a análise e discussão da *performance* do Programa no primeiro semestre de 2010 e das perspectivas de execução para a segunda metade do ano, tendo igualmente sido objecto de abordagem, na sequência de consulta escrita a todos os membros do Comité, o Relatório de Execução de 2009, na sua versão final, o qual foi remetido à Comissão Europeia em final de Junho de 2010, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito. Apesar de o Relatório ter sido aprovado por procedimento escrito, os membros do Comité apresentaram a suas reflexões sobre o mesmo, tendo sido salientada a qualidade do documento face ao de anos anteriores, designadamente no tratamento da informação, bem como do seu detalhe.

São ainda de salientar os seguintes pontos abordados neste Comité:

⇒ Apresentação dos trabalhos de preparação da operacionalização das alterações propostas ao ProDeR em Março 2010, as quais foram objecto de consulta escrita e decorreram, sobretudo, da decisão do Estado Português de não aplicar a modelação voluntária e, em sequência, do compromisso assumido com a CE no sentido de se efectuarem ajustamentos financeiros nas Medidas relativas às ITI, designadamente a revisão das já existentes e a criação de novas ITI. Foram também efectuados, no contexto desta proposta de alteração programática, que contou com os contributos da maioria dos membros do Comité, outro tipo de ajustamentos, tendo em vista a necessidade de flexibilização e simplificação do Programa. No Comité em referência foi assim apresentada a calendarização dos trabalhos de preparação da regulamentação de aplicação dirigida às novas ITI e ajustamentos efectuados nas existentes, bem como os desenvolvimentos relativos à preparação da regulamentação das restantes medidas e acções objecto de revisão no contexto das alterações propostas ao Programa.

⇒ Apresentação do *follow up* do processo de simplificação do ProDeR, desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho, criado para o efeito, pelo Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP). Este grupo, presidido pela Gestora do Programa, contou na sua composição com grande parte dos membros do Comité, cuja participação activa foi muito importante para os resultados obtidos, traduzidos em contributos construtivos consubstanciados em medidas, cuja operacionalização, pela Autoridade de Gestão e Organismo Pagador, permitirá potenciar uma maior eficiência e eficácia na implementação do Programa. Foi salientado que se pretende que o processo seja aberto e continuado, de modo que venha a possibilitar a introdução de novas melhorias e ajustamentos, de acordo com as necessidades de execução que forem sendo identificadas.

Neste fórum, foi ainda prestada informação sobre as observações formuladas pela Comissão Europeia na sequência do Exame Anual realizado em 28.01.2010, as quais foram bastante positivas, tendo sido reconhecidos pela Comissão Europeia os progressos que o Programa fez nos últimos meses do ano de 2009 e o esforço de simplificação que a Autoridade de Gestão desenvolveu em articulação com o Organismo Pagador, quer em termos de operacionalização, quer em termos de procedimentos.

Conforme referido, durante o ano de 2010, o Comité de Acompanhamento pronunciou-se também, através de procedimento de consulta escrita, sobre diversas propostas conducentes a assegurar a eficácia e a qualidade da implementação e execução do Programa, designadamente sobre as alterações programáticas propostas à Comissão Europeia em Março de 2009, as quais foram formalmente aceites em 04.11.2010. O detalhe destas alterações é apresentado no capítulo X do presente Relatório de Execução.

Em matéria de critérios de selecção e em resultado, designadamente do processo de simplificação e das modificações introduzidas no Programa, o Comité pronunciou-se por escrito relativamente a revisões e ajustamentos introduzidos neste suporte qualitativo da aprovação dos projectos, designadamente das seguintes Medidas/Acções:

- ⇒ Acção 1.1.2 "Investimentos de Pequena Dimensão"
- ⇒ Medida 1.7 "Cumprimento de novas normas obrigatórias"
- ⇒ Medida 2.4 "Intervenções Territoriais Integradas" - Investimentos não produtivos
- ⇒ Acção 3.1.1 "Diversificação de actividades na exploração agrícola "
- ⇒ Acção 3.1.2 "Criação e desenvolvimento de microempresas"
- ⇒ Acção 3.1.3 "Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer"
- ⇒ Medida 3.6. "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em zonas rurais"
- ⇒ Medida 4.1 "Cooperação para a inovação"
- ⇒ Acção 4.2.2 "Redes temáticas de informação e divulgação"
- ⇒ Acção 4.3.2 "Serviços de apoio às empresas"

Também em sequência do trabalho de simplificação efectuado e das alterações programáticas efectuadas durante o ano de 2010, nas quais estiveram envolvidos a maioria dos membros do Comité e tendo ainda presente o importante papel de acompanhamento deste fórum, o mesmo foi consultado, a título extraordinário, relativamente à generalidade das alterações introduzidas, em 2010, na regulamentação de aplicação das Medidas/Acções do Programa.

De referir, por último, que no final de Outubro de 2010 o Regulamento Interno do Comité foi revisto, por consulta escrita aos respectivos membros, no sentido deste fórum passar a reunir ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que seja considerado necessário pelo Presidente ou mediante solicitação escrita, apresentada por, pelo menos, cinco dos membros com direito de voto. Esta proposta, que foi aprovada pelo Comité, decorreu do facto do Programa se encontrar já em fase de plena execução e da relevância da matéria que suporta as reuniões implicar que seja reunida, entre reuniões, informação que permita tornar eficaz e útil os trabalhos deste fórum.

5.5 Utilização da Assistência técnica

1. *Enquadramento Regulamentar (comunitário e nacional)*

- ⇒ Artigo 5.º do Regulamento (CE) nº 1290/2005, de 5 de Agosto;
- ⇒ Artigo 66.º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, de 20 de Setembro;
- ⇒ Artigo 40.º do Regulamento (CE) nº 1974/2006, de 15 de Dezembro;
- ⇒ Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 511;
- ⇒ Portaria nº 94/2010 de 12 de Fevereiro.

2. *Objectivo da Medida*

Financiar as actividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e divulgação das medidas previstas no ProDeR, bem como as actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução, tendo em vista a gestão e a operacionalização, de forma eficaz e eficiente do Programa.

3. *Implementação da Medida*

Com vista a normalização do regular funcionamento da Medida foi publicada a Portaria nº 94/2010 de 12 de Fevereiro, que regulamenta, estabelece as condições de acesso e as regras gerais de financiamento pelo FEADER, foi desenvolvido um formulário electrónico de gestão da Medida e disponibilizado no site do ProDeR, foi ainda elaborada uma norma onde constam os procedimentos específicos de análise dos PA, bem como uma OTE com instruções sobre a forma de imputação de despesas.

a. *Concursos/candidaturas apresentadas*

No ano de 2010 foram abertos dois períodos de candidatura. O primeiro, de 12 a 26 de Fevereiro, tendo sido recepcionadas 8 candidaturas com um total de 14.621 mil euros de investimento total. O segundo período de candidaturas decorreu de 11 a 22 de Outubro, tendo sido apresentadas 9 candidaturas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 457: Assistência técnica – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Custo total	Nº PA	Custo total
Primeiro	126.580			1	880
Segundo				1	2.226
Terceiro				7	5.544
Quarto		8	14.621	8	14.621
Quinto		9	14.602	9	14.602
TOTAL	126.580	17	29.223	26	37.873

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2010 foram analisadas e aprovadas 17 candidaturas, nos termos previstos da regulamentação em vigor e tendo em conta que a AG do ProDeR é ela própria beneficiária, a aprovação dos 8 PA a concurso, por despacho do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Destas, 96% (25) foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 458: Assistência técnica – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1	880	1	880			1	880	1	880	880
Segunda	1	2.226	1	2.226			1	2.226	1	2.226	2.226
Terceiro	7	7.330	7	7.330			7	7.330	7	7.330	7.330
Quarto	8	14.621	8	14.621			8	13.394	8	13.394	11.496
Quinto	9	14.602	8	8.674			8	8.674	8	8.674	8.674
TOTAL	26	39.659	25	33.731	0	0	25	32.504	25	32.504	30.606

Tendo em conta a particularidade desta Acção, apresenta-se no quadro seguinte a distribuição dos PA contratados, por promotor.

Quadro 459: Assistência técnica – Distribuição dos PA contratados (no ano)

Un.: mil euros

Entidade	Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
DRAPN	2	1.022	767
DRPAC	2	544	408
DRAPLVT	2	636	477
DRAPALE	2	1.475	1.106
DRAPALG	2	506	379
IGF	2	176	132
IGAP	1	34	26
IFAP	1	3.089	2.317
AG ProDeR	2	12.689	9.517
Total	16	20.170	15.128

Em 2010, foram contratados 16 PA a que correspondeu um montante de despesa pública de 20.170 mil euros, com uma comparticipação FEADER no valor de 15.128 mil euros. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 18%.

c. Execução financeira

A despesa pública paga em 2010 foi de 2.654 mil euros com uma comparticipação do FEADER de 1.991 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 460: Assistência técnica – Distribuição dos PA pagos (no ano)

Un.: mil euros

Entidade	Valores Pagos em 2010	
	Despesa pública	FEADER
DRAPN	91	68
DRPAC	175	131
DRAPLVT	132	99
DRAPALE	53	40
DRAPALG	48	36
AGRO	304	228
AG ProDeR	1.852	1.389
Total	2.654	1.991

Em termos acumulados, esta Acção, teve uma execução de 9.239 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 6.929 mil euros de FEADER. A

taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) foi de 7% face ao programado.

Quadro 461: Assistência técnica – Indicadores de realização

Un.: mil euros

Ano de 2010		Acumulado	
Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
2.654	1.991	9.239	6.929
Meta		126.580	94.935
% da Meta		7%	7%

4. *Condições e dificuldades na execução*

A abertura do concurso já em 2010 e a consequente contratação tardia resultou numa baixa taxa de execução. A principal dificuldade decorre do sistema usado para carregamento dos pedidos de pagamento ser muito lento. Acresce, ainda, que por restrições orçamentais do último trimestre do ano não foi possível efectivar em pagamentos alguma despesa realizada.

5.6 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objecto de publicidade

5.6.1 Autoridade de Gestão

Divulgar a actuação do ProDeR junto dos seus promotores e dos cidadãos em geral, incrementar a notoriedade crescente deste Programa alargando a comunicação aos que não falam português, registar o novo momento de comunicação que o Programa atravessa e divulgar o *site* como meio privilegiado de comunicação e obtenção de informação, foram os grandes objectivos da estratégia de comunicação no ano de 2010.

Para o efeito, as acções de promoção foram direccionadas principalmente para a execução do Programa, centrando para isso a estratégia de comunicação na divulgação de resultados alcançados.

A fim de atingir esse objectivo, não descurando as outras actividades que integram o Plano de Comunicação, foram utilizados diferentes instrumentos

e mecanismos de informação e comunicação, que se traduziram em diversas acções realizadas durante o ano de 2010.

As acções desenvolvidas em matéria de informação e publicidade, no ano de 2010 assentaram nas áreas de intervenção da responsabilidade da comunicação:

- ⇒ *Website ProDeR*
- ⇒ *Contact Center*
- ⇒ Eventos públicos de divulgação
- ⇒ Campanhas publicitárias
- ⇒ Material informativo impresso

Apresenta-se de forma detalhada uma análise destas intervenções levadas a efeito em cada um destes domínios.

Website ProDeR

O *website* ProDeR continua a constituir o eixo mais visível da comunicação entre o ProDeR, o seu público-alvo e o público em geral.

A disponibilização deste meio de comunicação, que tem sido um caso de sucesso na utilização de novas ferramentas tecnológicas, criou o hábito no público do ProDeR de recorrer a ele para aceder de forma rápida e sempre actualizada a consideráveis volumes de informação, mantendo por isso o *website* como o meio privilegiado de divulgação, informação e comunicação sobre o Programa.

O *website* do ProDeR mantém-se desta forma uma ferramenta dinâmica, em permanente actualização e crescimento e objecto de constantes melhorias, por forma a prestar um serviço de qualidade aos beneficiários potenciais e finais e ao público em geral.

Mantém-se a mesma estrutura dos anos anteriores, sendo que durante o ano de 2010 se deu grande destaque à divulgação dos resultados dos concursos, através de notícias com destaque na página principal do *site*.

Figura 8: Publicidade – Destaques de divulgação de resultados

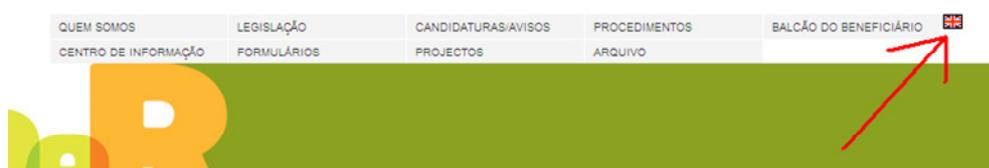


Como principal inovação durante o ano de 2010, realça-se a criação da versão em inglês do *website* do ProDeR.

A fim de dar resposta a todos os utilizadores do *website* não nativos da língua portuguesa e tendo ainda em consideração que se trata de um Programa apoiado por Fundos Comunitários, encontrava-se ainda em falta esta alternativa de acesso aos conteúdos programáticos.

Clicando na bandeira inglesa, no topo direito da página inicial, acede-se ao *website* na sua versão inglesa, em tudo semelhante à portuguesa. Apenas os documentos para *download* continuam na sua versão original.

Figura 9: Publicidade – Acesso à versão em inglês do *website* ProDeR



É ainda de realçar que, na prossecução das medidas de transparência da Administração Pública adoptadas pelo Programa, foi igualmente criado o Menu "Aquisição de Bens e Serviços" no qual são divulgados todos os concursos de aquisição de bens e serviços da responsabilidade da AG.

Figura 10: Publicidade – Criação de novo menu no *website* ProDeR



Em termos de procura do serviço ProDeR através do seu *website*, durante todo o ano de 2010, há a realçar uma média mensal de 86 mil acessos, pelo que se verificou um acréscimo de 17 mil acessos por mês relativamente ao ano anterior, o que reflecte inequivocamente a importância e a necessidade que esta ferramenta representa junto do seu público-alvo.

Quadro 462: Publicidade – Dados quantitativos relativos ao *website* ProDeR (no ano)

Página / ficheiro	Indicadores (nº)
Visitantes	1.032.677
<i>Newsletter</i> (assinantes)	544
FAQ'S	69

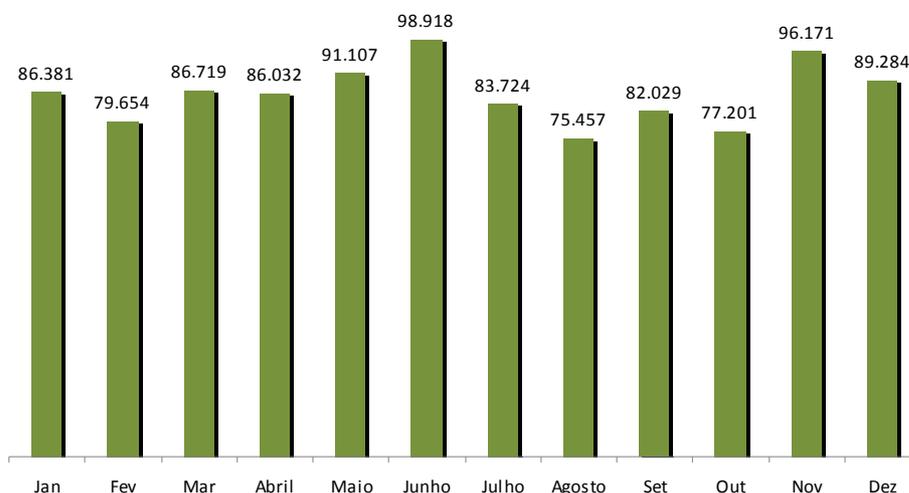
Comparativamente ao ano anterior, assistiu-se a um acréscimo de 201.101 visitantes durante o ano de 2010; à subscrição, desde a criação do *website*, de 2.919 assinantes da *Newsletter*; e à existência no total de 940 FAQ, divididas em 45 temas.

Quadro 463: Publicidade – Dados quantitativos relativos ao *website* ProDeR (no ano)

Páginas mais visitadas	Nº
1. Conteúdos (fichas das Acções/Medidas)	590.039
2. Eventos	54.600
3. Notícias	49.517
4. FAQ's	44.956
5. "Micro-site" dos GAL	23.793
Documentos com mais downloads	Nº
1. Portarias	55.633
2. Ponto de situação da execução financeira	7.278
3. Folheto "Jovens Agricultores"	5.246
4. Guias de preenchimento de formulários	2.981
Páginas de entrada no site	Nº
1. Conteúdos (fichas das Acções/Medidas)	522.575
2. FAQ's	19.370
3. Notícias	31.679
4. Eventos	36.633

A estratégia adoptada de aposta na comunicação de resultados pode aferir-se pelos valores apresentados relativamente às páginas mais visitadas e páginas de entrada no *website*.

Figura 11: Publicidade – Evolução do número de visitas ao *website* do ProDeR (no ano)



Pelo gráfico apresentado, e ao contrário do ano anterior, verifica-se um acesso mais ou menos homogéneo ao longo do ano inteiro, fruto da existência de constantes períodos de submissão de candidatura ao longo de todo o ano e da frequente actualização de informação de execução do Programa.

Contact Center

Seguindo o sistema integrado de comunicação do ProDeR, levado a cabo durante os anos anteriores, que tem como objectivo assegurar o contacto personalizado com os públicos-alvo do Programa, mantêm-se como uma das funções de maior relevo desempenhadas por esta área o esclarecimento directo das dúvidas colocadas pelos interessados no Programa.

Este sistema integrado mantém em funcionamento todos os meios de comunicação directa em uso desde 2008: a linha telefónica de atendimento geral, através do número verde 800 500 064, o contacto geral de e-mail: proder@gpp.pt e o contacto de e-mail exclusivo com as DRAP: apoioproder@gpp.pt.

i. Correio electrónico

proder@gpp.pt

O endereço de e-mail único para a recepção de pedidos de informação e esclarecimento de dúvidas colocadas pelos beneficiários potenciais e finais, apresenta um forte decréscimo de utilização face ao ano de 2009.

Quadro 464: Publicidade – Dados relativos ao endereço electrónico geral do ProDeR

Correio electrónico recebido (nº)	
2009	2010
8.122	3.013

Pelos dados apresentados verifica-se um decréscimo de 37% no número de questões colocadas por e-mail face a igual período do ano anterior.

apoiproder@gpp.pt

Este canal de comunicação utilizado pelos técnicos das Direcções Regionais e destinado ao esclarecimento de dúvidas sobre análise de candidaturas respondeu durante o ano de 2010 a 1.443 e-mails, o que representa um acréscimo de 62% face a igual período do ano anterior.

Quadro 465: Publicidade – Dados relativos ao endereço electrónico exclusivo das DRAP

Questões respondidas (nº)	
2009	2010
900	1.443

ii. Linha telefónica de atendimento ProDeR

A linha telefónica de atendimento ProDeR mantém o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00 de 2ª a 6ª feira.

Quadro 466: Publicidade – Dados relativos à linha telefónica de atendimento ProDeR

Telefonemas recebidos		Questões respondidas (nº)	
2009	2010	2009	2010
13.888	14.492	27.981	21.051

Relativamente ao ano de 2009, no que se refere a pedidos de esclarecimento por telefone, houve um ligeiro aumento, não significativo, no número de telefonemas recebidos (cerca de 600 telefonemas a mais face a igual período no ano anterior).

Figura 12: Publicidade – Distribuição do nº de telefonemas do Contact Center ProDeR (no ano)

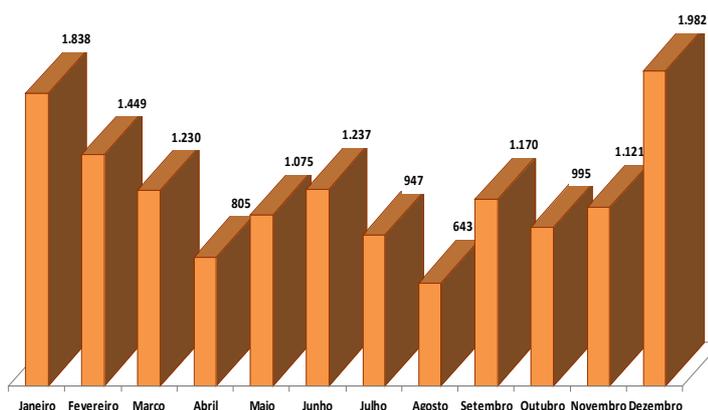


Figura 13: Publicidade – Distribuição do nº de questões colocadas por telefone por Subprograma (no ano)

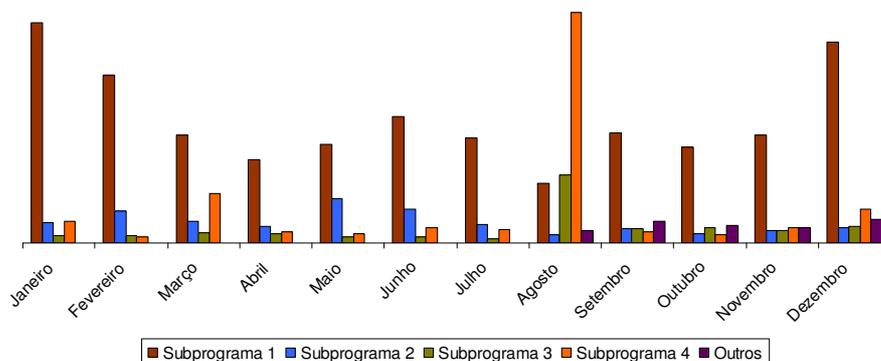
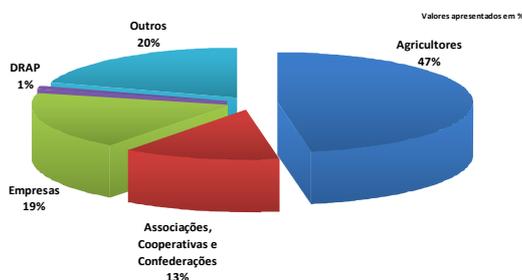


Figura 14: Publicidade – Distribuição dos telefonemas por tipologia de utilizador (no ano)



Eventos públicos de divulgação

i. Sessões de divulgação

Foram realizadas durante o ano de 2010, 246 sessões de divulgação, o que espelha de forma inequívoca a aposta na divulgação do Programa.

Estas sessões, divididas um pouco pelos diversos intervenientes nos apoios ProDeR foram realizadas pelas Direcções Regionais, pelos Grupos de Acção Local (GAL) e pelas Estruturas Locais de Apoio (ELA), parceiros ProDeR na divulgação dos apoios no âmbito do Programa.

ii. Sessões de assinatura de contratos

Na prossecução deste novo momento de divulgação da execução do Programa, durante o ano de 2010, foram igualmente realizados 9 eventos de assinatura de contratos, relacionados com contratos do Subprograma 3, da responsabilidade dos GAL, e contratos relativos ao Subprograma 1, alguns dos quais contaram com a presença do Primeiro-Ministro.

Figura 15: Publicidade – Evento de assinatura de contratos (Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira)



iii. Participação em feiras

A participação do ProDeR em feiras é outra das vertentes de divulgação a que o Programa recorre todos os anos, a fim de informar não só os seus públicos-alvo como também o público em geral.

Apostando na existência de públicos das mais variadas vertentes agrícolas e na cobertura territorial que envolvem, estes eventos constituem também um meio complementar importante na divulgação do Programa.

Durante o ano de 2010, o ProDeR participou de forma directa na Ovibeja, e na Feira de Agricultura de Santarém, integrado no pavilhão do Ministério da Agricultura.

Figura 16: Publicidade – Painéis ProDeR expostos na Ovibeja



Campanhas publicitárias

A publicidade na imprensa escrita, radiofónica e em revistas continua a ser obrigatória para a divulgação de abertura de candidaturas e um meio privilegiado para a divulgação de execução do Programa, complementando outras ferramentas de comunicação utilizadas e promovendo a acessibilidade e a procura de informação respeitante ao ProDeR.

Desta forma, foram publicadas durante o ano de 2010, 65 inserções publicitárias, nas quais se destaca uma aposta maior no recurso a meios de comunicação impressa de âmbito regional, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 467: Publicidade – Dados relativos às inserções publicitárias em jornais (no ano)

Jornal	Nº de inserções
Correio da Manhã	7
Global Notícias	2
Público	1
Expresso	6
Correio do Minho	7
Diário de Aveiro	1
Diário de Leiria	1
Diário de Viseu	1
Mensageiro de Notícias	7
Diário de Coimbra	8
Diário do Sul	6
Barlavento	6
As Beiras	7
	60

Quadro 468: Publicidade – Dados relativos às inserções publicitárias em revistas (no ano)

Revista	Nº de inserções
IFE Portugal	1
Revista Espaço Rural	2
Revista Vida Rural	1
	4

Quadro 469: Publicidade – Dados relativos às inserções publicitárias em rádios (no ano)

Rádio	Nº de inserções
TSF - Rádio Notícias	1
	1

Figura 17: Publicidade – Inserção publicitária



Material informativo impresso

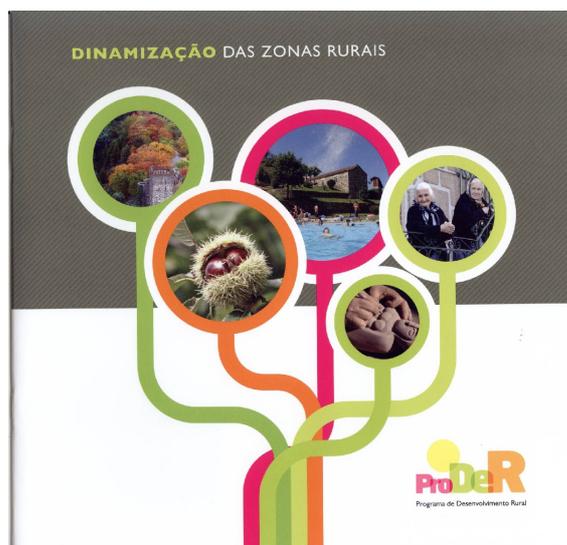
Quadro 470: Publicidade – Folhetos distribuídos (no ano)

Folhetos distribuídos (nº)		
Desdobrável ProDeR		1.250
Folhetos	Agro e silvo-ambientais	430
	Jovens agricultores	80
	Modernização e capacitação das empresas	1.240
	Florestas	840
	Dinamização das zonas rurais	2.755
	Publicitação	110
TOTAL		6.705

No que respeita ao material informativo impresso, foi criada a brochura de divulgação dos apoios das Medidas 3.1 e 3.2 do Subprograma 3. Foi igualmente republicado o desdobrável ProDeR, tendo em conta a reestruturação programática de que o Programa foi alvo.

As restantes publicações continuaram a ser distribuídas ao longo do ano, não só pela AG como também pelos seus parceiros.

Figura 18: Publicidade – Folheto “Dinamização das zonas rurais”



5.6.1 Grupos de Acção Local

O Plano de aquisição de competências e animação (PACA) é o instrumento de programação dos GAL que garante que o Subprograma 3 é objecto de publicitação nos territórios rurais. Este Plano define os dispositivos de informação da população local e de abrangência territorial das acções, visando o conjunto da população, assim como os membros da parceria local, as instituições e os promotores de projecto potenciais, promovendo o apelo a projectos e disseminação de resultados enquanto matérias de uma ampla difusão pública.

As actividades propostas nos Planos prendem-se com publicitação das aberturas de períodos de apresentação de candidaturas, quer na imprensa escrita, quer em rádios locais, sessões de informação e divulgação a nível concelhio ou ao nível da freguesia promovendo a proximidade à população local e abrangência de todo o território de intervenção.

Acresce referir a este respeito que no âmbito da abertura dos concursos para apresentação de pedidos de apoio, os GAL efectuaram a respectiva publicitação em jornais regionais, com 10 dias de antecedência relativamente à data de abertura. Da informação recolhida junto dos 31 GAL que abriram concursos em 2009, foi possível apurar 48 anúncios de publicitação em jornais locais.

Para além deste veículo de divulgação, os GAL utilizaram ainda os próprios *sites* para disponibilizarem informação sobre a Estratégia Local de Desenvolvimento, calendário de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio, formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento.

Outro dos meios utilizados pelos GAL para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção tem sido a organização e/ou participação em eventos, na sua maioria feiras locais na quais se apresentam com *stands* próprios e onde contactam os potenciais investidores, organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas Estratégias Locais de Desenvolvimento e as Medidas mais importantes para a concretização dos objectivos definidos. A este nível tem sido concebida informação, na forma de brochuras, cartazes ou outras, que permita a divulgação dos apoios disponíveis, havendo ainda uma utilização das rádios locais, através de *spots*, como veículo promocional, quer da actividade dos GAL, quer dos eventos por eles organizados.

Ao nível da publicitação dos apoios, e uma vez que os Pedidos de Apoio foram aprovados em 2010, ainda estão em execução e a maioria ainda não tem publicitação definitiva ao ProDeR e ao LEADER, mas essa obrigatoriedade encontra-se bem enraizada nos gestores da Abordagem LEADER e também nos promotores que, mesmo não sendo obrigatória, fazem muitas vezes questão de colocar a publicitação.

Em relação às Medidas do Subprograma 3 e face aos montantes envolvidos por PA, foi definido que todas as infraestruturas de valor superior a 150.000€ teriam de ter placas descritivas permanentes, sendo que nas instalações dos GAL terá de existir uma placa informativa de que se trata da sede de um organismo intermédio de gestão do ProDeR.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2010, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à protecção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 Cumprimento das regras relativas à concorrência

As medidas previstas no âmbito do ProDeR encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, de 20 de Setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

A nível de auxílios de Estado, a AG do ProDeR assegura que as operações co-financiadas de iniciativa privada respeitam as normas e procedimentos comunitários aplicáveis. Estes normativos encontram-se previstos na regulamentação nacional. O IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, assegura o cumprimento dos auxílios *de minimis*, em articulação com a AG.

O controlo administrativo a que são submetidas as candidaturas passa pela verificação do cumprimento das regras de concorrência, através da exibição da documentação necessária por parte dos promotores, documentação essa que fica anexa aos projectos.

6.2 Cumprimento das regras relativas à contratação pública

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efectuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em Julho de 2008.

6.3 Cumprimento das regras relativas à protecção e melhoria do ambiente

O ProDeR tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à protecção e melhoria do ambiente. Para além disso, a maioria das medidas do Eixo 2, servem para integrar esses objectivos e os beneficiários destas acções comprometem-se a respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista no Regulamento (CE) nº 1782/2003, de 29 de Setembro, expressos pelos requisitos legais de gestão, e pelas boas condições agrícolas e ambientais e requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos.

6.4 Cumprimento das regras relativas à igualdade entre os géneros e à não discriminação

O ProDeR incorpora as disposições do Artigo 8º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da actividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do ProDeR a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspectos:

- ⇒ Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- ⇒ No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;

-
- ⇒ Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania activa e participativa, independentemente do género;
 - ⇒ No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objectivos transversais a atingir;
 - ⇒ Salvaguarda da participação equitativa no Comité de Acompanhamento do ProDeR.

7. REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005

O Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de Junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (Disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os Estados-Membros devem efectuar correcções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correcções são efectuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respectivos juros, ocorridos no âmbito do ProDeR, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objecto de uma correcção financeira.

Neste contexto, no decorrer do ano de 2010, o OP executou recuperações de montantes efectuadas através de um sistema de recuperação de verbas por compensação com outros pagamentos, i.e., os fundos comunitários a recuperar são anulados e essas verbas são reutilizadas através de novos pagamentos no âmbito da mesma Acção.

Ficou desta forma garantida a afectação do financiamento comunitário recuperado às mesmas acções / operações do Programa.

ANEXO I

DECISÃO DA COMISSÃO de 17.12.2010

**que aprova a revisão do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental relativo ao período de programação 2007-2013 e altera a Decisão da Comissão C (2007) 6159 de 4 de Dezembro de 2007 que aprova este programa de desenvolvimento rural
CCI: 2007 PT 06 RPO 002**

(Apenas faz fé o texto em língua portuguesa)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)¹, nomeadamente o n.º 2 do artigo 19.º;

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1974/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)², nomeadamente o artigo 7.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 4 de Dezembro de 2007, a Comissão adoptou a Decisão C (2007) 6159 que aprova o Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental relativo ao período de programação 2007-2013.
- (2) Em 5 de Abril de 2010, as autoridades Portuguesas enviaram à Comissão um pedido de revisão do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental em conformidade com o n.º 1, alínea a), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006.
- (3) A revisão implica a superação do limite máximo da flexibilidade entre eixos referido no n.º 2 do Artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006 da Comissão. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006 da Comissão, a Comissão deverá adoptar uma decisão no que respeita a esta revisão.
- (4) As propostas de alterações foram devidamente fundamentadas pelas autoridades Portuguesas nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006 da Comissão.
- (5) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité do Desenvolvimento Rural,

¹ JO L 277 de 21.10.2005, p.1.

² JO L 368 de 23.12.2006, p. 15.

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.

É aprovada a revisão do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental, cuja versão final foi transmitida à Comissão em 19 de Outubro de 2010.

Artigo 2.

O n.º 1 do artigo 2. da Decisão da Comissão C(2007) 6159 de 4 de Dezembro de 2007 passa a ter a seguinte redacção: "A contribuição máxima do FEADER para as despesas públicas resultantes da execução do Programa de Desenvolvimento Rural eleva-se a 3.573.777.378 euros para o conjunto do período. O plano de financiamento é estabelecido no anexo 1."

Artigo 3.

O Anexo I da Decisão da Comissão C (2007) 6159 de 4 de Dezembro de 2007 é substituído pelo anexo da presente decisão.

Artigo 4.

As novas despesas introduzidas com esta revisão do programa são elegíveis a partir de 5 de Abril de 2010.

Artigo 5.

A República Portuguesa é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 17.12.2010

*Pela Comissão
Dacian Cioloş
Membro da Comissão*

ANEXO II

MEDIDAS AGRO E SILVO-AMBIENTAIS - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Cod.C OM	Cod.P DR	Medida	Em Euros																																					
			PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013		PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013 Rev. Março 2010		VALORES PA APROVADOS (estimativa até 2013)		DOTAÇÃO DISPONÍVEL		2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	TOTAL																				
			Contribuição FEADER (1)	Despesa Pública (2)	Contribuição FEADER (3)	Despesa Pública (4)	Contribuição FEADER (5)	Despesa Pública (6)	Contribuição FEADER (7)=(3)-(5)	Despesa Pública (8)=(4)-(6)																														
214		Pagamentos Agro-ambientais	356.988.760	438.334.278	396.988.760	487.509.824	424.551.889	494.091.676	-27.563.129	-6.581.852																														
	2.2.1	Alteração de modos de produção	155.698.000	191.353.240	155.698.000	191.242.225	233.691.927	287.370.559	-77.993.927	-96.128.334																														
	2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica	24.000.000	29.447.675	24.000.000	29.478.949	23.018.135	27.892.771	981.865	1.586.179																														
	2.2.4	Conservação do Solo	5.200.000	6.380.330	5.200.000	6.387.106	3.406.243	4.257.804	1.793.757	2.129.302																														
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	89.732.850	110.100.992	129.732.850	159.349.503	43.491.153	53.216.230	86.241.697	106.133.273																														
		MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS (RURIS)	82.357.910	101.052.041	82.357.910	101.052.041	120.944.430	121.354.312	-38.586.520	-20.302.271																														
225		Pagamentos Silvo-Ambientais	11.500.000	14.110.344	15.500.000	19.038.488	2.002.581	2.474.133	13.497.419	16.564.356																														
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	11.500.000	14.110.344	15.500.000	19.038.488	2.002.581	2.474.133	13.497.419	16.564.356																														
			ANO DO COMPROMISSO/ACÇÃO																																					
			ANO DO PEDIDO DE PAGAMENTO																																					
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL																												
Candidaturas 2007 - PES																																								
221 - Alteração de modos de produção																																								
222 - Protecção da biodiversidade doméstica																																								
224 - Conservação do Solo																																								
24 - Intervenções Territoriais Integradas																																								
Candidaturas 2008 - PAS 2009																																								
221 - Alteração de modos de produção																																								
222 - Protecção da biodiversidade doméstica																																								
224 - Conservação do Solo																																								
24 - Intervenções Territoriais Integradas																																								
Candidaturas 2009 - PAS 2010																																								
221 - Alteração de modos de produção																																								
222 - Protecção da biodiversidade doméstica																																								
224 - Conservação do Solo																																								
24 - Intervenções Territoriais Integradas																																								
Candidaturas 2010 - PAS 2011																																								
221 - Alteração de modos de produção																																								
222 - Protecção da biodiversidade doméstica																																								
224 - Conservação do Solo																																								
24 - Intervenções Territoriais Integradas																																								
TRANSITADOS																																								
TOTAL			82.497.859	70.192.485	51.046.233	59.261.281	71.969.484	71.969.484	45.746.021	28.662.564	15.732.710	497.078.121	141.112.978	98.238.962	17.428.393	0	0	24.392.611	1.053.012	90.011.051	72.700.480	6.238.840	10.884.201	187.530	65.936.232	52.435.232	3.908.315	3.166.040	6.496.400	930.245	78.663.548	63.995.886	1.317.223	263.445	1.091.764	2.288.604	11.443.018	815.658	121.354.312	121.354.312

Fonte: IFAP - dados reportados a 31.12.2010

ANEXO III

Relatório Intermédio da Avaliação Contínua de 2010